

HORIZONTES HISTÓRICOS

REVISTA DISCENTE DO PROHIS, VOLUME 5, NÚMERO 2 - AGO./DEZ. 2022. ISSN: 2596-0377

Expediente

A *Horizontes Históricos* é uma revista eletrônica ligada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe. O objetivo da revista é congregar textos de pesquisadores a nível de graduados, mestrado e doutorado – inserindo mestrandos e doutorandos – acerca de temas que versem sobre Relações Sociais e de Poder, Cultura, Identidades, bem como os entrelaces entre esses campos. São aceitos trabalhos de História e áreas afins, explicitadas na área dedicada às submissões dos mesmos. A revista abre uma chamada livre por semestre e um dossiê temático anual, para os quais são recebidos artigos, resenhas críticas e entrevistas. A Revista busca atuar como um veículo difusor e fomentador da produção acadêmica, primeiramente dos pesquisadores locais e, em extensão, da pesquisa científica na área das Ciências Humanas e Sociais em geral.

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade Federal de
Sergipe

Horizontes Históricos [recurso eletrônico]: revista discente do PROHIS / Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em História – vol. 5, n. 2(2022) – São Cristóvão, SE: PROHIS, 2022 – Semestral

e-ISSN: 2596-0377

1. História. I Universidade Federal de Sergipe. Programa de Pós-Graduação em História.

CDU 94(05)

Universidade Federal de Sergipe

Reitor: Prof. Dr. Valter J. de Santana Filho.

Vice-Reitor: Rosalvo Ferreira Santos.

Centro de Educação e Ciências Humanas:

Diretora: Prof^a Dra. Ana Maria Leal Cardoso.

Vice-Diretor: Prof. Dr. Genésio José dos Santos.

Programa de Pós-Graduação em História:

Coordenadora: Prof^a. Dra. Edna M. M. Antonio.

Vice-Coordenador: Prof. Dr. Fabio Maza.

Expediente:

Editora-Chefe: Prof^a Dr^a Edna M. Matos Antonio.

Editoras Assistentes:

Me. Lívia Maria Albuquerque Couto;

Thaís Monique Costa Moura.

Equipe Editorial:

Me. Cassiano Celestino de Jesus;

Me. Lívia Maria Albuquerque Couto;

Luísa Vilas Boas dos Santos;

Mateus Ribeiro de Sant'ana;

Me. Monique Hellen Santos Reis Cerqueira;

Thaís Monique Costa Moura.

Conselho Consultivo:

Prof. Dr. Antônio Fernando Araújo de Sá;

Prof. Dr. Bruno Gonçalves Álvaro;

Prof. Dr. Carlos de Oliveira Malaquias;

Prof. Dr. Claudefranklin Monteiro Santos;

Profa. Dra. Edna Maria Matos Antônio;

Profa. Dra. Luciene Lages Silva;

Prof. Dr. Marcos Silva;

Prof. Dr. Pedro Abelardo Santana.

Capa: Estudo de Cabeças - Arthur Timótheo Costa.

Apoio:



Sumário

Apresentação da Edição 06

Me. Lívia Maria Albuquerque Couto e Thaís Monique Costa Moura

Artigos

*As estações ferroviárias no Ceará como lugares de memória:
O despertar pela consciência patrimonial* 09
Jaciera Azevedo Rodrigues

*A proteção do patrimônio mundial
africano à luz do direito internacional* 30
Luís Canjongo Januário

*Combates Públicos e os Historiadores:
Do profissional aos diálogos públicos da história* 46
Daniel Ferreira da Silva & Pedro Henrique Perassi de Oliveira

*Historiografia, cinema, literatura e ficção:
Relações Teóricas* 61
Elizabete Farias Lima Silva & Josefa Eliana Souza

*Entre o medo e o sufrágio: A prática de
rituais fúnebres como prevenção à assombração* 75
Alynne C. B. Da Silva

Prometeu na Era Reagan? Robocop e o mito de Frankenstein 86
Mateus Dagios



Sumário

Artigos

*Diáspora Africana: Resistência, sobrevivência e
ressignificação dos sentidos no cativeiro tropical* **109**
Francisca Cibele da Silva Gomes

*Gosto amargo da escravidão: Vício da embriaguez de escravizados
no conto Pai contra Mãe (1906) de Machado de Assis* **130**
Maria Isabela da Silva Gomes

*Cenários de Trabalho do Negro no Brasil no Imediato
Pós-Abolição, Leituras Historiográficas e Sociológicas* **153**
Yuri Oliveira da Silva

Ninguém Aqui É Bom:
Juventude Negra E A Luta Por Direitos **170**
Bruna Gabriella Santiago Silva, Bruno Silva de Oliveira &
Jessicalen Conceição de Oliveira

Chile: uma volta ao passado?
*Os protestos de 2019-2020 e o balanço histórico entre
os governos de Pinochet e Piñera* **184**
Davi Silva de Carvalho

Apresentação

HORIZONTES HISTÓRICOS: QUINTA EDIÇÃO

Lívia Maria Albuquerque Couto
Mestra em História (PROHIS-UFS)
Pesquisadora do *Dominium*: Estudos sobre Sociedades Senhoriais

Thaís Monique Costa Moura
Mestranda em História (PROHIS-UFS)
Bolsista CNPq-Capes
Pesquisadora do *Dominium*: Estudos sobre Sociedades Senhoriais

Esta edição da Revista Horizontes Históricos é um exemplo de diversidade da contribuição acadêmica em amplas áreas de estudos muito complexas, mas ao mesmo tempo feita de forma simples e com eficiência. Assim como defendido por Firat (1987), a pesquisa histórica é necessária uma melhor compreensão da humanidade em diversos aspectos, como o entendimento de acontecimentos e estruturas que nela existem.

Com base nessa ampla visão historiográfica, percebemos os pontos mais salientes e aspectos formais que caracterizam os artigos citados abaixo.

Temos dois artigos que versam sobre os espaços de memória e a (não) proteção patrimonial em eixos nacionais e internacionais com os artigos: **“As Estações Ferroviárias no Ceará como Lugares de Memória: O despertar pela consciência patrimonial”** de Jaciara Azevedo Rodrigues e **“A proteção do Patrimônio Mundial Africano à luz do Direito Internacional”** de Luís Canjongo Januário. Respectivamente seguindo a ordem que citamos, no primeiro artigo mencionado a autora nos apresenta um provocante debate sobre o cuidado patrimonial com as Estações Ferroviárias do Ceará e, no segundo artigo o autor nos encaminha a um interessante debate sobre a importância de se firmar efetivamente os mecanismos de proteção do patrimônio mundial africano, já que a África é o continente que detém o segundo maior número de patrimônio em situação de perigo.

Pensando o dever e a atuação do historiador em tempos incertos temos o artigo **“Combates públicos e os Historiadores: Do profissional aos diálogos públicos da História”** de Daniel Ferreira da Silva e Pedro Henrique Perassi de Oliveira, os autores fazem uma discussão necessária sobre o papel do historiador, frente as mídias sociais e como devem se ater a difusão

da informação e utilizar essa análise em sala de aula. E em termos de exercício do historiador o trabalho **“Historiografia, Cinema, Literatura e Ficção: Relações teóricas”** de Elizabete Farias Lima Silva e Josefa Eliana Souza que propõe uma reflexão sobre as relações teóricas e simbióticas em cinema, literatura, ficção e historiografia.

Além disso, temos o artigo de Alynne Cavalcante Bezerra Da Silva **“Entre o medo e o sufrágio: A prática de rituais fúnebres como prevenção à Assombração”** que retrata os “manuais” de preparações para o falecimento, voltados para o encaminhamento dos seres ao descanso eterno pós-morte. E o artigo **“Prometeu na Era Reagan? Robocop e o mito de Frankenstein”** realizado por Mateus Dagios, em uma instigante análise comparativa entre o filme Robocop (1987) e o livro Frankenstein (1817) na busca de elucidar a semelhança estrutural do mito moderno em pleno contexto da Era Reagan (1981-1989).

Em **“Díaspóra Africana: Resistência, Sobrevivência e Ressignificação dos sentidos no cativo tropical”** de Francisca Cibele da Silva Gomes, é apresentado as diferentes performances criadas pelos africanos e afro-brasileiros no cativo. Mesmo sob o jugo do cárcere, suas práticas religiosas, culinárias, comportamentais e performáticas mantiveram-se vivas, embora por vezes camuflada na calada noite ou nas senzalas distante dos olhares e ouvidos inquisitórios.

No **“Gosto amargo da escravidão: vício da embriaguez de escravizados no conto *Pai contra mãe (1906)* de Machado de Assis”**, a autora, Maria Isabela da Silva Gomes, faz uma análise sobre o consumo de álcool pelos africanos escravizados ilegalmente e seus descendentes com o vício da embriaguez, em um conto de Machado de Assis, escrito após o fim da abolição. Nesse conto, ela destaca como era feita a cruel punição para esses cativos e as consequências disso para eles, como por exemplo, o suicídio.

Pensando de forma mais ampla o processo de Pós-Abolição, citamos o artigo: **“Cenários de trabalho do negro no Brasil no imediato Pós-Abolição, Leituras Historiográficas e Sociológicas”** de Yuri Oliveira da Silva, no qual o fundo temático é a análise sobre as transformações históricas que afetaram cenário de trabalho da população negra no Brasil. Nesse sentido, o autor procurou traçar parte do atual cenário existente na produção historiográfica sobre a população negra liberta no pós-abolição.

Já em **“Ninguém aqui é bom: Juventude Negra e a luta por direitos”** escrito por Bruna Gabriella Santiago Silva, Bruno Silva de Oliveira e Jessicalen Conceição de Oliveira, são apresentadas as ações dos movimentos negros brasileiros contra o genocídio da juventude negra, utilizando assim o modo de atuação do projeto *Batalha do Pedregal* como uma demonstração de execução.

Com relação a uma análise do contemporâneo na América do Sul, citamos o artigo **“Chile: uma volta ao passado? Os protestos de 2019-2020 e o balanço histórico entre os governos de Pinochet e Piñera”**, de Davi Silva de Carvalho, no qual o autor apresenta uma abordagem voltada para os protestos no Chile e as suas consequências naquela sociedade. Além das mobilizações sociais contra o governo de Sebastián Piñera e as reivindicações ocorridas no segundo semestre de 2019 até o início de 2020.

Por fim, convidamos todos, todas e todes para lerem os artigos dessa edição, visto que possuem enorme contribuição para a pesquisa científica e colaboram com discussões necessárias para o engrandecimento das comunidades acadêmicas de História, em particular, e das Ciências Humanas, no geral. Afinal, as temáticas relacionadas investigam os processos de transformação, sejam eles sociais, econômicos, políticos e culturais, essenciais para o desenvolvimento de estudos e pesquisas interdisciplinares.

REFERÊNCIAS

FIRAT, A. Historiography, Scientific Method, and Exceptional Historical Events. *Advances in Consumer Research*, vol. 14, issue 1, p. 435-438, 1987.

AS ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS NO CEARÁ COMO LUGARES DE MEMÓRIA: O DESPERTAR PELA CONSCIÊNCIA PATRIMONIAL

RAILWAY STATIONS IN CEARÁ AS PLACES OF MEMORY: AWAKENING THROUGH HERITAGE AWARENESS

Jaciara Azevedo Rodrigues¹

RESUMO: o presente artigo busca traçar uma análise histórica e crítica acerca do atual estado das estações ferroviárias do Ceará, denunciando o descaso que há na maioria das cidades ferroviárias, uma vez que são poucas que passaram pelo processo de valorização. A necessidade de escrever sobre essa problemática, originou-se por conta da atual conjuntura na qual estamos atravessando, em que cada vez mais esses espaços estão se tornando banalizados, não somente pelo governo, mas também pelas comunidades locais, que, não se sentem pertencidas com o tempo do trem nessas cidades. Nesse sentido, essa produção se apropria de alguns exemplos de cidades do interior do Ceará que souberam fazer bom uso de seus prédios ferroviários, em dissonância com as estações que estão deterioradas. Desse modo, as discussões desenvolvidas são instigadas pelo possível despertar da consciência patrimonial ferroviária cearense através da análise conceitual “lugar de memória” de Nora juntamente aos documentos legislativos que tratam da preservação desses bens ferroviários.

Palavras-chave: Patrimônio Ferroviário Estações Ferroviárias. Lugares de Memória.

ABSTRACT: the present article aims to analyze the current situation of railway stations in the state of Ceará, denouncing the neglect of these buildings in most railway cities, because few stations were listed. The desire to write about this problem originated because of the current situation we are living in, in which public patrimonies are often being destroyed, not only by the government, also by the local communities, which do not feel that they belong with the time of the passenger train in these cities. In this sense, this production takes advantage of some examples of cities in the interior of Ceará which knew how to make good use of their railway buildings, in dissonance with the stations that are completely deteriorated, which need urgent attention. In this way, the discussions developed in this article are originated to raise awareness of the railway heritage of Ceará using the conceptual theoretical analysis “memory’s place” by Pierre Nora and the legislative documents about the preservation of these railway heritages.

Keywords: Railway Heritage. Railway Stations. Memory Places.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Discutir sobre patrimônio, é tratar de memória, logo, essa noção teórica de se trabalhar com a memória nos permite adentrarmos numa abordagem patrimonial, sobretudo na dimensão ferroviária, que é nosso foco desse trabalho. Nessa perspectiva, a conjuntura onde estamos

¹ Mestranda em História, Cultura e Espacialidades (PPGHCE/UECE)

inseridos nos conduz a refletir acerca de algumas situações que afligem parcela significativa da população, uma delas nos leva a pensar no rumo que está tomando alguns prédios de importância histórica, muitas vezes em detrimento de uma dita modernização, com o objetivo eminente de embelezar as ruas.

Isso faz com que venhamos investir nossa atividade intelectual na investigação crítica sobre preservação e reconstrução do patrimônio cultural que auxilia, de certa forma, na formação de nossa identidade por meio das memórias que nesses locais são evocadas. Na forma como os prédios das estações ferroviárias impactaram a população da época do funcionamento do trem de passageiros, as estações localizadas no centro das cidades (des) afeta a geração de hoje que passa muitas vezes ao lado desses espaços sem compreenderem o valor significativo que já possuiu na cidade em um determinado tempo, não instigando a consciência patrimonial para fortalecimento da identidade local.

Nesse sentido, cabe-nos ter em mente que a história do patrimônio no Brasil atravessou algumas oscilações, alterando-se o conceito ao longo de sua trajetória histórica. De tal forma que a noção da dimensão cultural do patrimônio ganhou mais força nas últimas décadas, apenas. Essa ampliação de sentido oferecida ao patrimônio foi respaldada pela Constituição Brasileira de 1988.

Baltazar (2011) determina como patrimônio o conjunto de todos os bens, materiais ou imateriais, que, pelo seu valor, devem ser considerados de interesse relevante para a permanência e para a identidade da cultura de uma determinada comunidade. Nessa perspectiva, faz-se fulcral encarmos patrimônio como um conceito que recebe atribuições de várias significações, sendo aplicado em muitos contextos, no caso dessa produção, será investigado, sobretudo, o patrimônio ferroviário como uma memória que deve permanecer viva na identidade da população que durante décadas viajou no trem. Dessa forma, Candau (2016) nos diz que todo ato memorial está ligado ao projeto de uma identidade. Nesse sentido, através das memórias dos ferroviários, será possível construir um processo identitário de um determinado grupo social.

Assumindo o compromisso social, a escrita desse artigo pretende despertar aos leitores, a prática de preservar o patrimônio ferroviário nas pequenas cidades e não somente nas capitais. Ou seja, as cidades ferroviárias localizadas no interior cearense, onde foram construídas pequenas estações, hoje podemos traçar algumas dissonâncias como também ligações entre os cenários ferroviários, algumas delas tratam de forma mais atenciosa, porém em outros casos, a

realidade desses prédios é lamentável e passível de reflexão crítica, convidando-nos a promover o questionamento de como algo tão promissor no início de sua implantação, vai cada vez mais se deteriorando?

Ademais, para concretização da abordagem da história patrimonial das estações, a pesquisa se apoia na análise de leis e portarias que dizem respeito à preservação da memória ferroviária, sobretudo dos prédios das estações. No primeiro tópico do presente artigo irá ser abordado sobre isso, como também teremos a análise da lei da valoração de bens ferroviários. Ademais, através das fontes iconográficas, no segundo tópico, iremos demonstrar como as duas estações ferroviárias selecionadas para análise possuem estados distintos de preservação, pretendendo, assim demonstrar a realidade vigente em outras cidades do Ceará.

De forma teórica, no terceiro tópico será problematizado o conceito de “lugar de memória” de Pierre Nora, de forma a nos questionar o que falta para que essas estações sejam os lugares de memória que Nora (1993) descreve. Deixando a desejar, por parte da população, toda uma mobilização no que diz respeito ao desenvolvimento da consciência patrimonial dos prédios das estações. Nessa perspectiva, um dos objetivos primordiais dessa produção é compreender como se desenvolve ou não a consciência de que as estações ferroviárias são patrimônios de essência histórica, social e cultural.

A partir da incumbência em escrever sobre essa temática, cabe-nos lembrar da trajetória histórica breve de como a ferrovia chegou no Ceará. A partir da construção dessa primeira linha férrea² e de todo seu sucesso, o governo da referida província percebe a necessidade da expansão ferroviária para outras regiões do território cearense. Isso possibilita o aumento do comércio interno, pois as distâncias das cidades se encurtaram, e o aumento da exportação para outras regiões do país e do mundo é então difundida em grande massa. Embora, a priori, a ferrovia tenha sido instalada visando eminentemente o fortalecimento do transporte de cargas, foi levantada a probabilidade de o trem transportar pessoas, sendo instaurado o trem de passageiros, que fez parte do imaginário social de uma época simbólica da modernidade chegando nos sertões cearenses.

Diante da desativação do funcionamento do trem de passageiros, faz-se imprescindível preservar o que foi vivido nessas estações, que durante décadas foram palcos de sociabilidades. Hoje, faz-se fulcral esses prédios serem protegidos por lei, mas que também seja assim na

² Os primeiros trilhos cearenses foram instalados em Baturité devido a importância econômica da serra e suas riquezas naturais. Assim, houve fatores que motivaram essa escolha.

prática - realidade que ainda não faz parte da maioria dos prédios das estações cearenses. Com isso, podemos nos questionar acerca de quem deve instigar essa iniciativa de preservação, as prefeituras das cidades ou população que vivenciou tal época? Para qual setor da comunidade é atribuída essa responsabilidade histórica e social? Esses são algumas reflexões que farão sentido ao longo da leitura desse texto.

O PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO EM DEBATE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA VALORAÇÃO DAS ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO CEARÁ

Há duas categorias primordiais de memória quando se estuda o patrimônio, que pode ser oriundo de uma memória individual como também coletiva. Pollak (1989) considera a memória como uma operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, esta “se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades.” (1989, p. 7). O referido autor possui seus estudos apoiados no conceito de memória coletiva desenvolvido por Halbwachs (1990) afirmando que Halbwachs (1990) enfatiza a força dos diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos.

Entre eles se incluem os monumentos, que serão os lugares de memória que Pollak nos traz. Porém, não devemos tratar as estações ferroviárias como grandes monumentos, e sim espaços que eram abertos a grupos sociais mais populares também, ou seja, “um lugar do povo”.

Conforme Funari e Pelegrini (2006) o patrimônio coletivo não depende exclusivamente de um indivíduo para definir o que é interessante, como é o caso do patrimônio individual. O coletivo é sempre mais distante, pois é definido e determinado por outras pessoas, desde comunidades pequenas até municípios, estados, nações ou a humanidade no geral. Logo, deixaremos evidente, que as estações ferroviárias fazem parte de uma memória coletiva³, contudo, de certa forma, respalda as memórias individuais ali despertadas.

Assim, as estações ferroviárias são patrimônios que, revestidos de valores históricos, culturais e sociais, dependem do reconhecimento de uma comunidade em massa para ganhar a

³ Halbwachs desenvolveu o conceito de memória coletiva, defendendo que a memória a priori, individual é respaldada pela memória coletiva. O mesmo toma o contexto social. demonstra a importância de coletiva. Como o cenário do trem marcou uma geração inteira que utilizava esse transporte de forma significativa, então teve um impacto coletivo.

devida notoriedade, e são esses mesmos grupos que atribuem significações às estações, tomando como base o tempo do trem de passageiros.

Para entendermos as estações como patrimônios, vamos adentrar um pouco na compreensão de patrimônio. Fonseca (2009, p. 56) nos fala um pouco sobre como surgiu a ideia primordial de patrimônio, afirmando que

A imagem que a expressão “patrimônio histórico e artístico” evoca entre as pessoas é a de um conjunto de monumentos antigos que devemos preservar, ou porque constituem obras de arte excepcionais, ou por terem sido palco de eventos marcantes, referidos em documentos e em narrativas dos historiadores. Entretanto, é forçoso reconhecer que essa imagem construída pela política de patrimônio conduzida pelo Estado por mais de sessenta anos, está longe de refletir a diversidade, assim como as tensões e os conflitos que caracterizam a produção cultural do Brasil, sobretudo a atual, mas também a do passado.

Conforme Campos (2017) em seu texto sobre a trajetória do patrimônio no Brasil, através das constituições, a ideia da dimensão de patrimônio cultural foi mais desenvolvido na constituição de 1988, porém o autor pontua algumas ressalvas, trazendo o artigo 216º que conceitua os diversos tipos de bens, instrumentos e efeitos jurídicos. Esta é a única ocasião em que se utiliza a expressão patrimônio cultural, uma vez que os artigos complementares se referem apenas ao patrimônio histórico e artístico, ou seja, ideia firmada ainda no governo de Getúlio Vargas (1930-1945), remetendo à compreensão inicial de patrimônio.

Sobre as primeiras compreensões acerca do patrimônio, Pelegrini (2006, p. 64) afirma que as práticas preservacionistas iniciais foram orientadas por critérios seletivos pautados na característica estética e estilística das obras. Todavia, ao pensarmos na contemporaneidade, podemos revestir a perspectiva de patrimônio numa dimensão da diversidade, cidadania e direitos. Conforme Pelegrini o direito à memória e à preservação do patrimônio cultural constituem um exercício de cidadania.

Tratando-se do patrimônio ferroviário, conforme Matos (2020, p. 3) “O movimento de requisição do direito à memória, a identidade e ao passado ferroviário como um atributo devido pelo Estado brasileiro teve longa caminhada”. Ou seja, tem toda uma trajetória de flutuações e que não é a função desse artigo se aprofundar, mas demonstrar que desde quando instituída no governo de Vargas, a ideia de patrimônio foi sofrendo modificações, sobretudo no que se refere a necessidade da criação de políticas voltadas para a prática de preservação.

Sandra Jatahy Pesavento reforça essa ideia nos seus estudos acerca de memória e patrimônio quando fica subentendido que lidar com o passado é poder exercer seus direitos como cidadão. Logo, podemos destacar que a prática ao patrimônio histórico cultural é sim um

instrumento da cidadania. Ao tratar de memória e patrimônio, devemos tomar como base o aspecto de pertencimento. Pois assim como afirma Pelegrini (2007, p. 89) “o direito à memória e à preservação do patrimônio cultural de distintos grupos constitui um exercício de cidadania importante para fundamentar as bases das transformações sociais necessárias para a coletividade.”

Ainda de acordo com Pelegrini (2007, p. 91)

Assim, podemos inferir que não somente os objetos ou as coisas, mas suas representações imagéticas e simbólicas circulam nas entranhas das memórias dos sujeitos sociais, em meio a sentimentos e vivências que resistem ao ocaso e se mantêm devotadas a sustentar vínculos com os seus lugares de pertencimento, historicamente construídos. Essa articulação se dá, pois os objetos, sons ou aromas dinamizam a memória coletiva ou individual e constituem manifestações da materialidade da cultura de um grupo social, desencadeando tensões entre as reminiscências e o esquecimento, numa busca constante de fortalecimento de seus elos com o seu lugar de pertencimento.

Oliveira (2010)⁴ em uma de suas vastas produções acerca do patrimônio ferroviário, considera que as referências patrimoniais são os objetos constitutivos da memória da formação, formas de trabalho e vida passadas ou atuais. De todo modo, o patrimônio se apresenta como a materialização de um discurso sobre o passado. Tal como nos fala Pelegrini (2007, p. 87) que considera patrimônio cultural como “*locus* privilegiado onde as memórias e as identidades adquirem materialidade”.

Apoiada nessas leituras, podemos inferir que as estações ferroviárias são patrimônios, que, revestidos de valores sociais e culturais, dependem do reconhecimento de uma comunidade em massa para ganhar a devida notoriedade, e são esses mesmos grupos sociais que estão inseridos no tempo do trem de passageiros e assim, atribuem significações às estações.

Como já mencionado, patrimônio e memória são conceitos que podem ser pensados em diálogos, de forma que patrimônio não nasce com a sociedade, a sua essência é construída ao longo do tempo pelos grupos, tornando-se resultado das vivências oriundas de determinado tempo. Sendo assim, é possível que essa tradição de preservar tal bem, perpasse as gerações e as estações ferroviárias incorporam efetivamente essa percepção. Embora a geração de hoje não se reconheça e não se sinta pertencida, podemos propor uma reflexão crítica, para isso começaremos.

⁴ Eduardo Romero de Oliveira atualmente é Professor Assistente da Universidade Estadual Júlio Mesquita Filho, onde nos últimos anos tem se dedicado ao estudo do patrimônio, da história e da cultura dos transportes, especialmente do ferroviário. Nesse sentido, um grande referencial nos estudos que abordam acerca do patrimônio ferroviário.

A história da ferrovia brasileira é marcada por administrações distintas, desde empresas estatais, até mesmo estrangeiras. Tomando como base o período em que a Rede Ferroviária Federal esteve administrando a ferrovia, em 1997 ocorreu o processo de privatização. Neto; Carneiro; Giannecchini (2012, p. 3) nos dizem que após a privatização da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA),

As estações, em sua maioria, foram fechadas por não serem necessárias à operação ferroviária do transporte de cargas. Esse fato gerou um processo de deterioração dos prédios, que, abandonados, passaram a ser depredados e pilhados, o que representa uma séria e constante ameaça ao desaparecimento de importantes exemplares do patrimônio ferroviário.

A partir do ano em que a RFFSA foi completamente extinta- 2007, foi instituída a Lei nº 11.483⁵ na qual informava que o Instituto Histórico Artístico Nacional (IPHAN) passou a ter atribuições específicas para preservação da memória ferroviária. A referida Lei dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário e estabelece em seu artigo 9º: “Caberá ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta RFFSA, bem como zelar pela sua guarda e manutenção.”

Com isso, conforme o Manual Técnico do Patrimônio Ferroviário, desde 2007, o Iphan tem realizado um amplo inventário de conhecimento do patrimônio cultural ferroviário, já tendo sido catalogados mais de seis mil edifícios. Os estados de conservação são os mais diversos, sendo que muitos estão abandonados e em condições precárias de preservação, como é o caso da estação aqui analisada.

Nesse sentido, atrelada à lei 11.483/2007, o Iphan publicou a Portaria nº 407/2010 instituindo a Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário como um novo instrumento de preservação, onde serão inscritos todos os bens declarados como detentores de valor artístico, histórico e cultural, na qual atribuímos a nomenclatura de bens valorados. É importante mencionar que esse procedimento se aplica, exclusivamente, aos bens oriundos do espólio da extinta RFFSA. Ademais, a portaria instituiu a Comissão de Avaliação do Patrimônio Cultural Ferroviário, responsável pela atribuição do valor.

⁵ A Lei 11.483, de 31 de maio de 2007, atribuiu ao Iphan a responsabilidade de receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal SA (RFFSA), bem como zelar pela sua guarda e manutenção. Desde então o Instituto avalia, dentre todo o espólio oriundo da extinta RFFSA, quais são os bens detentores de valor histórico, artístico e cultural. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/127>

Ou seja, para ser efetivada a inscrição na referida lista, os bens são avaliados por uma equipe técnica da Superintendência do Estado onde estão localizados e, posteriormente, passam por apreciação do departamento de patrimônio material e fiscalização, cuja decisão é homologada pela Presidência do Iphan. Desse modo, essa lista recebe atualizações constantemente de bens imóveis, sendo, a mais recente versão atualizada datada de 29 de abril de 2022.

Como já mencionado, essa mesma portaria dispõe sobre os critérios de valoração e o procedimento de inscrição de bens na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário, visando à proteção da memória ferroviária. Em seu Art. 2º menciona quem pode, de forma legítima, provocar a instauração do processo de valoração. Sendo assim, conforme o documento, esse pedido pode partir de uma pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado.

Após o interesse, o art. 6º dispõe sobre o que deve constar em um pedido de valoração de um determinado bem:

Identificação do proponente (nome, endereço, nº RG, nº CPF ou CNPJ, telefone, e-mail); II - denominação, endereço completo e localização georreferenciada do bem proposto para valoração, quando possível; III - nome do proprietário ou do responsável pelo bem móvel ou imóvel e dados de contato, quando possível; IV - descrição do bem; V - justificativa do pedido apontando o potencial valor para compor o patrimônio cultural brasileiro; e VI - foto atual que permita a identificação do bem.

Ainda de acordo com a portaria que trata sobre os procedimentos para efetivar o processo de valoração, para a proposta ser recebida de forma positiva, há que se considerar a consistência da justificativa em relação ao interesse nacional na preservação do bem. Para fins de consulta, vale ressaltar que a Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário será apresentada em meio digital e impresso, estando disponível para consulta por qualquer interessado no endereço eletrônico do Iphan.

Ainda sobre esse documento que rege a legislação do patrimônio ferroviário, o capítulo V trata dos efeitos da valoração, e especificamente no Art. 22 é afirmado que os bens inseridos na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário gozam de proteção, com vistas a evitar seu perecimento ou sua degradação, apoiar sua conservação, divulgar sua existência e fornecer suporte a ações administrativas e legais de competência do poder público.

Esses decretos e leis que foram e são criados em torno da preservação do patrimônio ferroviário e são essenciais no prevalecimento das memórias desses lugares. Essas leis que determinam um certo cuidado e preservação desses bens “Trata-se na verdade de uma ‘nova’

etapa marcada também por instabilidades, e sujeita a reinterpretações e reclassificações.” (REIS, 2014, p. 02). Infelizmente, a estação ferroviária de Reriutaba, um dos objetos de análise desse artigo, não está tombada, muito menos, registrada na lista de valoração. Isso gera indignação por parte de quem compreende o valor social, cultural e histórico dessa estação. Oliveira (2012, p. 100) afirma que

Assim, por exemplo, seria possível compreender o reconhecimento do objeto patrimonial e de suas formas de proteção legal, tanto na perspectiva dos agentes sociais envolvidos, quanto pela formulação de valores que fundamentam pareceres técnicos, bem como ações de preservação e de defesa dos objetos e edifícios.

A partir dessa perspectiva, torna-se evidente que apesar de todo aparato nas leis, há muito que ser trabalhado na consciência patrimonial dos cidadãos, que não se sentem envolvidos em preservar seu passado. Dessa forma, o tempo do trem foi tido como moderno de uma época e que hoje se traduz em antigo e ultrapassado de forma que podemos visualizar cenários distintos na forma de estado das estações a depender de cada município, onde, através do poder público, é promovido alguma revitalização, e outras estações passíveis de deterioramento ao passar dos anos, décadas e séculos.

Candau (2016) afirma que “querem patrimonializar a França toda”, isso significa que há nesse país preocupação em salvaguardar o que foi vivido. Já na nossa realidade brasileira, é visto com banalidade um processo de revitalização que poderia ter acontecido há algum tempo. Nesse sentido, intitular estações ferroviárias como lugares de memória seria problemático, uma vez que não houve no Brasil e nem há a mesma relação acontecendo. Devemos tomar como base que quando Nora (1993) desenvolve o conceito de “lugar de memória”, o autor não está falando para todo lugar do mundo. Sobretudo na França, houve movimentos de organização dos lugares de memória, ou seja, lugares para lembrar, que reúne arquivos.

Nora (1993) está analisando uma sociedade que está tentando lembrar de tudo, mas não consegue, isso demonstra uma forte relação com o passado. Tratando da nossa realidade brasileira, em relação às estações ferroviárias, não há uma preocupação da sociedade como um todo em preservar esses lugares. É mais um grupo social em específico que não deixa de ser a minoria. Diante dessa problemática, podemos refletir acerca do que podemos fazer para tornar essas estações como lugares de memórias, não somente para os que vivenciaram aquela época, mas instigar uma consciência de preservação na geração de hoje. Ao final da leitura ficará claro se realmente a sociedade se sente engajada e envolvida nessa história em prol da patrimonialização das estações ferroviárias.

DISSONÂNCIAS DAS REALIDADES ENTRE AS ESTAÇÕES CEARENSES: AS CIDADES DO INTERIOR TAMBÉM APARECEM

Nesse tópico, utilizaremos o caso de duas estações ferroviárias localizadas nos municípios de Reriutaba⁶ e Aurora⁷ como exemplos que marcam essa dissonância dos estados desses prédios em cada uma dessas cidades, demonstrando como o Ceará conta com cidades ferroviárias que fazem bom uso de suas estações, mas também cidades que ainda não desenvolveram a devida consciência patrimonial.

Apesar da estação de Aurora atualmente possuir um determinado fim cultural, na estação de Reriutaba não há efervescência da prática de preservação. Ou seja, embora a estação de Reriutaba esteja esquecida, esta, justamente representa as demais estações do Ceará que estão abandonadas, tanto perante o poder público como também diante da própria comunidade local. Enquanto, que, em Aurora, a referida estação está inscrita na lista de valoração do Iphan, representando também aquelas cidades ferroviárias que fazem bom uso de suas estações.

A imagem abaixo, mostra um print do *site* “Estações Ferroviárias do Brasil”, na busca pela estação de Reriutaba, percebe-se que no quesito “uso atual”, que há total desconhecimento, ou seja, não há efetivamente um uso para essa estação nos dias de hoje. Infelizmente, esse status é a realidade de outras cidades localizadas no interior norte cearense.



ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS
do Brasil

[Home](#)

Estações - S. Paulo

A	B	C	D	E
F	G	H	I	JK
L	M	N	O	P
Q	R	S	T	U

[VXY Mogiana em MG](#)

Siga a linha:
[Índice de estações](#)

...

[Amanaiara](#)

[Reriutaba](#)

[Pires Ferreira](#)

...



E. F. de Sobral (1893-1909)
Rede de Viação Cearense (1909-1975)
RFFSA (1975-1997)



RERIUTABA
(antiga SANTA CRUZ e SANTA CRUZ DO NORTE)
Município de Reriutaba, CE

Linha Norte - km 294,174 (1960) CE-3467

Altitude: 147 m **Inauguração:** 01.12.1893

Uso atual: desconhecido com trilhos

Data de construção do prédio atual: n/d

⁶ Cidade ferroviária cearense localizada na região norte do estado do Ceará.

⁷ Cidade ferroviária cearense localizada na região sul do estado do Ceará.

Figura 1: printScreen da página inicial do site estações ferroviárias do Brasil.

Fonte: arquivo pessoal da autora, 2022.

Se formos pesquisar outras estações nesse referido *site*, sobretudo do sul do Ceará, o estado atual seria “em ruínas”. Isso é bem lamentável. “Ruínas” é uma palavra tão pequena, mas que abarca um grande significado e transmite um forte impacto. Exemplos de prédios de estações que estão nesse estado “em ruínas” são as localizadas em Amanaju no município de Senador Pompeu e Água Verde em Guaiuba.

Nesse sentido, segue a próxima imagem que muito bem demonstra o quanto o prédio da estação de Reriutaba está deteriorado, necessitando de reparos, e de um uso por parte da população. Para que assim, o lugar se torne vivo, na consciência de cada um. Imaginemos infinitas possibilidades que há, em um prédio abandonado no centro da cidade, o quão pode ter serventia para a população, preservando seus aspectos históricos, é possível atribuir algum uso de cunho educacional e até mesmo cultural de forma a fomentar as práticas sociais e culturais da cidade.



Figura 2: vista da lateral da Estação Ferroviária de Reriutaba, Ceará.

Fonte: arquivo pessoal da autora, 2022.

Chegamos a ser redundantes no que se refere ao estado lamentável que se encontra essa estação. A realidade desses prédios é passível de reflexão crítica, convidando-nos a promover

o questionamento de como algo tão promissor no início da instalação, nos tempos atuais vai cada vez mais se deteriorando? Voltando para a análise estrutural da fachada da Estação, podemos perceber que algumas de suas portas e janelas foram recobertas por paredes de cimento, ainda não foi possível apurar o motivo de tal ação. Talvez para não haver invasão internamente, já que as portas já estão sem segurança alguma.

Ademais, podemos nos questionar criticamente como um lugar com potencial de memórias consegue se transformar nisso? Agora, analisaremos a estação ferroviária de Aurora, onde atualmente é um ponto cultural no centro urbano. Um prédio que foi revitalizado, embora tenha sido preservado sua fachada, houve preocupação por parte dos moradores ou do poder público em promover alguma utilidade para esse prédio hoje. Fazendo com que o fluxo de pessoas aconteça de forma eficaz e saudosista por muitos que viveram a época de fervência das pessoas esperando o trem chegar ou partir.

Dessa forma, não somente resgatando os traços da estação, mas também o cenário vivo do cotidiano que fazia parte no funcionamento do trem de passageiros no local. Atualmente, o prédio da Antiga Estação de Aurora abriga uma biblioteca pública e há planos para transformá-la em um memorial da ferrovia local.



Figura 3: atual fachada da Estação Ferroviária de Aurora, Ceará.

Fonte: arquivo pessoal da autora, 2022.

Nesse momento, foram apontadas as dissonâncias entre as estações, mas iremos demonstrar que todas localizadas no estado consegue se ligar em alguns aspectos que serão aqui

elencados. Um dos pontos que faz ligação entre as realidades dessas duas cidades é o elemento modernizador sentido para além da capital, adentrando nas cidades interioranas. Aranha (2010) nos diz que a sedução do moderno permeou nesses locais, ou seja, houve impacto modernizador em cidades para além da capital.

Assim, ainda conforme Aranha (2010) quando trata sobre as estações nos seus cerne de origens, estas, denotam marcos de uma série de novidades provindas da modernidade, que, conseqüentemente, trouxe mudanças pertinentes na dinâmica da vida cotidiana implicando em um progresso- termo esse muito usado nos discursos da época que a ferrovia alcançou seu ápice no Ceará, uma vez que essa modernidade seduzia o imaginário social. Sobre isso, Aranha (2010, p. 138)

A primeira constatação a fazer é que o trem imprimia um novo ritmo de vida cotidiana dos lugares por onde passava, em particular nas cidades, vilas ou núcleos rurais marcados pela existência de estações ferroviárias, contribuindo para que essas tenham se tornando uma espécie de passeio público ou um local extremamente atraente, um ambiente de intensa sociabilidade.

Outra particularidade que devemos pensar quando fazemos a comparação da realidade ferroviária das cidades do interior e a capital, é que acabam chegando ao tempo presente como resquícios do arcaico fortalecendo a ideia de patrimônio histórico. Nesse sentido, ambas estações resistiram ao tempo e descarrilham no tempo presente, revestidas de símbolos modernos, mas também por significações de resistência. Ou seja, o que outrora foram representantes da modernidade do século XIX e XX, atualmente podem ser consideradas elementos de historicidade, memória, identidade e valoração patrimonial.

Ademais, há que se notar o declínio do tempo do funcionamento da ferrovia que foi deixado, a saudade acabou sendo a mesma, embora o cuidado da temporalidade de hoje não reconheça isso. Atualmente, cidadãos que viajavam de trem frequentemente, ou até mesmo trabalhadores ferroviários, atualmente aposentados, rememoram com muita força a saudade daquele tempo. De certa forma, sentem-se angustiados pelo cenário apresentado hoje de não haver uma atenção significativa para aquele tempo, que poderia estar reproduzido em algum ponto histórico e cultural da cidade como “fonte de memórias”.

Como já ficou notório, para além de alterar a infraestrutura dos locais por onde chegava, o trem modificava o cotidiano dos moradores que possuíam um ritmo na cidade. Um dos aspectos que se evidencia isso é através dos horários da chegada e partida no trem. Desse modo, a figura do trem nessas cidades consegue alterar o imaginário da população, que, durante muitas

décadas assistiu admiradamente os efeitos de todo esse desenvolvimento promovido nos centros urbanos.

Sendo assim, a nossa intenção nesse tópico, não foi apenas apontar convergências entre as realidades dessas duas estações cearenses ferroviárias, mas também demonstrar que há pontos de divergências que inserem esse objeto de estudo, a variar de acordo com o local onde se situa, para que assim seja possível denunciar o cenário desigual de preservação no que se refere ao tratamento das estações no Ceará.

Fica perceptível que mesmo com o fim das viagens de trens, os espaços ferroviários ainda podem ser revisitados como lugar de encontro, cultura, vivências e experiências identitárias. O *sonho azul* era um trem que passava pela linha sul do Ceará, como também norte. Atualmente, os moradores mais antigos dessas cidades ferroviárias cearenses que vivenciaram esse tempo do trem de passageiros, lembram com nostalgia as paradas em cada estação durante as viagens no *sonho azul*, sendo assim, nos cumpre questionar se essas estações onde o trem parava para desembarque e embarque de passageiros podem ou não receber designações de lugares de memórias.

AS ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS COMO LUGARES DE MEMÓRIA

Certeau (2008) desenvolve estudos em torno dos conceitos de lugar e espaço, afirmando que para um lugar, a priori, sem muita vida, tornar-se espaço, há necessidade de ocupação por parte dos sujeitos históricos, o que conseqüentemente o autor denomina como *lugar de ocupação*. Com isso, esse lugar acaba incorporando o que Certeau (2008) chama de *espaço*, o qual será repleto de vivências e experiências históricas, e todo esse modo de viver trará memórias, assim, o indivíduo é dotado de pertencimento com determinado local adquirindo uma identidade própria.

Tendo em vista essas concepções, um espaço pode se constituir como “lugar de memória”, conceito trazido pelo historiador francês Pierre Nora, a partir do momento que recebe (res) significações por parte dos habitantes que passarão a interagir nesses locais.

Nora (1993) introduziu o termo “lugar de memória”, fazendo ligações diretas aos espaços repletos de práticas na França. Trazendo essa teoria para as devidas contribuições as quais memorialistas cearenses trazem para a historiografia ferroviária, podemos refletir se é possível considerar cada estação cearense um “lugar de memória”, levando em conta que Nora (1993)

toma nota da importância da população envolvida e interessada para que esse lugar venha se tornar de memórias.

Mais eis o questionamento, tratando-se da realidade brasileira, será se a população como um todo está preocupada em transformar essa estação em patrimônio? Pode ser que essa iniciativa esteja partindo apenas da minoria. Infelizmente, na maioria dos municípios cearenses, os prédios das antigas estações se encontram desgastados, logo, necessitando de um reparo e uma possível revitalização, preservando os aspectos históricos da fachada, por exemplo. Essa situação vem se agravando com o passar dos anos.

Em consonância a isso, podemos afirmar que a memória auxilia na formação da identidade de grupos sociais, pois é um elemento vivo na consciência de cada um, pautada na continuidade, sendo passível de mutações, uma vez que vai ganhando diferentes contornos na medida em que é transmitida. Logo, a memória tem muito a ver com o despertar da consciência patrimonial, pois será na tentativa de rememorar o que foi vivido nas estações, que será possível o sujeito histórico adquirir alguma sensibilidade diante desse espaço, uma vez que fez parte do cotidiano em algum momento de sua vida.

Os lugares de memória são tidos como como lugares simultaneamente materiais, simbólicos e funcionais, demonstrando que há uma coexistência entre essas três fatores que constitui necessariamente um “lugar de memória” (NORA, 1993). Entretanto, mesmo que nem toda parcela da sociedade reconheça, e tenha essa consciência de preservar -como foi a realidade da França- as estações ferroviárias podem ser pensadas através da perspectiva de serem materiais, prédios físicos construídos com uma arquitetura europeia e que ocupa um grande espaço no imaginário social. Mas ao atribuímos estas como lugares de memórias pode ser problemático, sobretudo quando trazido para a realidade brasileira. Não é suficiente as estações serem materiais, simbólicas e funcionais, é preciso haver o impulsionamento da população em prol da preservação desses bens em cada local.

Para Nora (1993) através da perda da sociedade francesa atual, há uma obsessão em fazer história de forma exaustiva, querendo transformar tudo em patrimônio. De igual maneira, Candau (2016, p. 158) vai dialogar com essa mesma ideia quando nos afirma que

A sociedade francesa contemporânea manifesta um imenso desejo de memória que se traduz em um gigantesco esforço de inventário, salvaguarda, conservação e valorização dos supostos indícios de seu próprio passado, a ponto de fazer do país inteiro um imenso museu.

Podemos notar que o pensamento de Nora (1993) e de Candau (2016) se convergem no que se refere ao senso da França pelo despertar da consciência patrimonial. Com isso, podemos refletir acerca da nossa realidade brasileira que muito se distancia dos ideais franceses no que diz respeito à valorização da sua história, instigando-nos a pensar sobre a constituição da história, será que se dá pela dissolução crítica da memória? mas também podemos afirmar que a história demanda, explica, mantém os lugares que comportam as memórias.

Nora (1993) afirma que se não fosse a história intervindo, os lugares de memória não passariam da função de simples guarda memorial. O “lugar de memória” diz muito sobre nossa relação com aquele espaço em um determinado passado. O autor complementa dizendo que “mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica.” (NORA, 1993, p. 21) mas aqui, concernente esse simbolismo que o autor está tratando, pode ser pensando e sentido de forma social. O que infelizmente aparenta não ser uma prioridade da geração de hoje, que não possui dimensão da importância das estações.

Embora a ideia de patrimônio antes se restringisse apenas aos grandes monumentos históricos, hoje em dia podemos visualizar a democratização desses lugares, podendo ser atribuído valor patrimonial aos prédios que não necessariamente pertenceram às elites e famílias mais tradicionais. Nora (1993) afirma que os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, ou seja, que é preciso criar esses espaços e instituir como repleto de memórias, tendo em mente que é preciso manter aniversários, organizar celebrações e ter sempre uma agenda que ressalte o valor daquele determinado bem.

Como acontece o processo para considerar um “lugar de memória”? Há pré-requisitos? Como vimos no pensamento de Nora (1993) um lugar não nasce um “lugar de memória” e sim, torna-se. Ao se construir a estação, não foi diretamente com a função de que seria um espaço de memórias, ou tampouco que poderia ser útil para tornar-se museu. Pensou-se que seu funcionamento poderia ser duradouro e que não iria parar de funcionar, já que servia muito bem à sociedade. Passado algum tempo, após o fechamento da estação, foi colocada à tona algumas reflexões sobre as possibilidades e desafios para que esse objeto se tornasse um “lugar de memória”.

Podemos nos questionar se será os lugares de memória, espaços onde a memória se refugia e se cristaliza? na verdade, nos lugares de memórias permanecem vivas as memórias do que foi vivenciado, sendo passível de transformações e flutuações a depender de quem esteja

se recordando, as lembranças vivas na consciência de cada um. Como dito anteriormente, as estações ferroviárias, sejam no eixo Sul ou Norte do Ceará, possuem em si um repositório de sensibilidades, memórias e nostalgias.

Dessa forma, Tomaz (2010) constrói sua ideia de patrimônio cultural alicerçada no conceito teórico de Nora (1993) afirmando que esses lugares de memória que são atribuídos dentro de uma respectiva de demanda social “fazem parte da memória coletiva de determinado grupo, a memória de um passado comum e de uma identidade social que faz com que o grupo se sinta parte daquele lugar, do espaço que traz a lume a história de todos.” (TOMAZ, 2010, p. 2).

Tomaz (2010, p. 2) ainda nos diz que “Cada edificação, portanto, carrega em si não apenas o material de que é composto, mas toda uma gama de significados e vivências ali experimentados.” É perceptível como o autor chama a atenção para a importância de se ter lugares de memórias. Dessa forma, com esse trabalho, propomos reflexões que nos levam a pensar nas razões pelas quais esses lugares não são considerados de memórias por parte de uma parcela da população, ou seja, o que falta para se tornarem? será se toda a população local, assim como na sociedade francesa, está instigada e engajada nessa patrimonialização?

Pelegri (2007) destaca que uma das demandas tangenciadas para apreensão das questões de patrimonialização é que os bens culturais, em particular, aqueles identificados por alguns segmentos sociais como patrimônio, nem sempre são reconhecidos por outros grupos. Assim, como é o caso das próprias estações ferroviárias. O jovem que nunca viajou de trem, poderá sentir o mesmo afeto do seu avô que tanto viajava? Ora, os mais idosos que são mais induzidos a desenvolver uma sensibilidade mais sólida referente ao prédio da estação do seu local. Pelegri (2007, p. 89) “Essa lógica da pertença lhes assegura uma identidade cultural, que constitui um suporte precioso para formação do cidadão.”

Pesavento (2005) nos diz que para recuperar a cidade do passado implica não somente reconstruir, revitalizar restaurar os prédios ditos históricos, ou seja, a autora promove uma reflexão para além da preservação material desses espaços que devem sim ter importância significativa, sobretudo as estações ferroviárias, nos centros urbanos.

Com isso, Pesavento (2005, p. 209) completa seu pensamento afirmando que é preciso ir além dessa instância perpassando o simbólico e o sensível. Afirmando que “ao salvaguardar a cidade do passado, importa, sobretudo, fixar imagens e discursos que possam conferir uma certa identidade urbana, um conjunto de sentidos e de formas de reconhecimento que a

individualizem na história. Quando tratamos de sensibilidades, podemos pensar sobre pertencimento. Esse sentimento está contido não apenas no material, mas nas memórias, tradições, rememorações das vivências passadas, como foi o caso das estações.

Pesavento (2005) traz o elemento tempo como capaz de modificar o espaço “onde as práticas sociais do consumo e da apropriação do território não só alteram as formas do urbano como também a função e o uso do mesmo espaço, descaracterizando o passado da cidade” (2005, p. 210)

A autora nos revela o sentimento que pode ocorrer, no caso de espaços que passaram por significativas transformações, como pode haver a perda da sensibilidade devido, por exemplo, esses prédios não estarem na mesma estrutura de quando funcionava, como podemos citar o caso das estações. Ademais, a autora nos diz que devido os estados de preservação estarem hoje tão diferentes da época de funcionamento, não poderá ser possível, despertar, de forma automática a rememoração.

Ou seja, haverá, “um certo bloqueio da sensibilidade, impedindo de reconhecer, sob as formas novas, o passado do urbano, ali escondido. [...] que só podem ser despertados pela ativação de um olhar sensível e por um processo que implica ensinar a pensar.” Assim, a autora reforça que, nesse caso, é preciso esforço da imaginação, capaz de criar um olhar especial diante daquilo que já foi um dia algo e que hoje já não é mais. Sendo assim, nosso olhar é mais voltado ao despertar de uma consciência patrimonial perante esses espaços.

CONCLUSÃO

Portanto, não podemos permitir que o patrimônio ferroviário desapareça por falta de consciência pública. Nossa história não pode se transformar em ruínas. Há ainda muito que se desenvolver de consciência patrimonial, como também de trabalhos que busquem tecer sobre essa temática, que atravessa muros acadêmicos, perpassando na dimensão social.

Desse modo, as discussões desenvolvidas nessa produção são instigadas pelo possível despertar da consciência do patrimônio ferroviário cearense, utilizando-se da análise teórica conceitual “lugar de memória” de Pierre Nora. A partir disso, podemos refletir acerca do que a população compreende do valor, da importância e se acham se deveria ser preservado, mesmo que são pessoas mais humildes e que não sabem como funcionam o Iphan, mas quando se fala de valor, elas sabem atribuir valor a experiências que a cidade passou. Então, o desenvolvimento de um trabalho que trate metodologicamente das falas desses sujeitos, pode ser um grande potencial de pesquisa.

Desse modo, podemos avaliar como essa temática pode perpassar para as realidades das demais cidades do interior cearense. Esperamos que possa instigar os historiadores das demais cidades ferroviárias a assim como eu, buscar documentações, e se não há essas fontes documentais, que seja produzida, através das fontes orais. Assim, tentei mostrar um pouco do vasto universo de possibilidades das formas de se trabalhar metodologicamente com a história do patrimônio ferroviário local através da análise das fontes aqui referenciadas.

REFERÊNCIAS

FONTES DOCUMENTAIS

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111483.htm
Acesso em: 20 mai. 2022.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, **Portaria nº 407/2010 de 21 de dezembro de 2010** Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria4072010alteradaportaria_1722016.pdf.
Acesso em: 10 mai. 2022.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, **Portaria Iphan nº17, de 02 de maio de 2022** Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/PORTARIA_IPHAN_N17_29ABRIL2022-DOU-Imprensa%20Nacional.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, **Inventário sumário de varredura do patrimônio da RFFSA no Ceará**, 4ª Superintendência Regional, 2008.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, **Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário** (atualizado em 01/08/2022) Bens declarados valor histórico, artístico e cultural

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Manual Técnico do Patrimônio Ferroviário**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria4072010alteradaportaria_1722016.pdf.
Acesso em: 20 ago. 2022.

BIBLIOGRAFIA

ARANHA, Gervacio Batista. As estações de trem nas cidades do Norte brasileiro como símbolos de um novo tempo (1880-1930). In: SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. **Cidades e experiências modernas**. Antonio Clarindo Barbosa de Souza, Paula Rejane Fernandes. – Campina Grande, EDUEFCG, 2010.

BALTAZAR, A. **Patrimônio cultural: técnicas de arquivamento e introdução à Museologia**. Batatais: Claretiano, 2011.

CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. «Trayectoria constitucional del patrimonio cultural en Brasil». **Memoria y Sociedad** 21, n.º 42 (2017): 50-57. <https://doi.org/10.11144/Javeriana.mys21-42.tpcp>

CANDAU, J. **Memória e identidade**. tradução Maria Lecicia Ferreira. - 1. ed., 3ª reimpressão, São Paulo: Editora Contexto, 2016.

NETO, José Rodrigues Cavalcanti; CARNEIRO, Fernanda Gibertoni; GIANNECCHINI, Ana Clara. Avanços e desafios na preservação do patrimônio ferroviário pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **VI Colóquio Latino Americano sobre recuperação e preservação do patrimônio industrial**, 2011.

CERTEAU, Michel: **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2008.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, v. 28, p. 59-79, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

MATOS, LUCINA FERREIRA. Memória nos trilhos: o patrimônio ferroviário e sua contribuição às práticas preservacionistas brasileiras na década de 1980. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 28, 2020.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. Memória, história e patrimônio-perspectivas contemporâneas da pesquisa histórica. **FRONTEIRAS: Revista de História**, v. 12, n. 22, p. 131-151, 2010.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. Usos sociais do patrimônio cultural. **Educação, Identidades e Patrimônio**, Assis, Fecilcam, p. 101-128, 2012.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas. **Patrimônio e Memória**, v. 3, n. 1, p. 87-100, 2007.

PELEGRINI, S. C. A. **O patrimônio cultural no discurso e na lei**: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil. Patrimônio e Memória - Revista Eletrônica, v. 2, n. 2, p. 54-77, Assis - São Paulo: UNESP – FCLAs – CEDAP, 2006.

PESAVENTO, Sandra J. **Cidade, Espaço e Tempo**: Reflexões sobre a Memória e o Patrimônio Urbano. Cadernos do LEPAARQ. Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio, Pelotas: EGUPPel, vol. II, n. 4, 2005, p. 09-17.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio in: Revista Estudos Históricos. **Rio de Janeiro**, v. 2, n. 3, 1989.

REIS, D. “Fabricando a “alma da cidade” e a história da nação: embates e instabilidades nos processos de patrimonialização”, **Antíteses**, v. 7, n. 14, p. 146-170, 2014.

**As estações ferroviárias no Ceará
como lugares de memória:
O despertar pela consciência patrimonial**

JACIARA AZEVEDO RODRIGUES

TOMAZ, P. C. “A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil”. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, v. 7 n. 2, 2010.

A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL AFRICANO À LUZ DO DIREITO INTERNACIONAL

THE PROTECTION OF THE AFRICAN WORLD HERITAGE IN THE LIGHT OF
INTERNATIONAL LAW

Luís Canjongo Januário¹

RESUMO: O presente artigo tem como finalidade estudar a proteção do patrimônio mundial africano à luz do direito internacional. O continente africano é, essencialmente, um continente rico em história e cultura, porém de acordo com a United Nations Educational Scientific and Cultural Organization (UNESCO), a África detém o segundo maior número de patrimônio mundial listado em situação de perigo. Nessa senda, a destruição de patrimônio cultural mundial tem encontrado o seu palco no continente africano. A realização do presente artigo adota um procedimento bipartido entre a análise bibliográfica e a documental. Parte-se de uma abordagem conceitual do patrimônio cultural, natural e misto; depois, apresentam-se os instrumentos jurídicos de proteção; por fim, analisa-se o estado do patrimônio mundial africano. Observa-se a necessidade de se criar mais mecanismos de proteção ao patrimônio mundial africano, assim como, os Estados africanos devem estar mais comprometidos com a promoção e proteção do patrimônio cultural da região.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Instrumentos Jurídicos. Patrimônio Mundial Africano.

ABSTRACT: This article aims to study the protection of African world heritage in the light of international law. The African continent is essentially continent rich in history and culture, but according to the United Nations Educational Scientific and Cultural Organization (UNESCO), Africa has the second largest number of world heritage listed in danger. In this path, the destruction of world cultural heritage has found its stage in the African continent. The realization of this article adopts a bipartite procedure between bibliographic and documental analysis. It starts with a conceptual approach to cultural, natural and mixed heritage; then, the legal protection instruments are presented; Finally, the state of African world heritage is analyzed. There is a need to create more mechanisms to protect the African world heritage, as well as the African States must be more committed to the promotion and protection of the region's cultural heritage.

Keywords: Cultural heritage. Legal Instruments. African World Heritage

¹ Professor de Direito da Universidade Lusfada de Angola. Membro do Centro de Direitos Humanos e Cidadania da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Angola. Mestre em Direito Internacional e Licenciado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Especialista em Docência para o Ensino Superior pela Faculdade Integrada AVM.

INTRODUÇÃO

No cenário internacional, a preocupação com a proteção do patrimônio cultural da humanidade não é um assunto novo. Nesse sentido, a partir do século XIX, particularmente em contexto de conflitos armados, a proteção do patrimônio cultural passou a gozar de uma melhor estrutura. Importa salientar que, assim como a proteção não é um assunto recente, a destruição, saque ou pilhagem e tráfico não o são. Especialistas no tema aludem que desde a antiguidade que vivenciamos tais situações. Nesse enquadramento, o continente africano também sofre com destruições de patrimônio cultural local e da humanidade, assim como, foi objeto de pilhagem de variados bens culturais de valor inestimável precisamente em época de colonização. Urge salientar que a pilhagem ainda é uma preocupação atualmente para as nações africanas e, muitas das vezes, tal prática é propícia em função da ineficiência em torno do controlo e fiscalização dos países africanos.

A destruição de patrimônio cultural mundial africano é até os dias atuais um problema, assim, é necessário e de suma relevância o estudo sobre os mecanismos de proteção. Nesse contexto, o presente artigo preocupa-se em analisar a proteção de tais locais classificados como patrimônio da humanidade à luz do Direito Internacional.

Para a realização do trabalho, faz-se necessário apoiar-se a um procedimento bibliográfico (análise do material já publicado pelos especialistas da temática) e documental (observação das convenções sobre patrimônio cultural a nível global e regional, bem como, decisões de tribunais internacionais e iniciativas de organizações internacionais).

Assim, três momentos fundamentais para a realização da pesquisa, primeiramente, uma abordagem conceitual do patrimônio cultural, natural e misto; enquanto que a segunda, se cinge no quadro dos instrumentos jurídicos de proteção ao patrimônio cultural quer a nível global e regional; a terceira e última parte, faz-se uma análise do estado do patrimônio mundial africano, seguida de breves considerações.

1. CONCEITO DE PATRIMÔNIO CULTURAL, NATURAL E MISTO.

A preocupação em se apresentar o conceito de patrimônio cultural, natural e misto visa clarificar todos que de alguma forma tenham interesse com a temática, mas é importante deixar claro que universalmente não existe uma definição aceite. O que se verifica são elementos como cultura, história, identidade, simbólico, a ideia de pertencimentos etc. Também, ainda nesse

momento introdutório, é importante lembrar que os conceitos de patrimônio cultural não se esgotam em normativas e em políticas culturais (SOARES, Anauene Dias, 2018, p. 33).

De acordo com a Convenção da UNESCO de 1972 sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, artigo 1º, são considerados patrimônio cultural:

Os monumentos. – Obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos. – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; Os locais de interesse.

Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Podemos assim definir como patrimônio cultural da humanidade a constituição de monumentos, conjuntos e obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza que detém um valor excepcional digno de proteção pelos Estados, Organizações internacionais, Organizações Não-Governamental e pelos indivíduos.

Em relação o patrimônio natural da humanidade, a Convenção supracitada no seu artigo nº 2, defini que são monumentos naturais constituídos por formações e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; as formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaças, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação; os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista a ciência, conservação ou beleza natural.

No que se referem ao patrimônio cultural misto da humanidade, de salientar que o continente africano também tem presente na lista da UNESCO tais patrimônios, mas não parecem serem tão simples de diferenciar um bem cultural e um bem natural, aliás, às vezes os próprios conceitos ligados ao patrimônio cultural também tem suscitado dúvidas a pessoas que lidam com a matéria pela primeira vez e não só. Mas é importante destacar que o patrimônio misto detém característica cultural e natural de valor significativo, por este motivo, eles são considerados como misto.

Assim, pode-se afirmar que quer o patrimônio cultural, natural e misto são detentores de valor universal excepcional, por esse fator, são dignos de proteção não somente para a

presente geração, mas também para as gerações futuras. Portanto, danificá-los seria um enfraquecimento do patrimônio de toda a humanidade.

Após uma breve apresentação de conceitos sobre o assunto objeto de estudo do presente artigo, apresenta-se o quadro de normativas internacionais sobre a proteção do patrimônio cultural.

2. NORMATIVA INTERNACIONAL SOBRE A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Em relação à normativa internacional sobre a proteção do patrimônio cultural é relevante destacar que existe uma gama de instrumentos jurídicos, pese embora seja questionado se estes instrumentos são suficientes e sofisticados para uma real proteção do patrimônio cultural da humanidade. Não negamos que a proteção do patrimônio cultural da humanidade ainda não é um desejo alcançado diante do direito internacional como já mencionou o Professor Roger O'keefe, mas passos importantes foram dados. Nesse sentido, iremos destacar alguns instrumentos significativos publicados no que tange a proteção do patrimônio cultural de toda a humanidade.

Primeiramente, importa mencionar dois importantes instrumentos no âmbito global em relação à proteção do patrimônio cultural, a Declaração de Bruxelas de 1974 e o Manual de Oxford de 1880, importantes instrumentos que apesar de não entrarem em vigor, mas já estabeleciam a obrigação de respeitar os bens destinados ao culto, a beneficência e a educação, assim como, previam o dever de punição em caso de destruição ou dano intencional causado a monumentos históricos, obras de artes etc. estes dois instrumentos também previam normas dirigidas à proteção do patrimônio cultural em caso de guerra.

O patrimônio cultural da humanidade encontra a sua proteção no campo do Direito Internacional Humanitário, ou seja, a Declaração de Bruxelas de 1974 e o Manual de Oxford de 1880 serviram de suporte para as Convenções da Haia de 1899 e a de 1907. As Convenções da Haia de 1899 e a de 1907 também reforçaram apresentando normas de condutas de guerra e estabeleceram o princípio da neutralidade, assim como, a possibilidade de responsabilização criminal de sujeitos que tenha cometido práticas ilícitas em relação o patrimônio cultural (JANUÁRIO, Luis C. 2021, p. 44 e 45).

No decorrer das duas grandes Guerras Mundiais, o mundo assistiu situações que jamais quer repetir, vários casos de destruições e mortes de pessoas. Não foi diferente no que tange o

patrimônio cultural, houve vários saques e roubos de bens culturais. Mas é importante salientar que após 1945, nasce um novo olhar ao direito internacional, visualiza-se a criação de importantes organizações internacionais, particularmente a UNESCO, assim como, importantes instrumentos referente ao patrimônio cultural. Em 1954 foi publicada a Convenção da Haia de proteção dos bens culturais em situação de conflitos armados e seus protocolos (Doravante será chamada de Convenção da Haia de 1954).

A Convenção da Haia de 1954 sobre a proteção de bens culturais em situação de conflito armado é um importante instrumento porque ele insere o conceito de bens culturais no direito internacional, definindo que bens culturais são bens, móveis e imóveis, que têm grande importância para o patrimônio cultural dos povos, como os monumentos arquitetônicos ou históricos, sítios arqueológicos, as obras de arte, os livros e os edifícios cujo destino principal efetivo seja conter bem culturais (artigo nº 1). O documento foi ratificado por um grande número de países dos quais 29 são africanos, o que demonstra uma grande preocupação dos Estados africanos com o patrimônio cultural em situação de conflitos armados. A Convenção da Haia de 1954 obriga com que os Estados membros têm que respeitar os bens culturais, significa que todos Estados membros têm a obrigação de se abster de qualquer situação que coloque o bem cultural em perigo. Atualmente estamos a ver a situação da invasão russa à Ucrânia, vale salientar que ambos os países são membros da presente convenção. Os países envolvidos têm a obrigação de se abster de qualquer situação que coloque bens culturais em perigo, importa lembrar que os dois países têm importantes patrimônios culturais reconhecidos mundialmente pela UNESCO. Situação parecida aconteceu quando os Estados Unidos da América ameaçou atacar patrimônio cultural da humanidade situado no Irão em 2020.

A destruição do patrimônio cultural do mundo não afeta somente a população local, mas toda a humanidade, assim como, é de todos a obrigação de protegê-lo. Nesse sentido, destaca-se o Segundo Protocolo da Convenção da Haia de 1954 que, de acordo com alguns especialistas, é mais inovador, adotando uma abordagem orientada para “valores culturais” apresentada pela Professora Micaela Frulli. O Segundo Protocolo criou um novo sistema de proteção sob regime de “proteção reforçada” (artigo 10º) abarcando assim, mais propriedades. Por outro lado, o artigo 15º do respectivo protocolo traz de forma detalhada um sistema de sanções penais. Portanto, os crimes previstos no artigo 15º devem ser considerados violações sérias, porque estamos diante de propriedades culturais sob a égide de uma proteção reforçada (JANUÁRIO, Luis C. 2021, p. 71).

Em 24 de março de 2017 o Conselho de Segurança das Nações Unidas publicou a Resolução 2347, relevante documento que para além de obrigar com que os Estados adotem

medidas de proteção ao patrimônio cultural, também estabelece a possibilidade do respeito e cooperação dos Estados no que se refere ao patrimônio cultural da humanidade.

Em 1972, foi publicado a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Cultural e Natural do Mundo, instrumento de 38 artigos, dividido por 8 capítulos e implementada por vários países, dentre os quais 54 Estados africanos assinaram até julho de 2021. A presente convenção procura incentivar a identificação, proteção e preservação do patrimônio cultural e natural de valor excepcional para a humanidade. Foi criado o Fundo para a Protecção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de valor universal excepcional por meio do presente instrumento, responsável pela inscrição de um patrimônio cultural na Lista de Patrimônio Mundial, bem como a inscrição ou exclusão de um patrimônio cultural na Lista de Patrimônio Cultural em Perigo. Também foi estabelecida a criação de um Comitê, responsável pelas principais responsabilidades colectivas prevista na convenção. Entretanto, pese embora a relevância do presente documento, mas tem sido objeto de crítica. Mas, é importante lembrar que o rol de patrimônio cultural e natural presente na convenção são meramente exemplificativos e não taxativo. Em 2021 o arqueólogo queniano *George Abungu* referenciou que o conceito da presente convenção ainda é de matriz eurocêntrica e, levanta a dificuldade dos países africanos em inscreverem mais patrimônios em função dessa visão ocidental.

A professora *Keough* aludiu que o programa do patrimônio cultural mundial precisa passar por uma revisão, tendo em vista que o nível de entrincheiramento dos problemas enfrentados pelo respectivo programa lança sérios questionamentos se existe alguma esperança realista de que o programa possa reviver. Apesar das críticas, não se nega a relevância que a presente convenção tem no que concerne à proteção do patrimônio cultural da humanidade.

Junto das convenções acima referenciadas, é digna a menção da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada em Paris, em 17 de outubro 2003. Instrumento de suma importância e, com um número expressivo de ratificações, sendo que 50 Estados estão localizados no continente africano. A presente convenção já estabelece no seu artigo 2º n° 1 que o patrimônio cultural imaterial são as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas que um grupo ou sociedade reconhece como parte integrante de seu patrimônio cultural. Alguns pontos importantes de salientar é que o presente artigo alerta que somente é considerado patrimônio cultural imaterial aqueles que estejam em conformidade com os instrumentos de direitos humanos e com imperativo de respeito mútuo entre as comunidades e ao desenvolvimento sustentável. De certa forma, esses pontos reforçam a relevância do presente instrumento no que se refere à proteção do patrimônio cultural imaterial.

Após esse exercício, cabe-nos avaliar o estado do patrimônio africano, bem como as iniciativas jurídicas na região.

3. O ESTADO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL AFRICANO

Apesar dos conflitos armados que ainda persiste no continente africano que não tem somente ceifado vidas humanas e as infra-estruturas, mas também o patrimônio cultural africano de impacto mundial, porém não podemos esquecer que a África historicamente e culturalmente é muito rica. Nesse contexto, fazem parte os inúmeros patrimônios culturais materiais e imateriais, bem como o patrimônio natural e misto que fortalece a relevância do continente no âmbito global. Nesse capítulo iremos fazer uma imersão sobre as iniciativas de África no que se refere à proteção do patrimônio mundial africano.

Em 2015 a UNESCO criou a data cinco de maio como sendo o “Dia Mundial do Patrimônio Africano” cuja finalidade é despertar a atenção para as riquezas culturais e naturais, assim como, aumentar a conscientização mundial sobre o patrimônio cultural africano. Num universo de 1154 propriedades culturais inscritos na UNESCO, a África detém 98 propriedades, que corresponde 8,49%. Sendo que deste total, 54 são patrimônios culturais, 39 patrimônio natural, 5 são patrimônio mistos. Sem esquecer que num total de 167 países que têm propriedades culturais inscritas junto da UNESCO, 35 são africanos.

Apesar de persistir no continente muito conflito armado que tem afetado de tal maneira o patrimônio cultural, contribuindo para que muitos destes locais de importância cultural e, com valor excepcional para o mundo, constem da Lista do Patrimônio Cultural em Perigo. Importa salientar que o continente africano detém 15 propriedades inscritas na presente lista, em que 4 são de caráter cultural e 11 natural, perfazendo um total de 29%, sendo superado pelos Estados árabes com 40% de acordo com a UNESCO.

O continente africano no que diz respeito à proteção dos bens culturais, publicou a Carta da Renascença Cultural de África de 2016, inspirada pela Carta Cultural da África, adotada pelos chefes de Estados e de Governo da Organização da Unidade Africana reunidos na sua décima - terceira sessão ordinária em Port Louis, Maurícias, de 2 a 5 de Julho de 1976. A Carta da Renascença Cultural de África já no seu preâmbulo expressa que foi elaborada em consonância com o Manifesto Cultural Pan-africano de Argel (1969), e pela Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais em África organizada pela UNESCO em Acra, em 1975. Assim como foi também guiada pela Carta Africana sobre os Direitos do Homem e dos Povos de (1981); a Convenção Internacional sobre a proteção dos bens culturais em caso

de conflito armado (1954) e os protocolos adicionais; a Convenção Internacional sobre a interdição da importação, exportação e transferência de propriedade ilícita; Exportação e transferência da Propriedade Cultural (1970); Convenção sobre a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural (1972); Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural (2001) Convenção sobre a Salvaguarda da Herança Cultural Intangível (2003), Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade em Expressões Culturais (2005).

A Carta da Renascença Cultural de África revogou a Carta Cultural da África, demonstrando assim uma maior preocupação do continente com a sua história e a identidade cultural de todos os povos. Como já mencionamos acima, a presente carta foi criada tendo em conta os importantes instrumentos sobre o patrimônio cultural já publicado a nível global. Nesse sentido, o continente diante da presente carta, informa que “... é imperativo realizar de forma sistemática um inventário do patrimônio cultural, material e imaterial, em particular nas áreas da história e das tradições, dos conhecimentos, das artes e do artesanato, de modo a preservá-lo e promovê-los;”. Precisamente, o documento tem como alguns dos objectivos preservar e promover a herança cultural africana, através da restituição e da reabilitação; e promover, em cada país, a popularização da ciência e da tecnologia, incluindo sistemas do conhecimento tradicional como para uma melhor compreensão e preservação do patrimônio cultural e natural.

Como já foi destacado anteriormente, a Carta da Renascença Cultural de África apresenta uma manifestação de comprometimento dos Estados africanos com os Direitos Humanos, nesse sentido, o artigo 10º informa que os Estados garantirão pela introdução dos valores africanos e dos princípios universais dos direitos humanos, comprometendo-se a proteger e valorizar o patrimônio cultural material e imaterial. Nesse contexto, a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (Carta de Banjul), reforça no seu artigo 22º que “todos os povos têm direito ao seu desenvolvimento econômico, social e cultural, no estrito respeito da sua liberdade e da sua identidade, e ao gozo igual do patrimônio comum da humanidade”. Percebe-se aqui a afirmação africana de que a protecção do patrimônio cultural ou natural é uma garantia de promover os direitos humanos. No mesmo sentido, está a Resolução nº 3717 de 2018 do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas ao estabelecer que a protecção do patrimônio cultural está conectada com os direitos humanos.

Em matéria de tráfico ilícito de bens culturais, um mal que até hoje ainda assola o continente africano, empobrecendo assim a sua história e identidade cultural, o artigo 26º da Carta da Renascença Cultural de África, estabelece que os “Estados africanos devem tomar medidas para pôr fim à pilhagem e o tráfico ilícito da propriedade cultural africana e garantir que a mesma seja repatriada para os seus países de origem”. Por outro lado, o artigo 27º

determina que os “Estados africanos devem tomar medidas necessárias para garantir que os arquivos e outros documentos históricos que foram ilicitamente retiradas da África sejam restituídos aos seus países para lhes permitir que tenham arquivos completos concernentes à história. Assim como, criar condições físicas e ambientais favoráveis para a salvaguarda e protecção dos arquivos e registros históricos repatriados (artigo 28°).

No que tange aos conflitos armados, recorda-se que o continente ainda tem sofrido até os dias de hoje com tais incidentes, os mesmos tem vitimado o patrimônio cultural situado no continente. O primeiro caso de destruição de patrimônio cultural mundial (Caso Ahmad Al Faqi Al Mahdi) a chegar ao Tribunal Penal Internacional (TPI) aconteceu no Mali, país africano. Desta forma, o artigo 29° da Carta da Renascença Cultural de África, determina que os “Estados africanos devem ratificar a Convenção sobre a Protecção da Propriedade Cultural em circunstancia de conflito armado, e a Convenção sobre a Herança Cultural Intangível”. Observa-se que a presente Carta só estabelece a obrigação de ratificação e nada mais fala sobre a protecção do patrimônio cultural em situação de conflito armado em um continente que tem sofrido muito com tais situações. Talvez, seria importante além da obrigação de ratificar instrumentos internacionais sobre a matéria, que também é importante, mas, apresentar mais dispositivos que abordassem sobre a protecção do patrimônio cultural em situação de conflito armado.

Em matéria de cooperação cultural, o artigo 30° informa que “os Estados africanos reconhecem que é vital estabelecer a cooperação cultural africana como uma contribuição à compreensão mútua das culturas de outros Estados a fim de enriquecer as culturas africanas e, em segundo lugar, entre a África e o resto do mundo, em particular com a Diáspora”. É inegável a importância da cooperação para a protecção e promoção do patrimônio cultural africano, assim como, para a recuperação de bens retirados de forma ilícita do continente.

Por fim, destaca-se a proposta apresentada pelo artigo 25° em relação à criação do Fundo Mundial para o Patrimônio Africano (abordaremos mais tarde o assunto), relevante iniciativa como forma de protecção e salvaguarda do Patrimônio Mundial Africano.

Assim, destaca-se a importância da Carta da Renascença Cultural de África como resultado dos esforços dos Estados africanos em relação à protecção do patrimônio cultural material e imaterial africano, patrimônio natural africano, assim como, no combate ao tráfico ilícito de bens culturais africano.

Em relação ao Fundo Mundial para o Patrimônio Africano, como já foi mencionado está previsto no artigo 25° da Carta da Renascença Cultural de África. Criado em maio de 2006 ao abrigo da Lei do Fundo da África do Sul com a finalidade de fornecer financiamento e apoio

técnico para a conservação e protecção efectiva ao património cultural e natural da África que seja detentor de um valor universal excepcional. O Fundo Africano para o Patrimônio Mundial é fruto dos esforços dos Estados africanos membros da UNESCO com intuito de desenvolverem uma estratégia contínua para lidar com os desafios que a maioria dos países africanos apresentam em torno da implementação da Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO de 1972. Destaca-se que o presente fundo é a primeira iniciativa de financiamento regional no âmbito da Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO de 1972, demonstra assim a preocupação dos Estados africanos membros da União Africana (UA) em protegerem de fato o patrimônio mundial africano.

Por outro lado, o Fundo Mundial para o Patrimônio Africano, responsabiliza-se para a identificação e preparação de sítios africanos para a respectiva inscrição na Lista do Patrimônio Mundial; a reabilitação de sítios inscritos na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo e a formação de peritos em patrimônio e gestores de sítios. Essa é uma importante responsabilidade visto que o sítio do patrimônio africano além do seu papel cultural e histórico também contribui para a transformação da imagem de África, assim como, estimular o crescimento econômico e o desenvolvimento do continente.

Ademais, o conselho de curadores é o principal órgão do Fundo Mundial para o Patrimônio Africano, com plena autoridade decisória e responsabilidade pela operação e funcionamento do respectivo fundo. Entretanto, o Conselho de Curadores é composto por representantes das cinco regiões de África, UNESCO, União Africana, membros profissionais, África do Sul e Assessor do Conselho.

Em 2020, o Fundo Mundial para o Patrimônio Africano teve uma importante iniciativa em divulgar o Mapa dos Sites para o Patrimônio Mundial Africano, local onde pode-se constatar o patrimônio mundial cultural, natural e misto africano, assim como, o patrimônio inscrito na Lista de Patrimônio Mundial em Perigo.

Os países africanos por meio da União africana (UA) desde a muito que mostram preocupação com o patrimônio cultural africano. Ainda no que se refere às iniciativas do continente, é digna a referência da Agenda 2063 como manifesto de “A África que queremos”, representando assim, o quadro estratégico comum para o crescimento inclusivo e o desenvolvimento sustentável. Desta feita, uma das áreas prioritárias da presente agenda está assente nos valores e ideais do Pan-africanismo, valores culturais e o renascimento africano e patrimônio cultural, artes.

Várias são as medidas presente nessa linha de prioridade da Agenda 2063, dentre as quais, destaca-se a necessidade dos Estados-membros adotarem convenções sobre o patrimônio

cultural imaterial, criar legislações sobre a política do patrimônio cultural. No âmbito continental, é oportuno implementar recomendações sobre o Inventário de Relatório de Bens Culturais, a criação de medidas para combater a destruição de bens culturais, a obrigação de uma cooperação regional, troca de informações e perseguição dos infratores e sua entrega a instituição da justiça, incluindo os provenientes de países de destino.

Apesar de um elevado número de Estados africanos terem assinado e ratificar vários instrumentos legais sobre a proteção do patrimônio mundial, ainda assim, observa-se a preocupação em relação à aplicação destes mesmos instrumentos até mesmo daqueles de caráter regional. Por fim, nota-se que 70% dos Estados-membros da UA africana estão a implementar a Carta da Renascença Cultural de África de 2006, o que já é um dado digno de referência e, enaltecendo assim, a importância da Agenda 2063.

Por fim, vale destacar o ano 2021 escolhido como o ano das “artes, Cultura e Patrimônio: Fatores Essências para a Construção da África que queremos”, fruto da trigésima sétima sessão ordinária teleconferência do conselho executivo da União Africana. Decisão assente na Carta sobre o Renascimento Cultural Africano (2006), o Estatuto da Comissão Africana de Audiovisual e Cinema (2019) e a Lei-Modelo da UA sobre a Protecção dos Bens e Património Culturais (2018).

Como se sabe, o continente africano também é marcado por vários conflitos armados que se vislumbra até o momento. Não podemos negar que o patrimônio cultural também é uma vítima destes conflitos. Nesse contexto, o primeiro o caso a chegar ao Tribunal Penal Internacional (TPI) aconteceu na cidade de Tombuctu, estado do Mali.

3.1. O Caso Ahmad Al Faqi Al Mahdi

Entre 30 de junho a 11 de julho de 2012, a cidade de Tombuctu foi ocupada por grupos extremistas, incluindo Aqim e Ansar Dine, sofrendo uma série de destruições contra os seus bens culturais. Ahmad Al Faqi Al Mahdi (doravante tratado por Al Mahdi) foi um homem membro do grupo Ansar Dine, respeitado na cidade de Tombuctu, exercia a função principal de chefe da Hisbah (grupo responsável em manter a ordem a cidade de Tombuctu). Ele foi um homem importante no grupo dotado de conhecimento sobre a relevância dos bens culturais da cidade de Tombuctu (JANUÁRIO, Luis C. 2021, p. 146).

A cidade de Tombuctu é considerada patrimônio cultural mundial de acordo com a UNESCO desde 1988 e incluída na Lista de Patrimônio Mundial em Perigo em 2012. Um

importante patrimônio cultural para a humanidade, assim como, para a região africana e o povo de Tombuctu. Diante dos conflitos que a cidade vivenciou no ano supracitado, resultaram na destruição de forma intencional de dez locais culturais mais importantes de Tombuctu, ocorrido em duas fases, nomeadamente: a) Mausoléu de *Sidi Mahamoud Bem Omar Mohamed Aquit*; b) Mausoléu do *Sheikh Mohamed Mahmoud Al Arawani*; c) Mausoléu do *Sheikh Sidi El Mokhtar Ben Sidi Mouhammad Al Kabir Al Kounti*; d) Mausoléu de *Alpha Moya*; e) Mausoléu do *Sheik Sidi Ahmed Ben Amar Arragadi*; f) Mausoléu *Sheik Mouhamad El Mikki*; g) Mausoléu do *Sheik Adoul Kassim Attouaty*; h) Mausoléu de *Bababer Babadié*; i) Mausoléu de *Ahmed Fulane* e j) a porta da mesquita *Sidi Yahia* (JANUÁRIO, Luis C. 2021, p. 126 e 127).

O caso repercutiu grandemente a nível internacional, foi considerada uma perda de grande dimensão não só para o mundo, mas também para o povo do Mali. Houve organizações que alegaram que a destruição como forma de apagar a história e cultura do povo local. O caso chegou ao TPI em 2015, sendo expedido um mandado de prisão contra Al Mahdi e, foi entregue ao TPI que, conseqüentemente, marcou a sua primeira audiência para o dia 18 de janeiro de 2016.

De acordo com o estatuto de Roma de 1998 que instituiu o TPI, atacar intencionalmente patrimônio cultural da humanidade configura um crime de guerra como prevê o artigo 8º §2º, alínea e), inciso IV. O caso Al Mahdi, é o primeiro caso a chegar ao TPI onde um sujeito é julgado e condenado por destruir intencionalmente patrimônio cultural da humanidade, é o primeiro caso onde um sujeito de forma voluntária admite a culpa dos crimes a ele imputados, também é um caso em que teve o julgamento mais curto da história do TPI, com uma duração de três dias. Nesse contexto, Al Mahdi foi condenado em agosto de 2016 a nove anos de prisão e a pagar 2,7 milhões de euros de indenização pelos danos causados (JANUÁRIO, Luis C. 2021, p. 146).

a. O Caso Al Hassan

O caso Al Hassan, diferente do caso Al Mahdi, não é exclusivamente de destruição de patrimônio cultural da humanidade. Em 27 de março de 2018, foi emitido um mandado de prisão nos termos do artigo 58 do Estatuto do TPI contra o Sr. Al Hassan pela prática de crimes contra a humanidade e crime de guerra, nesse último, fazem parte ataques a bens culturais protegidos entre o final de junho e meados de julho de 2012, na cidade de Tombuctu, Mali.

O TPI considerou que houve motivos substanciais para o Sr. Al Hassan fosse responsabilizado criminalmente nos termos do artigo 25º §3, d) do Estatuto, bem como, pelo

artigo 8º §2, e) inciso IV do mesmo diploma, pelo ataque a propriedade protegidas, ou seja, a demolição de mausoléus que, configura crime de guerra. Nesse contexto, o TPI decidiu que o Sr. Al Hassan foi responsável pelos crimes na cidade de Tombuctu.

Os presentes casos referenciados têm muito em comum, pese embora o caso Al Mahdi tratou-se a penas de destruição de patrimônio cultural da humanidade. Mas é importante salientar que ambos os casos aconteceram na cidade de Tombuctu/Mali, em 2012, bens culturais de valor excepcional foram destruídos por indivíduos do mesmo grupo terrorista. Sem esquecer que ambas as destruições aconteceram em um contexto de conflito armado não internacional em uma zona que até os dias atuais, tem sido uma preocupação para o continente africano.

Mas não podemos esquecer que os casos em tela, são exemplo no combate para a proteção do patrimônio cultural da humanidade, reforçando a conscientização do assunto, bem como, a necessidade de se aprimorar os instrumentos de proteção, particularmente em situação de conflito armado. Por outro lado, os casos desvendam a vulnerabilidade em que se encontram o patrimônio mundial africano, assim como, servem de reforço na tomada de medidas que se sejam capazes de fazerem frente a essas práticas ilícitas por parte dos Estados africanos.

Por outro lado, no dia 23 de março de 2021, o Gabinete do Promotor do Tribunal Penal Internacional publicou um “Projeto de Política sobre Patrimônio cultural” para facilitar a consulta e comentários dos estados partes do Estatuto de Roma de 1988, sociedade civil e a comunidade no geral. A presente política está em consonância com o plano estratégico da promotoria do TPI em dar particular atenção aos crimes contra o patrimônio cultural da humanidade, assim como, enaltece o compromisso do tribunal de investigar e processar sistematicamente infrações delituosas (JANUÁRIO, Luis C. 2021, p. 165).

4. BREVES CONSIDERAÇÕES

Diante do exposto, o patrimônio mundial africano é, sem dúvida, um importante assunto para a África, mas pode-se afirmar que os danos ao mesmo têm afetado diretamente não só os Estados, mas o povo que vê a sua cultura, história e origem sendo apagada por tais destruições.

No que tange as normativas internacionais sobre o patrimônio cultural da humanidade, pese embora a existência de mecanismos à luz do Direito Internacional com vista a proteger o patrimônio cultural, natural ou misto da humanidade, ainda assim, tem se mostrado pouco eficaz principalmente em situação de conflito armado. Nesse sentido, precisa-se repensar os meios

jurídicos de proteção, assim como, uma maior conscientização por parte dos Estados e, a população em geral, sobre a preservação e proteção do patrimônio cultural da humanidade.

Ademais, apesar das destruições de bens culturais de valor excepcional para a humanidade situados em África, assim como, os casos de tráfico ilícito de bens culturais que, de certa forma, continuam a fragilizar a história e a cultura africana, o patrimônio mundial africano tem sido objeto de proteção no continente, importantes instrumentos a nível regional foram criados, mas entende-se que ainda não é suficiente para a proteção de que se espera.

A Carta Africana para o Renascimento Cultural Africano, relevante instrumento na região, representa uma iniciativa africana para com o patrimônio cultural africano, é uma manifestação da valorização da cultura africana e dos povos. Por outro lado, a importância do Fundo Mundial para o Patrimônio Africano como meio de promoção do patrimônio mundial africano.

Diante deste quadro, a proteção do patrimônio mundial africano ainda é um tema que exige atenção e esforço por parte da comunidade internacional, dos países africanos e dos povos locais, principalmente aqueles que se encontram em zonas de conflitos armados, como verificamos nos dois casos ocorridos em Tombuctu/Mali. Nesse sentido, repensar os mecanismos jurídicos e outros que colaboram para a proteção, bem como, um maior compromisso dos Estados africanos não somente de forma política, mas também jurídica, estaríamos no caminho da proteção que se almeja.

REFERÊNCIAS

Agenda 2063 da União Africana: https://au.int/sites/default/files/pages/33794-file-agenda_2063_portuguese_final_revised_first_ten_year_implementation_plan_12_10_15_portuguese.pdf, pesquisado em 20 de jun. de 2022.

BOYLAN, Patrick J., *Review of the Convention for the Protection of Cultural Property in the Event of Armed Conflict (The Hague Convention of 1954)*, UNESCO, 1993 – Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001001/100159eo.pdf>. Acesso: 22 de jun. de 2022

BRASIL. Decreto nº 4.388, de 25 de set. de 2002. Promulgado o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4388.htm. Acesso: 20 de maio de 2022.

Carta Cultural para a África - encontra-se publicado na página da União Africana. Disponível em: https://au.int/sites/default/files/treaties/7769-treaty-0008_-_cultural_charter_for_africa_e.pdf, Acesso: 26 de jun. de 2022.

Carta da Renascença Cultural de África: https://au.int/sites/default/files/pages/32901-file-01_charter-african_cultural_renaissance_po.pdf , pesquisado no dia 8 de jun. de 2022.

Caso do Procurador vs Sr. Al Hassan: ICC-01/12-01/18-461-Corr-Red 13-11-2019 2/467 NM PT, pesquisado no dia 28 de jun. de 2022.

Como uma fundação de Chicago ajudou a condenar um criminoso de guerra em Timbuktu. Disponível em: <https://www.chicagotribune.com/news/ct-graphics-situ-damage-platform-htmlstory.html> acesso em 9 de mar. de 2020.

Convenção da UNESCO referente a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural de 1972. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2022.

Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada em Paris, em 17 de outubro 2003. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_por .pesquisado em 26 de jul. de 2022.

CLARK, Janine Natalya. *The Destruction of Cultural Heritage in Armed Conflict: The 'Human Element' and the Jurisprudence of the ICTY*. International criminal law Review (2018) - brill.com/icla.

Fundo Africano do Patrimônio Mundial: <https://whc.unesco.org/en/list/119> , pesquisado em 16 de jun. de 2022.

_____ Fundo Africano do Patrimônio Mundial: <https://awhf.net/governance/> , pesquisado em 16 de jun. de 2022.

FRULLI, Micaela. *The Criminalization of Offences against Cultural Heritage in Times of Armed Conflict: The Quest for Consistency*. The European Journal of International Law Vol. 22 no. 1 © EJIL 2011; p. 204.

JANUÁRIO, Luis C., Direito Internacional do Patrimônio Cultural: O caso Ahmad AlFaqi Al Mahdi, Arraes editores, Belo Horizonte, 2021.

Mapa dos Sites para o Patrimônio Mundial Africano: file:///C:/Users/USER_ADM/Desktop/Website-Map-Final2.pdf, pesquisado em 17 de jun. de 2022.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Disponível em: <http://es.unesco.org/>. Acesso: 9 de jul. de 2022.

O'KEEFE, Roger. *The Protection of Cultural Property in Armed Conflict*. 2006, Cambridge University Press, p. 89.

_____. *Protection of Cultural Property under International Criminal Law*. Artigo apresentado no Melbourne Journal of International Law. Vol. 11. 2010.

Patrimônio cultural de África é sub-representado na UNESCO :<https://www.dw.com/pt-002/patrim%C3%B3nio-cultural-de-%C3%A1frica-%C3%A9-sub-representado-na-unesco/a-58740754>, pesquisado em 15 de jun. de 2022.

Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas nº 2347/2017. Disponível em: [http://undocs.org/S/RES/2347\(2017\)](http://undocs.org/S/RES/2347(2017)). Acesso: 16 de jul. de 2022.

ROCHA, Carolina N. M. C. e MÜLLER, Juliana. Tesouros de África pelo Mundo: A Restituição de Patrimônio Cultural Frente ao Direito Internacional. Publicado pela Revista Brasileira de Direito Internacional, Jan/Jul. 2021.

SOARES, Anauene Dias, *Direito Internacional do Patrimônio Cultural: o tráfico ilícito de bens culturais*. Fortaleza, IBDCult, 2018, p. 33.

Temas Emergentes do Direito Internacional Privado, organizado pelos professores MEDEIROS, H. G., SOUSA, M. T. C., e RAPOSO, R. O. B. S., EDUFUMA, São Luís, 2021, artigo: JANUÁRIO, Luis, *A Cooperação Jurídica Internacional Sobre Bens Culturais*. 2020, p. 105.

TRINDADE, Ivonei Souza, *Caso Pavle Strugar: um estudo sobre a proteção de bens culturais em caso de conflito armado*. Porto Alegre, Clube dos Atores, 2016.

COMBATES PÚBLICOS E OS HISTORIADORES: DO PROFISSIONAL AOS DIÁLOGOS PÚBLICOS DA HISTÓRIA

PUBLIC COMBAT AND THE HISTORIANS: FROM THE PROFESSIONAL TO THE
PUBLIC DIALOGUES OF HISTORY.

Daniel Ferreira da Silva¹
Pedro Henrique Perassi de Oliveira²

RESUMO: Com o grande uso das mídias sociais na difusão de informação, podemos compreender que a história em seu sentido amplo está presente neste debate. Os combates públicos dentro destes ambientes são de uma relevância muito maior do que muitos historiadores compreendem. Notamos no presente trabalho que a ação pública desta história entra em evidência e tende a pôr em xeque a posição do historiador como o interlocutor deste conhecimento

Palavras-chave: Combates, História Pública, Historiadores, Diálogos públicos.

ABSTRACT: With the great use of social media in the dissemination of information, we can understand that history in its broadest sense is present in this debate. Public combat within these environments is of far greater relevance than many historians realize. We note in the present work that the public action of this history comes into evidence and tends to call into question the historian's position as the interlocutor of this knowledge.

Keywords: Combats, Public History, Historians, Public Dialogues.

INTRODUÇÃO

Durante esses anos de pandemia de COVID19, ficou evidenciado que o profissionalismo docente foi colocado em xeque. Nos perguntávamos se era possível que o professor historiador conseguisse produzir conteúdo de qualidade que atraísse a atenção de seus alunos num cenário tão caótico. Nossas indagações se tratariam das questões de linguagens ou do caráter escrito da História? Seriam as práticas docentes que se encontram ultrapassadas diante desta imensidão tecnológica? Fazendo um breve parênteses aqui, será que a escola nos permitiu atualizar nossos métodos com tecnologias inclusivas e de comunicação? E além disto, será que o Governo Federal incentivou os profissionais da educação a usarem as Tecnologias

¹Graduado em História na Universidade Federal do Triângulo Mineiro; Tema de dissertação: O papel do Historiador no Universo Digital do YouTube- Quanto valem os likes?. Email para contato: danielfsilva22@gmail.com;

²Graduado em Comunicação Social pela Universidade de Uberaba. Graduando 7º período em História pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Residente do Programa Institucional Residência Pedagógica UFTM; Revista Horizontes Históricos [online] / São Cristóvão (SE), vol. 5, n. 2, ago./2022 – dez./2022. ISSN 2596-0377. <https://seer.ufs.br/index.php/HORIZONTES/issue/view/1095>

de Informação e Comunicação? Essas são as questões motivadoras do presente artigo que desenvolvemos a seguir.

EM HISTORIADORES E A BUSCA DE RESPOSTAS E INCENTIVOS

As respostas para algumas destas questões são mais complexas, pois antecedem o surgimento desta pandemia. Tecnologias no ambiente escolar foram censuradas nas últimas décadas. É compreensível que a escola, entre 1990 a 2016, as enxergasse como uma provocação no ambiente escolar, sob o risco da necessidade de disputa pela atenção dos discentes no decorrer desses anos.

Com os sistemas de notas e frequências que foram incorporados pelas secretarias de educação, o professor, independente da disciplina, se viu forçado a utilizar o ciberespaço, visto a existência de várias gerações de docentes que lecionam em formato analógico, isto é, acostumados ao papel e à caneta como única ferramenta.

Esse surgimento é descrito por Bovo e Pinheiro (2019), pontuam exatamente como devemos interpretar esse espaço virtual:

[...] a internet se configurava como um novo espaço de interação coletiva e experimentações, responsável pela produção de uma nova onda de descontextualização para a criação do conhecimento, colocando frente a frente humanos de várias partes do mundo com a cultura e a história dos demais pontos do globo. (BOVO; PINHEIRO, 2019, p.117).

Essa imensidão de conteúdos colocados frente a frente às pessoas possibilitam que o professor não possua o monopólio do conhecimento, assim como era nos períodos anteriores ao surgimento da internet.

O HISTORIADOR NAS REDES SOCIAIS E AS *FAKE NEWS*

Creemos que o que provoca medo e incertezas e boa parte de nós professores historiadores são as falsas notícias e errôneas compreensões da historiografia, ou seja, as propagações das famosas Fake News, mas porquê abordarmos essa ótica? Por que os professores de história principalmente têm que enfrentar tamanhos desafios dados a essa imensidão de informações nas redes sociais, sobretudo, dos materiais produzidos nestes locais? Para apresentar uma resposta a essa questão, temos que compreender o que Bruno Leal apresenta como uma necessidade de ocupação do espaço público, ou seja, dos ambientes de produção e recepção de informações em rede.

A presença dos historiadores nas redes sociais na Internet é ainda mais desejável porque esses espaços são frequentemente inundados por conteúdos de história de má

qualidade, incompletos, imprecisos, errôneos e até mesmo mal-intencionados. Ocupar estes espaços com editores comprometidos com a circulação e a recepção responsável do saber histórico é fundamental para combater a entropia que ameaça boa parte da Internet. (DE CARVALHO, 2016, p.43)

Mas, o porque o professor deve estar inserido nas redes sociais?

É válido salientar que muitos dos professores mais antigos não têm tanta familiaridade com os equipamentos de tecnologia da informação e comunicação, mas precisa ocupar esse lugar de fala, ou estar preparado para os questionamentos levantados dentro dos espaços virtuais. É certo que as redes sociais são um excelente meio de divulgação e através desses ambientes também se pode estabelecer um sistema de colaboração, isto é, compreendemos que não é somente na sala de aula que o aluno é visto como uma “folha em branco”, mas que muitos veem a sociedade como afastada do conhecimento científico. Esse ambiente de colaboração é proposto, por exemplo, não somente no Facebook ou Instagram, mas no Youtube, que constrói um debate acerca de seu papel, como cultura participativa.

Qual o papel do historiador? ele precisa produzir material digital? Devemos recordar que ele está inserido nas escolas e instituições públicas que, muitas vezes, mal possuem um laboratório de informática. A omissão de tecnologias na escola e a escassez de profissionais no ambiente virtual corroboram ainda mais para o conflito. Devido ao desinteresse e a propagação de materiais duvidosos, o ambiente virtual precisa de profissionais capacitados para evitar discursos apresentados como verdades absolutas e com cunho político e ideológico.

Silva e Silva (2017) pontuam sobre essa desigualdade e a falta desses equipamentos em projeção ao que os professores devem executar perante a BNCC.

Igualmente grave é que a adoção destas tecnologias se dá de forma desigual também em conformidade com a classe social a que pertence o aluno. Sendo assim, mesmo que queira adotar novas mídias na produção do ensino, o professor pouco pode fazer contra as limitações de recursos: se há computadores, não há internet, se há os dois, o uso é restringido, o deslocamento dos alunos até as salas de informática é problemático, o cronograma do plano de ensino deve ser cumprido, então não se pode “perder tempo”. (SILVA e SILVA. 2017, p. 271).

Podemos refletir que dificuldade se dá pela inflexibilidade para os professores em relação à LDB (Lei de Diretrizes Básicas), BNCC (Fundação Nacional Comum do Currículo) e PNE (Plano Nacional de Educação) que estabelecem as diretrizes principais que regem aquilo que os professores precisam trabalhar, relegando outros tópicos na sala de aula ao lugar de “temas sensíveis”.

Entretanto, podemos salientar o que Ferrari fala sobre o trabalho com esses temas, ao exemplo das relações de gênero.

Desta forma, seguindo um entendimento presente no próprio documento de que se trata de “arranjo possível” e que não deve ser tomado como “modelo

obrigatório”, a BNCC se coloca como um convite aos professores e professoras para, a partir dela, pensar o que falta e, portanto, o que pode ser incluído. (FERRARI, 2021, p. 154)

Essa abertura para trabalhar nas brechas deixadas pelas leis de regulamentação permite aos alunos mais curiosos procurarem e verem vídeos em plataformas de streamings, ou de sites, que, embora seja muito uma iniciativa positiva, também fortalece a não confiabilidade destes, onde retoma-se o diálogo proposto por Bruno Leal acima. Isto é, permite que sejam suscetíveis ao conhecimento que pode ser um duvidoso sobre as abordagens que alguns *Youtubers*, jornalistas e/ou influenciadores digitais propagam como conhecimento sem, muitas vezes, embasamento teórico e metodológico.

Vemos surgindo no Brasil uma série de materiais que buscam tratar as *Fakes News* como um problema e isto se deve a diversos eventos políticos. Além disso, elas têm se tornado, na era da informação, um mecanismo de propaganda política, que serve para ser ostensivo em relação a outros candidatos, como também uma forma de se defender de críticas, afirmando que tudo aquilo que diz contra a pessoa, é mentira.

Cabe, portanto, refletir sobre o papel da história nas redes sociais, de como suas mudanças nos encastelaram tal ponto que permitiu o conhecimento ser aprisionado dentro da academia. Carvalho acrescenta algo sobre o papel do historiador dentro do universo das Redes Sociais:

Em terceiro lugar, as redes sociais na Internet interessam aos historiadores porque elas são um dos fenômenos históricos mais importantes da história da comunicação e da história contemporânea. E como fenômeno histórico, constitutivo da experiência dos homens no tempo e no espaço, podem e devem ser tomadas como objeto de estudo do historiador. A importância dessas estruturas sociais é bastante evidente. As atividades básicas de nossas vidas pessoal e profissional passam hoje pelas redes sociais na Internet. (DE CARVALHO, 2016, p. 43)

Portanto, compreendemos que a necessidade de ocupação dos espaços públicos da história é reconhecer que a internet também é um mecanismo de obtenção de informação para as pessoas. Nessa ótica, precisamos capturar a necessidade de publicizar a história, ou seja, construir uma história que tenha a participação dos públicos, com os públicos e para esses públicos, como assim salienta Bruno Lontra Fagundes:

A opção será a de advogar mais a defesa de uma História pelo público, mas com a participação do historiador, entendendo como o passado é transformado em história, e considerar como o historiador pode se compor, ou colaborar com outros públicos para que façam suas histórias (FAGUNDES, 2011, p.57)

O que Fagundes pontua é algo muito importante, todavia, temos que evidenciar o construto da história e como as pessoas o evidenciam. O reconhecimento do que é história.

Muitos pensam que estudantes e professores de história são somente professores, mas, compreendemos que o historiador é pesquisador, escritor e também professor.

As questões levantadas por Olivier Dumoulin sobre o papel social do historiador (2017), reitera essa perspectiva de que o profissional da História não é somente o magistério, e sim, compreender que os debates públicos da História criaram um novo ramo para o profissional.

O "mestre" e o "cientista", O "professor" e o "escritor", "nosso alto ensino" "nossos grandes corpos científicos". O historiador, segundo Monod, reúne as três disposições da ciência, do ensino e da escrita. E Jules Zeller recebe honras por ter prestado aos estudos históricos serviços que não devem ser esquecidos, como professor e como escritor" 325 Esse ideal, que se tornaria clássico entre todos, já foi proclamado pelo necrológico fundador de Waitz.

Professor, escritor, cientista e mestre, Gabriel Monod já disse tudo sobre essa aliança quando Ernest Lavissee, com maior nitidez, atribui um objetivo comum ao cientista e ao professor; formar cidadãos para a nação. (DUMOULIN, 2017, p.167)

A HISTÓRIA COMO CONSTRUÇÃO E SEUS PÚBLICOS

Diante disto, a história porta um sentido político desde o batismo, pois é na modernidade que o debate sobre história emerge e se configura como ciência somente no século XIX. De tal forma, o processo de institucionalização da ciência acontece no Brasil junto aos incentivos de pesquisa através da formação de uma identidade nacional brasileira, por meio de instrumentos como o IHGB assim como Barbatto pontua:

Desta maneira, podemos concluir que a identidade nacional brasileira surgiu em um momento no qual se fazia necessária a criação de elementos de união, visto a situação política na qual o Brasil se encontrava, à beira do colapso político. Em um mundo cada vez mais dividido entre nações, competindo entre si na disputa por um lugar no mundo, está unido e apresentar uma coesão nacional era elemento fundamental. Desta maneira, mais do que mostrar as belezas de um país tropical, o projeto oitocentista de dar uma cara ao Brasil significava também sua própria existência. (BARBATO, 2014. p. 13)

Desse contexto, emerge um ensino de história fundado na reprodução dos símbolos pátrios para a construção de uma identidade nacional. Contudo, a globalização retirou, nos processos de transnacionalização, parte do sentido que continha ensinar história como reprodução do ufanismo.

Dito isso, é necessária a compreensão de que o tempo histórico em que se vive é um tempo em que a cultura apresenta apropriações históricas por meio de imagens de diversas formas, como também que os celulares permitem o alcance de informações e é nesse cenário que o ensino de história e a política devem ser pensados. Na sociedade do espetáculo, a imagem intermedia as relações sociais de tal forma que elas se tornam parte da sociabilidade (materialidade), assim sendo, essa sociedade cria muitas imagens e as reproduz rapidamente, de tal modo que uma notícia falsa circula com muita intensidade.

A integração social de crianças e jovens ocorre como sua incorporação ao mundo capitalista, como consumidores, desde a mais tenra infância à idade adulta. O contato precoce com os meios e os produtos da indústria cultural, sobretudo a televisão, com o lazer e o entretenimento comerciais asseguram a intimidade com as mais diversas mercadorias e com as relações de compra, venda e consumo que as acompanham. A importância da televisão vincula-se à sua especificidade como meio de informação traduzida em sua eficiência como anunciante onipresente de todo tipo de mercadoria. A televisão, como qualquer outro produto técnico e a tecnologia em geral, traz em si as características da sociedade que a criou. (PAZ, 2011. p. 104)

Por conseguinte, entram nas salas de aulas alunos portadores de muitas concepções e apropriações temporais sobre a história, junto de muitas notícias falsas sobre esses tempos históricos. E se o modo como o aluno se apresenta é dessa forma, como o professor pode lidar com a tênue relação entre história e política na sala de aula?

Em meio ao novo cenário imposto pela crise sanitária, ambiente ao qual nunca estivemos com tanta necessidade de adequações e atualizações de todas as formas de relacionamento. Sempre ouvimos que as redes sociais e demais espaços da Web poderiam assumir realidades que outrora eram praticadas de uma maneira analógica.

Ao compreendermos a importância do ensino de história e suas relações temporais como objeto de reflexão e aprendizagem histórica, nota-se que nas décadas que sucederam formação da disciplina no quesito escolar a mesma passou a vivenciar uma série de transformações e adequações. O projeto da história é ligado à formação de cada país como Estado-Nação. Especificamente no Brasil, existiu um projeto de construção artística e de escrita historiográfica que visava se elaborar um mito de memória nacional a partir da formação da república, o que pode ser exemplificado com a semana da arte moderna de 22.

Nesta aurora de sua designação como disciplina, a história compreendia-se pela necessidade de formar uma identidade nacional, na qual os indivíduos eram conectados pela história, língua e políticas em comum, praticando assim o civismo, para poder reformular o sentido pátrio da escola, assim como salienta Cerri.

A reação de muitas professoras primárias é reforçar a "hora cívica" semanal, porque, sem saber quem são os próceres, quais são as datas cívicas que devemos guardar e, finalmente, as orações cívicas cantadas, ou Seja', os hinos, parece ser impossível termos um cidadão brasileiro. (CERRI, 2011, pág. 106)

Compreendemos assim que, no início da sua instauração e estruturação como disciplina, possibilitou a incumbência pátria aos docentes da disciplina, os quais, muitas vezes, são os mais críticos do processo de civismo, portanto, notamos neste ponto a estrutura tradicional da formação desses alunos que vivenciaram essas compreensões da sua formação crítica. Neste pensamento sobre o civismo evidenciamos a formação do professor de história, que em quantidades significativas foram formados em estudos sociais.

Em meio a essa atualização constante práticas de ensino [...] e as mutações da história provocadas pela Nova História, mas, e acima de tudo, os desdobramentos sobre o papel e o lugar social do historiador, tendo que “justificar a necessidade e a urgência de seu trabalho. (FAGUNDES,2020, Pág.40).

As afirmações de Fagundes em 2020 contemplam as preocupações dos nossos docentes em universidades que lecionam práticas de pesquisas, didática e ensino de história. Não se trata de apenas de o trato com as fontes, ou em prática em pesquisa, mas como ele reitera em seu artigo:

A reflexão sobre a produção, quer dizer, a metodologia, insistiu sempre mais no inventário, na classificação, e no tratamento das fontes do que na construção do discurso. Ora, a passagem do livro especializado ao filme e à emissão televisionada exige que se repense a relação existente entre o trabalho profissional da investigação (também ele modificado) e a representação historiográfica. Há que se indagar também a respeito da “encenação” da História, no momento em que se multiplicam as suas possibilidades e em que ela se inscreve mais manifestamente como uma variante dentro do campo mais vasto do espetáculo. Em que medida é histórica uma representação literária ou filmada? Como é o discurso? histórico, é um espetáculo específico? (FAGUNDES,2020, Pág.41)

Entretanto, o compartilhamento das informações e experiências dentro do universo da sala de aula não comporta esse ensino da disciplina, pois ela levanta questões muito mais intensas, às quais provocam o pensamento sobre as coisas em convívio social, os famosos: quando? por que? onde? e o que isso causou?

As práticas de uma educação onde os aparatos tecnológicos eram vistos como algo a ser podado, e sem dúvidas, em grande parte dos docentes que não possuíam habilidades para tais ferramentas, proibiam o uso destas tecnologias no ambiente acadêmico. Assim, vemos um grandioso empecilho no desenvolvimento dos alunos em meio a todo o contexto que se dá nas últimas décadas, onde, as redes de comunicação mais utilizadas e mais práticas para compartilhar informações são proibidos dentro do ambiente de aprendizagem.

Por esse motivo, pensamos na ampliação que a história em seu âmbito digital possibilitou, provocando assim a complexidade de relações interpessoais, virtuais e compartilhadas em forma mais rápida e mais prática do que a simples leitura de um livro em sala de aula, jornais ou em caráter biográfico. Ao refletirmos a respeito dos avanços na área da educação nos deparamos com as Tecnologias de Informação e Comunicação, que por sua vez, aprimoram-se através dos conteúdos produzidos pela academia. Podemos indagar que, a base para a migração ao ciberespaço, possibilita uma aplicação no acesso a mecanismos da educação, seja ela básica ou superior.

A história digital remodelou a documentação do historiador e os instrumentos usados para seu acesso, para armazená-la e tratá-la, sem que, todavia, o uso crítico desses

instrumentos – que não são assépticos na relação entre o historiador e as fontes digitais. (NOIRET, 2015, pág.29).

Assim, trazemos a discussão sobre o que seria essa nova história digital, uma vez que, a história como disciplina no Brasil foi formulada para ser uma representação do civismo, que hora tentava reafirmar o patriotismo, outra, tentava reformular a identidade nacional e que agora ganha uma nova roupagem o meio “digital” ou “público”

Sendo assim, começaremos a trabalhar com o cerne do público. A história pública, assim como complementa Almeida e Rovai, é o ato de democratizar essa historiografia a públicos menos acadêmicos, isto é, é o ato de permitir uma interação com o mundo fora da universidade e da escola. Fagundes (2020, p.43) afirma que a história digital permite com que o conteúdo seja produzido por não acadêmicos, mas ressalta que as discussões de História Pública vêm valorizando o conhecimento acadêmico de história.

A dimensão do Público é abordada com a seguinte frase “História vista de baixo”. Ressaltamos aqui o caráter colaborativo desse campo, visto que trabalha com as compreensões culturais, linguísticas e aspectos da sociedade, não excluindo os públicos que a história comporta, mas os tornando protagonistas destes ambientes.

Por esse motivo, com uma nova pluralização de materiais, o historiador é forçado a se “atualizar” para utilizar a linguagem do ciberespaço, fazendo um “upgrade” em suas formas de ensinar, pesquisar e expor a história. “A história digital requer reescrever e reinterpretar os métodos profissionais e dominar as novas práticas digitalizadas” (NOIRET, 2013).” Esse desafio do meio digital está presente na interpretação de Noiret que salienta:

Estes estudiosos interpretam a “virada digital” e a “história digital” partindo de uma reflexão sobre as mudanças no ofício de historiador tradicional. A abordagem não é nem otimista nem pessimista, mas sim a de quem quer entender as mudanças tecnológicas à luz de um positivismo crítico. (NOIRET, 2015, pág.30)

Compreendemos que a virada digital ou a afirmação da história pública digital possibilitam uma abordagem mais abrangente do ensinar a história para outros públicos. Como já mencionado, pelo fato das proibições de uso de equipamentos tecnológicos dentro do advento da sala de aula, ocorre que os professores não migrassem suas demandas para a Web, tornando cada vez mais difícil o professor competir com as redes sociais e todos os aparatos tecnológicos disponíveis em rede como afirma Bergmann e Sans em seu livro “Sala de aula invertida”

Os alunos de hoje crescem com acesso à internet, YouTube, Facebook, MySpace e a muitos outros recursos digitais. Em geral, podem ser vistos fazendo os exercícios de matemática enquanto enviam mensagens de texto, postam e curtem no Facebook e ouvem música, tudo ao mesmo tempo. Muitos desses estudantes relatam que quando chegam à escola precisam se desconectar e emburrecer, já que as escolas proíbem telefones celulares, iPods e quaisquer outros dispositivos digitais. O mais triste é o fato de que a maioria dos alunos carrega consigo dispositivos de computação mais

poderosos do que grande parte dos computadores existentes em nossas escolas sub financiadas – e ainda não lhes permitimos explorar esses recursos, que são naturalmente parte de seu dia a dia. (BERGMANN; SAMS, 2016, p. 18)

Retomamos um dos conceitos desta sala de aula invertida é a proposta das autoridades compartilhadas, salientados por Bovo e Pinheiro (2019) .

Sintetizamos como história pública aquilo que Miriam Hermeto definiu como uma “história na qual a ideia de ‘autoridade compartilhada’ é fundamental, reconhecendo a importância do papel do público em sua construção” (Hermeto, 2018, p. 153). Diante de uma sociedade que questiona a legitimidade de suas instituições de ensino, a noção de “autoridade compartilhada” parece fundamental para que haja uma aproximação dos conteúdos desenvolvidos em sala de aula com o interesse do aluno, bem como em sua relação com a memória e a história de sua comunidade. (BOVO e PINHEIRO 2019, p.116).

Essa autoridade é compreendida como o professor não sendo o detentor de todo conhecimento e sim alguém que possui um conhecimento a mais que seus alunos. É muito importante, ao iniciar um tema, buscar entender com o que os alunos compreendem, o que eles já sabem sobre determinado assunto, assim parafraseando Paulo Freire, o aluno não é uma página em branco, mas sim, alguém que já traz consigo uma bagagem social e comportamental do seu convívio em comunidade e familiar.

Com essa expressão “temas sensíveis” podemos notar que boa parte dos estudiosos, e dos que exploram as plataformas de streaming como Youtube, utilizam da busca na cultura pop para provocarem a curiosidade das pessoas, mas não se toca em assuntos tidos como delicados e polêmicos, ainda mais nessa onda conservadora que predomina desde 2018.

A utilização dos meios midiáticos para a propagação da história não acadêmica é algo que vem se explorando e ganhando seu cerne com grande intensidade no período que vivenciamos da pandemia, ao qual, grande parte dos professores utilizam de meios virtuais para complementação das atividades, compreensões e afirmações simplificadas no que diz respeito a sala de aula. Escosteguy Filho, acrescenta:

[...], não apenas para ampliação e modificação das formas cotidianas de interação social, mas também para a expansão de espaços de discussão pública na contemporaneidade, assim como para a produção de interpretações sobre a sociedade – políticas, culturais, econômicas, mas também, e fundamentalmente para este trabalho, históricas. (ESCOSTEGUY FILHO, 2019, p. 43).

O uso do ciberespaço possibilita uma ampliação do conhecimento sobre diversos temas, dos quais podemos destacar alguns da autoria do Laboratório de História Pública da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, que, desenvolve análises de filmes e temas contemporâneos nos seus podcasts.

CONSTRUÇÃO DE UM LABORATÓRIO DE HISTÓRIA PÚBLICA

Desde setembro de 2020, o Lab. Histórico (Laboratório de História Pública UFTM) é um projeto de extensão orientado pelo professor doutor Marcelo de Souza Silva, que surgiu a partir da disciplina de História Pública e ensino de história ministrada em 2020 no período suplementar emergencial.

O Lab. foi um produto prático da disciplina, que contava com quatro alunos, os quais montaram um blog. Ao decorrer do término da disciplina eletiva, seus membros decidiram prosseguir com a construção deste portal, uma vez que compreenderam as ampliações e as aplicações da história pública dentro de sua formação docente.

O projeto foi vinculado à Universidade Federal no mês de maio de 2021, onde tornou-se o projeto de extensão Laboratório de História Pública, que não se tratava mais apenas de um blog, neste momento era um portal de conteúdos acadêmicos voltados para a sala de aula e professores. Esses conteúdos baseiam-se na elaboração de textos de reflexão, análises de filmes e podcasts e a construção do Lab.Cast, o podcast do laboratório.

Antes de compreendermos as produções do laboratório e de outros portais de história pública temos que entender de início o que é um Podcast. Primeiramente no seu sentido mais popular um Podcast pode ser interpretado como um programa de rádio disponível na internet, embora seja mais fácil compreender essa definição, vale ressaltar o que os professores Marcelo de Souza Silva e César Agenor Fernandes da Silva acrescentam em seu artigo “A divulgação científica em História por meio de Podcasts: possibilidades de educação histórica pela internet”.

[...] Podcasts são arquivos de áudio que tratam de diversos temas e são disponibilizados em páginas da rede. As temáticas são muito variadas e atendem a nichos de público igualmente diversos, abordando assuntos relacionados a cinema, videogames, música, política, humor, culinária, idiomas, tecnologia, esportes, direito, curiosidades, economia, crônicas do cotidiano, ciências, história, entre tantos outros. (SILVA e SILVA, 2017, pág.257.)

Por se tratar de um arquivo de áudio, o podcast se torna um meio de comunicação palatável, que tem por finalidade promover a discussão e compreensões dos mais diversos sentidos e “nichos”. podemos citar o episódio número 2 do LabCast: “O coronel, o Lampião e o Purgatório”, uma produção analítica do filme “Auto da Compadecida (2000), onde os interlocutores do diálogo apontam as características presentes do coronelismo (movimento político datado com práticas dos anos de 1889 com a proclamação da república e até a década de 30), nos perguntamos se existe alguma herança do coronelismo ainda em pleno século XXI. Outro ponto analisado da produção é movimento do banditismo no nordeste brasileiro com seus personagens icônicos Lampião (1898-1938) e Maria Bonita (1910-1938), suas práticas e grandiosas influências no meio de personalidades como Padre Cícero (1844-1934) e a

influência religiosa trazida pelos portugueses às terras brasileiras, em especial no nordeste brasileiro, como já citado a presença do “Padim Ciço”.

O ensino de história, pode e deve ocupar estes espaços de interação virtuais e promover o conhecimento histórico, baseado nas pesquisas e produções acadêmicas que tem reconhecimento.

Em seu quadro de entrevistas, especificamente no episódio 7 “A Ameaça Comunista”, o diálogo apresenta as análises da discussão sobre a existência desta ameaça, onde vemos que, o medo perpassa as gerações, mesmo que não haja mais uma grandiosa potência no regime comunista. Vemos essas compreensões no livro “Em guarda contra o perigo vermelho”.

“No momento em que o comunismo passou a ser percebido como um perigo sério para a Igreja ele também começou a ser anatematizado como “cria de Satanás”, do mesmo modo que a Reforma ou o perigo turco em outras eras” [...] “parecem producto da phantasia de Lúcifer e seus meios de combate não poderiam ser piores se fossem forjados nas officinas do inferno” (MOTTA,2019, pág. 73)

Notamos que as afirmações de um perigo comunista na nossa atualidade, vendo este como uma ameaça iminente que, por sua vez, irá destruir a família tradicional brasileira, não passam de indagações vagas, pois ao expormos ao áudio do podcast, podemos compreender que não houve tentativas efetivas de comunismo no nosso país e que, desde a ditadura militar, esse discurso é utilizado para a demonização de pensamentos não conservadores, tornando-os excluídos por não compactuarem com a tradição e serem abertos a diversidade, social, étnica, e religiosa.

Entretanto, no episódio 8, que aborda a segunda temporada da obra de Ficção da Netflix “The Umbrella Academy”, notamos algumas questões como o racismo na década de 60, a busca por direitos civis, homossexualidade e novamente a ameaça comunista.

“Os dois presidentes entusiasticamente comprometeram o país com uma guerra sangrenta no Vietnã e levaram o mundo à beira do precipício do aniquilamento nuclear, numa desastrosa tentativa de conter o crescimento do comunismo. Amparados pelas mudanças demográficas e econômicas do período, essas políticas sociais e militares temerárias e o fracasso em resolver antigos problemas sociais, como o racismo, provocaram uma explosão de diversos movimentos sociais – por direitos civis, paz, liberdade sexual e cultural – que contestaram bravamente as definições estabelecidas de progresso, liberdade e cidadania” (KARNAL, et al, 2011, pág. 221).

Assim, como afirma no trecho acima, podemos notar que as diversas manifestações sociais, o movimento do dos direitos civis e a busca por igualdades que transcenderam os anos de Kennedy como presidente, foram precursores de uma política igualitária, motivando a ficção a abordar as teorias conspiratórias na série. Ao que diz respeito ao episódio, a entrevista com Marcos Sorrilha Pinheiro, corroborou para a elaboração conceitual das compreensões de todos os momentos presentes na segunda temporada.

No que diz respeito a segregação racial estadunidense dos anos 60, a serie The Umbrella Academy aborda a temática com a personagem Alisson. A partir da elaboração do roteiro para a gravação do podcast, assim como as pesquisas sobre a temática e a análise crítica da produção audiovisual, entendemos que aproximando-se aos anos de 1876 foram aprovadas um conjunto de leis estaduais, intituladas de leis de Jim Crow, que tinham como objetivo políticas públicas segregacionistas para afro-americanos e outras etnias, tais como asiáticos e latino-americanos, as quais deixavam estes grupos étnicos em uma posição de desvantagem social, visto que os direitos eleitorais eram proibidos, os casamentos interracialis eram restritos. Também foram estabelecidas legislações que determinavam instalações separadas para brancos e negros, assim como filas, ônibus e restaurantes segregados. Em decorrência das políticas segregacionistas a comunidade negra cada vez mais sofria com a marginalização e o movimento migratório para os guetos, sofriam com o desemprego, a violência e o constante crescimento da população negra encarcerada.

As décadas de 50 e 60 nos Estados Unidos foram marcadas pela ânsia da luta pelos Direitos Civis da população afro-americana, carregando nomes importantes nessa revolução como Rosa Parks, Martin Luther King Jr, Malcolm X e o Partido dos Panteras Negras. No que diz respeito ao episódio de podcast elaborado pelo Laboratório de História Pública com participação do professor Drº Marcos Sorrilha, foi discutida a temática a partir das representações da personagem Alisson como uma mulher negra ativista antissegregacionista e o movimento coletivo do qual faz parte, apresentando aspectos semelhante aos que eram desenvolvidos pelo espírito de liderança de Luther King.

Ao nos depararmos com outras produções de podcast, podemos notar que existe um número considerável de programas que falam sobre as temáticas sensíveis, como escravidão, racismo e a ditadura militar. O programa Fronteiras no Tempo dos professores Cesar Agenor e Marcelo Silva, produziram um episódio de nome “Os mitos da Escravidão”, onde abordaram a temática que essa perpassa desde a colonização e seus reflexos até a atualidade. Já o História em meia hora, aborda de maneira objetiva o Nazismo e o Holocausto Brasileiro.

Portanto, podemos compreender que a inclusão dessas novas práticas e tecnologias na educação permitem com que possamos desempenhar um papel mais assertivo das pesquisas e meios de propagação do conhecimento e, dentro destes espaços escolares, compartilhar uma série de materiais complementares para que o aluno também por si próprio busque compreender e aprender com outros meios de comunicação para além da lousa e o pincel.

Assim como grandes professores da escola básica se reinventaram dentro deste universo para poder completar todo o arsenal histórico ou de outra matéria, outros docentes não

possuem tal destreza com os meios de comunicação e as tecnologias, mas utilizam-se desses materiais que já foram produzidos e atualizam suas práticas.

O questionamento proposto até esse momento aborda a possibilidade de o professor desempenhar um papel de protagonista na produção de conteúdos midiáticos dentro das escolas. É possível a construção de um grupo ou laboratório de história pública nas instituições públicas de nosso país? Apresentamos neste artigo as dificuldades e os motivos que nos provocam inquietação, principalmente em relação ao negacionismo da história, e é claro, a sua tentativa de reescrita por parte de pessoas que se sente no direito de tentar mascarar as mazelas da sociedade brasileira.

Como parte dessas reflexões podemos apontar também que nossos alunos do ensino básico e médio estão envolvidos neste ambiente social e, por muitas vezes, desejam e nos provocam a produzir atividades avaliativas diversificadas. Lembrando que as gerações vindouras estão cada vez mais integradas às novas tecnologias de informação e comunicação, sendo necessário que o ensino de História acompanhe esse movimento.

CONCLUSÃO

Portanto, compreendemos que esses debates e embates públicos nos possibilitam uma compreensão melhor não somente sobre o papel do professor, mas também do historiador. A presença do Professor Historiador dentro da escola é essencial para que tanto o aluno quanto o profissional sejam motivados a continuar suas vivências de pesquisa e desenvolvimento científico dentro do ensino básico, sabendo que existem muros a serem derrubados e portas a serem abertas.

Faço um adendo aqui partindo da ótica pessoal. Recordo-me de meus professores de ensino fundamental, Sonia da Silva Falcão e Carlos Roberto, ela professora de Língua Portuguesa e ele de História, os quais, na tentativa de provocar uma compreensão sobre como a literatura e a história poderiam se entrelaçar (hoje, compreendo que existe um ramo da história abordando essa temática, seja o estudo da história da arte ou a história intelectual) provocaram suas turmas de 9º ano do ensino Fundamental da Escola Municipal Rui Palmeira na cidade de São Miguel dos Campos, no ano de 2011, a criarem peças teatrais em formato de curtas metragens, na área de Língua Portuguesa uma obra de literatura e na história uma abordagem sobre a Era Vargas no Brasil. Com isso, pontuo aqui que, não é somente olhar sobre as dificuldades que o ensino público proporciona, mas, acima de tudo, compreender que vale usar as ferramentas que possuímos para uma construção de algo que possa mudar o pensamento crítico de alunos, e que, assim, possam enxergar o mundo de uma maneira mais apurada.

O cerne de tudo isso é, portanto, a compreensão do papel do historiador, requisitado a ocupar seus espaços no mundo virtual. A virtualidade assusta, provoca receio e grandes desafios, mas é indispensável que combatamos os revisionismos e as reescritas da história. Por fim, podemos definir a história pública como o ato de democratizar o acesso à informação e aos conteúdos de pesquisa de uma forma mais tangível e que possibilite a compreensão fora das escritas floridas, simplificando a linguagem sem perder o crivo da teoria e metodologia da história.

REFERÊNCIAS

DE ALMEIDA, Juniele Rabêlo; DE OLIVEIRA ROVAI, Marta Gouveia. **Introdução à história pública**. Letra e Voz, 2011.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia. **História pública**: entre as “políticas públicas” e os “públicos da história”. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, v. 27, p. 1-10, 2013. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548874921_28c0558a70f3bfff19db4e06ecf30156.pdf

BARBATO, Luis Fernando Tosta et al. **Brasil, um país tropical**= o clima na construção da identidade nacional brasileira (1839-1889). 2011.

BERGMANN, Jonathan; SAMS, Aaron. **Sala de aula invertida**: uma metodologia ativa de aprendizagem. Rio de Janeiro: LTC, v. 114, 2016.

BOVO, C. R.; PINHEIRO, M. S. **História pública e virtualidade**: experiências de aprendizagem híbrida no ensino de história. Revista História Hoje, v. 8, n. 16, p. 113–134, 20 dez. 2019. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/567>; Acesso em: Agosto de 2021;

BURGESS, J.; GREEN, J. **YouTube e a Revolução Digital**. São Paulo: Aleph Publicações e Assessoria Pedagógica Ltda, 2009.

CERRI, L. F. **Um lugar na história para a didática da história**. História & Ensino, Londrina, v. 23, n. 1m p. 11-30, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/28192> Acesso em: 01 de junho de 2022;

FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra. **Conhecimento histórico do historiador e outros conhecimentos históricos**. Revista Canoa do Tempo, v. 12, n. 01, p. 39-65, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/Canoa_do_Tempo/article/view/7145 Acesso em: 08 de Novembro de 2021;

FREIRE, Paulo. Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo. In: **Pedagogia do oprimido**. 64. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2017. p. 95-101.

KARNAL, Leandro et al. **História dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. Contexto, 2011. Disponível em : <https://bds.unb.br/handle/123456789/903> Acesso em: 15 de maio de 2021;

LABCAST 01: O coronel, o lampião e o purgatório. Locutores: Daniel Ferreira, Laís Oliveira, Mariana Fresneda e Maria Júlia Pimenta , [S. l.]: Anchor, 30 junho de 2021. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/4wEOjT8XZbjh3gBJbinbLB?si=5a10512b6ac849b6>. Acesso em: 28 janeiro de 2022;

LABCAST 07: A Ameaça Comunista Entre Gerações. Entrevistados: Marcus Oliveira e Clayton Romano. Locutores :Daniel Ferreira, Laís Oliveira e João Pedro Passos, [S. l.]: Anchor, 30 junho de 2021. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/4wEOjT8XZbjh3gBJbinbLB?si=5a10512b6ac849b6>. Acesso em: 28 janeiro de 2022.

LABCAST 08: Década de 60 em The Umbrella Academy. Entrevistado: Marcos Sorrilha Pinheiro. Locutores: Daniel Ferreira, Mariana Fresneda, Pedro K. Costa e Ygor Demiciano, [S. l.]: Anchor, 28 de julho de 2021. Podcast. Disponível em:<https://open.spotify.com/episode/4oBq0pKCrkCdpTgBEMSPQR?si=c442d42a216b4b8c>. Acesso em: 28 janeiro de 2022.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá; PATTO, Rodrigo. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

NETFLIX, **The Umbrella Academy**, 2º Temporada, 2020;

NOIRET, Serge (et al). **História Pública Digital** | Digital Public History. Liinc em Revista, v. 11, n. 1, 28 maio 2015. Disponível em: <http://elea.unisa.it/handle/10556/4997> Acesso em: 25 de outubro de 2021.

SILVA, Marcelo de Souza; SILVA, Cesar Agenor Fernandes da. **A divulgação científica em história por meio de podcasts**: possibilidades de educação histórica pela internet. In: LARA, Renata Marcelle; CAMARGO, Hertz Wendel de (org.). **Conexões**: mídia, cultura e sociedade. Londrina: Syntagma Editores, 2017, p.257-285 Disponível em: <http://fronteirasnotempo.com/a-divulgacao-cientifica-em-historia-por-meio-de-podcasts-possibilidades-de-educacao-historica-pela-internet/> Acesso em: 30 de setembro de 2021;

SUASSUNA, Ariano. Auto da Compadecida. Rio de Janeiro: Agir, 2001;

DE CARVALHO, Bruno Leal Pastor. História Pública e redes sociais na internet: elementos iniciais para um debate contemporâneo. Revista Transversos, v. 7, n. 7, p. 35-53, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/25602> Acesso em: 12 de março de 2021;

FERRARI, Anderson. **As relações de gênero na BNCC de História**: da ausência à resistência. Volume 9, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/hh/issue/download/2291/611#page=152> Acesso em: 01 de abril de 2021;

HISTORIOGRAFIA, CINEMA, LITERATURA E FICÇÃO: RELAÇÕES TEÓRICAS

HISTORIOGRAPHY, CINEMA, LITERATURE AND FICTION: THEORETICAL RELATIONS

Elizabete Farias Lima Silva¹
Josefa Eliana Souza²

RESUMO: O artigo tem por objetivo, compreender as relações teóricas entre historiografia, cinema, literatura e ficção, propostas a partir das leituras dos textos-base, ministrados na disciplina “Tópicos em história cultural: história, ficção e política: intelectuais e poder na história”, no Programa de pós graduação de história da Universidade Federal de Sergipe. Estudo proposto no campo da história cultural, sobretudo, às relações teóricas estabelecidas e a episteme entorno deste processo. Sob este movimento, a escrita se consolidou como um recurso polarizador de pensamentos e ideologias, pautado em narrativas, memórias e imaginações. O estudo evidenciou que: literatura, cinema, ficção e historiografia se relacionam de modo interdependente, pois representam a representação de uma ideia, acontecimento, a ser sentido, compreendido e descrito, seguido de um rigor metodológico pautado em uma vivência social e contextualizada a partir de um entendimento de que nas singularidades e especificidades, a coesão se estabelece.

Palavras-chave: História. Historiografia. História Cultural

ABSTRACT: The article aims to understand the theoretical relations between historiography, cinema, literature and fiction, proposed from the readings of the base texts, taught in the discipline "Topics in cultural history: history, fiction and politics: intellectuals and power in history", in the graduate program of history of the Federal University of Sergipe. This study is proposed in the field of cultural history, especially the established theoretical relationships and the episteme surrounding this process. Under this movement, writing was consolidated as a polarizing resource of thoughts and ideologies, based on narratives, memories and imaginations. The study showed that: literature, cinema, fiction and historiography are interdependently related, because they represent the representation of an idea, event, to be felt, understood and described, followed by a methodological rigor based on a social experience and contextualized from an understanding that in singularities and specificities, cohesion is established.

Keywords: History. Historiography. Cultural History

¹ Doutora em Educação pelo PPGED-UFS. Mestre em Enfermagem EEAN/UFRJ. Técnico administrativo da Universidade Federal de Sergipe. Professora de Ensino Superior. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre História do Ensino Superior GREPHES. Brasil. Link para o currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/7964635044413028>. E-mail: beteflima@hotmail.com <https://orcid.org/0000-0002-1832-6135>.

² Doutora em Educação PUC/SP. Professora da Universidade Federal de Sergipe. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre História do Ensino Superior GREPHES. Brasil. Link para o currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/0698585902048453>. E-mail: elianasergipe@uol.com.br <https://orcid.org/0000-0002-8091-5061>.

INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe compreender as relações teóricas entre historiografia, cinema, literatura e ficção, temáticas propostas a partir das leituras dos textos-base, ministrados na disciplina “Tópicos em história cultural: história, ficção e política: intelectuais e poder na história”, disciplina ofertada no Programa de pós graduação de história da Universidade Federal de Sergipe (UFS), no que concerne aos estudos sobre a construção de caminhos interpretativos e analíticos no tocante à epistemologia historiográfica e suas relações com o ficcional. Para tanto, na organização dos textos e condução das atividades o professor, responsável pela organização dos textos, evocou como preocupação central da disciplina, a compreensão acerca das diferentes abordagens de produções simbólicas e seus constructos teóricos.

É mister destacar que o estudo em tela propõe um diálogo com a historiografia, cinema, literatura e ficção, através de um entendimento distinto entre as temáticas, suas particularidades, características, narrativa histórica e, as relações estabelecidas entre ambas; e neste movimento, a escrita se consolida como um recurso polarizador de pensamentos e ideologias, no tocante à consolidação de um pensamento, pautado em narrativas, memórias e imaginações.

Para tanto, há de se respeitar as convergências e divergências. E neste pluralismo, as relações são estabelecidas e, sobretudo, enriquecidas em consonâncias com as áreas limítrofes estabelecidas, peculiares nos respectivos recursos que serão desvelados, no curso do texto.

HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA: PECULIARIDADES E NARRATIVAS

A História desde os anos de 1960 tem passado por uma intensificação de debates a respeito de sua epistemologia, contudo, é na primeira metade dos anos 70 que estas questões adquiriram maior visibilidade. Neste contexto, a historiografia trouxe à tona discussões metodológicas e teóricas, que versavam sobre a cientificidade da disciplina, o papel do historiador na produção do conhecimento histórico, e sua narrativa como um documento. A História deixou de ter em si mesma uma existência, passando a depender das escolhas da narrativa dos historiadores, consolidando seu papel ativo de autoridade para falar do passado (ALMEIDA, 2016. p. 206).

E no entorno dessa episteme, a narrativa história caminha, ao longo dos anos, no constructo de uma prática singular, pautada nos fenômenos sociais que nos acompanham e constroem a nossa,

por que não dizer, “própria história” e, neste movimento social, dialoga com evidências permeadas em um dado universo de acontecimentos que, a posteriori, serão reconstruídas a partir dos seus achados, memórias, documentos e possíveis elementos que assegurem a possibilidade de visitação (física, literária, virtual) a um determinado cenário, lugar, acontecimento a ser retratado.

Compreende-se historiografia como, o registro da História, ou seja, a arte de escrever, retratar fatos, versões e acontecimentos em um dado espaço temporal, não obstante, impressos em uma determinada corrente teórica. Chartier (2015) sinaliza para a linha tênue existente nas diversas histórias (das ideias, da literatura, da arte, da educa o, etc) e nos orienta, em uma nova compreensão, a considerar que toda história, qualquer que seja, econômica ou social, demográfica ou política,   cultural. E acrescenta que, a história cultural, privilegia objetos, âmbitos e métodos diverso, cuja enumera o constitui tarefa impossível; apresenta o risco de uma defini o imperialista, essa dificuldade encontra sua causa impressa nas múltiplas acep es do termo “cultura”, que podem se distribuir esquematicamente entre duas famílias de significados, a primeira, que designa as obras e os gestos que, em uma sociedade dada, se subtraem às urgências do cotidiano e se submetem ao juízo est tico ou intelectual, a segunda, que aponta as práticas comuns através das quais uma sociedade ou um indivíduo vivem e refletem sobre sua rela o com o mundo, com os outros e com eles mesmos.

Consoante exposto, o presente estudo, na sua abordagem histórica, transitar  nesta perspectiva de estudo e entendimento, no campo da história cultural, inclinando-se às demandas sociais, sobretudo, às rela es teóricas estabelecidas e a episteme entorno deste processo.

Acerca da historiografia, Certeau (2006) considera a escrita como um ato, uma opera o que resulta como combina o de “um lugar social”, de “práticas científicas” e de uma “escrita”, sendo esta última, o momento da concretiza o das pesquisas dos historiadores em um produto. Por intermédio da pesquisa e escrita, o historiador transforma seus objetos de estudo e neste movimento opera uma transforma o e consolida um produto. Acrescenta que ela, a escrita, não mais parte de “raridades”, restos do passado, para chegar a uma síntese, compreensão presente, mas que parte de uma formaliza o, um sistema presente, para dar lugar aos “restos”, indícios de limites e, portanto, um passado que   produto do trabalho.

Segundo Araújo (2006), no discurso historiográfico a rela o   problematizada pela inser o de mais um foco produtor de diferença, o próprio passado entendido como rastro das a es dos sujeitos históricos sobre o mundo. São estas a es que o historiador tenta reconstruir em sua narrativa.

“Embora não possa abdicar de sua função crítica, a história da historiografia não pode encarar o passado ignorando sua profundidade e distância do presente. Para a história da historiografia, ignorar os efeitos de profundidade histórica pode produzir as mesmas distorções que a compreensão de uma continuidade totalizante” (ibid, p. 86).

LITERATURA E A SINGULARIDADE DO NOSSO “EU”

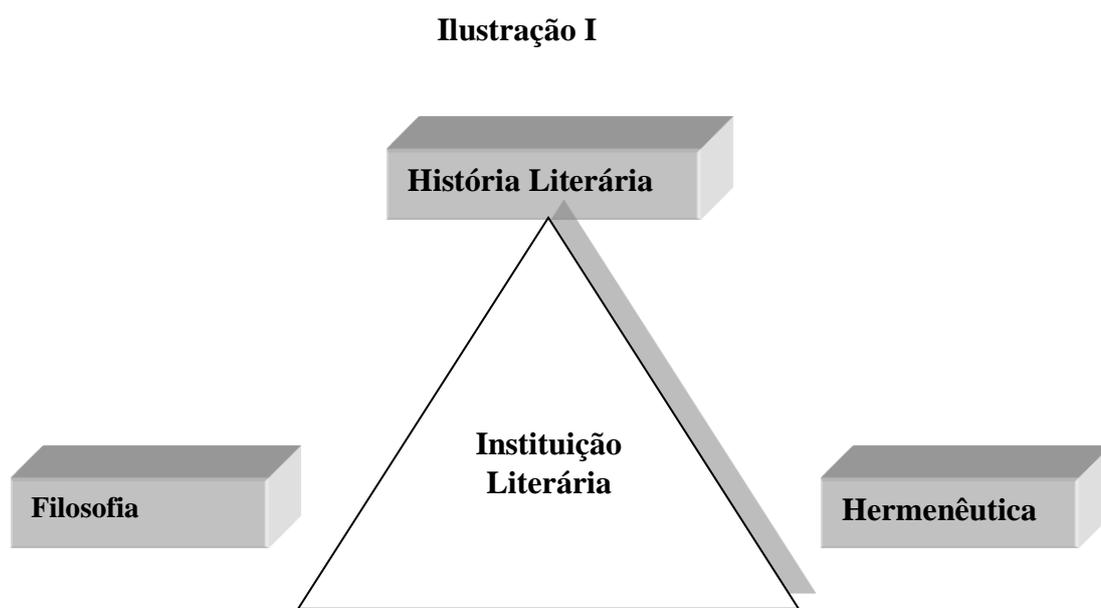
A literatura é uma grande fonte para a compreensão das sensibilidades de uma época. Nela se reflete não só o que foi pensado e executado, mas também as frustrações dos projetos humanos. Para Watt (2010), além do real, porém parte constitutiva dele, material ao mesmo tempo rico e prazeroso para o estudo da História.

A relação entre literatura e história, segundo Chartier (1999), enfatiza o requisito de uma aproximação plenamente histórica dos textos e, para semelhante perspectiva, é necessário compreender que nossa relação contemporânea com as obras e os gêneros não pode ser considerada nem como invariante nem como universal. Devemos romper com a atitude espontânea que supõe que todos os textos, todas as obras, todos os gêneros, foram compostos, publicados, lidos e recebidos segundo os critérios que caracterizam nossa própria relação com o escrito. Trata-se, portanto, de identificar historicamente e morfologicamente as diferentes modalidades da inscrição e da transmissão dos discursos e, assim, de reconhecer a pluralidade das operações e dos atores implicados tanto na produção e publicação de qualquer texto, como nos efeitos produzidos pelas formas materiais dos discursos sobre a construção de seu sentido.

E nessa tratativa, inicia-se um processo de ruptura paradigmática, com a história tradicional, comedida e limitada, e nesse exercício Lima (2002) traz no seu texto, denominado “intervenção”, não por acaso, dinâmico e intencional, uma discussão nos arredores da crítica e da poesia, onde atesta : “ a verossimilhança não é o resultado forçoso de alguma teoria” e acrescenta, no texto, uma relação estabelecida de sentimentos de simpatia e hostilidade, como efeito imediato de classificação social. E neste processo, os sentimentos e sentidos afloram e a literatura é concebida.

Em que pese tal afirmativa, o autor, anteriormente citado, acrescenta que, tanto na antiguidade como na ordem moderna do discurso literário, três noções constituem tal instituição. Em primeiro lugar, a identificação do texto com um escrito fixado, estabilizado, manipulável graças à sua permanência. Por conseguinte, pontua que, a ideia de que a obra é produzida para um leitor, e um leitor que lê em silêncio, para si mesmo e solitariamente, mesmo quando se encontrar em um espaço público. Por último, a caracterização da leitura como a

atribuição do texto a um autor e como uma decifração do sentido. Mas é preciso ter distanciamento em relação a esses três supostos para compreender quais foram as razões da produção, as modalidades das realizações e as formas das apropriações das obras do passado. E também é preciso compreender em sua própria historicidade e instabilidade. Retomando essas três categorias, que definem o objeto mesmo das três disciplinas fundamentais da “instituição literária” (a filologia, a história literária, a hermenêutica), gostaria de mostrar como algumas obras literárias nos conduzem a construí-las não como universais, mas em sua descontinuidade e mobilidade. Consoante exposto, a “Instituição literária” segue exposta sob formato ilustrativo:



Fonte: Elaboração própria da autora.

Em atenção ao que fora explanado, no que se refere à Instituição Literária, ousou empreender, a partir dos textos de Chartier (1999, 2015), sob formato ilustrativo (esquema I) que, na triangulação constituída, se estabeleceu uma relação de integração e interdependência., visto que, no processo literário, a interpretação dos textos, compreensão e sentido das palavras afinam-se, em consonância, a postura do autor da obra que, inevitavelmente, não se furta a negar sua ideologia, visão de mundo e, filosoficamente, sua autolimitação e consciência da dimensão essencial e ontológica do mundo real, basilado na realidade empírica, socialmente, retratada e, por fim, a história literária, que traz, no bojo das suas ações, a árdua missão de consolidar todos os elementos aflorados, como produto final da sua obra : a escrita sob influências empírico-sociais.

Neste entendimento, Koselleck (2002) apresenta a História como fruto da relação entre escrita, experiência e método, mostrando que após 1780, se convencionou que a ela é tanto a realidade experimentada como o conhecimento científico e cognitivo produzido pela consciência social e individual. Para ele as mudanças metodológicas pelas quais passou a história são resultado de uma mudança de experiência via conhecimento sociológico, pois mudanças sociais e políticas geram inovações metodológicas. Em sua concepção o método é reflexo da experiência, pois é a partir de nossa experiência que analisamos a experiência alheia. Esta análise não é feita de forma aleatória, mas sim pautada em elementos concretos que dão credibilidade a noção de realidade do historiador.

No que concerne a produção do texto, função de quem escreve, Chartier (1999) alerta que, o autor possui uma função, distante da evidência empírica segundo a qual todo texto foi escrito por alguém. portanto, uma distância radical entre o indivíduo que escreveu o texto e o sujeito ao qual o discurso está atribuído. É uma ficção semelhante às ficções construídas pelo direito, que define e manipula sujeitos jurídicos que não correspondem a indivíduos concretos e singulares, mas que funcionam como categorias do discurso legal. Do mesmo modo, o autor como função do discurso está fundamentalmente separado da realidade e experiência fenomenológica do escritor como indivíduo singular. Traz como exemplo, uma carta privada, um documento legal, um anúncio publicitário não têm “autores”.

De modo que, a função-autor é o resultado de operações específicas e complexas que referem a unidade e a coerência de uma obra, ou de uma série de obras, à identidade do sujeito construído. Semelhante dispositivo requer duas séries de seleções e exclusões. A primeira distingue no âmbito dos múltiplos textos escritos por um indivíduo no curso de sua vida, aqueles que são atribuíveis à “função-autor⁴” e aqueles que não o são. A segunda retém entre os inumeráveis fatos que constituem uma existência individual aqueles que têm pertinência para caracterizar a posição de autor. A exemplo da pluralidade no entorno das tipificações textuais, estabelecidas na literatura, segue o exemplo do sujeito na narrativa autobiográfica, que assim desvela-se:

“Narrativa centrada no sujeito que a cria, simultaneamente ponto de partida e objeto do texto, a autobiografia parece ser a atualização do "indivíduo moderno" no espaço da literatura. É como se, ao lado da poesia; do romance, da peça teatral, da crônica, enfim, - se reservasse àquele indivíduo, - a suas reflexões e experiências particulares, um "gênero" literário específico que permitisse a expressão de sua unidade e autonomia (ALBERTI, 1991, p. 73)”.

Isto posto, a título de compreensão, com base nos escritos construídos, até o presente parágrafo, a literatura nos revela uma possibilidade de dialogar de modo multiforme, quer seja

em prosa, verso, romance, ou sob a apropriação de outro gênero, não obstante, cumpri a missão de reprodução de ideias, acontecimentos, memórias e demais narrativas autorais e não autorais, com uma especificidade muito própria e particular, contudo, literária.

FICÇÃO E SEUS TRAÇOS

No “apagar das luzes”, quando não mais se estabelece o “clarão” acerca dos fatos e relatos, eis que se apresenta uma nova possibilidade de discurso e entendimento: a compreensão no entorno da ficção e suas multifaces e as tratativas com a história. Segundo Lavorati e Teixeira (2010) a dinâmica entre História e ficção pode ser vista sob um enfoque diverso, no tocante a variação do gênero literário (romance histórico, epopeia, canções de gesta, mito), ganha por meio desse um espaço de ricas possibilidades de atuação. Essa confluência, mostra-se plural, numa ligação direta com os valores e crenças em voga no momento de sua produção.

A opção pela prática da ficção, não atesta, necessariamente, a ausência da verdade. No que concerne a dependência hierárquica entre verdade e ficção, Saer (2012) afirma ser uma mera fantasia moral. Mesmo com a maior boa vontade, aceitando essa hierarquia e atribuindo à verdade o campo da realidade objetiva e à ficção a duvidosa expressão do subjetivo, persistirá sempre o problema principal, ou seja, a indeterminação existente não na ficção subjetiva, relegada ao terreno do inútil e caprichoso, mas sim na suposta verdade objetiva e nos gêneros que pretendem representá-la, já que a autobiografia, a biografia e tudo o que pode entrar na categoria de “non-fiction”, essa imensidão de gêneros que deram as costas à ficção e decidiram representar a suposta verdade objetiva – são os que devem apresentar as provas de sua eficácia. O autor nos alerta, sobre a ficção:

“Esta é uma obrigação difícil de cumprir. Tudo o que pode ser verificado nesse tipo de relato é, em geral, corriqueiro e secundário, e a credibilidade do relato e sua razão de ser correm perigo quando o autor abandona o plano do verificável. A ficção, desde suas origens, soube emancipar-se dessas correntes. Mas que ninguém se confunda: não se escrevem ficções para eludir, por imaturidade ou irresponsabilidade, os rigores que o tratamento da “verdade” exige, mas sim para evidenciar o caráter complexo da situação, complexidade esta em que o tratamento limitado ao verificável implica uma redução abusiva e um empobrecimento[...] Ao ir em direção ao não verificável, a ficção multiplica ao infinito as possibilidades de tratamento. Não nega uma suposta realidade objetiva, ao contrário, submerge-se em sua turbulência, desdenhando a atitude ingênua que consiste em pretender saber de antemão como essa realidade se conforma. Não é uma claudicação ante tal ou qual ética da verdade, mas sim a busca de uma ética um pouco menos rudimentar. A ficção não é, portanto, uma reivindicação do falso. Mesmo aquelas ficções que incorporam o falso de um modo deliberado – fontes falsas,

atribuições falsas, confusão de dados históricos com dados imaginários etc. – , o fazem não para confundir o leitor, mas para assinalar o caráter duplo da ficção que mistura, de uma forma inevitável, o empírico e o imaginário” (ibid. p. 145-147).

Nas relações com o passado, Chartier (2015) atesta que, a ficção se distingue de maneira clara e resolvida, quando comparada com a história. A ficção é “um discurso que informa do real, mas não pretende representá-lo nem abonar-se nele”, enquanto a história pretende dar uma representação adequada da realidade que foi e já não é, nesse sentido o real é ao mesmo tempo o objeto e o fiador do discurso da história(...) apropria-se das técnicas da própria história, a fim de produzir “não efeitos de realidade”, mas sim, preferencialmente, a ilusão de um discurso histórico. Portanto, a ficção se apresenta como alternativa real, acerca de um gênero literário, em face de suas nuances e especificidades.

Por conclusão, segundo Azevedo (2008) para aquele que aceita enfrentar o desafio de pensar o contemporâneo é quase impossível escapar do fato de que os salões virtuais da web invadiram a cena literária contemporânea e muitos dos novos autores escolhem os blogs³ para divulgar sua ficção. O novo suporte coloca em questão não apenas a dúvida pelo próprio estatuto da ficção (isso é, ainda, literatura?), mas também a legitimação do jovem autor e as próprias estratégias de representação do que tem a dizer. Isso fica claro quando os autores são cobrados por sua falta de expertise literária, pois não são testificados como escritores, leitores ou peritos [...] lidos nessa clave, a ausência de uma aprendizagem artística e a idolatria da “pessoa comum” cultivadas pela imensa seara blogueira.

Nesse sentido, talvez seja possível pensar a auto-exposição da intimidade também como estratégia para driblar, e brincar com a superficialidade contemporânea. Em vez do pacto pelo efeito de real que a narrativa das experiências pessoais persegue e da legitimação da autenticidade do que é contado por quem, de fato, viveu o que conta, podemos considerar que a presença avassaladora do autobiográfico na ficção blogueira é uma estratégia autoficcional que investe na criação de “eus”, da necessidade de “contar de si”, portanto, um texto, uma retratação de algo ou de alguém (ibid, p. 34-35).

³ De acordo com Clemente (2009), a palavra blog é a contração da expressão inglesa weblog. Log significa diário, como o diário de bordo, livro em que se aponta o rumo, a velocidade, as manobras e os demais acontecimentos de uma navegação. Weblog Weblogs, blogs ou blogues, são páginas-diários na web, em que um responsável ou autor tem acesso à área restrita do software, onde podem ser feitas as atualizações. No blog, é possível encontrar os textos ou atualizações (posts) escritas pelo blogueiro, portanto, é uma espécie de diário ou página pessoal mantido na Internet, que pode ter um ou mais autores. É um tipo de site que possui características próprias. Normalmente, apenas com um autor, mas, em alguns casos, com dois ou mais.

CINEMA E SUA REPRESENTAÇÃO

O cinema é, por definição, arte do movimento. Ele progride ao expor gestos ordenados seguindo uma lógica temporal e espacial. A telinha não está apta a fazer ver ações rápidas e desenvolvidas tais como corridas e perseguições, vez que ela carece de amplitude e de profundidade de campo. O cinema não se limita a jogar com a representação da distância: pela montagem, encadeamento de planos filmados por ângulos e com enquadramentos variáveis, ele sugere um mundo que não é outro senão aquele que o espectador imagina ao ajustar mentalmente os diversos pontos de vista que lhe são oferecidos. A televisão não se beneficia da mesma latitude, ela se dirige a um público que quer estar em condições de seguir a emissão, mesmo se ele está ausente ou se distrai durante uma parte da emissão (NOVOA, 2009, p.48).

De acordo com Pereira (2003), utilizado para exercer influência psicológica, o cinema foi bastante privilegiado, a exemplo: na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), teve início, de forma generalizada, a sua utilização como arma de propaganda política, no entanto, ainda de forma modesta e ingênua. A primeira metade do século XX foi marcada pela ascensão e consolidação dos regimes que utilizaram os meios de comunicação de massas como instrumentos de propaganda política e de controle da opinião pública.

Consoante exposto, o autor, anteriormente citado, acrescenta que, a propaganda política, entendida como fenômeno da sociedade e da cultura de massas, consolidou-se nas décadas de 1920-1940, com o avanço tecnológico dos meios de comunicação. Valendo-se de ideias e conceitos, a propaganda os transforma em imagens, símbolos, mitos e utopias que são transmitidos pela mídia. Os filmes de propaganda desse período não possuíam o aperfeiçoamento técnico, o fascínio e a eficácia que teriam os produzidos a partir da ascensão dos regimes fascistas e da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Porém, deve-se dizer que não foram apenas os regimes fascistas os que tomaram consciência da importância do cinema como arma de propaganda.

Pereira (2003) relata que, em qualquer regime, a propaganda é estratégica para o exercício do poder, mas adquire uma força muito maior naqueles em que o Estado, graças à censura ou monopólio dos meios de comunicação, exerce rigoroso controle sobre o conteúdo das mensagens, procurando bloquear toda atividade espontânea ou contrária à ideologia oficial. O poder político, nesses casos, conjuga o monopólio da força física e da força simbólica; tenta suprimir, dos imaginários sociais, toda representação do passado, presente e futuro coletivos que seja distinta daquela que atesta a sua legitimidade e cauciona o controle sobre o conjunto

da vida coletiva. Em regimes dessa natureza, a propaganda política se torna onipresente, atua no sentido de aquecer as sensibilidades e tende a provocar paixões, visando a assegurar o domínio sobre os corações e mentes das massas.

Destaca-se que, de modo insipiente, o cinema e a televisão ampliaram a possibilidade de comunicação, no mundo, porém, havia um rigor controle, no entorno das mensagens a serem propagadas às massas, a comunicação e, sobretudo, o teor a ser difundido era programado e intencional, ditado por um regime verticalizado, fruto do contexto social e político premente, haja vista o advento da 2ª guerra mundial e seus impactos na sociedade da época. Portanto, o cinema, como arte, se apropriaria de um novo diálogo, no tocante à representação e comunicação com as massas.

O cinema para Lukacs (1971), é uma nova forma de arte e, tende a lidar com novos elementos, novos sentimentos humanos e formas de expressar as relações humanas e nesse aspecto traz novos meios de expressão para os nossos verdadeiros problemas. Desta forma, se concentrarmos a discussão do ponto de vista do conteúdo social, podemos dizer que estamos confrontados com uma renovação, e nesse sentido é possível trazer, em certa medida, algo novo e original. Deve distinguir-se entre a renovação técnica e a sua tradução em termos artísticos. Uma tradução é alcançada em termos artísticos se o público perceber que, com tais meios, é possível expressar novos relacionamentos.

Segundo Jiménez (2018), atualmente, as imagens do filme adquiriram importância incomum da forma como são geridos e disputada significados de relatórios sociais, identidades culturais e representações do passado comum. Durante o século XX filme constituiu-se em um meio que cultura de valores, comportamentos, ideologias e histórias sobre sociedade urbana e a modernização das culturas e com a capacidade de ter um impacto sobre a configuração do sentimento, o pensamento e temas de vida em sociedade. As imagens audiovisuais desenvolveram ao longo do último século e no que irá apresentar em um espaço de reflexão e o conhecimento dos historiadores e cientistas sociais.

“Esta preocupação para recuperar e entender o passado da máquina cinematográfica aceitou as disciplinas sociais. Os filmes proporcionam outras versões do passado e podem ser entendidos como "memórias relevantes", que são analisadas para reconstruir os processos sociais que têm impacto no presente. Filmes incluíam no sentido da produção momento histórico e cultural, para que na posteridade fosse apresentado como uma única visão do mundo na época em questão. Por esta razão, são considerados filmes como dispositivos culturais que recriam e redefinem elementos simbólicos, espaciais, temporais e materiais que fornecem evidências ou vestígios dos negócios das empresas” (JIMÉNEZ. 2018, p. 52).

É mister acrescentar, a título de reflexão que, nem sempre o autor de uma obra, dado o contexto social, econômico e político, tem a autonomia e empoderamento suficiente para verbalizar, na sua obra, na sua arte, a possibilidade de transmissão de uma leitura plena, atenta ao movimento criativo e inspirador, latentes no autor que, outrora há de ser desvelar.

Segue como exemplo, de acordo com Schwarz (1985), o projeto inicial de um filme, considerado, por muitos, uma vitória da fidelidade política, com significativa carga emocional, a intenção de filmar, em 1964, o assassinato de um líder camponês paraibano, chamado pelo nome de “João Pedro”, o golpe militar interrompeu a filmagem e dispersou a equipe, enquanto as latas com a parte já realizada do filme sumiu (...) muitos anos depois, buscou-se o material desaparecido, procurou os atores, que a repressão e quase dois decênios haviam espalhado. Mostrou as fitas antigas, de que eles eram as figuras, e filmou as suas reações atuais a respeito, em que de uma forma ou outra aparecem os efeitos da ditadura e a continuidade da vida popular – o filme: “Cabra marcado para morrer”⁴⁴.

Obra retratada sob a égide de um movimento pontual no País, onde, por interesses escusos e alheios ao entendimento, as vozes permaneceriam caladas, resultante de uma fidelidade política desesperadora para muitos, pois havia um silêncio no entorno de movimentos e grupos de pessoas que vislumbravam a liberdade nas ações e nas expressões escritas, encenadas e retratadas.

“O filme enfim realizado restabelece a continuidade com o movimento popular anterior a 64, e desmentem a eternidade da ditadura, que não será o capítulo final. Ou, ainda, o cinema engajado e a luta popular reemergem juntos (...) Ora, nada é mais comovente que reatar um fio rompido, completar um projeto truncado, reaver uma identidade perdida, resistir ao terror e lhe sobreviver. São anseios básicos da imaginação, e também paradigmas explorados pela ficção sentimental. Se Cabra Marcado não fosse mais que isto, seria um dramalhão. Sem menosprezar o valor político da fidelidade, que existe, e ao qual o filme deve a extraordinária simpatia, além da própria existência, vamos reconhecer que a sua qualidade é mais complexa” (SCHWARZ, não paginado, 1985).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁴ Filme dirigido por Eduardo Coutinho, uma obra ficcional, cujo objetivo do filme é contar a vida dos trabalhadores após o desligamento do filme, já que a maioria deles havia ajudado João Pedro e estava ajudando Coutinho a produzir o filme em 64. Ele reúne todos eles, com exceção de Elizabete Teixeira, esposa de João Pedro, pois a mesma ainda permanecia escondida por conta da perseguição que sofrera depois do golpe, o filme dá impressão de vitalidade e esperança, por razões já expostas: a continuidade da vida popular, o sentimento de que o período ditatorial está terminando, a simpatia e inteligência dos tipos nordestinos, e por fim a demonstração de fibra dada pela própria realização do filme. Talvez contribua também o fato de as classes dominantes estarem ausentes (ibid, p. 31-34).

O estudo em tela discorreu sobre as relações teóricas estabelecidas entre a historiografia, cinema, literatura e ficção, sob uma perspectiva de compreensão no entorno das relações teóricas estabelecidas, suas especificidades, características e, sobretudo, entendimento histórico. Tal fato iniciou-se “no debruçar sobre os textos”, momento de tamanha importância, para condução e ordenamento das ideias.

No diálogo proposto, os textos consultados apresentaram uma variedade de acontecimentos e narrativas que traduziram, como eixo norteador, singularidades e características particulares, segundo o gênero literário, recursos disponíveis e intencionalidade, condizentes com uma marca temporal e um dado contexto social e político próprio.

No que concerne ao entendimento, na construção das ideias, a partir das leituras, o referido estudo foi introduzido, momento onde a temática foi delimitada, no seguimento, as seções definidas, a partir de uma compreensão e afinamento com o objeto de investigação.

A primeira seção, denominada “História e historiografia, peculiaridades e narrativas”, apresentou um movimento significativo no âmbito da história e, nos discursos de Chartie (2015) e Almeida (2016), a ressignificação de uma história pautada em uma epistemologia, não obstante, o papel do historiador e de sua escrita, esta como uma “arte” sensível às ações do meio, a saber: ideias, literatura e outros campos do saber, ora definidos no âmbito da história cultural, portanto, relacionado aos hábitos, costumes, empirismo e ideologia de um indivíduo, comunidade, sociedade. A referida seção conclui, ser no âmbito da historiografia, uma prática baseada na problematização e pluralismo.

A segunda seção, a literatura é apresentada de modo “singular do nosso eu”, tal paradoxo apresenta-se de modo intencional, pois reflete, a partir da sensibilidade, o que foi pensado. Os textos apontaram a literatura, enquanto Instituição, triangulada na história literária, filosofia e hermenêutica, cada qual cumprindo o seu papel, no tocante à compreensão, interpretação e sentido das palavras. A literatura revela uma possibilidade de diálogo multiforme, a depender do gênero, contudo, cumpre a função de reprodutora de ideias. Destaca a função do autor, diferente de um documento (sem autor), que escreve possui características próprias, ideologia e traz uma bagagem própria, o empirismo social.

Na seção que traz a ficção e seus traços para o cerne do discurso, se estabelece uma forte relação entre ficção e veracidade, e nesta dualidade se atesta a ficção como uma representação de ideias que podem ser verdades ou não, porém, possuem uma intencionalidade, como traço, e este se estabelece como o eixo do debate, como atesta Saer (2012). É mister apontar que, na

ficção, emerge uma gama de possibilidades de representação, a partir do real, sem que haja, necessariamente, o compromisso com ele - o real.

A seção que fala sobre a arte do movimento, o cinema. As narrativas contidas, nos textos, apresentaram o cinema como uma arte de grande valor social, sobretudo, político, pois a relação posta, apresentou um recurso significativo no tocante à comunicação com as massas, o planejamento de um pensamento, deliberadamente, construído, a exemplo: o fascismo, a ditadura militar e até, a exemplo, apresentado por Schwarz (1985) sobre o filme “O cabra marcado para morrer”- o silêncio.

Por fim, o estudo evidenciou, cada qual a sua maneira, características e importâncias singulares na relação entre; literatura, cinema, ficção e historiografia, doravante, os diálogos estabelecidos apresentam-se norteados de modo interdependente, pois representam, segundo gênero e intencionalidade proposta, a representação de uma ideia, acontecimento a ser sentido, compreendido e descrito, seguido de um rigor metodológico pautado em uma vivência social e contextualizada a partir de um entendimento de que nas singularidades e especificidades, a coesão se estabelece.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa, *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, n 7, 1991, p. 66-81.

ALMEIDA, Renata Castro Geressati Castro. Os limites entre a história e a ficção. *Revista hist. historiogr. ouro preto*, n. 22, 2016, p. 202-213. Disponível em <http://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1149>. Acesso em. 19 jan. 2019.

ARAÚJO, Valdeci Lopes. Entre a historiografia e a ficção. *Jornal do Brasil – Caderno Ideias e Livros*, p. 2-3, 29 dez. 2006.

AZEVEDO, Luciene Almeida de. Autoficção e literatura contemporânea. *Revista brasileira de literatura comparada*, nº12, 2008.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006 [1975].

CHARTIER, R. *A história ou a leitura do tempo*. Tradução Cristina Antunes. 2ª ed.; 1 reimp – Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

_____. *Literatura e História, Topoi*, Rio de Janeiro, 1999. nº 1, 197-216.

CLEMENTE, Ana Priscila. Origem e desenvolvimento do blog como mídia digital e sua contribuição para a construção de uma cultura feminina na web. Ass. Bras de pesquisadores de História da Mídia. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-encontros-nacionais/o-encontro-2009-pdf>

JIMENEZ, W, A, C. El cine como objeto de estudio de la historia: apuestas conceptuales y metodológicas. Folios- Segunda época. n° 47. Primer semestre. 2018. Pp. 51-68.

KOSELLECK. Reinhart. Ficção e história. 2018.

LAVORATI, Carla. TEIXEIRA, Nícia Cecília Ribas Borges. Diálogos entre Ficção e História: do romance histórico clássico ao novo romance histórico. Revista Odisséia- PPgEL/ UFRN. N° 06. Jul-dez 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/odisseia/article/download/2070/1504>. Acesso em 21/01/2019.

LIMA, Luiz Costa. Intervenções. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. Disponível em: <https://books.google.com.br/books>. Acesso em 22 jan 2019.

LUKACS, György. El cine como lenguaje crítico. Traduzido por Miguel Perez Barberán. Nuevos Aires, Año 2, n° 5. Setiembre- Octubre- Noviembre, 1971.

NOVOA, Jorge. Cinematógrafo: Um olhar sobre a história. Salvador, São Paulo. EDUFBA/Ed. Unesp. 2009.

PEREIRA, W.P. História: Questões & Debates. Associação brasileira de pesquisadores de história da mídia. Editora UFPR. Curitiba, n. 38, p. 101-131, 2003.

SAER, Juan José. O conceito de ficção. Revista FronteiraZ, São Paulo, n. 8, julho de 2012. Disponível em <https://www.pucsp.br/revistafronteiraz/download/pdf/TraducaoSaer-versaofinal.pdf>. Acesso em. 19 jan. 2019.

SCHWARZ, Roberto. Novos estudos. São Paulo/ CEBRAP. n° 12, pp. 31-34. Jun. 1985.

WATT, Ian. A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ENTRE O MEDO E O SUFRÁGIO: A PRÁTICA DE RITUAIS FÚNEBRES COMO PREVENÇÃO À ASSOMBRAÇÃO

BETWEEN FEAR AND SUFFRAGE: THE PRACTICE OF FUNERAL RITUALS AS
PREVENTION TO HAUNTING

Alyne Cavalcante Bezerra da Silva¹

RESUMO: O mistério que se esconde por trás do destino da alma após a morte abre espaço para explicações religiosas que se utilizam do medo do desconhecido *post-mortem* para incutir preceitos e atitudes indispensáveis para uma boa partida. Levando em consideração o catolicismo ocidental, que dita uma série de dogmas em relação à morte, pode-se encontrar um “manual” de preparação para a morte, o qual é decisivo para destinar a alma ao descanso eterno. Caso esse manual não seja seguido pelos vivos, havia a ameaça de que a alma se tornaria uma assombração e voltaria à Terra em busca de ajuda ou vingança. Assim, é pertinente uma análise para estudar o caráter principal do ritual fúnebre: Sufrágio ou prevenção à assombração.

Palavras-chave: Morte. Rituais Fúnebres. Assombração.

ABSTRACT: The mystery that hides behind the fate of the soul after death makes room for religious explanations that use the fear of the unknown *post-mortem* to instill precepts and attitudes essentials for a good death. Considering the western Catholicism, which dictates a series of dogmas about death, we can find a "manual" of preparation for death, which is decisive to destine the soul to eternal rest. If this manual isn't followed by the living, there was the threat that the soul would become a ghost and would return to Earth in search of help or revenge. Thus, an analysis is pertinent to study the main purpose of the funeral ritual: Suffrage or prevention of haunt.

Keywords: Fear. Funeral rites. Haunt.

INTRODUÇÃO

A morte, e todos os conceitos a ela agregados, sempre causou certa inquietação na mente humana. E quando se confronta essa inquietação com a religião, a saber, o cristianismo ocidental, a inquietude se transforma em medo, temor. A religião cristã ocidental, desde sua ascensão, impõe uma carga temerosa ao destino da alma após a morte: céu, inferno ou purgatório (este último, não aceito pelo cristianismo reformado). Além da incerteza sobre o destino da alma, havia ainda uma série de medidas que deveriam ser tomadas ao menor sinal

¹Mestranda em artes visuais no PPGAV da Universidade Federal de Pernambuco, (UFPE). Com licenciatura em História pela Fundação de Ensino Superior de Olinda (FUNESO), e especialização em Ensino em História do Brasil pelas Faculdades Integradas de Vitória de Santo Antão (FAINTVISA). Membro da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC). E-mail: alyne.cbsilva@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8960-1774>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/0066565418452903>. Recife, Brasil.

de convalescência; eram os rituais ligados ao sepultamento, os quais eram decisivos sobre o lar da alma que se desligava do corpo.

Sutilmente, o temor sobre a morte foi sendo imposto nas populações cristãs ao associar a morte ao conceito de “salvação da alma”, pois, ao morrer, tinham-se dois caminhos: o céu ou o inferno. No entanto, uma terceira opção surge, e com ela, a possibilidade de ter uma segunda chance de salvação.

Quando uma alma, ao morrer, não conseguia ir direto para o céu, ela ficava no “purgatório”, onde deveria expiar pelos seus pecados e contar com a indispensável ajuda dos vivos a fim de livrar-se do sofrimento e alcançar o céu. Para isso, à algumas almas, era concedida a graça de surgir aos vivos como forma de fantasma: “Deus permite estas aparições para consolo dos vivos e para excitar a compaixão, instruir e despertar a ideia da severidade dos juízos de Deus contra faltas que julgamos muito leves”. (Brandão, 1953, p.18).

É notável a sutil imposição do temor para com os vivos sobre o destino de sua própria alma no trecho “severidade dos juízos de Deus contra faltas que julgamos muito leves”, pois, se por um lado o destaque impõe o medo de que faltas leves possam levar uma alma ao padecimento, a negação à ajuda ou ao sufrágio por tal alma pode desencadear em algo bem pior, fazendo com que a alma se torne malfazeja e venha assombrar os vivos. Essa permissão divina para legitimar as aparições também será defendida por Delumeau (2009) mais adiante. Porém ela tem (ou deveria ter) sempre um caráter positivo, mas nem sempre era o que acontecia, pois os mortos eram “capazes de atormentar ou ajudar os vivos” (Reis, 1991, p. 90).

Para justificar o caráter “bom ou mal” das aparições, pode ser utilizado o típico termo cristão do *livre arbítrio*, pois, na teoria, a aparição só poderia se dar por uma “permissão de Deus, raras vezes, e por milagre, para ensinamento e confirmação da imortalidade da alma, para lição dos vivos ou para pedir socorro e sufrágios”. (Brandão, 1953, p. 8). O problema é que, muitas vezes, a passagem de uma alma não é feita da forma correta, seguindo todos os detalhes que são decisivos para destinar tal alma à salvação, então, para esses casos de almas que padecem no purgatório pela falta de uma cerimônia fúnebre adequada, elas acabam sendo:

condenadas à uma penosa existência, pois nunca podem entrar no mundo dos mortos ou se incorporar à sociedade lá estabelecida. Estes são os mais perigosos dos mortos. Eles desejam ser reincorporados ao mundo dos vivos, e, porque não podem sê-lo, se comportam em relação a ele como forasteiros hostis. Eles carecem dos meios de subsistência que os outros mortos encontram em seu próprio mundo e conseqüentemente devem obtê-los à custa

dos vivos. Ademais, estes mortos sem lugar ou casa às vezes possuem um desejo intenso de vingança. (Reis, 1991, p. 89).

Dessa forma, mesmo obtendo a permissão para pedir ajuda por sua alma, muitos desses mortos surgem para assombrar os vivos, já que o destino da alma, segundo os dogmas destacados aqui, também é determinado pela atitude dos vivos diante da morte. Então surge aí o que João José Reis chamou de “desejo intenso de vingança”.

Tomando como base os principais autores que trabalham as terminologias destacadas nesta pesquisa, será feita uma análise bibliográfica sobre o que mais motiva as pessoas no momento de dedicação aos rituais fúnebres: o medo da assolação fantasmagórica, mesmo que em caráter positivo (já que tudo que foge ao natural é desconhecido e causa temor) ou se a compaixão e sufrágio para com o ente querido, o amigo, o familiar que deixou a vida. Além de pontuar os principais aspectos do medo gerado pela ideia da morte e as práticas fúnebres usuais.

O MEDO RELACIONADO AOS TEMAS DA MORTE

O medo da morte e dos conceitos a ela relacionados são bem antigos e presentes em diversas culturas. O mistério trazido pela a ideia da morte faz surgir vários questionamentos sobre o destino da alma ao se desligar do corpo físico e a ausência de respostas concisas sobre essas questões acabou incutindo um grande receio em relação aos temas da morte. Para abrir essa discussão, é necessário fazer relações entre a morte e as principais religiões (nesse caso, ocidentais), pois foram em grande maioria, elas que disseminaram o temor sobre a morte, o destino da alma e os temidos fantasmas.

Ao analisar as práticas e dogmas de religiões seculares, é possível encontrar várias similitudes, sobretudo, sobre os rituais fúnebres e sua grande importância no momento da morte. O primeiro conceito que deve ser destacado é a crença na continuidade da existência da alma, mesmo após a morte. Ora, para se creditar tanto medo à morte, é imprescindível a “certeza” de que a alma permanece viva, mesmo desprovida do corpo físico.

Segundo antigas crenças gregas e italianas, Fustel de Coulanges (2009) afirma: “Ela [a alma] permanecia bem perto dos homens e continuava a viver sob a terra” (p. 24). Cabia aos vivos agora, cuidar dessa alma, para que ela, de fato, descansasse em paz. É aí que entra a grande importância dos rituais fúnebres.

O primeiro cuidado secular para com o corpo é o enterramento: “[...] era preciso que o corpo ao qual ela permanecia presa fosse recoberto de terra. A alma que não tivesse seu túmulo não tinha residência. Era errante [ou seja, fantasma]” (idem). Esse trecho em Coulanges deixa bem claro o surgimento de algumas tradições fúnebres. O enterramento, parte importante do ritual, simbolizava a residência da alma. Uma alma sem sepultura estaria condenada a se tornar fantasma, e mais: infeliz. E a alma infeliz era uma ameaça aos vivos, já que ela tinha a necessidade de fazer aparições tanto para assolar as pessoas (dado o seu condicionamento como alma malfazeja) como também para pedir por sua alma. Nesse sentido, é possível encontrar diversos exemplos na consagrada obra de Gilberto Freyre “Assombrações do Recife Velho” que traz relatos de vários casos de aparição de almas “materializadas”, que após sua morte, voltavam à Terra na intenção de pedir por si:

Dizia-se que pelos corredores da casa [...] costumava vagar um fantasma de velho alto e muito branco: a alma do próprio visconde a pedir perdão a escravos que maltratara. Também a pedir missas. Missas para sua pobre alma de rico arrependido dos pecados contra os negros. Chegava a visagem a fazer sinal com os dedos para indicar com precisão matemática aos vivos o número de missas que desejava fôssem (sic) mandadas dizer por sua alma pela pessoa a quem aparecesse: três, quatro, às vezes cinco missas. (1974, p. 75-76).

Além dessa aparição em caráter de pedir missas pela alma, muitas das aparições chegavam também a solicitar um sepultamento adequado tardio. E isso era sempre cumprido pelos vivos, do contrário, corria-se o risco de criar uma assombração à recusa de um pedido de uma alma que padecia pela falta de detalhes cerimoniais no momento de sua morte.

Dessa forma, entende-se que a cerimônia fúnebre e os seus detalhes iam muito além de um ato social e de sufrágio para com as pessoas que sofriam a perda de um ente querido (muitas vezes, as práticas fúnebres eram consideradas também como atitudes em busca de *status* social), mas era feito com a finalidade principal de trazer paz e felicidade à alma que deixou este mundo. Do contrário, havia a grande probabilidade da alma se tornar um fantasma e assolar os entes que deixou na terra.

O medo que permeava a questão do funeral adequado era tão marcante que as pessoas temiam mais a ausência do funeral que a própria morte. Era o medo do desconhecido, do mistério que se esconde por trás da morte. Com a certeza da assolação fantasmagórica das almas errantes, os vivos reproduziam o medo no futuro de suas próprias almas. Sem o funeral adequado, tinha-se certeza de que se tornaria fantasma. E ninguém queria esse destino para sua alma.

Levando esse medo certo em consideração, temos a questão dos testamentos que asseguram tal argumento, já que o testamento não servia apenas para a distribuição dos bens materiais, mas também para descrição de cada etapa do funeral, enredo das rezas, quantidade de missas a favor de sua alma, enfim, uma infinidade de pormenores que deveriam ser seguidos pelos vivos:

no passado as pessoas se preparavam diligentemente para a morte. A boa morte significava que o fim não chegaria de surpresa para o indivíduo, sem que ele prestasse contas aos que ficavam e também os instruisse sobre como dispor de seu cadáver, de sua alma e de seus bens terrenos. Um dos meios de se preparar, principalmente mas não exclusivamente entre as pessoas mais abastadas, era redigir um testamento. Essa providência pode ser entendida como o rito inicial de separação. (Reis, 1991, p. 92).

Todos os desejos expressos no testamento eram seguidos à risca pelos vivos, garantindo assim, um destino mais feliz para a alma do morto.

Nas cidades antigas, onde essa cultura se propagou e perpetuou, a questão do sepultamento era tão séria que a privação do mesmo era usada até como sentença para os crimes mais graves. Além da pena de morte, havia a pena de não conceder ao criminoso um funeral adequado. Daí nota-se que a ausência de uma boa morte, era mais temida que a própria morte. Sobre todo esse imaginário fúnebre, criaram-se tantos dogmas que alguns autores chegaram a tratá-los como “religião da morte”, mesmo que, posteriormente, muito tenha se perdido. No entanto, os rituais essencialmente ligados ao funeral permaneceram intactos até o século XIX, principalmente no seio do cristianismo ocidental.

Esse cuidado exacerbado para com os mortos acabou tomando dimensões tão grandes que os mortos eram venerados e vistos quase como deuses. Havia sobre eles um misto de respeito e temor, já que ele [o temor] permeia todo o imaginário assombroso da ausência de rituais fúnebres. Em Coulanges (2009): “tinham por eles [os mortos] a veneração que o homem pode ter pela divindade que ama ou teme” (p. 30).

Mesmo que o tempo tenha reformado e até apagado muitas dessas práticas, observa-se que essa veneração, respeito e temor pelos mortos permanecem na contemporaneidade. Despreza-se, muitas vezes, o comportamento e as atitudes durante a vida de determinada pessoa, atribuindo ao morto um caráter de “herói”, “benfeitor”, “guerreiro”, mesmo que ele não o tenha sido, de fato. Isso faz surgir um questionamento: essa prática de se heroizar os mortos seria um ato de temor inconsciente para não “desrespeitar” ou manchar a imagem do morto ou seria apenas um ato, também inconsciente, de igualar as pessoas depois da morte, desprezando

distinções de classes sociais ou bem e malfeitores? O que poderia receber maior crédito a partir do que foi estudado é que essa tradição é mais uma expressão do medo dos mortos, na medida em que o tornar herói poderia diminuir a infelicidade da alma.

A “BOA MORTE” E OS PRINCIPAIS RITOS FÚNEBRES

Conforme tem sido estudado, um sepultamento adequado e repleto de detalhes é tão importante que pode mudar o destino da alma moribunda, levando-a ao descanso eterno. E essa ideia incutida pelo catolicismo era tão marcante que as pessoas achavam “que não era de tal forma, necessário esforçar-se excessivamente em viver virtuosamente porque uma boa morte resgatava todos os erros”. (Ariès, 2012, p. 57). O oposto disso traz infortúnios, não só para a alma, mas também para os vivos. Ora, no momento da morte, de acordo com o cristianismo ocidental, comumente é sabido de três destinos para a alma: o céu, o inferno e o purgatório. Este último merece mais aprofundamento, pois ele figura, nesse contexto, um “portal” para as almas errantes ou assombrações.

De acordo com Jean Delumeau (2009), quando a alma está no purgatório (uma espécie de destino provisório que pode levar ao céu ou ao inferno), o próprio Deus concede a essa alma a permissão para ir e vir à Terra a fim de pedir rezas ou missas por si: “Deus pode permitir que as almas dos mortos se mostrem aos vivos sob aparências de seu corpo de outrora” (p. 125). Isso explicaria a “materialização” de fantasmas, pois Deus dá a permissão necessária para que seus corpos tomem forma do ar e se condensem. (No caso da materialização de demônios, ela aconteceria por meio de cadáveres). A partir disso, deve-se levar em consideração o livre arbítrio de tal alma tanto para pedir ajuda, como para assombrar.

Nesse contexto de temor pelo destino incerto da alma, cabia aos vivos a missão de organizar um funeral com todos os pormenores necessários (muitas vezes ditados pela própria pessoa antes de morrer) para levar à alma ao céu. Todos esses rituais de passagem, receberam diversas terminologias. Em Ariès, é o “modelo de morte assistida”. João José Reis (1991) a trata como “boa morte” e diz:

nesse estilo de morte, o indivíduo administrava seu fim fazendo valer suas palavras. A tradição popular considerava esta uma “morte bonita”. Mas morrer assim representava um esforço coletivo. Uma boa morte era sempre acompanhada por especialistas em bem morrer e solidários espectadores. Ela não podia ser vivida na solidão (p. 100).

Essa morte assistida ou boa morte fundamentava-se em várias etapas, que poderiam variar de acordo com a intensidade dos preceitos religiosos do morto e de sua família, mas basicamente eles consistiam na preparação da casa, preparação do corpo, sepultamento e missas pós-morte (sétimo dia, corpo presente etc.).

A PREPARAÇÃO DA CASA

Comumente, o velório acontecia na casa do morto, mas ela deveria ser devidamente preparada para cumprir bem as etapas seguintes da boa partida para o além. Antes mesmo do momento da morte, na casa do moribundo já havia a presença de familiares e um padre que ouvia sua última confissão e aplicava-lhe a extrema unção no momento da morte.

Em grande maioria, os velórios aconteciam na sala das residências, dessa forma, toda a organização do espaço, deveria ser refeita para abrigar o caixão no centro da sala e os convidados em volta. Era possível encontrar velas acesas por todos os lados como forma de simbolizar a luz para o caminho dessa alma até o céu. Inclusive, no momento da morte, uma vela acesa era posta nas mãos do cadáver para que ele “não morresse no escuro”, conforme instruíam os preceitos religiosos.

Imagem 1 - Os sete pecados capitais e as quatro últimas coisas [detalhe], Hieronymus Bosch, 1485, Museu do Prado



Fonte: <https://tendimag.com/2017/10/13/o-galo-e-a-morte-revisto/hieronymus-bosch-pecados/> acesso em: 12 nov. 2019.

A depender da crença da família, o velório poderia ser iniciado durante a noite e finalizado ao amanhecer, para que os presentes fizessem uma espécie de vigília com rezas e cânticos, “encomendando” aquela alma à Deus. Ao final do velório, havia uma procissão até o cemitério, a qual os participantes, e principalmente os familiares, acompanhavam o corpo até o enterramento.

Dentre os temores de assombração já mencionados anteriormente, havia algumas tradições ligadas ao ato de levar o caixão até o cemitério. Uma delas é que a pessoa que sai da casa carregando o caixão tem que descê-lo até o túmulo, caso contrário o “morto pode voltar para buscar aquele que o deixou na metade do caminho”. Em Reis (1991):

diz a tradição que quem carregava o defunto na saída de casa se obrigava a entrar com ele no local de sepultura, sob pena de morte próxima. Se o cortejo parasse em frente a uma casa, um azar fatal atingiria os residentes, lembrando rituais africanos de acusação de feitiçaria. Ao se afastar o defunto, o dono da casa jogava água em sua direção dizia: “Eu te esconjuro! Deus te leve!” (p. 139).

A PREPARAÇÃO DO CORPO

Ao menor sinal de convalescência, era necessário iniciar os rituais para a boa morte. Se tratando do moribundo em si, ele repousava em seu quarto, rodeado por familiares, amigos, companheiros de trabalho e, a depender das condições financeiras da família, médicos.

A presença de muitas pessoas no quarto do moribundo era importante na medida em que dispusessem para com ele um ato de sufrágio, acompanhando o moribundo até a sua passagem: “Morrer acompanhado era especialmente importante quando a morte não dava aviso prévio” (Reis, 1991, p.103), pois, a todos os presentes caberia a missão de fazer a alma do doente entrar no céu.

Enquanto havia no quarto entes queridos rezando pela alma do convalescente, nos outros espaços, pessoas cuidavam dos demais detalhes: confecção da mortalha, banho, arrumação da casa para receber o caixão e os outros cuidados necessários.

OS RITOS RELIGIOSOS

Antes mesmo do momento da morte, um ou mais padres acompanhavam o doente em seu quarto, ministrando sobre ele os rituais previstos pela sua fé para bem encaminhar sua alma.

Esses rituais eram de grande importância para a boa partida e tinham que contar com a participação do moribundo, afinal, era o destino de sua alma que estava em jogo, por isso Ariès afirma: “não tinham pressa em morrer, mas quando viam chegar a hora, sem precipitação nem atraso, como devia ser, morriam cristãos”. (2012, p. 36).

Morrer no seio do cristianismo, executando bem todas as etapas previstas pelos preceitos religiosos era a boa maneira de morrer. E esses cuidados religiosos ministrados pelo padre, começavam antes mesmo da morte chegar:

Nos momentos de doenças grave, incurável e fatal, a penitência, a eucaristia e a extrema-unção, administradas com sentidos específicos, eram procuradas pelo doente, no momento em que sentia que era “chegada a sua hora”. À proximidade da morte, a presença do padre era solicitada pelo moribundo, por seus parentes ou amigos, tendo em vista a necessidade de ele entrar em contato “último” e íntimo com Deus, antes da partida. (Rodrigues, 1997, p. 176- 177).

Antes da morte, o padre ouvia a confissão do moribundo e o absolvía dos seus pecados. Conforme o quadro piorava, o padre atentava para que nos instantes finais de vida, a extrema-unção fosse ministrada, para assim, libertar aquela alma do corpo enfermo. Dessa forma, a extrema unção era vista como o último suspiro do convalescente.

Mesmo depois do enterramento, os rituais fúnebres continuavam. Além da comum missa de sétimo dia, outras missas podiam ser encomendadas em favor da alma. Isso dependia dos desejos do morto, expressos no testamento e da condição financeira da família para dispor de tal cuidado; e os familiares, por longos períodos, mantinham a prática de fazer rezas e preces para que Deus levasse a alma do ente querido até o céu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo aceitando a naturalidade do fim da vida, a morte sempre causa uma ruptura na rotina da família e amigos de quem se foi. A solidariedade prestada à família de quem morreu, é indispensável e esperada pela família que se sente mais confortável e consolada junto aos entes queridos. No entanto, essa atitude solidária tão comum, vai muito além do que foi tratado aqui como “ato de sufrágio” pela família.

O cuidado com a cerimônia fúnebre, na contemporaneidade, tem um caráter de reunião de despedida, onde família e amigos velam o corpo prestando homenagens e dando adeus ao ente querido. Porém, até o século XIX, todo cuidado com os detalhes cerimoniais tinha uma importância muito maior na mentalidade das pessoas. Esse cuidado poderia ser decisivo para

determinar a residência da alma, levando-a para o descanso eterno e deixando a alma feliz. Negar a uma alma um funeral embasado nos preceitos religiosos era uma falta que não era comumente cometida pelas pessoas próximas ao morto, pois isso poderia acarretar no sofrimento da alma do morto, e, sabendo que a alma que sofria tinha grandes chances de se tornar fantasma, até mesmo as famílias menos abastadas se preocupavam com todos os detalhes da cerimônia fúnebre. Como disse Inocêncio III, citado por Le Goff (2017): “os vivos cuidam dos mortos porque eles mesmos são futuros mortos”. (p. 316).

Admitir que o temor do desconhecido destino da alma e o temor surgido pela possibilidade de ser assombrado pelo fantasma do morto são os maiores motivadores no momento da organização do funeral, não significa admitir que não havia o ato de piedade e sufrágio ou consolo da família e amigos, pois esse sentimento é inerente à própria morte, entretanto, a motivação causada pelo medo (originado pelo desconhecido ou pelos fantasmas) se torna mais marcante nesse contexto e tem embasamento no que foi estudado nesse trabalho.

Nesse ínterim, pode se perceber o quão forte é a influência dos dogmas religiosos, nesse caso, do catolicismo ocidental, que impôs o medo sobre o destino da alma, e deu garantias nas escrituras de que a materialização de fantasmas é real e é legitimada por Deus. Dessa forma, não foi difícil a rápida propagação desse, que é um dos grandes medos da humanidade.

Com isso, é possível notar que muito além de um ato piedoso para com o morto, a dedicação dos vivos em realizar uma cerimônia rica em detalhes era uma forma de prevenir infortúnios futuros: “um dos objetivos dos cultos funerários era impedir que os defuntos *voltassem* para perturbar os vivos”. (Ariès, 2012, p. 41).

Assim, admite-se no ritual fúnebre, a atitude de sufrágio tanto pela alma, como pela família que perdeu alguém querido, porém a finalidade primeira da organização do funeral, repleta de detalhes e aparatos é a de fazer com que a partida aconteça obedecendo aos preceitos religiosos para que a alma parta para o descanso eterno no céu e não fique errante no além e surja sob formas de assombração.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, PHILLIPPE. **História da morte no ocidente**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- BRANDÃO, Mons. Ascânio. **O manuscrito do purgatório**. São Paulo: Edições Paulinas, 1953.
- COULANGES, Fustel. **A cidade antiga**. São Paulo: Martin Claret, 2009.
- DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente**. São Paulo: Companhia das letras, 2009.
- FREYRE, Gilberto. **Assombrações do Recife Velho**. 3.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.
- LE GOFF, Jacques. **O nascimento do purgatório**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das letras, 1991.
- RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.
- VOVELLE, Michel. **As almas do purgatório ou o trabalho de luto**. São Paulo: UNESP, 2010.

PROMETEU NA ERA REAGAN? ROBOCOP E O MITO DE FRANKENSTEIN

PROMETHEUS IN THE REAGAN ERA? ROBOCOP AND THE FRANKENSTEIN MYTH

Mateus Dagios¹

RESUMO: O artigo é uma análise comparativa entre o romance *Frankenstein* (1817) de Mary Shelley e o filme *Robocop* (1987, direção de Paul Verhoeven). Abordase a ideia de monstro nas duas obras para evidenciar como Robocop é um herdeiro do mito moderno de Frankenstein. O filme atualiza parte dos conflitos entre ciência e criação para o contexto militar da Era Reagan, apresentando a questão do monstro, do ciborgue e das corporações. Para a definição do ciborgue, trabalha-se com textos de Donna Haraway e Thierry Hoquet.

Palavras-chave: Monstro; Frankenstein; Robocop; Ciborgue.

ABSTRACT: This paper is a comparative analysis between the novel *Frankenstein* (1817) by Mary Shelley and the movie *RoboCop* (1987, directed by Paul Verhoeven). The concept of monsters is addressed in both works to show how RoboCop is an heir to the modern myth of Frankenstein. The movie updates some of the conflicts between science and creation for the military context of the Reagan Era, presenting issues about monsters, cyborgs, and corporations. The definition of cyborg is based on works by Donna Haraway and Thierry Hoquet.

Keywords: Monster; Frankenstein; RoboCop; Cyborg.

“Was I then a monster?”

Frankenstein – Mary Shelley

“You're our product.”

Dick Jones – Robocop

Frankenstein é um mito moderno. Apesar de ter sido inaugurado no romance homônimo (1818) de Mary Shelley, tem raízes mais antigas em Prometeu, Fausto e outras narrativas. O tema foi repetido à exaustão, recriado incontáveis vezes. Talvez mais famosa que o livro seja a versão cinematográfica de James Whale (1931), na qual Boris Karloff deu corpo à criatura. No mito, um cientista quase sempre atormentado resolve criar um ser humano. Os motivos podem variar. O que está colocado é a *hybris* e seus limites. Potência

¹ Prof. Dr. Mateus Dagios. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: mateusdagios@yahoo.com.br

criadora, curiosidade e espírito científico geram um monstro: “*it’s alive, it’s alive, it’s alive*”. Os gritos do doutor Frankenstein na memorável interpretação de Colin Clive são o prólogo de uma tragédia.

Como criatura, o monstro de Frankenstein é um ser híbrido, formado a partir de corpos de cadáveres e galvanizado pela ciência, um monstro, resultado da cultura, criado fora da natureza, mas a partir dela. O monstro como entidade encara a humanidade do seu criador e revela ser um espelho das suas aspirações.

Como criador, o Dr. Frankenstein é o emblema do espírito científico, como definiu Merleau-Ponty: “esse pensamento admiravelmente ativo, engenhoso, desenvolto, esse *parti pris* de tratar todo ser como ‘objeto em geral’” (MERLEAU-PONTY, 2004, p. 11). Dr. Frankenstein toma a vida como um objeto, analisa-a em laboratório e por meio da ciência replica-a em um corpo artificial.

No diálogo entre o *Frankenstein* de Mary Shelley e o filme *Robocop* (1987, direção de Paul Verhoeven)², investigamos o sentido da monstruosidade. Asma argumenta um valor cultural dos monstros: “o monstro é mais do que uma criatura odiosa da imaginação; é um tipo de *categoria cultural*, empregada em domínios tão diversos como a religião, a biologia, a literatura e a política” (ASMA, 2009, p. 13, tradução nossa)³. O monstro então nos interessa como *categoria cultural* que permite explorar temas de identidade, por vezes só percebidos no estranhamento.

O monstro é um indicador, um barômetro de tensões, individualizado ou corporificado em um ser. Franco Moretti, no ensaio *A Dialética do Medo*, encontra no monstro um elemento de antagonismo: “O monstro serve para deslocar os antagonismos e horrores evidentes *dentro* da sociedade para *fora* da própria sociedade” (MORETTI, 2007, p.106). Procuramos em *Robocop* indícios da monstruosidade pertencentes às políticas do capitalismo da Era Reagan (1981 – 1989).

² Entre as publicações nacionais sobre *Robocop*, podemos destacar os dois textos presentes na coletânea *Cinema e Distopia. A direita política, narrativa e zombaria em RoboCop*, de Peterson Silva (2020) e *RoboCop e o resultado da eleição brasileira de 2018*, de Rafaela Elaine Barbosa (2020), fazem importantes reflexões sobre o filme e a violência contemporânea.

³ No original: “The monster is more than an odious creature of the imagination; it is a kind of *cultural category*, employed in domains as diverse as religion, biology, literature, and politics.”

O filme aborda uma trágica transformação. O agente Alex J. Murphy deixa sua humanidade, seu corpo frágil, finito, de homem, pai de família, agente repressivo característico da política *Law and Order* e representante da classe trabalhadora para transformar-se em uma máquina operando por diretrizes de uma grande corporação que presta serviços ao Estado. Uma junção entre carne e máquina, Robocop é alegoria da relação problemática entre ciência, Estado, violência e capital. Qual é a condição de Robocop? Homem preso a uma máquina? Um ciborgue? Ou um monstro das relações capitalistas entre poder corporativo e Estado?

Jean-Jacques Lecerde, em *Frankenstein: Mito e Filosofia*, afirma: “há filosofia e história em Frankenstein — e por isso mesmo temos o mito” (LECERDE, 1991, p. 12). Como uma recriação contemporânea do mito de Frankenstein, Robocop redimensiona elementos do monstro, agregando-lhe significados. Abordamos o sentido do mito de Frankenstein em *Robocop*, o que significa sua permanência e atualização, partindo de duas perguntas: Qual a relação entre o mito de Frankenstein e Robocop? O que Robocop, em sua monstruosidade, nos permite compreender sobre o que o torna humano e o que o torna máquina?

Rastrear a presença de um mito no cinema não é interrogar em que medida os agentes responsáveis, como diretores, roteiristas, atores, produção, conheciam ou não determinado mito. Em vez disso, é reconhecer, como no caso do mito de Frankenstein, sua permanência no repertório da memória cultural vigente. Jan Assmann define *memória cultural*: “A memória cultural é um tipo de instituição. Ela é exteriorizada, objetivada e armazenada em formas simbólicas [...] [que] podem ser transferidas de uma situação a outra e transmitidas de uma geração a outra” (ASSMANN, 2016, p. 118). Nesse sentido, ela guarda conexões com um passado que é vivido como um discurso capaz de ser reapresentado no presente.

O artigo é construído na intersecção entre o mito e a monstruosidade, conectados pela memória cultural, que atualiza a monstruosidade de Frankenstein em Robocop. A reflexão divide-se em dois momentos: 1. *O mito de Frankenstein*, em que abordamos o significado do mito literário, as afiliações míticas com Prometeu e outras narrativas e o seu sentido; 2. *Robocop como Frankenstein da Era Reagan*, em que dividimos o filme em três momentos, traçando aproximações e distanciamentos da monstruosidade do ciborgue e de Frankenstein.

1. O MITO DE FRANKENSTEIN

Em junho de 1816, Mary Shelley, Percy B. Shelley, Claire Clairmont, Lorde Byron e o seu médico, John W. Polidori encontravam-se na *Villa Diodati*, propriedade bucólica próxima ao Lago Genebra. O romance gótico ainda fazia um relativo sucesso, com cenários sombrios de cemitérios, mosteiros, florestas inóspitas, perfeitos para ambientar a atmosfera de terror desejada por Polidori e Byron. A febre literária do momento eram as coletâneas de caráter popular de historietas sobrenaturais. No ambiente de chuva, bebida, com *frisson* de assombração induzido pela leitura, Byron desafiou os convidados a escreverem histórias de terror. O desafio ficou marcado em Mary Shelley, que depois de dois anos, em 1818, apresentou *Frankenstein* ao mundo.

Susan Tyler Hitchcock, em *Frankenstein: as muitas faces de um monstro*, acredita que pode haver algo de inventado no relato de Mary Shelley sobre a gênese do seu romance, presente na edição de 1831 (HITCHCOCK, 2010, p. 45). A simbologia do encontro ao redor da lareira remete-nos à transmissão dos antigos mitos, narrados ao redor do fogo. Eram narrativas que contavam histórias de nascimento e morte de criaturas incríveis, metamorfoses e desfechos maravilhosos. Frankenstein, como um mito moderno, parece ter nascido como uma antiga história.

Mircea Eliade explica que

o mito garante ao homem que aquilo que ele se prepara para fazer já foi feito, ajuda-o a dissipar as dúvidas que poderia ter quanto ao resultado do seu cometimento. Por que hesitar perante uma expedição marítima, uma vez que o herói mítico já a efetuou num tempo lendário? (ELIADE, 1989, p. 120)

O mito pode ser definido como um discurso criador, texto fundacional, que geralmente habita a esfera do sagrado, pode abordar um princípio ordenador ou um embate de forças que devem ser equilibradas e como discurso pode ser refundado a partir de novas exigências sociais. Ao abordarmos uma obra literária em relação a uma obra fílmica, cabe o questionamento sobre a natureza do mito literário.

Philippe Sellier coloca oposições entre o mito literário e o mito estudado pela etnografia. Do ponto de vista etnográfico, “essa narrativa é anônima e coletiva, elaborada

oralmente ao longo das gerações” (SELLIER, 1984, p. 113, tradução nossa)⁴. O mito abordado pela etnologia seria diferente do construído pela literatura: “Retrabalhado por muito tempo, o mito atinge uma concisão e uma força que, aos olhos de determinados mitólogos, o tornam muito superior a esses arranjos individuais a que chamamos de literatura” (SELLIER, 1984, p. 113, tradução nossa)⁵.

Para a etnologia com as abordagens clássicas de Lévi-Strauss ou para a antropologia histórica, como a do helenista Jean-Pierre Vernant, o mito opõe-se à literatura, sendo a passagem do primeiro para a segunda um ponto de ruptura (SELLIER, 1984, p. 115). É preciso salientar que não se trata de uma disputa pelo mito, na qual uma área do conhecimento teria primazia pelo objeto, mas uma configuração de racionalidade, em que cada instância opera com um conceito diferente. O mito de caráter etnorreligioso para tais autores não pode ser equiparado em sua função com o mito literário.

Para Sellier, quando passamos do mito como compreendido pela etnologia para o mito literário, algumas características do primeiro desaparecem para emergirem outras (SELLIER, 1984, p. 113). Para o autor, a importância dos mitos literários não está somente em como eles reinterpretem os mitos consagrados do panteão grego ou de outros imaginários antigos, mas à medida que essa categoria inaugura em sua própria dinâmica novos mitos, como no caso específico que nos interessa, o mito de Frankenstein.

Raymond Trousson, mesmo reconhecendo a importância do mito para a literatura, prefere não usar o conceito para análise, recorrendo à noção de tema. Para o autor, a polissemia da palavra e a maneira como ela é encarada colocam o mito em uma categoria aberta, indefinida e oposta a uma ideia de obra literária. De acordo com Trousson, cada época compreende o mito e suas variantes com dinâmicas próprias:

Cada época constrói uma mitologia particular, adequada para expressar suas preocupações, para refletir suas aspirações e suas inquietudes; o tema, sempre proteiforme e suscetível de renovação, ganha mais ou menos importância conforme sua estrutura interna se adapta melhor ou pior às

⁴ No original: “ce récit est anonyme et collectif, élaboré oralement au fil des générations.”

⁵ No original: “Longtemps retravaillé, le mythe atteint une concision et une force qui, aux yeux de certains mythologues, le rend bien supérieur à ces agencements individuels qu’on appelle littérature.”

exigências do novo pensamento (TROUSSON, 1981, p. 98, tradução nossa)⁶.

O conceito de tema em relação ao mito teria a potencialidade de reelaboração autoral, que na apropriação revelaria a engenhosidade do autor e as demandas do tempo. Trousson descreve o tema como um fio condutor: “O tema é um fio condutor, eterno ao longo do tempo, que se encarrega, ao longo dos séculos, de todo o butim artístico e filosófico acumulado, na sua jornada ilimitada, pelo aventureiro humano” (TROUSSON, 1981, p. 122, tradução nossa)⁷.

Mito ou tema, o conceito opera com transformações, mutabilidades, percebidos na historicidade do problema. Mas cabe repetir uma indagação comum aos que tomam o monstro de Mary Shelley como um mito: Se Frankenstein é um mito, qual é o seu sentido?

A pergunta permite vários desdobramentos. É importante principiarmos salientando que Mary Shelley reivindica para seu livro a modernização do mito de Prometeu: *Frankenstein or, The Modern Prometheus*. O mito grego presente na *Teogonia* e em *Os Trabalho e os Dias* de Hesíodo e depois também na tragédia de Ésquilo compreende um conflito entre Zeus e o titã Prometeu, que rouba um pedaço do raio, esconde-o em uma semente e entrega aos homens a semente do fogo, *sperma pýros*. Como semente, o fogo terá que ser cultivado, alimentado e mantido. A conquista do fogo, dádiva da astúcia de Prometeu, permite que a humanidade asse o trigo, fazendo o pão que a distancia dos animais.

Por um lado, o roubo do fogo é um mito sobre a criação de um processo técnico que permite o progresso. Mas Jean-Pierre Vernant lembra um outro aspecto do fogo, que remete a um aspecto destruidor: “quando se enfurece, [o fogo] não pode mais parar. Tudo queima, tanto o alimento que lhe dão como as casas, as cidades, as florestas; é uma espécie de fera ardente, faminta e que nada satisfaz” (VERNANT, 2000, p. 68-69). A ambiguidade do fogo, cultura e destruição, remete a Frankenstein, o cientista e o monstro, ciência emancipadora e

⁶ No original: “Chaque époque se fait une mythologie particulière, propre à exprimer ses préoccupations, à refléter ses aspirations et ses inquiétudes; le thème, toujours protéiforme et susceptible de renouvellement, prend plus ou moins d’importance selon que sa structure interne s’adapte plus ou moins bien aux exigences de la pensée nouvelle.”

⁷ No original: “Le thème est un fil conducteur, éternel à travers la durée, qui se charge, au long des siècles, de tout le butin artistique et philosophique amassé, sur sa route illimitée, par l’aventurier humain; c’est pourquoi il préserve et restitue, à travers ses innombrables transmutations, quelques constantes, quelques préoccupations fondamentales, en un mot quelque chose de l’essentiel de la nature humaine.”

a selvagem criatura incontrolável, que ecoa na potencialidade destruidora e violenta de Robocop.

Na versão latina do mito, Ovídio conta que Prometeu (*Metamorfoses* I, 76-88), ao desenterrar um pouco de terra com barro, fez o homem à semelhança dos deuses, com a cabeça erguida para o céu. O Titã forma o homem, mas não lhe dá a vida. Isso cabe à deusa da sabedoria Minerva. O monstro de Frankenstein é construído, moldado não com o barro, mas com partes profanadas, roubadas de túmulos. Como os deuses, de cabeça erguida, os homens podem criar, assim como Prometeu os criou. Frankenstein é um mito que imita possibilidades de Prometeu. As duas versões encontram-se: o Prometeu *pyrophore* ladrão do fogo e o *plastificador* dos latinos. Elas não se contradizem, mas se complementam no criador e na criatura.

Por causa da afronta a Zeus, por sua dedicação à débil raça dos homens, Prometeu recebeu o castigo de ser pregado em um rochedo, no qual uma águia devora seu fígado durante o dia e ele se recompõe durante a noite para ser torturado no próximo. Castigo infinito, como infinita é a ambição dos homens. A tragédia de Ésquilo, *Prometeu Acorrentado*, de data incerta no século V. a.C., é uma apropriação do mito, com questões sobre a violência e a tirania de Zeus.

De acordo com Jean-Jacques Lecerde, o mito de Frankenstein elabora uma versão sombria do mito de Prometeu. Victor Frankenstein equipara-se a Prometeu. Seu crime foi ter interferido na ordem cósmica, ato de *hybris*. Ao gerar uma criatura fora da natureza, cria um monstro, que não tem linhagem. O monstro será o abutre do cientista e virá sempre castigá-lo, destruindo sua ordem familiar. Será na geleira de Montanvert, equiparada à rocha, que os dois terão o desfecho do destino. Mas se Prometeu lega aos homens a possibilidade de progresso com o fogo, Victor dá a humanidade uma criatura disforme, que depois da destruição do seu criador também decide por seu próprio fim (LECERDE, 1991, p. 22).

Raymond Trousson, no seu estudo sobre *Prometeu na Literatura* (1978), destaca que o mito de Prometeu é ambíguo para os românticos: pode ser encarado como semelhante a Cristo, crucificado por suas virtudes, e ao mesmo tempo louvado como um Lúcifer que personificou a revolta contra a divindade maior. É um libertador e ao mesmo tempo um agente revoltado da ordem do cosmo. Prometeu pode ser compreendido na dualidade: “O

Prometeu de Mary Shelley é o antigo Titã criador, mas é também o Prometeu malfazejo, símbolo da *hybris* e da fé numa ciência que ultrapassa a compreensão humana” (TROUSSON, 1978, p. 321).

Frankenstein ecoa dois outros mitos. O primeiro é Pigmaleão, tratado no livro X das *Metamorfoses* de Ovídio (X, 243-297). O escultor Pigmaleão, isolando-se em uma ilha, esculpe uma linda estátua à qual devota ardorosa paixão e chama de Galateia. Comovida por tamanho amor, Afrodite resolve dar vida ao mármore, transformando a estátua em uma mulher. Joana F. P. Costa, em seu artigo sobre o mito de Pigmaleão revisitado, argumenta que se trata de um mito de transformação: “É um mito que, de modo muito claro, faz luz ao ideal da metamorfose, patente no avivar de uma estátua em donzela, com carne e sensações humanas” (COSTA, 2018, p. 64). Em seu monstro, Victor Frankenstein almeja metamorfose semelhante, mas para coroamento da ciência e não dos seus impulsos sexuais.

O segundo é o tema de Fausto. Apesar de ter sido imortalizado com a versão de Goethe, Fausto é um dos maiores mitos literários da literatura europeia, tendo tanta influência nas gerações românticas quanto Prometeu. Em linhas gerais, o mito trata de Fausto, intelectual amante de alquimia, direito, teologia e medicina, sedento por prazeres, faz um contrato com um demônio, Mefistófeles, no qual em troca da sua alma tem a idade rejuvenescida e adquire bens materiais. Depois da sua jornada e das suas ambições, Fausto tem um fim trágico. O mito de Fausto discorre sobre a busca da imortalidade pela ciência, sobre a revolta dos homens contra as leis do universo, como a morte. Como Dr. Fausto, Dr. Frankenstein busca conhecimento em antigos livros de alquimia, de Cornelius Agrippa e Paracelso, e busca adentrar nos segredos da natureza. A sombra do Dr. Fausto está presente na busca do Dr. Frankenstein.

Dominique Lecourt, no ensaio *Prométhée, Faust, Frankenstein*, defende que o imaginário da Revolução Industrial é herdeiro dessas três narrativas, que estruturaram a lógica de progresso pela técnica e a ideologia da sociedade industrial (LECOURT, 1998). Como todo grande mito, Frankenstein é plural em significados. Nele confluem os sentidos de criação, da relação criador-criatura, de responsabilidade e dos limites de um saber proibido.

Frankenstein é um mito de ascensão e queda do criador. Julio Jeha argumenta que a derrocada de Frankenstein começa quando ele desvenda os segredos da criação, fabricando um monstro horrendo: “À luz moribunda de uma vela, ele tomara consciência do seu poder sobre a vida e a morte, mas não enxergara sua responsabilidade para com a criatura, o que acarretaria consequência desastrosas” (JEHA, 2009, p. 18). *Robocop* retoma conflitos do mito de Frankenstein, a responsabilidade do conhecimento, a desmedida da criação e os sentidos da monstruosidade.

2. ROBOCOP COMO FRANKENSTEIN DA ERA REAGAN

A associação entre Robocop e Frankenstein não é nova. Críticos vêm apontando a presença de Frankenstein no filme desde seu lançamento em 1987. *Robocop* tem roteiro de Edward Neumeier e Michael Miner e direção de Paul Verhoeven. O filme foi produzido na esteira de grandes sucessos de ficção científica como *Blade Runner* (1982, direção de Ridley Scott) e *O Exterminador do Futuro* (1984, direção de James Cameron). *Robocop* é um filme que satiriza o militarismo do governo Reagan e aborda questões da tecnologia ciborgue.

A tensão militar da Guerra Fria, o conflito entre a tecnologia dos produtos japoneses e americanos e o começo da indústria do computador pessoal trouxeram à tona a discussão das possibilidades da tecnologia ciborgue. Apesar de ser teorizada desde a década de 1960, o ciborgue passa a ser associado a todas as esferas de consumo, da cozinha à guerra. O corpo ciborgue passa a ser desejado como uma técnica, artefato de consumo. *Robocop* pertence ao desejo do ciborgue na segurança pública. Com os projetos de segurança urbana cada vez mais recorrendo à vigilância eletrônica e com o avanço da robótica com o protagonismo de empresas como Boston Dynamics, o filme ganha uma desconcertante atualidade.

Um ensaio de grande importância para pensar o ciborgue como ser híbrido, dentro de uma perspectiva ontológica, é *Manifesto Ciborgue* de Donna J. Haraway, publicado em 1985. A autora defende o ciborgue como “um organismo cibernético, um híbrido de máquina e organismo, uma criatura de realidade social e também uma criatura de ficção” (HARAWAY, 2009, p. 35). Como símbolo do híbrido em uma sociedade que discute cada vez mais os papéis das fronteiras, políticas e sexuais, a partir de práticas e significações corporais, o tema do ciborgue adquire relevância. O filme *Robocop* tornou-se uma constante

para quem problematiza relações entre Estado, ciborgue e segurança, como argumentam Rob Wilson em *Cyborg America* (1994) e Thierry Hoquet em *Filosofia Ciborgue* (2019).

No começo do século XIX, a química e a eletricidade associadas ao crescimento de técnicas como a cirurgia ajudaram a sedimentar o imaginário científico por trás de Frankenstein, como argumenta Kathryn Harkup em *Making the Monster* (2018). No final do século XX, *Robocop* é imaginado como filho dos interesses da indústria da segurança pública e da robótica. O ciborgue é fruto da corporação, que presta serviços ao Estado.

2.1 A metamorfose de Murphy, ou o coração Jensen-Yamaha

O filme é ambientado em um futuro distópico, hiperviolento e massificado, no qual publicidade, consumo e privatizações unificam a ordem neoliberal, sendo uma crítica satírica a Detroit e suas intermináveis crises.

O enredo articula as contradições da relação entre corporação e Estado. Em uma Old Detroit, cidade que claramente evoca o berço do fordismo e tornou-se símbolo da decadência industrial, uma corporação chamada OCP — *Omni Consumer Products, Omni* do latim todo, inteiro, em uma alegoria de ambições totalitárias das corporações — deseja reconstruir a cidade, chamando-a de Delta City, uma cidade-estado gerida por uma empresa.

A OCP, em sua onipresença, administra a segurança de Old Detroit nesse contexto de relações entre Estado e corporação, típica das ambições econômicas do governo Reagan. Policiais acusam a corporação de sucatear o departamento e de colocar a vida de agentes em risco; por isso, ameaçam greve. Nesse clima de revolta e insegurança, um policial chamado Murphy, nome que evoca *metamorfose*, recebe transferência para o caótico distrito.

Ao mesmo tempo, os dirigentes da OCP apresentam em uma reunião o projeto de manter a segurança das ruas com um robô, o assustador ED-209. A estética de ED-209 remete a algo diferente de um humano. É como um veículo grande, perigoso, mas desajeitado. O robô revela-se um desastre, matando um membro da diretoria. Em uma briga interna, o projeto de ED-209 é abandonado e um novato consegue protagonismo com um projeto experimental chamado Robocop.

No que concerne às políticas econômicas da Era Reagan, o período entre 1980 e 1989 no qual Ronald Reagan governou os Estados Unidos foi marcado por medidas de eficácia dúbia chamadas de *Reagannomics*, como a redução de gastos públicos em programas sociais, redução do imposto de renda e de impostos sobre ganhos e redução da regulamentação da economia, o que permitiu o crescimento das grandes corporações e das políticas de privatização.

Robocop, como sátira, é uma crítica às políticas neoliberais de Reagan, como aponta o crítico Mark Ayala:

Robocop é uma das sátiras mais cruéis da cultura capitalista enlouquecida, no estilo Reagan. Retrata um mundo em que serviços públicos básicos foram privatizados, os lucros são preferíveis às pessoas, os humanos são transformados em corpos primordiais, a TV é um bastião do lixo (AYALA, 2017, tradução nossa)⁸.

No livro de Mary Shelley, o espírito científico é representado pelo jovem Victor Frankenstein em seu ímpeto pelo estudo e pela descoberta. Em *Robocop*, não temos a figura do cientista. A ciência é substituída pela figura da OCP. A corporação como símbolo do capital não precisa de um cientista brilhante. Seus projetos são guiados por grupos de cientistas. Não existe o desejo fundamentado em um ideal filosófico, representado em um homem de aspiração. As decisões são tomadas por diretorias, com ambições de lucro. O logotipo da OCP, a corporação ambiciosa e totalitária, substitui o espírito científico: na dinâmica mercadológica, o cientista é apenas outro trabalhador na engrenagem do mercado.

Para apresentar as possibilidades ciborgues no mundo distópico de Old Detroit, o filme explora o recurso da metalinguagem publicitária. Em inserções comerciais, comuns na filmografia de Paul Verhoeven, apresenta-se o anúncio de um coração mecânico da marca Jensen-Yamaha (Figura 1). A ideia de um coração mecânico sendo vendido em comerciais de televisão, nos intervalos de violentos telejornais, é uma maneira de apresentar as possibilidades tecnológicas dessa realidade satírica.

O coração Jensen-Yamaha é concebido a partir do conceito de organismo ciborgue. Manfred E. Clynes e Nathan S. Kline, no artigo *Cyborgs and space*, afirmam que “o

⁸ No original: “*RoboCop* is one of the cruelest satires of capitalist culture gone nutz, Reagan style. It portrays a world where basic public services have been privatized, profits are preferred over people, humans are transformed into primordial bodies, TV is a bastion of trash.”

Ciborgue incorpora deliberadamente componentes exógenos, estendendo a função de controle autorregulatório do organismo para adaptá-lo a novos ambientes” (CLYNES; KLINE, 1960, p. 27, tradução nossa)⁹. O organismo ciborgue é um artifício de sobrevivência, um prolongamento do corpo, obviamente disponível somente para aqueles que podem pagar ou recorrer a uma linha de crédito.

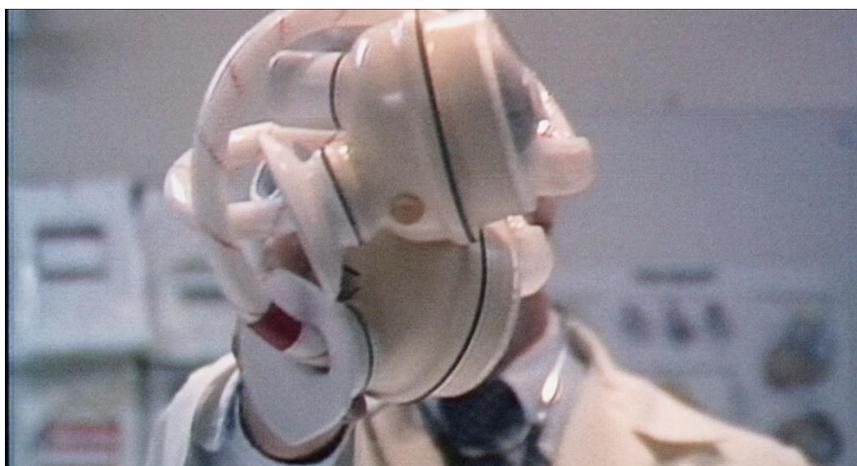


Figura 1. O coração Jensen-Yamaha.

O nascimento de Robocop começa na tragédia de Murphy. O policial e sua parceira Lewis são alertados para uma ocorrência de assalto a banco. A perseguição acaba levando a dupla para uma fábrica abandonada, lugar comum na falida Old Detroit destruída por várias crises do capital. Murphy é sadicamente baleado. Os bandidos fogem, e ele é encaminhado ao hospital, onde, à beira da morte, é recrutado para o projeto. Robocop, assim como o monstro de Frankenstein, só pode nascer com a morte do corpo.

O monstro de Frankenstein é moldado em uma busca proibida de violação de túmulos. Corpos são desmontados, profanados, para erigir uma estrutura de carne: “Quem poderá imaginar os horrores de meus trabalhos secretos, enquanto eu profanava sepulturas frescas ou torturava animais vivos para animar o barro sem vida?” (SHELLEY, 1985, p. 53). Robocop é moldado com um corpo da força de trabalho policial, destruído pela violência urbana.

⁹ No original: “The Cyborg deliberately incorporates exogenous components extending the self-regulatory control function of the organism in order to adapt it to new environments.”

A metamorfose de Murphy é a transformação de um homem em produto. O policial, homem de família, no arquétipo do *American Way of Life*, tem uma casa no subúrbio, uma esposa feliz e um filho fascinado por heróis do Velho Oeste. A violência destroça o corpo de Murphy. Como Dr. Frankenstein, a corporação cria um corpo pela costura de carne e ferro. Os dois corpos, apesar de terem monstruosidades semelhantes, nascem de ambições diferentes. O monstro do Dr. Frankenstein é criado pela ótica do progresso e do avanço da ciência; Robocop como monstro nasce em uma dinâmica de mercado, na qual a ciência é apenas mais um elemento dentre os fatores do lucro.

2.2 Robocop: O monstro como produto

Como salientamos, o mito de Frankenstein dimensiona problemas de criação e responsabilidade. Em sua ambição prometeica, o criador do monstro descreve sua motivação: “Uma nova espécie me abençoaria como seu criador e sua origem; muitas criaturas felizes e excelentes passariam a dever sua existência a mim” (SHELLEY, 1985, p. 53). Mas e quanto a Robocop: qual é a ambição de sua criação?

Robocop é criado para um fim. Ele é um objeto mecânico com partes humanas, construído para tornar segura uma cidade perigosa. Ele não deve existir como agente possuidor de vontade. Sua materialização corresponde à da mercadoria, como observa Thierry Hoquet: “Robocop é uma identidade sob direitos de *copyright*. Trata-se de uma marca que rende; um negócio privatizado cuja prosperidade serve aos interesses de uma casta, a dos dirigentes. É um humano despossuído de si mesmo e transformado em mercadoria na moda” (HOQUET, 2019, p. 14).

O monstro de Frankenstein nasce para ser uma “nova espécie”, fruto da visão prometeica da ciência do século XIX. Seu criador procura a gratidão e o reconhecimento. Robocop nasce para ser um produto. Ele é especial por ser o número 000001 de uma série que, como qualquer outra, pode ser ilimitada, mediante o pagamento.

Como um produto, Robocop tem vantagens sobre seus concorrentes humanos. Se o filme começou na iminência de uma greve por melhores condições de trabalho, Robocop não sente fome, não sente desejo, não sente cansaço, podendo trabalhar até ser desligado.

Ou seja, não tem nenhum tipo de vontade, impulso ou desejo. É guiado em teoria por três diretrizes: 1. servir ao interesse público; 2. proteger os inocentes; 3. cumprir a lei. Contudo, além delas há uma quarta diretriz secreta, que revela todo o poder das relações promíscuas entre corporações e Estado: uma tentativa de prisão a um executivo da OCP resulta em desativação.

Como um ciborgue, Robocop encarna a figura do filho ilegítimo, como descrito por Haraway: “O principal problema com os ciborgues é, obviamente, que eles são filhos ilegítimos do militarismo e do capitalismo” (HARAWAY, 2009, p. 40). Robocop deve sua paternidade a essas relações da grande corporação capitalista com o Estado militarista proposto na Era Reagan.

Na segunda parte do filme, temos o triunfo da funcionalidade de Robocop. Ele é o ciborgue defensor da lei e executor da violência, o que Hoquet define como “um corpo ‘tomado’ pela máquina e, através dela, anexado ao capitalismo industrial” (HOQUET, 2019, p. 63). Ele patrulha a cidade, destrói um mercado para prender um delinquente, dá um tiro no pênis de um estuprador e invade a prefeitura para salvar os reféns. É o mais eficaz dos policiais, reduzindo a criminalidade, e também o mais violento. Como produto mecânico, tem melhor mira, mais força e é à prova de balas.

Sua antiga parceira Lewis reconhece o antigo parceiro Murphy pelos movimentos que Robocop executa com a arma, um performático giro com os dedos que é um tributo do diretor Paul Verhoeven ao Western, fonte mitológica da violência americana. Memória contra o automatismo ou humanização da máquina? Lewis tenta avisar Robocop de que ele é Murphy. A máquina começa em sua trama contra o crime a reconhecer seus antigos assassinos, ou os assassinos de Murphy. Robocop procura indícios do que seria sua antiga vida, encontra a casa de Murphy, reconhece nos vestígios de um passado a presença de um corpo que não pode mais ser usado e percebido como humano.

Thierry Hoquet encontra nessa relação entre a memória e o ciborgue aquilo que torna Murphy humano, as lembranças:

Murphy, cuja consciência aflora por meio de fragmentos do automatismo de ações robóticas, acaba retornando posse de sua personalidade e recuperando alguma liberdade, uma certa consciência ou uma determinada humanidade no seio de um dispositivo maquínico. Por essa vitória contra

a alienação ou contra a desposseção de si, o Ciborgue consegue então, *in extremis*, guardar alguma coisa de humano: lembranças, isto é, um futuro (HOQUET, 2019, p. 15).

Robocop pode ser compreendido como uma sátira crítica às relações promíscuas entre Estado e corporações, mas, por outro lado, reafirma valores que são as bases da propaganda do reaganismo, como a glamourização do *American Dream* e a hipermasculinização dos corpos.

Todas as lembranças de Robocop sobre Murphy orbitam em torno da casa, da esposa e do filho, além do imaginário dos filmes de *cowboy*. Christine Cornea, em *Science Fiction Cinema: Between Fantasy and Reality* (2007), argumenta que a masculinidade é um tema central no subgênero dos filmes de ciborgue produzidos na década de 1980. Filmes como *O Exterminador do Futuro* e *Robocop* trazem um corpo hipermasculinizado, comum à ideologia do reaganismo e à época do *blockbuster*.

Murphy tem uma postura masculina influenciada por códigos de filmes de Western, evidente na sua frase “Vivo ou morto, você vem comigo” (ROBOCOP, 1987, tradução nossa)¹⁰ e na sua fixação por uma performance com a arma para agradar ao filho, que será transposta para quando Murphy se tornar um ciborgue. Para Cornea, existe algo irônico na forma como os dois corpos são construídos: “a batalha entre humano e robô é então encenada neste único corpo ciborgue: um corpo que foi socialmente construído antes de se tornar literalmente construído” (CORNEA, 2007, p. 127, tradução nossa)¹¹.

Durante sua investigação, Robocop descobre que o alto executivo da OCP Dick Jones mantém relações criminosas com aqueles que o mataram. Ao tentar prendê-lo, é revelada a Robocop a diretora secreta, ou seja, que ele não pode dar voz de prisão a nenhum membro da diretoria da corporação. Jones, o gestor corrupto, revela ao ciborgue sua condição: “O que você pensou? Que era um policial normal? Você é nosso produto. E não podemos deixar que nossos produtos se voltem contra nós, não é?” (ROBOCOP, 1987, tradução nossa)¹².

¹⁰ No original: “Dead or alive, you're coming with me.”

¹¹ No original: “The battle between human and robot is therefore enacted within this single, cyborg body: a body that was socially constructed before it became literally constructed.”

¹² No original: “What did you think? That you were an ordinary police officer? You're our product. And we can't very well have our products turning against us, can we?”

Robocop é um produto. Murphy era uma pessoa. O mito prometeico da ciência corporativa não cria humanidade, mas produtos, utilitários de consumo. Como produto, ele pertence à fatia de mercado da segurança pública. Não pode ser comparado a um trabalhador ou operário, que em última instância pode procurar um novo emprego. O ciborgue é o produto de uma linha de montagem, tecnológica e exclusiva, mas ainda uma linha de montagem. Nenhum produto é fabricado para prejudicar a empresa.

A OCP como corporação mantém relações com a lei e com o crime. Murphy morreu em parte por causa da ineficácia e do jogo duplo da OCP. Robocop é criado na esteira desse problema e para não o revelar deve ser eliminado. Como em *Frankenstein*, o criador renega sua criação, abandonando-a. Entretanto, o abandono do Dr. Frankenstein ocorre com o peso na consciência dos limites ultrapassados. A corporação não possui consciência, apenas interesses.

Para defender Dick Jones, outros policiais atiram em Robocop, que acaba gravemente danificado. Ele é auxiliado pela agente Lewis, que o leva para a fábrica onde terminou sua jornada como humano e começou como Robocop. Na antiga fábrica, Robocop começa a refletir sobre suas lembranças e pensar no que ele é. Como humano, não se reconhece nos demais. Como robô, é o único de uma série. A condição de Robocop enseja algumas perguntas. Se ele é um ciborgue, ele ainda é um humano? Que tipo de existência pode almejar?

Qualquer desejo físico é ausente na máquina, mas, contraditoriamente, ele ainda sente dor. Sobre a antiga família, ele reflete: “Posso senti-los, mas não consigo me lembrar deles” (ROBOCOP, 1987, tradução nossa)¹³. Murphy permanece vivo entre a carne e o ferro? Ou temos apenas fragmentos de memória conectados à máquina que perturbam seu funcionamento? Seriam as lembranças efeitos colaterais, um defeito que faz o ciborgue agir com humanidade?

Robocop, assim como o monstro de Frankenstein, aborda a fronteira: “a relação entre organismo e máquina tem sido uma guerra de fronteiras. As coisas que estão em jogo nessa guerra de fronteiras são os territórios da produção, da reprodução e da imaginação” (HARAWAY, 2009, p. 37). Carne e máquina emulam um corpo em Robocop, formando um

¹³ No original: “I can feel them, but I can’t remember them.”

constructo de humanidade. A máquina percebe o passado, mas não consegue lembrá-lo. A ausência de corpo, substituído pelo ferro, afeta a dinâmica da memória. As percepções de memória do resto de corpo de Murphy são intrusas na lógica de diretrizes da máquina, e as diretrizes são também artificiais ao corpo. O monstro de Frankenstein nasce sem memória: tudo lhe é ausente. Ele passa por um processo educativo no qual significa o mundo. Robocop possui nas diretrizes da OCP sua educação, e seu mundo é a violência de Old Detroit. No policial ciborgue, as lembranças são as fronteiras em disputa entre a carne e a máquina.

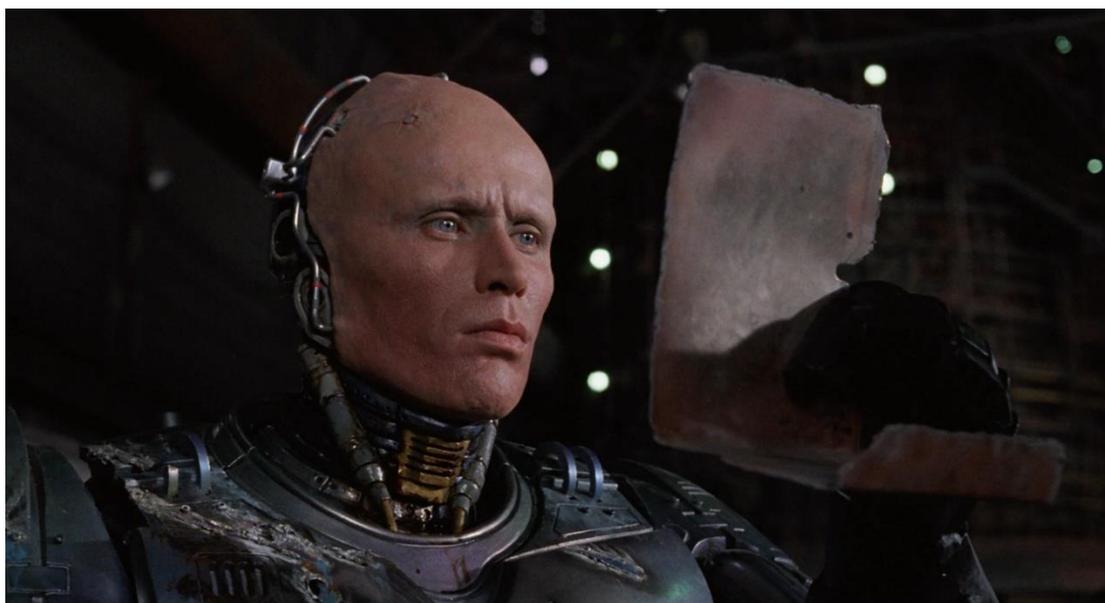


Figura 2. A reflexão de Robocop.

A cena das lembranças de Murphy e da reflexão sobre a existência de Robocop não poderia ser mais simbólica (Figura 2). Diante de um pedaço de latão que lhe serve como espelho, Robocop tenta se descobrir como Murphy. A cena pode ser comparada a umas das partes mais líricas de *Frankenstein*, quando o monstro indaga sobre a sua criação, sua identidade e seu lugar no mundo:

E que era eu? Tudo ignorava de minha criação e de meu criador, mas sabia que não tinha dinheiro, amigos ou qualquer espécie de propriedade. Era, além do mais, dotado de um aspecto hediondo, deformado e repelente: eu nem era da mesma natureza que o homem. Era mais ágil do que ele e podia viver sob uma dieta mais inferior, suportava quase sem danos os extremos de frio e de calor; minha estatura era muito superior à sua. Quando olhava em volta, eu ninguém via igual a mim. Era eu, então, um monstro (SHELLEY, 1985, p. 115-6).

As similaridades são muitas entre o lamento do monstro criado pelo Dr. Frankenstein e a condição do ciborgue da OCP. Murphy é morto no cumprimento do dever e transformado em um produto. Como produto, também se torna culpado, por ter descoberto mais do que deveria. O monstro do romance não entende qual é o seu lugar em um mundo no qual destoa. Qual é a razão dessa existência na qual é o único?

As duas criaturas encontram-se em suas monstruosidades. O monstro da OCP e o monstro de Frankenstein procuram respostas sobre o que poderão ser no mundo. Robocop agarra-se a uma rede de lembranças pulsantes em seu corpo, uma mente entre vestígios de lembranças e as diretrizes. O monstro do romance, por causa de sua educação romântica, procura um semelhante, uma alma que o compreenda. Os dois terão a mesma ideia, voltar ao seu criador e pedir-lhe um sentido. O monstro procurará o Dr. Frankenstein, contará suas aventuras e pedirá uma mulher, construída como ele. Robocop não é assediado pelo desejo, executará sua vingança e reencontrará na OCP seu novo destino.

2.3 A vitória da OCP: a corporação como Prometeu

Na terceira e última parte do filme, o grupo de bandidos patrocinado por Dick Jones sai em uma caçada contra Robocop. O ciborgue consegue matar seus antigos assassinos e retorna ao prédio da OCP para prender Dick Jones. Ele invade a sala de reuniões e mostra as imagens que incriminam Jones. O executivo tenta matar o chefe da empresa. Robocop, em um ato de astúcia, não podendo atirar em um membro da OCP ou dar voz de prisão, pede para ser demitido. Ao ser demitido, Robocop está livre da quarta diretriz e pode exercer vingança, atirando e matando Dick Jones.

Nessa última parte do filme, não acompanhamos somente o ato da vingança de Murphy quanto aos bandidos que o fuzilaram quando era policial. De maneira contraditória, percebemos o triunfo da OCP. Ao invadir o prédio e matar o corrupto Dick Jones, Robocop reestrutura a ordem da empresa, possibilitando o entendimento de que o problema da corporação não é a sua existência, mas elementos ruins e corruptores. O presidente da OCP,

legalmente o dono e responsável legal pela máquina, parabeniza-o pelo tiro: “Boa pontaria, meu filho. Qual é o seu nome?” (ROBOCOP, 1987, tradução nossa)¹⁴.

Somente duas vezes no filme o policial fala seu nome: na primeira cena de Murphy, quando ele se apresenta no distrito — “Ah, Murphy. Transferindo de Metro South” (ROBOCOP, 1987, tradução nossa)¹⁵ —, e na última cena de *Robocop*, quando ele responde ao dono da OCP: “Murphy” (ROBOCOP, 1987). O filme pode ser compreendido como uma viagem sombria de perda, busca e recuperação da identidade, uma jornada da morte à ressurreição pela ciência. Moretti destaca que o monstro de Frankenstein não tem nome, o que o aproxima do ciborgue:

Como o proletariado, nega-se ao monstro um nome e uma individualidade. É o monstro de Frankenstein; pertence inteiramente ao seu criador (assim como se pode falar de “um operário da Ford”). Como o proletariado, é uma criatura coletiva e artificial. Não se encontra na natureza, foi construído (MORETTI, 2007, p. 107).

Murphy, como indicamos, evoca o conceito de metamorfose. A jornada de Murphy é o *mutatas formas* de um corpo tragicamente mutilado pelo crime a um corpo radicalmente transformado em produto pelo capitalismo. “Robocop” não é um nome, mas uma marca que pertence à OCP. Recuperar o nome que o antigo corpo portava não dá à máquina a humanidade perdida, somente agrega à máquina um passado humano, o passado do corpo de Murphy, mas não o passado de Robocop.



Figura 3. Dizendo seu nome.

¹⁴ No original: “Nice shooting, son. What’s your name?”

¹⁵ No original: “Uh, Murphy. Transferring in from Metro South.”

É difícil reconhecer a humanidade de Murphy em Robocop quando comparamos sua apresentação na delegacia e sua tomada de identidade na OCP. Tentamos reconhecer o rosto do policial, mas Robocop não é mais Murphy. Alex J. Murphy era um policial, pai de família, com esposa, filho, fome, desejo sexual e finitude. Robocop é uma máquina que precisa da OCP para continuar funcionando. Não é o acaso que o faz dizer seu nome à frente do logotipo da corporação.

Murphy diz seu nome para o presidente da empresa que o criou. Não demonstra revolta. Não faz perguntas ao seu criador. Como um bom empregado, ajudou a empresa a se livrar de um funcionário corrupto. O filme retrata a vitória da lógica do capital sobre o corpo, da corporação sobre o direito individual. O antigo policial está preso à OCP, sem sua família. É um funcionário que não faz greve, que não recebe salário, que não tem fome, que pode trabalhar sem descansar e não tem casa para a qual voltar.

Per Schelde defende que a figura da grande corporação ou do criador é fundamental nas narrativas sobre humanoides e ciborgues, sendo mais trágica em *Robocop*, por problematizar o mercado e sua funcionalidade:

Robocop é uma sátira cruel — porque infelizmente está próxima da verdade — da política e das disputas corporativas. As corporações, como outras grandes burocracias, assumem uma vida própria. Elas tornam-se estados dentro do Estado, organismos cercados por um mundo “hostil” e assim se justifica que façam toda e qualquer coisa para “sobreviver” (SCHELDE, 1993, p. 209, tradução nossa)¹⁶.

Victor Frankenstein, em sua ambição de Prometeu, criou um monstro sem linhagem, feito de restos de corpos. A corporação recria também um homem dos restos de um corpo. Se o monstro requer a atenção de Frankenstein para poder exercer uma vida emocional e é uma criatura revoltada contra seu criador, Robocop não esboça conflito ou revolta. Ao ter todos os membros da diretoria da OCP à sua frente, nada reivindica, nada propõe, nem para si, nem para os outros policiais. Seria Murphy um homem sem consciência de classe? Que aceitou passivamente sua condição de zumbi mecânico? Ou estamos diante de uma máquina? Que, como máquina, é incapaz de se revoltar?

¹⁶ No original: “Robocop is a vicious — because it unfortunately is close to the truth — satire of corporate politics and infighting. Corporations, like other huge bureaucracies, take on a life of their own. They become states within the state, organisms surrounded by a ‘hostile’ world and thus justified in doing any and everything to ‘survive’.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao problematizarmos a relação entre o mito de Frankenstein e a sua permanência em *Robocop* como indício de uma memória cultural atualizada na figura do monstro, demonstramos que o policial ciborgue é construído como uma crítica ao capitalismo neoliberal, às privatizações, à invasão das corporações em todas as esferas do cotidiano e à presença da grande indústria do capital em serviços públicos.

Robocop é a atualização da monstruosidade de Frankenstein. A discussão do ciborgue como criatura, herdeira da *hybris* de um criador, uma corporação bilionária que opera à sombra de Prometeu, coloca novamente na encruzilhada do progresso uma reflexão sobre os limites da ciência. Mas a corporação não pensa em parâmetros de limites, apenas em questões de cifras.

Como sátira da sociedade americana da década de 1980, o filme apresenta uma visão sombria do futuro. As cidades são violentas, as corporações são corruptas, o Estado é ineficiente e a saúde é somente mais uma área de consumo, na qual órgãos ciborgues como o coração Jensen-Yamaha são vendidos, tudo é usado e profanado pelo mercado e até mesmo o corpo de um policial se transforma em um produto.

Em sua filmografia, Paul Verhoeven gosta de cruzar limites de gêneros. Em nossa conclusão, cabe deixar um questionamento: seria *Robocop* um filme de horror? Sendo herdeiro de Frankenstein, é um conto macabro sobre a perda da humanidade, mas seríamos incapazes de nos assombrar por recebermos a tragédia de Murphy contraditoriamente revestida pelo otimismo do consumo da Era Reagan, pela linguagem da publicidade e pela mercadologização da vida?

Como mito moderno, Frankenstein tem uma história na encruzilhada entre ciência e responsabilidade, na qual a presença do monstro serve como um aviso a ambições do progresso. Demonstramos nesse artigo como Robocop é um dos itinerários na recepção de Frankenstein ao retratar problemas de políticas econômicas do governo Reagan. Assim, na figura do monstro o filme faz um presságio sobre um futuro no qual todos, de uma forma ou de outra, nos tornamos produtos.

REFERÊNCIAS

ASMA, Stephen T. *On Monsters: An Unnatural History of Our Worst Fears*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

ASSMANN, Jan. Memória comunicativa e memória cultural. *História Oral*, v. 19, n. 1, p. 115-127, jan./jun. 2016.

AYALA, Mark. *RoboCop*. New Beverly Cinema. 2017. Disponível em: <https://thenewbev.com/blog/2017/06/robocop/>

BARBOSA, Rafaela Elaine. RoboCop e o resultado da eleição brasileira de 2018. In: RIPOLL, Leonardo; MARKENDORF, Marcio; SILVA, Renata Santos da (orgs.). *Cinema e distopia: exploração de conceitos e mundos paralelos*. Florianópolis: BU Publicações/UFSC, 2020, p. 239-254.

CLYNES, Manfred E.; KLINE, Nathan S. Cyborgs and Space. *Astronautics*, v. 5, n. 9, p. 26-27, 74-76, September 1960.

CORNEA, Christine. *Science Fiction Cinema: Between Fantasy and Reality*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.

COSTA, Joana F. P. *O mito de Pigmalião revisitado: a sua aplicação na Época Moderna e o Frankenstein de Mary Shelley*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018.

ELIADE, Mircea. *Aspectos do mito*. Lisboa: Edições 70, 1989.

HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TADEU, Tomaz (org.) *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 33-118.

HARKUP, Kathryn. *Making the Monster: The Science Behind Mary Shelley's Frankenstein*. S/l: Bloomsbury Sigma, 2018.

HITCHCOCK, Susan Tyler. *Frankenstein: as muitas faces de um monstro*. São Paulo: Larousse, 2010.

HOQUET, Thierry. *Filosofia Ciborgue: Pensar Contra os Dualismos*. São Paulo: Perspectiva, 2019.

JEHA, Julio. Das origens do mal: a curiosidade em *Frankenstein*. In: JEHA, Julio; NASCIMENTO, Lyslei (orgs.). *Da fabricação de monstros*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 11-23.

LECERDE, Jean-Jacques. *Frankenstein: Mito e Filosofia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

LECOURT, Dominique. *Prométhée, Faust, Frankenstein: Fondements imaginaires de l'éthique*. Paris: Livre de Poche/Biblio Essai, 1998.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *O Olho e o Espírito*. Belo Horizonte: Cosac Naify, 2004.

MORETTI, Franco. *Signos e estilos da modernidade: ensaios sobre a sociologia das formas literárias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

OVÍDIO. *Metamorfoses*. Tradução de Paulo Farmhouse Alberto. Lisboa: Livros Cotovia, 2007.

ROBOCOP. Direção de Paul Verhoeven. S/l: Orion Pictures, 1987.

SCHELDE, Per. *Androids, Humanoids, and Other Science Fiction Monsters: Science and Soul in Science Fiction Films*. New York: New York University Press, 1993.

SELLIER, Philippe. Qu'est-ce qu'un mythe littéraire? *Littérature*, n. 55, p. 112-126, 1984.

SHELLEY, Mary. *Frankenstein*. Tradução de Miécio Araujo J. Honkis. Porto Alegre: L&PM, 1985.

SILVA, Peterson. A direita política, narrativa e zombaria em RoboCop. In: RIPOLL, Leonardo; MARKENDORF, Marcio; SILVA, Renata Santos da (orgs.). *Cinema e distopia: exploração de conceitos e mundos paralelos*. Florianópolis: BU Publicações/UFSC, 2020, p. 228- 238.

TROUSSON, Raymond. *Prometeu na Literatura*. Porto: Rés Editora, 1978.

TROUSSON, Raymond. *Thèmes et Mythes*. Bruxelles: Éditions de l'Université de Bruxelles, 1981.

VERNANT, Jean-Pierre. *O Universo, Os Deuses, Os Homens*. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

WILSON, Rob. Cyborg America: Policing the Social Sublime in Robocop and Robocop 2. In: BURT, Richard (ed.). *The Administration of Aesthetics: Censorship, Political Criticism, and the Public Sphere*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994, p. 289-306.

DIÁSPORA AFRICANA: RESISTÊNCIA, SOBREVIVÊNCIA E RESSIGNIFICAÇÃO DOS SENTIDOS NO CATIVEIRO TROPICAL

AFRICAN DIASPORA: RESISTANCE, SURVIVAL AND RESIGNIFICATION OF
SENSES IN TROPICAL CAPTIVITY

Francisca Cibele da Silva Gomes¹

RESUMO: A presente pesquisa possui como objeto geral analisar as performances criadas pelos africanos e afro-brasileiros no cativeiro. A metodologia consistiu na pesquisa bibliográfica nos pressupostos teóricos dos autores como Godoi e Santos (2021), Nunes et al. (2019), dentro outros para compor a análise crítica das Lei 10.632/2003, Lei 11.645/2008, Lei 12.711/2012 no campo educacional relacionado a educação étnico-racial. As intervenções públicas constituem-se passos relevantes no combate ao racismo, ainda constituem-se medidas paliativas, em virtude da violência, discriminação e do próprio racismo estrutural presentes na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Brasil; Afro-brasileiros; Políticas Públicas.

ABSTRACT: The present research has as its general object to analyze the performances created by Africans and Afro-Brazilians in captivity. The methodology consisted of bibliographical research on the theoretical assumptions of authors such as Godoi and Santos (2021), Nunes et al. (2019), among others to compose the critical analysis of Law 10.632/2003, Law 11.645/2008, Law 12.711/2012 in the educational field related to ethnic-racial education. Public interventions constitute relevant steps in the fight against racism, they still constitute palliative measures, due to violence, discrimination and the structural racism present in Brazilian society.

Keywords: Brazil; Afro-Brazilians; Public policy.

INTRODUÇÃO

A escravidão na colônia portuguesa na América alimentou-se da Diáspora africana forçada pelo escravismo aos trópicos. Em meio a esse contexto opressor, a liberdade poderia ser almejada pela fuga que tornou-se um dos mais comuns pelos quais a liberdade, poderia ser almejada, mas a morte e a revolta por vezes juntos também seriam caminhos para lutar contra a dominação dos senhores de engenho e da sociedade oprimida no qual foram obrigados a serem introduzidos a sua margem, excluídos e marginalizados pela sua cor, origem e pelo seu papel. Mas também pela união entre os símbolos culturais e históricos tradicionais em as suas próprias

¹ Graduada em Licenciatura Plena em História (UESPI). E-mail: cs6445758@gmail.com.

manifestações oriundas do além-mar. Seria uma alternativa para manter viva a sua ligação com a terra natal em meio ao medo, violência, exploração e desumanização no qual foram expostos.

Mesmo na contemporaneidade e apesar de ser um longo caminho para concretizar as mudanças almeçadas pela Estado de Direito e pela democracia brasileira, foram muitas as intervenções no campo educacional, embora sejam pouco expansivas devido à pouca efetividade na administração e no desenvolvimento prático no âmbito escolar. As cotas tornaram mais equitativo o acesso aos âmbitos acadêmicos das graduações e pós-graduações, anteriormente acesso sobretudo pela maioria branca. Não se trata apenas de meritocracia, mas igualdade na ampliação dos espaços públicos acessível a todos sem discriminação ou marginalização.

Nesse contexto, o presente artigo possui como objeto de estudo analisar as performances criadas pelas africanos e afro-brasileiro no Brasil contemporâneo. Tendo como objetivos específicos: descrever as estratégias e ressignificações desenvolvidos para angariar liberdade no período colonial brasileiro, especificar o processo de escravização empreendido em solo luso-brasileiro e salientar os problemas sociais, políticos e econômicos surgidos a partir do cativeiro e que ainda fazem-se presente na atualidade.

A metodologia baseou-se em um estudo bibliográfico em fontes escritas presentes em livros, revistas acadêmicas, monografias, dissertações e teses de doutoramento que abordaram o período de escravidão brasileiro. Inicialmente tiveram como fundamento os estudos de Godoi e Santos (2021), Mott (2018), Nunes (2019), dentro outros. Assim como a análise documental da Lei 10.632/2003, Lei 11.645/2008, Lei 12.711/2012 para subsidiar as políticas públicas desenvolvidas pelo Estado no campo educacional.

Mesmo diante das intervenções governamentais e dos movimentos sociais negros, o preconceito, o racismo, a discriminação e a marginalização ainda são algozes que limitam ou cerceiam o exercício da cidadania e liberdade dentro da sociedade por parte da população afrodescendente no Brasil. Os apontamentos legislativos foram de suma relevância na abordagem dos temas referentes a cultura e histórica africana e afro-brasileira, assim como também foram importantes incisivos para a introdução nos ambientes universitários da diversidade cultural, história e humana.

INFLUÊNCIAS CULTURAIS AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRA: SOCIEDADE E SOCIABILIDADES

A Diáspora africana ao Novo Mundo iniciada no século XVI, permitiu não somente a congregação dos diversos povos étnicos oriundos da África para compor o que viria a ser um

dos maiores entrepostos comerciais luso-hispânicos de exploração na América. Sua mão de obra tornou-se fundamental para alavancar e preencher as lacunas braçal para explorar esse território imenso em termos dimensionais. Mesmo diante da população indígena que outrora habitavam e que fazia-se presente, seu potência como trabalhadores escravizados faziam necessários em virtude da diligência em alavancar os povoamentos com pouca habitação e ameaças estrangeiras como os francês e holandeses e pela aversão dos índios aos europeus após o seu compulsório avanços nas terras dos nativos e pela violência manipuladora e impositiva a qual foram submetidos.

Nesse contexto, necessitava-se do emprego da força africana nos trópicos para iniciar o desenvolvimento do empreendimento mercantil. No caso brasileiro, foi a extenso e antigo contato dos portugueses com os povos africanos que possibilitam essa introdução. Ainda nas primeiras expansões marítimas no século XV, os lusos incitados pelas riquezas das Índias, embora tenha adentrado na África nesse percurso. Permanecendo nas regiões africanas e comercializando com os povos locais, mas também difundido a aversão entre grupos étnicos distintos e inimigos em benefício do conflito beligerante e futuramente angariar os vencidos de guerra para a escravidão.

As expedições marítimas dos portugueses não restringiram-se apenas a África, mas um pouco adiante pelo Oceano Atlântico desembarcaram no território que vira a ser o Brasil, nas terras de Vera Cruz. Passou-se mais de trinta anos apenas na exploração do trabalho indígenas, mas a necessidade de povoar e explorar profundamente a vastidão territorial afim de expulsar os estrangeiros e os próprios nativos no desenvolvido da empreitada mercantil, fez com que a mão de obra africana fosse mais um potencial para iniciar a exploração com mais rigor e potencialidade. Foi esse direcionamento dos povos africanos que fizeram com as colônias americanas sobrevivessem e constitui-se a base estrutura econômica e social do Novo Mundo (BRANDÃO, 2015).

Parafraseando essas questões supracitadas com o exemplo brasileiro, as primeiras iniciativas de desenvolvimento agroexportador sobre os recursos naturais foi possível unicamente pela força compulsória dos braços africanos, apartados da sua região nativa e do seu seio cultura para serem transportados nos navios negreiros em condições sub-humanas, impedidos da condição de liberdade para serem cativos e coisificados no Brasil. corroborando ainda com a famosa tríade que até em tempos contemporâneos ainda permeia a tradição econômica nacional na mão de obra escrava, seja africana ou indígena, na exploração monocultura e na exportação para alimenta a metrópole europeia.

Nesse contexto, os escravos foram as mãos e os pés dos senhores europeus que serviam de governantes das terras em nome da Coroa Portuguesa. Estudos realizados apontam que “[...] quase 10 milhões o número de negros transferidos para o Novo Mundo, entre os séculos XV e XIX. Para o Brasil teriam vindo em torno de 3.650.000” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1998, p.9). Pode ser percebido em termos gerais que:

Diversos grupos étnicos ou ‘nações’, com culturas também distintas, foram trazidos para o Brasil. A Guiné e o Sudão, ao norte da linha do Equador, o Congo e Angola, no centro e sudoeste da África, e a região de Moçambique, na costa oriental, foram as principais áreas fornecedoras. Das duas primeiras vieram, entre outros, os afantis, axantis, jejes, peuls, hauçás (muçulmanos, chamados de malês na Bahia) e os nagôs ou iorubas. Estes últimos tinham uma grande influência política, cultural e religiosa em ampla área sudanesa. Eram de cultura banto os negros provenientes do Congo e de Angola –os cabindas, caçanjes, muxicongos, monjolos, rebolos –, assim como os de Moçambique (BIBLIOTECA NACIONAL, 1998, p.9).

Nessa conjuntura, o território brasileiro tornou-se epicentro da chega e distribuição dos escravos africanos afim de suprir as necessidades agroexportadoras e subsistência local. Sua força foi empregada não somente nas plantações mais na privacidade dos lares no âmbito domésticos como serventes nos ofícios e serviços domésticos. Segundo o documentário intitulado *O Povo Brasileiro*, no episódio *A Matriz Afro*, os cativos teriam sido negociados ou presos na Costa Ocidental Africana no norte do Equador, o chamado Guiné, depois foi a vez dos *Bantus* oriundos da Angola e do Congo, na África Central Atlântica (FERRAZ, 2000).

A formação social escravagista brasileira empregava os cativos africanos nas mais diversas atividades econômicas, domésticas no meio urbano ou rural, mas controlá-los ferrenhamente aplicando-lhes castigos para submetê-lo a ferro e a força e até mesmo nos pensamentos a cultura dominantes. Obrigando-os a amontarem-se nas senzalas, em lugares impróprios e insalubres, carecendo de cuidados médicos, eram acometidos por doenças e sem tratamento sucumbiam, e ainda “a média de vida útil, por isso, variava de sete a dez anos” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1998, p.10).

Portanto, a diáspora africana na América foi empreendida para suprimir a necessidade das colônias e dos governantes europeus em aumentar suas riquezas e seu poderio. No contexto brasileiro, a imposição física associava-se aos valores brancos como na censura as práticas culturais, hábitos ou religiosidade. Embora explorados e violentados, ainda constituíam-se mantinham congregados as suas expressões originais na formação das resistências e na identidade afro-brasileira que constitui o povo brasileiro.

A Diáspora africana iniciada no século XVI introduziu forçadamente nos Trópicos milhares de africanos as mãos da escravidão. Foram desumanizados e coisificados ao patamar de mercadorias e mão de obras para a lavoura agrícola e atividades coloniais que sustentavam a colônia e a metrópole europeia. Trouxeram para o Novo Mundo não apenas seus corpos flagelados, mas suas mentalidades culturais, seu patrimônio imaterial que não somente ajudou a construir a América, especialmente o Brasil, mas permitiu através de seus mecanismos sincréticos a perpetuação e manutenção dos seus costumes, hábitos, crenças e valores.

Os quilombos, as insurreições, rebeliões, as conspirações, as desobediências foram alguns dos mecanismos utilizados para sobrepujar-se nesse contexto opressor e violento. Ser negro e pobre, mesmo após a Abolição em 1888, não significou mudança real em suas condições de vivência e educação, mas sobretudo destinou-lhe a exclusão e marginalização, agora como trabalhador barato, poucos recursos ou as vezes nenhum e ainda pela falta de escolha a criminalização e a violência tomaram para si vidas negras em grande proporção.

BRASIL REPUBLICANO: MARCOS DA EXCLUSÃO E DA MARGINALIZAÇÃO AFRO-BRASILEIRA

A busca pela legitimação fez como que libertos apara-se na relativa liberdade para galgar padrões sociais, como o direitos de ir e vir, a constituição legal da família e a integridade física seriam almejados na tentativa de conseguirem uma nova condição de liberdade com parte dos valores socialmente reconhecidos na reputação de bom homem, pai e trabalhador, o direito de controlar o seu próprio corpo e comandar o trabalho familiar, mas também seriam exercidas por mulheres, o reconhecimento da destituição escravista visceralmente imbricada no processo de definição cidadã assim como na formação de identidades, hierarquias e categorias raciais nas relações de trabalho, no acesso a direitos civis, nas relações sociais, econômicas e políticas esbarrava também na elite econômica e política brasileira (RIOS; MATTOS, 2004).

Ainda na segundo metade do século XX, realizou-se diversos congressos e encontros que ressaltava o papel da mulher negra na sociedade, assim como denunciavam a formação de estereótipos associando-a a sexualização feminina. Influenciados pelas lutas de independência na África, foram criados entidade e desenvolvidos estudos como o Centro de estudos da Cultura e arte Negra (CECAN) e o Instituto de Pesquisa das culturas Negras (BIBLIOTECA NACIONAL, 1988).

Ainda no século XX, pesquisadores e intelectuais vão desdobrar-se sobre os estudos afro-brasileiro. O pós-abolição abriu caminho para discutir o medo que o fim da escravidão aprofundasse os conflitos em torno da hierarquia e os lugares sociais e raciais que faziam parte do Brasil. A hostilidade popular estava na radicalização da liberdade e na reafirmação da condição de propriedade de uns sobre os outros (FRAGA, 2018).

Nesse contexto, reflete um quadro etnocêntrico e evolucionista, destacando-se Nina Rodrigues utilizando a antropologia criminal, a medicina e a psiquiatria, tentou demonstrar que a população negra e indígena constituem-se inferiores, dotada de uma mentalidade infantil, e ainda incentivou a imigração europeia para reduzir as influências dos mesmos na composição cultural, fisiológica e ainda defendia a segregação racial aos moldes da África do Sul, Estados Unidos e Canadá, separando os brancos dos negros ou mestiços. Aparado em pesquisas sistemáticas sobre a cultura africana no Brasil defendiam o suposto atraso brasileiro e chamavam a atenção para a necessidade de superar essa conjuntura ao assumir uma cultura verdadeiro e não a magia africana (BIBLIOTECA NACIONAL, 1988).

Embora, as tentativas teóricas de embranquecer o país na visão de Nascimento e afim de evita a suposta inferioridade negra. Mesmo com as denúncias de personalidade da elite como José Bonifácio, Joaquim Nabuco entre outros. Logo, “em 1888 é decretada a liberdade dos negros, mas isso não mudou a forma de pensar e de agir da elite brasileira” (NASCIMENTO; MEDEIROS, 2010, p.310).

Nesse contexto desenvolveu-se a concepção de Gilberto Freire em *Casa Grande & Senzala*, o autor teria como base a explicação das diferenças entre grupos raciais como sendo explicada pelo ambiente social expelidas em uma perspectiva da sociedade como sendo senhorial, a suavização das relações sociais, entendo os cativos como sendo dedicando a sua posição no contexto escravista e não fez referência aos aspectos da vida dos escravos (BIBLIOTECA NACIONAL, 1988). Nessas condições pode ser percebido:

Com o fim da escravidão no Brasil, muitos negros foram expulsos das fazendas e ficaram sem ter onde morar nem como viver. Uma boa parte da elite brasileira não queria que os negros assumissem os novos postos de trabalho que estavam surgindo no Brasil, à preocupação da elite era embranquecer o país com imigrantes vindos da Europa. Essa política de segregação racial fez com os negros vivessem as margens da sociedade. (NASCIMENTO; MEDEIROS, 2010, p.310).

Embora, essa suposta democracia racial esbarre no racismo impregnado na sociedade brasileira. Também foi refutada tenha sido refutada pelos trabalhos de diversos autores nas

décadas de 1940 e 1960, estudando-os em sua realidade da população africana e afrodescendente afirmando que a miscigenação e o desenvolvimento econômico não excluía os problemas raciais. Caracterizando-a no caso de Oracy Nogueira como assistemática e dissimulada e ainda na teoria de Florestan Fernandes afirma que a subalternidade desses grupos sociais estaria relacionada as heranças escravagista coexistindo fenômenos como a concentração de renda, as dificuldades em acessar à educação ou a ascensão social, isto exclui totalmente a concepção nacional em não ter preconceito, embora tenha em demasia (BIBLIOTECA NACIONAL, 1988).

Grande rebulição e comemorações nos dias que antecedem e precedem a abolição abafaram os reais sentimentos de medos e receios sobre o que vir pela frente a respeito da liberdade e as condições de vida em novos tempos. Sobretudo, a preocupação expelida sobre os milhares de libertos espalhados pelas cidades, afinal festas e batuques sempre foram vistos como prenúncio de revolta. A posição de subalternidade vista aos olhares externo de algum modo simbolizaria o lugar pensado aos negros no pós-abolição (FRAGA, 2018).

A desobediência aos comandos dos senhores e a irreverência festival seria uma forma de aprofundar as transformações nas relações cotidiana de poder, mesmo sendo apontadas como ingratição, vadiagem e desobediência e anos após áreas rurais baianas estavam envolvidas em conflitos rurais entre ex-escravos e proprietários, pois não aceitavam mais receber a ração habitual e as mesmas jornadas de trabalho mas exigiam o pagamento remunerado.

A resistência empreendida durante o cativeiro constitui-se em congregar esforços para resistir e luta contra a opressão e a condição de escravo. Ora nas senzalas, fugas, no dia a dia, ora no Quilombo como locais de expressar e preservação da cultura e o modo de vida afro-brasileiro ao criarem um reduto de resistência ao sistema que massacrava-os ideologicamente e fisicamente, atribuindo-lhe a inferioridade aos brancos.

O enfretamento dos seus algozes seria mesmo que a morte transpassasse a busca pela liberdade. Não intencionalmente em apoiar a causa libertária negras, a monarquia sofre pressão tantos dos movimentos de libertação abolicionista e dos donos de escravos que deseja o fim do cativeiro como de outros países como a Inglaterra dando a entender que “[...] o fim da escravidão não era um problema do imperador e sim de toda uma sociedade escravocrata, onde o escravo era tratado como uma mercadoria de grande valor comercial [...]” (NASCIMENTO; MEDEIROS, 2010, p.311).

Nesse contexto, o preconceito impediu que os negros tivessem visibilidade seja na televisão ou em qualquer espaço social, mesmo com os movimentos sociais de identidade africana nos Estados Unidos, a afirmação como concepção identitária tardou-se em virtude do

autoritários racista. Embora, sua luta e resistência permitiram que muitas percepções fosse repensadas mesmo sob o jugo da radicalização ou violência. Obtiveram o reconhecimento dos negros, indígenas na formação cultural brasileira, mesmo ainda estando em um processo de reconhecimento e respeito continuo a contemporaneidade (FERRAZ, 2000). Como retrata a música a seguir:

Morro, pés descalços na ladeira, lata d'água na cabeça, vida rude alvissareira, Crianças sem futuro, sem escola, se não tiver sorte na bola vai sofrer a vida inteira. Morro, o teu samba foi minando, ficou tão sofisticado, já não é tradicional. Morro, és lindo quando desperta e as mazelas vão por conta do desajuste social. Morro, és lindo quando desperta e as mazelas vão por conta do desajuste social (SARGENTO, 2020, n.p.).

O que pode-se perceber que a discriminação aos negros e indígenas ainda persiste na sociedade. Eventualmente, divulga-se nos meios midiáticos caso extremos de violência racial, assassinatos premeditados por questões raciais, injúrias, marginalizações e injustiças, embora os grupos de entusiasta e militantes negros lutem cotidianamente e engajado na luta em defesa dos direitos civis e humanos por meio de pesquisas, movimentos sociais e militância voltadas para valorizar e preservar os elementos fundadores da cultura negra como o carnaval, as entidades religiosas, os quilombos remanescentes, na produção intelectual na compreensão das origens dos povos negros e na interpretação da realidade brasileira na busca da construção de uma história ou várias que reflitam o seu estar e sentir na sociedade que corroborem na construção de uma consciência negra participativa conjuntamente com suas etnias no plano democrático. Esse mesmo grupo social foi descrito como:

O grande obstáculo da elite brasileira era que o fim da escravidão os negros poderiam ocupar os postos de trabalho, mas essa mesma elite não queria ascensão dos negros na sociedade, devido a isso, preferiram embranquecer o Brasil criando uma política para financiar a passagem de Europeus para trabalhar no Brasil. Enquanto os ex-escravos não teriam direitos nenhum, ou seja, iam viver a margem da sociedade (NASCIMENTO; MEDEIROS, 2010, p.312).

Com o fim da escravidão, a população negra obrigou-se a enfrentar mais um obstáculo, isto é, o peso da discriminação racial e a marginalização social. A final de contas, não eram tratados como gente e confiar na extinção da escravatura como sinônimo de mudança era uma utopia em compara a realidade, por muito tempo sua presença na sociedade foi ignorada e ainda reprimida. A liberdade palpável de fato tardou-se a ser alcançada pelo menos para a maioria

dos ex-escravos que foram expulsos das fazendas ou aqueles que foram exotados aos subúrbios brasileiros.

Nos primórdios da República tiveram que conviver com o controle estatal sobre as manifestações culturais afro-brasileiras como o candomblés, batuques, sambas, capoeira e outras identidade africanas, condição que reforçou as barreiras raciais as melhorias na condição de vida e os direitos à cidadania como a educação, essas comemorações ainda mante-se vivas na Bahia, como os desfiles festivos no 13 de maio com a filarmônica Lyra Ceciliana e nos terreiros de Santo Amaro (FRAGA, 2018).

Embora, na perspectiva apresentada no episódio *Brasil Crioulo* presentes no documentário *O Povo Brasileiro* evidencie que os movimentos afro-brasileiros e africanos no final do século XX trouxeram em relevo a expressa de ritmo, religiões, características culturais advindas com a diáspora e o período de exploração cativa, como o Candomblé, o *rapper* oriundo do movimento negro nos Estados Unidos, permitido pela miscigenação e a valorização dos elementos periféricos, assim como a habilidade de congregar e coletivizar o saber no interior das suas sociabilidades (FERRAZ, 2000).

Mesmo assim, ainda faça vítimas do preconceito e da desigualdade social, econômica forjada pela elite que entende a cultura tradicional a considerar as matrizes africanas como exóticas, e não na criação histórica da civilização, embora ofereça-se interpretações do mundo, soluções não de ordem material, mas espiritual, o despertar dos *Orixás* em solo brasileiro, a solidariedade coletiva, para rever padrões trabalhistas, o produto nacional seria mostra que a humanidade e o sentido humano será maior do que a produção capitalista.

Politicamente, os movimentos sociais negros e as organizações acadêmicas fazem uso do trabalho teóricos e da orientação coletiva para incitar mobilizações contrárias a discriminação racial na contemporaneidade visando a alteração da mentalidade racista brasileira, pois “essa ideologia da inferioridade dos negros está presente no mundo contemporâneo devido a uma parte da sociedade que defende um tipo de comportamento que mascara a formação étnica do nosso país[...]” (NASCIMENTO; MEDEIROS, 2010, p. 313).

Tendo como expressividade:

No decorrer dos últimos anos o que vimos foi uma transformação nas políticas públicas para a comunidade negra, como as cotas para se entrar nas Universidades, fortalecimento da cultura negra. Essas políticas são paliativas não resolvem o problema da questão racial do país. Para alguns movimentos negros, esse tipo de política é necessária em reparação ao erro do passado. Já outros grupos têm uma posição contrária às políticas raciais, só disseminam o preconceito e o racismo ainda mais, onde se perpetua uma visão negativa em

relação aos negros diante de boa parte da população. Como citado acima à elite brasileira aprendeu a fazer concessões para se manter no poder, podemos perceber essas manobras em todo processo histórico Brasileiro na chegada da família Real ao Brasil, no Império, na Independência e na Proclamação da República. Dessa forma a população muito pouco participou da transformação política desse país. Foram poucos os negros que se destacaram entre a elite brasileira, esses para se diferenciar dos demais eram chamados de pardos (NASCIMENTO; MEDEIROS, 2010, p.313).

A concepção ideologia predominante na sociedade em que legava a população negra o papel de inferiores e ainda desacreditava-os como propulsores de mudanças reais, transformou-os em marginais e não lhe permitiam chances para sair dessa condição. A cidadania ainda está distante das minorias sociais e atua como reflexo das desigualdades persistente no país fazendo-se mobilizações pela dignidade humana e contramão a comunidade afrodescendente seria vista como bandidos, corruptíveis e marginais e suas religiões são discriminadas tendo-se muitas vezes recorrer ao silêncio e ao anonimato para não esbarrar na religiosidade dominante. A intolerância religiosa ainda associa-a ao mal, mesmo não sabendo muito pouco sobre suas práticas. “Essa violência está presente de várias maneiras, desde a simples abordagem policial até no assassinato de pessoas inocentes que muitas vezes são confundidas com bandidos” (NASCIMENTO; MEDEIROS, 2010, p.316).

POLÍTICAS PÚBLICAS E CIDADANIA *VERSUS* PERIFERIAS, POBRE E DISCRIMINAÇÃO

O legado escravista deixou a população afrodescendente à mercê dos estereótipos raciais, a marginalização e a violência. O estigma da cor mais uma vez manteve-se e ainda mantém-se ativo dentro da sociedade brasileira, esse enraizamento explica-se pela difusão estrutural do racismo em uma hierarquia explícita onde os negros são visto como inferiores e suas manifestações culturais e a sua história passa a ser menosprezadas. Embora, saiba-se que herdamos não somente os traços fisiológicos africanos, mas tudo que diz respeito ao ser brasileiro perpassa-se pela África, pelos indígenas, pela escravidão, todos, direta ou indiretamente, tesem laços inquebráveis com as etnias do além-mar e dos nativos brasílicos e construíram em solo americano as próprias versões hibridizadas da sua herança colonial.

Nesse contexto contemporaneamente, o Dia da Consciência Negra foi a data escolhida para celebrar no dia 20 de novembro a Semana da Consciência Negra com o objetivo de refletir sobre a introdução da população negra na sociedade brasileira. Em homenagem a Zumbi dos Palmares, morto nesse dia, mas que havia lutado pela liberdade dos cativos, foi líder do Quilombo do Palmares, dedicou-se a luta contra a escravatura no Brasil Colonial e pela

conservação de elementos culturais africanos. Por volta de 1678, em meio as disputas com o governo pela permanência da comunidade quilombola, após a morte de Ganga Zumba tornou-se o novo líder dos Palmares. A consciência negra seria um movimento em defesa da igualdades no cotidiano e da diversidade humana garantindo a população o acesso aos direitos sem discriminação étnico-racial, as ações afirmativas são uma respostas ao preconceito e discriminação (SOUZA; GUAISTI, 2018).

Nesse contexto, para a população africana deve ser vista para além da mão de obra escrava, mas na resistência ao processo de escravidão e as heranças deixadas no cotidianos dos brasileiros, assim como oferecer a educação os significados da consciência na valorização da história afro-brasileira não apenas no Dia da Consciência Negra (20 de novembro), mas integra suas ações a iniciativas permanentes dentro das escolas e nas relações interpessoais, pois não será possível conhecer o Brasil sem a cultura africana e afro-brasileiro, pois constituiu-se a base fundamental para a constituição da nação (DUBIELA; WANDER, 2016).

As reivindicações lideradas pelo Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial na década de 1970, elegeu Zumbi como símbolo da luta e resistência negra no Brasil. a implantação de uma data comemorativa teve como intuito celebrar e relembrar a luta afrodescendente contra a opressão cativa. Embora a abolição em 1888 tenha sido considerada uma falsa liberdade, onde os ex-escravos foram entregues à própria sorte sem assistência do poder público, sua assinatura significou o atendimento a pressões dos grandes fazendeiros que não consideram a atividade escravagista lucrativa o suficiente. Sua reivindicação seria pela intervenção no combate ao racismo estrutural brasileiro (JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ, 2021).

O estabelecimento de uma data alusiva a consciência negra surgiu oficialmente através da Lei nº12.519, de 10 de novembro de 2011. Voltada para o desenvolvimento de ações de combate ao racismo e a opressão africana e afro-brasileira estruturada na sociedade. No fortalecimento da dignidade humana quando violado pela violência racial, voltando-se para ressignificar os espaço sociais e as atitudes frente as manifestações culturais de origem afro. Podendo serem denunciadas pelo disque 100, todas as infrações e violência a população negra (PARAÍBA, 2020).

O racismo desumaniza suas vítimas e ainda constitui-se estruturados na estrutura social, política, econômica e cultural nacional geradas pela exclusão imposta a população afrodescendente após quase quatros séculos de escravidão abolida apenas em 1888 sobre forte pressão do movimento abolicionista, dos países estrangeiro, da sociedade e das organizações políticas, embora o reconhecimento pela igualdade permaneça contemporâneo.

Em 2003, foi criada a Lei 10.639 com o objetivo de tornar obrigatório o ensino da cultura e história afro-brasileira e africana nas escolas voltando-se para valorizar a presença negra na sociedade, e a intervir socialmente afim de reduzir a discriminação e o preconceito racial, apesar da iniciativa a sua aplicabilidade ainda não foi constituída em todas as escolas, a falta de informação e o domínio dos preconceitos no senso comum predomina o conhecimento popular. Embora, “[...] a longo prazo, poderá formar uma geração mais informada e desprovida dos estigmas do senso comum” (SILVA, 2014, p.33).

Nesse contexto, o movimento negro a partir da década de 1970 travou esforços no campo políticos para romper com as desigualdades raciais e na década de 1990 passou a reivindicar políticas públicas que garantisse direitos básicos a população afrodescendente. Assim como, ansiava pelas ações afirmativas voltadas para à inclusão em setores sociais até então dominados pela parcela populacional branca. Abarcando a descriminalização racial, alterando currículos, bolsas de estudos, projetos de cotas raciais destinando 10% das vagas em universidade aos estudantes negros e indígenas (SANTOS; PINTO; CHIRINÉA, 2018).

Nos anos 2000, a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Estadual da Bahia (UNEB) foram as primeiras a adentrarem no debate e após cinco a UnB implantou o sistema de cotas para estudante negros em 2004. Os movimentos sociais negros podem ser entendidos “[...] um conjunto de cidadãos de diferentes orientações políticas, com um compromisso de lutar contra todas as formas de discriminação e fortalecer a população negra para uma cidadania plena” (VIERA, 2019, p.25).

Nesse contexto, mediante as intensas discursões e manifestações a Lei nº10.639/03 foi aprovada no contexto em que as necessitava-se entender que as relações étnicas raciais são os alicerces da cultura brasileira, o racismo e o preconceito surgiu da exploração escravocrata capitalista (LIMA; LACERDA; FERREIRA, 2019). Foi preciso alterar à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Nº9394/1996, para estabelecer a obrigatoriedade do ensino da cultura africana e afro-brasileira na educação básica garantindo o direito ao acesso as histórias que compõem a nação brasileira em detrimento dos preconceitos, isto é, vem do latim *prae*: antes e *conceptu*: conceito, concebidos ligando-os a corrupção, a impureza, ao pecado e aos males de uma sociedade racista.

Complementado pela Lei 11. 645/08 que incorporou ao dispositivo legislativo a história e cultura indígena. Foram legislações que favorecem o combate aos problemas sociais e a discriminação racial. Logo, “[...]a ignorância continua a usar a máscara da arrogância” (IROBI, 2012, p.289). Essa legislação, foi uma medida implantada a partir da reivindicação histórica de pessoas e grupos pela necessidade de efetivarem políticas públicas capazes de transformar a

realidade, onde o racismo e a exclusão faziam-se presente. Utilizando-se do campo público por meio das ações políticas e medidas que garantisse a eficácia da lei e no âmbito simbólico atrelado a população afrodescendente a determinados lugares e representações.

Em virtude da limitação do seu acesso aos locais de divulgação de saberes oficializados acompanhado do descrédito aos modelos africanos, afrodescendentes e indígenas nas narrativas oficiais, abarcando na desqualificação cultural dos conhecimentos e cosmovisões, na validade dos saberes, e ainda pontuando quem devem ser o sujeito e o objeto da sabedoria, taxando-os como bárbaros e primitivos, impedindo-os “[...] a própria possibilidade de serem esses grupos detentores de formas úteis de saber e tecnologias que fujam aos domínios, compreensões e doutrinas eurocentradas” (SANTOS; PINTO; CHIRINÉA, 2018, p.954).

O texto legislativo estabelece no ensino básico, público e particular, a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira incluindo inciso 1º como sendo: “[...] incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política [...]” (BRASIL, 2003, n.p.). Com a Lei 11. 645/08, incluindo a produção histórica e cultural indígena, mas também abrange as áreas de abordagem no Art. 1º no “§ 2º os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira “(BRASIL, 2008, n.p.).

Fazendo-se necessário o questionamento voltado para gerar reflexões e contestações dos padrões de produção do saber, assim como que indagar sobre os locais ocupados por figuras públicas brancas, a ausência/escassez de conteúdos africanos e não desenvolvimento de conhecimento voltados para as demandas da população negra. O sistema escolar por vez tem sido responsável pela promoção do branqueamento das mentes e dos comportamentos. Excluídos a população afrodescendente dos padrões e normas, pois tanto a intolerância religiosa, pouca fiscalização do Estado na implementação dos conteúdos de matriz africana, a resistência da comunidade, mesmo quando estão presente recursos também “para o entendimento de que sejam conteúdos menos importantes por não capacitarem os estudantes para questões concretas [...]” (SANTOS; PINTO; CHIRINÉA, 2018, p.959).

Logo, cabe ao corpo docente e os demais profissionais desenvolverem suas propostas a junto dos recursos didáticos em suas metodologias de ensino na expansão de fronteiras de produção oficial do saber para a valorização dos sujeitos e movimentos históricos pela democracia. Logo, a Lei 10.639/03 também pode ser vista como um dispositivo político na luta contra as formas explícitas e implícitas do racismos nas relações sociais e raciais, no seu

reconhecimento como cultura nacional, visões de mundo autônomas, singulares e coletivas na construção do ser brasileiro. Visto que “[...] o país reconheceu que a população afro-brasileira, sobretudo a que possui tez escura, padece de um longo histórico de marginalização e abandono social” (NUNE et al., 2018, p.210).

A nossa de meritocracia nesse contexto traduz-se em medida que não leva em conta o histórico de exclusão e preconceito e muitas vezes são educados para desconhecem o lugar de saber dos negros em afroperspectiva. O ensino da História e Cultura Afro-brasileira nas escolas tem como intuito apresentar aos alunos possibilidade amplas de horizontes na produção do saber, embora o pouco ou a falta de preparo dos educadores e equipe escolar atrelado ao desconhecimento do campo de estudo em questão tornou-se um problema na implantação da lei. Entende-se que “[...] os espaços escolares têm um potencial para criar referenciais positivos das relações étnico-raciais ainda por potencializar” (VIEIRA, 2011, p.15).

Embora nos últimos anos tenha iniciado o desenvolvimento de diversas formações nessa área ainda são insuficientes, outro fator preponderante será a necessidade de interdisciplinaridade, recursos pedagógicos, desconsideração desses conteúdos na prática escolar como não sendo prioridade, pois afirma que o professor e gestores precisam de autonomia na gestão do trabalho educacional, fator que encobre a real ligação com o eurocêntrico e embraquecimento dos currículos oficiais na subvalorização da África como importante centro de difusão do conhecimento. O enfretamento do racismo não ocorre magicamente com a implantação de uma lei, nem em discursões em uma data comemorativa, pois “[...] é preciso compreender e incorporar as resistências e os processos de luta por direitos, protagonizados por sujeitos historicamente marginalizados nos currículos oficiais” (SANTOS; PINTO; CHIRINÉA, 2018, p.963).

Embora, a Lei 10. 639/03 atendeu as demandas conclamadas há várias décadas pelos movimentos sociais negros tornou-se marco histórico das políticas étnico-raciais na educação e um poderoso instrumento de democratização na construção social, política e educacional. Fruto da colaboração de eventos, congressos, leis e pareceres relacionados as relações étnicas e raciais iniciada basicamente na escravatura e seguiram até a promulgação da referida legislação. Sobrepujando-se as obstruções ao acesso da população negra a educação no Império pelo Decreto 1.331-A de 1854, e o Decreto nº7.031 – A, de 1878 que delimitou sua inserção na instrução no período noturno, e a Constituição de 1891 sequer atentou-se a implantação de medidas igualitária raciais excluído a maioria da população. Apesar da abolição da escravatura em 1888, a inclusão social e educacional não foi alcança em virtude da conjuntura estrutural da sociedade pautada na supremacia branca e a marginalização negra.

Entre 1940 e 1970, ampliou-se a mobilização nos movimentos sociais negros no fortalecimento da luta contra a discriminação e o preconceito (NUNES et al., 2019). Os anos 1950 foram férteis na medida em que o movimento negro passou a reivindicar o acesso não somente ao ensino fundamental, mas o ensino médio e universitário pautados em organizações como clubes e sociedade culturais e recreativas (VIEIRA, 2011). Embora, a Ditadura Civil-Miliar (1964-1985) tenha rompido com o crescimento da organização amparados na ideia da inexistência de racismo no Brasil e pela sua migração aos organismos sindicais, mesmo assim ainda permaneceram expressivas. Na década de 1970 foi marcada pela mobilização política contra a desigualdade racial na denúncia e na crítica ao regime político do país, ampliados com a abertura democrática nos anos 80 e posteriormente o desenvolvimentos dos grupos de estudos e pesquisas negros.

A Constituição Cidadã de 1988, garantiu a participação das organizações, representou um marco decisivo contrária ao preconceito, à discriminação inafiançável e o racismo. O reconhecimento das comunidades e propriedades Quilombolas também foi permitido no dispositivo constitucional. A comunhão de movimento sociais negros culminou com a promulgação da Lei Federal nº10.639/03 que modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº9294/1996) na designando a obrigatoriedade do ensino da cultura e história africana e afro-brasileira nas escolas públicas e privadas.

Assim como as Diretrizes para a Educação Multirracional e Interétnica nas escolas no mesmo ano ambas enfatizam as influências africanas na cultura brasileira, rompem com os preconceitos, discriminações, enfatizam a inclusão em todo o contexto didático-pedagógico brasileiro. Pois, “uma escola que muitas vezes folcloriza a produção cultural negra, omite a história e a cultura negra, seja por legitimar os conteúdos racistas dos livros didáticos ou ainda pela ausência e despreparo dos professores ao tratar das relações étnico-raciais [...]” (VIEIRA, 2011, p.36).

Embora, mais de dez anos depois da implementação, a lei ainda não faz parte em sua totalidade do cotidiano das salas de aula brasileira em virtude da falta de apoio institucional, financiamento implementado ficando à mercê das parcerias privadas, militâncias e voluntários. Falta também ampliar a formação de professores nesse campo educacional. Visto que uma sociedade racista torna-se doentio em que a violência não é resultado, mas o sintoma da construção estrutural coletiva. E acrescenta “[...] à medida que se avança nos níveis de ensino, maior é a presença de brancos e menor a de negros. A constatação desse quadro suscitou nas últimas décadas a reivindicação e a defesa de políticas públicas que buscam combater tais desigualdades [...]” (SANTOS; PINTO; CHIRINÉA, 2018, p.952).

O estabelecimento das cotas aos candidatos negros e indígenas nos programas de acesso às universidades. O dispositivo legislativo outorgado para reservar vagas em instituições federais, estaduais de ensino superior e técnico conhecida como Lei nº12.711/2012, apontou que o Ministério da Educação não cumpriu todas as suas obrigações no que concerne ao monitoramento e avaliação da lei, o destino de 20% das vagas aos candidatos negros não foi cumprida na maior dos concursos para docentes universitário e ainda será preciso reforçar as comissões de heteroidentificação. Essa legislação também definia reserva de vagas aos alunos integralmente em escolas públicas, as pessoas com deficiência, 50% para discentes com renda inferior a 1,5 salário mínimo e 50% destina-se aos candidato com renda superior à média estipulada (GODOI; SANTOS, 2021).

Nesse contexto, as cotas raciais são fruto de um direito conquistado em função da desigualdade social vivenciada historicamente pelos grupos afrodescendentes, indígenas alicerçado na dinâmica da inclusão, embora também partilham da exclusão. No ensino superior, tal quadro revela-se mais tênue no os estudante de escolas públicas, negros e índios apresentam parcela minoritária apesar de serem maioria na população nacional. A reserva de vagas para esses grupos étnicos e raciais nas universidades e ensino técnico federal pressupõem o reconhecimento dessa exclusão e a incorporação de medidas visão atenuar esse contexto, mesmo diante dos discursos tensos e contrários (MOURA; TAMBORIL, 2018).

Fazendo-se através do uso de preconceitos e estereótipos dificultam ainda mais a inserção e integração das minorias sociais nos círculos acadêmicos e até mesmo lutam para remover as práticas equitativas, dificultando a democratização do ensino e a inclusão dos grupos não representados nos setores da sociedade. Contrariando a produção de subjetividade hegemônica, no caso brasileiro, a branca, e dos privilégios simbólicos e materiais usufruídos, assim como os mecanismos utilizados para preservá-la. A abordagem das relações étnico-raciais permite a criação de novas possibilidades para refletir sobre os processos de constituição das relações raciais e do racismo no país (MOURA; TAMBORIL, 2018).

A ideologia de democracia racial mobilizou a produção de discursos e compreensões que negam a existência do racismo na produção das desigualdades gerando inclusive o não reconhecimento das pessoas como negras recorrendo a denominação parda, essa imagem histórica carrega os estereótipos raciais na identificação subjetiva da negritude considerando-a de baixo status ou valor negativo que o prejudica impedido à ampliação da consciência social das diferenças e desigualdades gerando forma veladas ou não de manifestação dos preconceitos e discriminações.

Entende-se que antes das cotas universitárias, a maioria dos estudantes eram brancos oriundos de escolas privadas especialmente nos cursos de medicina, direito e engenharia. Pode-se perceber que as ações afirmativas funcionam como papel reparador histórico, econômico e social frutos das desigualdades e exclusão, no qual vítima a maioria da população brasileira, sua implantação tentar rever a disparidade de oportunidades não incorporadas aos negros, indígenas, entre outros que possuem dificuldade de acesso aos espaços restritos às pessoas com maior poder aquisitivo e a influência sociopolítica (GODOI; SANTOS, 2021).

Somou-se também os programas de fomenta ao ingresso em instituições privadas legado a esse público como o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES), Programa Universidade para Todos (PROUNI) em 2005. Logo, “os funcionamentos institucionais podem contribuir para uma vivência ética da diversidade ou para a instrumentalização de relações reprodutoras de modos de agir e pensar que sustentam preconceitos e discriminações” (MOURA; TAMBORIL, 2018, p.594).

Embora, sua eficiência em promover a democratização do acesso ao ensino superior seja contestada ferrenhamente, pois supostamente associam a violação ao direito a igualdade e a meritocracia, essa questão debatida no Supremo Tribunal Federal (STF) foi invalidada, pois garantia não somente a visibilidade das políticas públicas, mas a sua efetivação no seio educacional no que tange a garantia da democratização nas universidades. O processo de heteroidentidade tornou-se ponto relevante para sanar os problemas na legitimação dos alunos nos cursos (GODOI; SANTOS, 2021). Quanto ao rendimento acadêmico não mostra-se inferiores aos candidatos não cotistas. Isso evidencia-se na produção de pensamento que destacam “ser negra ou negro e ser, ao mesmo tempo, intelectual significa situar-se num lugar fronteiro, pois os que fazem parte do grupo subalterno não são naturalizados como seres pensantes e produtores de saberes [...]” (GODOI; SANTOS, 2021, p.25).

Nesse contexto, a implantação da Lei nº12.711/12, estabeleceu a garantia de estabelecer oportunidades e a defesa dos direitos étnicos humanos no combate à discriminação e o exercício pleno da cidadania. Mesmo após mais de um século da abolição da escravatura, a percepção racista e a desigualdade nessa parcela da população é uma realidade avassaladora. A educação seria o principal meio para rever essas prerrogativas e galgar uma vida digna a população marginalizada (BENTO et al., 2016).

O acesso ao ensino superior público ou privado contribui para a democratização educacional atenuando as desigualdades raciais acumuladas ao longo dos anos aos grupos excluídos ou marginalizados. Esse sistema havia sido implantado nos Estados Unidos na década de 1960 e entre 2000 e 2001, no Rio de Janeiro, antes do governo federal adotar as políticas de

costas raciais formalmente. Defender as políticas de cotas tem como princípio a defesa da maioria dos estudantes menos favorecidos por candidatos mais estáveis financeiramente e vindo dos colégios particulares (BENTO et al., 2016).

No que tange, as suas falhas o destino de 50% das vagas aos alunos de baixa renda e que tenha estudo integralmente na rede pública não corresponde minimamente à realidade que abarca uma porcentagem grandiosa de estudantes, também não abrange as pós-graduações valendo-se da autonomia das universidades apesar de serem pressionados pela Portaria Normativa MEC nº 13/2016, os concursos públicos de docentes universitários sofrem indiretamente burla à lei que destina 20% aos candidatos negros (GODOI; SANTOS, 2021). Distanciando da necessidade de haver a heterogeneidade e diversidades no corpo docente dentro da Lei nº 12.990/2014 que legitimou as cotas em concursos, outro problema são os déficits na autodeclaração e mecanismos de heteroidentificação, logo “[...] fraudar esse sistema montado para romper com a lógica opressora é também uma forma de deslegitimar qualquer estratégia emancipatória para a população negra” (GODOI; SANTOS, 2021, p.24).

A presença negra nas universidades ainda é algo recente e serão necessários muitas décadas para a sua presença ser concretizada plenamente principalmente em um contexto de constantes ataques as medidas que visam equidade. Embora, os movimentos negros e as medidas de incentivo à sua inserção estejam presentes, a discriminação ainda gravita na sociedade. Será preciso ouvir as vozes afrodescendentes e as suas demandas sem desmerecê-lo, assim como desprender-se de toda o eurocentrismo que embranquece as instituições universitárias para além da relação opressor e oprimido. Segundo Art.3 da Lei nº12.711/2012 as instituições de ensino vinculada ao Ministério da Educação deveram destinar suas vagas aos pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência em proporção igual ao total da unidade federativa instalada conforme o censo da Fundação Brasileira de Geografia e Estatística (IBGE) (GODOI; SANTOS, 2021).

As ações afirmativas como as cotas raciais sugerem novas formas de ver e entender o mundo distante da dominação branca. A Lei nº 12.711/2012 surtiu efeito palpáveis, democráticas e plurais, embora insuficientes nos seus dez anos de implantação, quem sabe futuramente surta o efeito mais abrangente e diversificado na desmobilização dos preconceitos e discriminação no acesso e manutenção nas universidades. Logo, “[...] as relações sociais fornecem elementos para a constituição da identidade, o desenvolvimento de aptidões e aprendizagens e para a transformação social” (MOURA; TAMBORIL, 2018, p.594).

A cor da pele acaba importando dentro dos espaços sociais, implícito ou explícito, seja nos olhares, ações e atitudes, ela tornar-se objetivo de intervenções racistas. Afinal, a equidade

nas universidades ainda não é 50% negros e 50% brancos, na verdade a maioria ainda constitui-se branca e o destino de apenas 20% delas estão destinadas exclusivamente às minorias sociais raciais que historicamente possuem poucas chances de mobilidade e inclusão social e “os ‘melhores’, os ‘vencedores’, serão aqueles que tiverem reunido a maior gama de oportunidades já ao nascer e ao longo da vida” (AZEVEDO, 2004, p.214). Evidentemente, não é o caso da população negra, indígena e das camadas pobres brasileiras, vítimas de um racismo perverso, as cotas seria um caminho a ser ressarcido a cidadania e no seu próprio reconhecimento em ser negro.

Portanto, as prerrogativas que ora desmerecem as políticas de cotas raciais, ora as defendem pela suposição de associação entre as medidas com a incorporação ainda maior do racismo. Nota-se em destaque que as práticas racistas são uma realidade palpável para a maioria dos brasileiros e ainda mais a marginalização social e a exclusão dos espaços públicos e privada também tornaram-se os alçózes contemporâneos de uma parcela populacional aquinhoadas a medo, a violência e a necessidade de sentirem-se livres e usufruírem dos mesmos direitos que os brancos com poder aquisitivo. Embora, saiba-se que todos são herdeiros do legado africano e indígena, mesmo que o seu aceite seja dificultoso pela discriminação, mas todos direta ou indiretamente carregam consigo um pouco da África e da escravidão em sua percepção humana e principalmente brasileira.

Não há como negar na contemporaneidade que a cultura africana e afro-brasileira, indígena não tiveram influência na constituição cultural nacional, visto que está presente na língua, na religiosidade, nos modos de falar, na personalidade típica regional, no comportamento, na expressão corpórea, na culinária, na dança, enfim em tudo pois constitui o ser singular, único e irreverente do Brasil. O racismo e o preconceito hipócritas ainda fazem-se presente engando quem difunde e ferindo suas vítimas sentenciando-as a violência e por vezes a morte. Pois, “a cultura europeia, tida como branca predominava no país e não dava margem aos costumes africanos, que era discriminado pela sociedade branca, na época, maioria” (SILVA, 2014, p.28).

As manobras de incorporação cultural definidas pelos escravos africanos fundamentaram-se na perspectiva do exercício das heranças oriundas da África. As suas experiências nas diásporas para Irobi (2012) cimentam o sentimento de pertencimento e não obscura sua expressão no esquecimento. Assim como, constituem-se lócus de conhecimentos minado no cotidiano, transfigurados em ações solidárias na construção das identidades carregando suas mentes e corações na reinvenção, memorização e resistência a tentativa de torna-los coisas. Seja na cultura popular, na música, dança, esporte, moda, narrativas, rituais

religiosas, espirituais e o carnaval seria a intervenção e talismã cultural, mesmo hibridizado e sincretizados na continuação das suas tradições no seu caráter religioso, ritual, social e político. Logo, “[...] servem como processo processos para recordar e preservar a estética utilizada para moldar o imaginário, a experiência ou os valores culturais [...]” (IROBI, 2012, p.287).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os africanos escravizados trouxeram na diáspora mais do que sua força de trabalho a ser explorada compulsoriamente, mas a sua herança cultural construída secularmente e transportada no seio e reverência dos antepassados. Mesmo sob o jugo do cativo, suas práticas religiosas, culinárias, comportamentais e performáticas mantiveram-se vivas, embora por vezes camuflada na cala da noite ou nas senzalas distante dos olhares e ouvidos inquisitórios. Embora, “a denominada cultura afro ou negra é muito vasta, rica e transcendente. Por muito tempo, e ainda hoje, mesmo com os avanços conquistados, temas da referida cultura permanecem cortinados até mesmo pelo não reconhecimento como cultura” (SILVA, 2014, p.25).

Nessa perspectiva, o envolvimento dessa população cativa foi incorporada ao ponto de hoje permeia praticamente todas as conjunturas espaciais e culturais brasileiras, trouxeram consigo o sentido de ser africano. Seja na língua, culinária, danças, músicas, religiões e costumes variados. Consequentemente a grande contingência populacional na diáspora não poderia ter assumido outro papel além da incorporação a brasilidade. Nesse quesito torna-se válido ressaltar: “[...] em torno da metade da população brasileira é negra ou parda, logo, descendente direta do povo negro. Inclusive, tem-se que, de fato, o Brasil possui a maior população de origem africana fora da África” (SILVA, 2014, p.26).

No entanto, o que pode ser percebido é o aquinhoamento das comunidades afrodescendentes no Brasil em virtude da discriminação racial, racismo e da desigualdade social, política e econômica imposta aos mesmos. Não se trata de um legado distante no passado histórico mas uma realidade contemporânea que ainda expõe violência e segregação em um país que ainda não assumiu o racismo existente. Essa negação acaba por fortalecer estereótipos, marginalizações, discriminações e violências expressa diariamente nos telejornais, na internet ou no cotidiano da população negra brasileira.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. Cota Racial e Estado: abolição do racismo ou direitos de raça? **Cadernos de Pesquisa**, v.34, n.121, jan./abr. 2004, p.213-239. Disponível em:< <https://www.scielo.br/j/cp/a/Cjb3nSgLCDvXfqxfzHnVJsB/?format=pdf&lang=pt>>. Acessado em: 23 set. 2022.

BENTO, Andréa Aparecida et al. Políticas de Cotas raciais: conceitos e perspectivas. **Ensaio pedagógicos- Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia das Faculdades OPET**, dez. 2016. Disponível em:< <https://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n12/artigo6.pdf>>. Acessado em: 23 set. 2022.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Para uma história do negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1998. 64p. Disponível em:< http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1104317/icon1104317.pdf>. Acessado em: 17 set. 2022.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII**. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 2015.

BRASIL. **Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Brasília: 2003. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acessado em: 22 set. 2022.

BRASIL. **Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Brasília: 2008. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acessado em: 22 set. 2022.

BRASIL. **Lei Nº12.711, de 29 de agosto de 2012**. Disponível em:< <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12711-29-agosto-2012-774113-normaatualizada-pl.pdf>>. Acessado em: 23 set. 2022.

FERRETTI, Sérgio E. Sincretismo afro-brasileiro e a resistência cultural. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 4, n.8, jun/1998, p.182-198. Disponível em:< [https://scielo.br/j/ha/a/QWFNFZz6HMycJzMPJ5j8sgC/?format=pdf&lang=pt#:~:text=Nas%20oreligi%C3%B5es%20afro-brasileiras%20o,\(Reis%2C%201996%2C%20p.\)](https://scielo.br/j/ha/a/QWFNFZz6HMycJzMPJ5j8sgC/?format=pdf&lang=pt#:~:text=Nas%20oreligi%C3%B5es%20afro-brasileiras%20o,(Reis%2C%201996%2C%20p.))>. Acessado em: 19 set. 2022.

FRAGA, Walter. Pós-abolição e o dia seguinte. In: SCHWARTZ, Lilian Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. Disponível em:< <https://contrapoder.net/wp-content/uploads/2020/04/SCHWARCZ--GOMES-2018.-Dicion%C3%A1rio-da-escravid%C3%A3o-e-liberdade.pdf>>. Acessado em: 21 set. 2022.

JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. 20 de Novembro – Dia da Consciência Negra. **Hoje é Dia D....**, Núcleo de Documentação e Memória, Seção de Memória Institucional, nº20, nov./2021. Disponível em:< <https://www.jfpr.jus.br/wp-content/uploads/2021/11/20-de-novembro-Dia-da-Consciencia-Negra.pdf>>. Acessado em: 22 set. 2022.

GODOI, Marciano Seabra de; SANTOS, Maria Angélica dos. Dez anos da lei federal das cotas universitárias: avaliação de seus efeitos e propostas para sua renovação e aperfeiçoamento. **RIL**, Brasília, a.58, n.229, jan./mar. 2021, p.11-35. Disponível em:< https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/229/ril_v58_n229_p11>. Acessado em: 22 set. 2022.

IROBI, Esiaba. O que eles trouxeram consigo: carnaval e persistência da performance estética africana na diáspora. Tradução: Victor Martins de Souza. **Projeto História**, São Paulo, n.44, jan./2012, p.273-293. Disponível em:< <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/9857>>. Acessado em: 21 set. 2022.

LIMA, Hélis Cristina Alves de; LACERDA, Maysa Karlinda de Sousa; FERREIRA, Maria Ionete Andrade. A valorização da cultura africana e o seu reconhecimento no Brasil. **CONED-VI Congresso Nacional de Educação**, 2019. Disponível em:< https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD4_SA6_ID5232_18082019164210.pdf>. Acessado em: 21 set. 2022.

MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). **História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2018. Disponível em:< <https://www.pdfdrive.com/hist%C3%B3ria-da-vida-privada-no-brasil-volume-1-e199798257.html>>. Acessado em: 19 set. 2022.

MOURA, Maria Rosimére Salviano de; TAMBORIL, Maria Ivonete Barbosa. “Não é assim de graça!”: Lei de Cotas e o desafio da diferença. **Psicologia Escolar e Educacional**, SP, v.22, n.3, set./dez. 2018. Disponível em:< <https://www.scielo.br/j/pee/a/byVSm4s5Vw7RXdp5KY6RFbH/?lang=pt#:~:text=Os%20estudantes%20tratam%20as%20cotas,qual%20as%20diferen%C3%A7as%20s%C3%A3o%20consideradas.>>>. Acessado em: 23 set. 2022.

NASCIMENTO, André José do; MEDEIROS, Maria da Glória de. O fim da escravidão e as suas consequências. **IV Colóquio de História: abordagens interdisciplinares sobre história da sexualidade**, nov./2010, UNICAMP. Disponível em:< <https://www.revistas.uneb.br/index.php/diamantina/article/view/7381/4896#:~:text=Chega%20ao%20fim%20a%20institui%C3%A7%C3%A3o,que%20hoje%20conhecemos%20como%20favelas.>>>. Acessado em: 21 set. 2022.

NUNES, Antonio de Assis Cruz et al. A Lei 10.639/03 como instrumento político-pedagógico na perspectiva do combate ao racismo na educação básica. **Revista de Educação, Ciência e Cultura**, Canoas, v.24, n.1, 2019. Disponível em:< <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/viewFile/4582/pdf>>. Acessado em: 22 set. 2022.

PARAÍBA. **PROJETO INTERVENTIVO- Dia Nacional da Consciência Negra - 20 de Novembro**, Secretária de Estado do Desenvolvimento Humano –SEDH, Paraíba, 2020. Disponível em:< <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-desenvolvimento-humano/conteudo-de-links/projeto-interventivo2.pdf/@@download/file/PROJETO%20INTERVENTIVO2.pdf>>. Acessado em: 22 set. 2022.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**, v.5, n.8, jan./jun. 2004, pp.170-198. Disponível em:<

<https://www.scielo.br/j/topoi/a/FRCsRSBMxZHwc7mD63wSQcM/?lang=pt>>. Acessado em: 21 set. 2022.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Editora Global, 1995. Disponível em:< <http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/autores/Ribeiro,%20Darcy/Darcy%20Ribeiro%20-%20O%20POVO%20BRASILEIRO.pdf>>. Acessado em: 20 set. 2022.

SANTOS, Elisabete Figueroa dos; PINTO, Eliane Aparecida Toledo; CHIRINÉA, Andréia Melanda. A Lei nº 10.639/03 e o Epistemicídio: relações e embates. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.43, n.3, jul./set.2018, p.949-967. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/edreal/a/JXQP9M8NVGb6cCFH4hZwgFC/abstract/?lang=pt>>. Acessado em: 22 set. 2022.

SARGENTO, Nelson. **Morro**. Facebook, 2020. Disponível em:< https://www.google.com/search?q=morro+p%C3%A9s+descal%C3%A7os+VIDEO&rlz=1C1CHZN_pt-BRBR943BR943&sxsrf=ALiCzsZB91znPZgOBTh5f5pSAnem3smCQ%3A1663716188112&ei=XEsqY8WyBtDN5OUPjdWwsAY&ved=0ahUKEwjF0JjwaT6AhXQJrkGHY0qDGYQ4dUDCA4&uact=5&oq=morro+p%C3%A9s+descal%C3%A7os+VIDEO&gs_lcp=Cgdn3Mtd2l6EAMyBQghEKABMgUIIRCgAToHCAAQHhCwAzoGCAAQHhAWOgoIIRAEa8QFhAdOggIIRAEeBYQHUoECEEYAUoECEYYAFCIBVi5EWckFWgBcAB4AIABgQKIACyKkgEFMC4yLjSYAQCgAQHIAQHAAQE&sclient=gws-wiz>. Acessado em: 20 set. 2022.

SISMMAC. Dia da Consciência Negra: homenageia memória de resistência. Diário de Classe, Informativo do Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba. Nov. 2013. Disponível em:< https://www.sismmac.org.br/disco/arquivos/79_159.pdf>. Acessado em: 22 set. 2022.

SOUZA, Izabel Cristina de; GUAISTI, Maria Cristina Figueiredo Aguiar. Cultura africana e sua influência na cultura brasileira. **XLI Encontro Nacional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência e Gestão da Informação (ENEBD)**, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, jul./2018. Disponível em: < <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/12906/510.pdf?sequence=1>>. Acessado em: 21 set. 2022.

VIEIRA, Cecília Maria. **Educação e relações étnico-raciais**: diálogos e silêncios sobre a implementação da Lei Nº 10.639/2003 no município de Goiânia. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011. Disponível em:< <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/2026>>. Acessado em: 22 set. 2022.

GOSTO AMARGO DA ESCRAVIDÃO: VÍCIO DA EMBRIAGUEZ DE ESCRAVIZADOS NO CONTO *PAI CONTRA MÃE* (1906) DE MACHADO DE ASSIS

BITTER TASTE OF SLAVERY: ADDICTION OF THE DRUNKENNESS OF ENSLAVED
IN THE SHORT STORY *PAI CONTRA MÃE* (1906) BY MACHADO DE ASSIS

Maria Isabela da Silva Gomes¹

RESUMO: O presente trabalho pretende discutir acerca da relação entre o consumo de álcool pelos africanos escravizados ilegalmente e seus descendentes com o vício da embriaguez, a partir da reflexão contida no início do conto “Pai contra mãe”, de Machado de Assis (1839-1908). Publicado no livro “Relíquias da Casa Velha” (1906), escrito cerca de dezoito anos após o fim da escravidão e único da obra a retratar esta temática, o conto destaca o instrumento cruel de punição da embriaguez contra cativos rebeldes, a máscara de flandres. Ferramenta de tortura e manipulada para impedir o acesso à boca, também foi disposta para dificultar a alimentação dos cativos sem a permissão de seus senhores, além de atravancar possíveis suicídios, através da ingestão de terra. Ademais, o artigo se debruça sobre as justificativas do uso de bebidas alcoólicas pelos cativos e a relação entre o consumo desenfreado e os aspectos de marginalidade e indisciplina. Como resultado, é possível concluir que o consumo desregrado do álcool no Brasil, esteve, de muitos modos, associado à violência e imoralidade das camadas mais abastadas da sociedade, principalmente a população negra. De tal modo, é perceptível que as justificativas para o uso do álcool se encontravam ora como incentivo à rebeldia, ora como benevolência por parte dos senhores escravistas, de maneira a barrar as obstinações de rebelião.

Palavras-chave: Escravidão; embriaguez; literatura; Machado de Assis

ABSTRACT: The present work intends to discuss the relationship between alcohol consumption by illegally enslaved Africans and their descendants with drunkenness addiction, from the reflection contained in the beginning of the short story "Pai contra mãe", by Machado de Assis (1839-1908). Published in the book "Relics of the Old House" (1906), written about eighteen years after the end of slavery and the only one of the works to portray this theme, the tale highlights the cruel instrument of punishment of drunkenness against rebellious captives, the mask of flanders. A tool of torture and manipulated to prevent access to the mouth, it was also arranged to hinder the feeding of the captives without the permission of their masters, in addition to hindering possible suicides, through the ingestion of land. Moreover, the article focuses on the justifications for the use of alcoholic beverages by captives and the relationship between rampant consumption and aspects of marginality and indiscipline. As a result, it is possible to conclude that the unruly consumption of alcohol in Brazil was, in many ways, associated with violence and immorality of the more affluent layers of society, especially the black population. In such a way, it is noticeable that the justifications for the use of alcohol were sometimes as an incentive to rebellion, sometimes as benevolence on the part of the slave masters, in order to bar the obstinacy of rebellion.

Keywords: Slavery; drunkenness; literature; Machado de Assis.

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus Franca. Pesquisa financiada pela Bolsa de Demanda Social da CAPES, sob orientação do Prof. Dr. Ricardo Alexandre Ferreira. E-mail: maria.isabela@unesp.br.

INTRODUÇÃO

O vínculo entre a escrita historiográfica e a literatura, na perspectiva histórica, sempre existiu. Ambas são construções de sentido a respeito da realidade e, em virtude disso, suas fronteiras são estreitas. Entre caminhos e propostas metodológicas diferentes, as duas áreas do saber desenvolvem suas narrativas, produzem seus enredos e tornam, assim, inteligíveis suas percepções de mundo. Para Paul Veyne, a noção de enredo compõe a forma da narrativa histórica. Assim, o historiador, utilizando de instrumentos e em toda a sua subjetividade, realiza os recortes e encaixes para sua desenvolver a trama (VEYNE, 1998). Posto isto, revisitar as obras de Machado de Assis torna-se exercício metodológico de pesquisa sobre a história social do Brasil, especialmente no recorte fluminense do século XIX, palco das distinções senhoriais, políticas, econômicas, burocráticas e culturais, em meio a sociedade escravocrata.

Sidney Chalhoub, ao se debruçar sobre as obras de Machado de Assis, assegura que nelas existem detalhamentos das políticas de dominação social, mesmo que a temática não fosse central (CHALHOUB, 2003). Todavia, as ideias sociais e políticas embebidas da realidade de uma sociedade escravocrata fluminense estavam presentes nos meandros de seus escritos machadianos. Os avisos e ofícios sobre emancipação de pessoas em situação de escravidão e o funcionamento do sistema escravista são observáveis na vasta produção de Assis como pontos de inflexão na concepção e estrutura narrativa da obra. Ainda segundo Chalhoub, os acontecimentos que marcaram os finais da década de 1860 e início da década de 1870 foram expressivos no que o autor publicou nas décadas seguintes.

Roberto Schwarz, nas obras “Machado de Assis: um mestre na periferia do capitalismo” (1999) e “Ao vencedor as batatas” (1977), já alertava, em meio a controvérsias, que as obras machadianas reproduziam as estruturas de exploração e de autoridade nos oitocentos. Já John Gledson tentou observar o movimento da história – principalmente a respeito das mudanças políticas, das relações sociais desiguais e das crises nas formas tradicionais de domínio –, por meio do dispositivo literário machadiano de símbolos e de valores (GLEDSON, 1986). Tocar nas questões que concerniam à escravidão era complexo para a elite letrada do século XIX. Assis, membro assíduo do letramento e referência na utilização do recurso literário da ironia, encontrou formas de registrar a importância de se falar sobre a realidade e criticar a escravidão, de modo a inseri-la no atravessamento dos conflitos internos das personagens. Contudo, é importante pontuar alguns aspectos que ficaram subentendidos ou omitidos na intelectualidade

do período, entre eles as críticas aos tipos de dependências às quais os cativos eram submetidos – os castigos físicos e a condição de pessoa e mercadoria.

A situação dos escravizados urbanos nos momentos finais da instituição escravidão, segundo a descrição dos idealistas, como é o caso de Perdigão Malheiro, era feita da seguinte maneira:

Nas cidades já se encontram escravos tão bem-vestidos e calçados, que, ao vê-lo, ninguém dirá que o são. Até o uso do fumo, o charuto sobretudo, sendo aliás um vício, confundindo no público todas as classes, nivelando-as para bem dizer, há concorrido a seu modo para essa confraternidade, que tem aproveitado ao escravo; o empréstimo do fogo ou do charuto aceso para que um outro acenda o seu e fumo, tem chegado a todos sem distinção de cor nem classe. E assim outros atos semelhantes (1976, p. 95-96)

As obras do jurista mineiro Malheiro foram influentes nos debates acerca das reformas na instituição escravocrata desenvolvidas no decorrer do último quartel do século XIX. Esses antagonismos presentes nos relatos da relação de senhores e escravizados abordados tanto por Malheiro, na área jurídica, como por Assis, em um âmbito literário, foram retratos da hegemonia que organizava, em muitos sentidos, as relações sociais no Brasil oitocentista. A escravidão, as tensões internas da classe dominante, as vontades invioláveis do senhor-proprietário, os métodos punitivos contra africanos em situação de cativo e o vício da embriaguez, portanto, são elementos explorados no conto “Pai contra mãe”, de Machado de Assis (1839-1908), publicado no livro “Relíquias da Casa Velha” (1906) e *corpus* documental para o desenvolvimento deste artigo.

No que se refere ao estado de embriaguez destacado como uma das justificativas para punição de cativos, o comportamento gerado pelo vício foi associado à violência e à transgressão da ordem pública. A experiência brasileira do álcool sempre esteve marcada por uma concepção importada de diferentes formas de beber e de alcoolização, seguindo a lógica da moralidade cristã e dos aspectos físicos e genéticos de identificação de um bom indivíduo civilizado. Um dos exemplos mais notáveis para tal constatação são os crimes cometidos por cativos. Se o fato assim ocorresse, o poder judiciário poderia desfrutar de características raciais para aumentar a penalidade do réu, reforçando, desse modo, a disponibilidade dos aparelhos jurídicos para se agir em concordância com a manutenção da hierarquia racial e, com efeito, instaurar na mão de uma minoria branca os privilégios (RAMOS, 2017).

O pensamento social do século XIX, em grande parcela, foi reforçado por teorias racialistas influentes à época. Cesare Lombroso, médico especializado em psiquiatria e criminologia, além de ser um dos maiores nomes higienistas e membro da escola de criminologia, publicou em 1876 sua obra de maior relevância, chamada "O Homem Delinquente". Em seus estudos, o autor se concentrou na pesquisa sobre a identificação de criminosos por meio de aspectos físicos e genéticos como seguimento vigente da criminologia dos oitocentos. Ou seja, havia uma clara relação entre interesses sociais e comportamentos criminosos. As razões psicológicas foram asseguradas pelas características físicas já que, segundo essa linha de raciocínio, os criminosos são incentivados a serem como são por conta da hereditariedade genética ou "genes criminosos" (SANTOS, 2014) O contexto de efervescência do conceito de "natureza evolutiva" por meio da seleção natural no livro "Origem das Espécies", de Charles Darwin (1859), mostra como as pesquisas criminológicas subsequentes à divulgação da teoria darwinista usaram-na de forma deturpada para explicar as diferenças entre "raças" superiores e inferiores. Essa noção construída pela modernidade de que seres humanos são classificados em níveis deslocou o estudo do homem como objeto científico para os estudos biológicos e físicos (ALMEIDA, 2020).

Ricardo Luiz de Souza, ao explorar alguns aspectos e sentidos da produção e também do consumo de bebidas alcoólicas no Brasil, desde o período colonial ao florescer do século XX, exprime a ideia de que

O consumo de bebidas alcoólicas foi relativamente alto, também, entre os escravos. Ao serem presos, por um motivo ou outro, eles frequentemente justificavam a transgressão cometida alegando estarem embriagados no momento em que a cometeram, o que, como lembra Wissenbach, poderia ser a saída mais fácil, ou poderia ser determinado pelos curadores indicados pelos interesses senhoriais, [...] (2004, p. 68-69).

Diante dessas evidências, o presente trabalho buscou explorar a relação entre o consumo de álcool pelos africanos escravizados ilegalmente e seus descendentes com o vício da embriaguez, a partir da reflexão da primeira parte do conto "Pai Contra mãe" (1906). Ademais, o artigo se debruça sobre o consumo de bebidas alcoólicas e a questão da ebriedade; o conceito de "raça" e "civilização" como eixos norteadores para distinção dos "beberrões"; as justificativas do uso de bebidas alcoólicas pelos cativos e a relação acerca do consumo alcoólico desenfreado com os aspectos de marginalidade e indisciplina, totalmente opostos às virtudes morais, à temperança, à ética e aos princípios cristãos.

1. O CONSUMO DE BEBIDAS ALCÓOLICAS E A QUESTÃO DA EBRIEDADE

O consumo de bebidas alcoólicas é considerado como uma das práticas mais antigas e presentes nos múltiplos rituais culturais da humanidade, constatado desde a época antiga nos registros egípcios em papiros, por exemplo, sobre as etapas de fabricação de cerveja e vinho, até a contemporaneidade, em que adquiriu novos significados de expressão, como distinção social, além de expressar prazer e ser componente energético aplicado nas áreas de saúde e alimentação. O álcool, nesse caso, ocupou uma posição de relevância na cultura ocidental, entremeando as atividades religiosas, socioeconômicas e curativas. Entre elas, esteve presente nos processos de cicatrização por intermédio de suas propriedades medicinais para tratamento de doenças crônicas agudas: convulsões, epilepsias, entre outros (FLANDRIN, 1998, P. 144).

A experiência do uso das bebidas alcoólicas no Brasil colonial se deve muito à fermentação de insumos nativos. Feitas à base de mandioca, milho, caju, abacaxi (entre outras frutas e raízes), as bebidas fermentadas demarcaram os rituais religiosos de passagem, principalmente nas populações ameríndias. A embriaguez, como um estado de transe, nesse caso, tinha um caráter puramente sagrado e não associado a uma questão de quebra de moralidade (FIDELIS DIAS, 2008).

Segundo Eliana Sales

As bebidas destiladas, também chamadas, aguardentes – *acquavites* ou *eau-de-vie*, foram reconhecidas pelas suas virtudes mágicas, ou seja, pela capacidade de dissiparem mais rapidamente as preocupações, de produzirem alívio mais eficiente as dores, de prolongar a euforia. Até o século XV, eram preparadas em pequenas quantidades pelos boticários e médicos, sendo utilizadas para conservarem e obterem essências de ervas e frutos, servindo ainda de matéria prima para suas poções terapêuticas. Raras e caras não estavam ao alcance de todos os bolsos. Desde que tomadas com moderação ou diluídas em água, eram recomendadas como tônicos para combaterem doenças e infecções, como analgésicos para aliviarem as dores de cólica e dentes, como cicatrizantes das feridas e úlceras, para melhorar o rendimento no trabalho, para facilitar a digestão e estimulante para resistir o frio (2010, p. 174).

Tendo em vista o consumo de álcool na Europa, a tese sustentada por Fernand Braudel sobre os aspectos do cotidiano no recorte dos séculos XV-XVIII, a partir da perspectiva historiográfica de longa duração, é a de que existiu diferenciações nos regimes étlicos europeus, tanto no que diz respeito ao referencial simbólico como áreas de delimitação

geográfica de consumo, sendo, nesse caso, a região Sul acentuada no consumo de vinho devido à sua sacralização cristã em oposição à cultura germânica, símbolo durante relevante tempo do paganismo, mediante ao consumo de cerveja (BRAUDEL, 1970, p. 191).

No caso das culturas ameríndias e africanas, algumas evidências arqueológicas e antropológicas, além da documentação histórica disponível, indicam o uso de bebidas alcoólicas antes da invasão colonizadora europeia nos territórios originários dessas populações. Sales complementa que

Essas bebidas consistiam em fermentados, de produção doméstica e de conteúdo alcoólico em quantidade reduzida. Três principais bebidas eram consumidas na África: o vinho de palma, da palmeira do dendê (o malafo), cujo uso se fazia em diversas circunstâncias como bem de consumo, de troca e ritual, em Angola, por exemplo, o malafo figurava como símbolo de masculinidade e poder político, uma feita da infusão, maceramento de sementes, sorgo e milhetos e os vinhos do mel de abelha (hidromel). Os indígenas, por sua vez, produziam e consumiam uma diversidade de fermentados obtidos de frutas, sementes, raízes, seiva de palmeiras e mel de abelha. O pulque no México, o guarapo e o sinisco, na América Central, a chicha no Peru, a aloja na Argentina e o cauim no Brasil são exemplos dos fermentados produzidos para as celebrações, não havia entre esses povos o consumo cotidiano que dirigiam os ritmos da vida normal, a bebida era sempre função grupal, solenidade especial, como em comemoração à colheita e festas sagradas (2010, p. 170).

Ainda na perspectiva de contato entre colonizadores europeus, africanos e ameríndios, o historiador Luiz Felipe de Alencastro assegura que "na África, na Amazônia, no Estado do Brasil a cachaça se afirmou como um produto essencial no contato inicial do colonizador e de seus agentes com os nativos" (2000, p. 317). Roberto Tykanori Kinoshita (2014) em "Álcool e outras drogas - da coerção à coesão" discorre que

A história das drogas no Brasil começa com o uso pelos indígenas de muitas plantas medicinais e psicoativas, incluindo o tabaco, e dos *cauims*, fermentados de mandioca e de frutas. A *ipecacuanha*, a copaíba, a quina, a jurema, são algumas dessas plantas de usos tradicionais. O grande impacto do contato com os europeus foi a especialização do Brasil no plantio e processamento das drogas que fizeram os ciclos econômicos da história brasileira: cana-de-açúcar, tabaco e café. Produtos de monocultura destinados ao abastecimento do mercado metropolitano. [...] O próprio tabaco e a aguardente serviam de moeda de troca para o escambo na África entre esses produtos e os escravos que iriam continuar a produzi-los. (2014, p. 20)

Além da cachaça ser um elemento crucial no primeiro contato entre mundos, Câmara Cascudo adverte ainda que

Aguardente da terra, a futura cachaça era indispensável para a compra do negro africano e ao lado do tabaco em rolo, uma verdadeira moeda de extensa circulação. Além de ser jubilosamente recebida pelo vendedor na Costa d'África, figurava necessariamente como alimento complementar na trágica dieta das travessias do Atlântico. O escravo devia forçosamente ingerir todos os dias doses de aguardente para esquecer, aturdir-se, resistir (1962, p. 20).

No período colonial da América sob o domínio português, no qual a sociedade foi rigidamente hierarquizada, não resta dúvidas de que as bebidas assumiram significados diversos de acordo com quem as consumisse. Ricardo Luiz de Souza argumenta, de maneira bastante pertinente, que havia uma diversidade de consumo etílico e que

[...] nem só de cachaça e vinho, aliás, compunham-se os hábitos etílicos no período colonial. Popularizou-se, por exemplo, o aluá, nome africano dado à bebida fermentada de milho, de origem indígena. E mesmo o consumo da cachaça ganhou variantes, como o cachimbo, ou meladinha, a cachaça com mel de abelhas (2004, p. 61).

No que concerne ao consumo da cachaça pelas camadas mais subalternizadas da sociedade colonial, a prática era manifestada como um complemento alimentar na dieta diária. A presença de africanos desde o século XVII na América portuguesa, portanto, introduziu novas exigências nos engenhos. Nesse sentido, Luciano Raposo de Almeida Figueiredo ainda complementa que

Ao lado dos engenhos de açúcar que se espalharam velozes pela geografia americana multiplicaram-se, desde o século XVII, alambiques que potencializam o grau do mel da cana e de seu caldo. Fonte de calorias para escravos, “água de fogo” para equilibrar os humores do corpo, capital de reserva para que as finanças dos senhores de engenhos aguentassem os repiques caprichosos do preço internacional do açúcar, a “aguardente da terra” se massificou quando passou a servir ao tráfico, especialmente na região de Angola (2017, p. 48).

Por essa razão, é possível a reflexão de que as associações estabelecidas na sociedade escravista dos oitocentos entre cachaça, subalternidade e população negra não faltaram. Uma delas, expressa nos estudos de Alencastro, é a relação entre São Benedito, o santo negro, com a cachaça, alimentando a percepção de que a bebida era tão somente de negros (ALENCASTRO, 2000). A atribuição de embriaguez aos grupos promotores de rebeliões e rebeldias foi corriqueira também no mesmo período. Figueiredo analisou sobretudo os recursos

discursivos que desqualificaram os revoltosos e o consumo alcoólico, principalmente quando feito por cativos. O autor demonstra que

O papel detrator do consumo alcoólico associado à imoralidade e desordem invadiria ainda a narrativa historiográfica. O diretor do Arquivo Público Mineiro e historiador Teófilo Feu de Carvalho, abandonando aparentemente o rigor no uso das fontes, não economiza imaginação nem tampouco estereótipos para apresentar os negros (que sequer seriam “brasileiros”, ao contrário da referência que faz a paulistas e baianos) participantes da revolta de Vila Rica, no episódio da destruição da casa de Pascoal da Silva Guimarães. Teriam sido eles, escreve Teófilo, os responsáveis pelos saques incêndios ocorridos quando da repressão ao morro do Ouro Podre, covil das lideranças rebeldes em Vila Rica. Ali os negros regalaram-se com as bebidas e comestíveis que abundavam nas inúmeras vendas e casas de pasto (...) embriagados formaram uma verdadeira orgia, em proporções muito maiores do que as que, por anos a fio, lá existiam (...) (2010, p. 10)

Como se percebe com facilidade pela sucinta descrição acima, o discurso entre os exageros do consumo de álcool estreitava-se com os estereótipos de rebeldes e, principalmente, os fenótipos que as pessoas negras carregavam em si. De fato, a bebida alcoólica desempenhou funções de dominação colonial, visto que os colonizados usavam da bebida como forma de manter os africanos e indígenas em condição de escravidão em constante sujeição e dependência. Alguns relatos de viajantes, principalmente ocorridos no período colonial demonstram tal realidade, como é o caso dos registros do Cônego Carmo Barata, no artigo denominado "O alcoolismo na História de Pernambuco Antigo" (1933), publicado na Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano. No registro, há relatos de como as bebedeiras dos colonizadores influenciaram negativamente o consumo alcoólico entre ameríndios e africanos, levando-os ao vício compulsório, mesmo em um momento em que o alcoolismo ainda não havia sido incluído como uma classificação médica de forma imediata, diferentemente do cenário de finais do século XIX.

As relações raciais e o consumo de álcool na sociedade luso-brasileira até a República interligam-se, como evidencia Julita Scarano, na reflexão sobre a rotina dos forros, pretos e mulatos das capitanias do sudeste no século XVIII. A autora alerta sobre o consumo de álcool na sociedade luso-brasileira nos primeiros séculos de domínio europeu e como tal prática foi refletida na ambiguidade dos costumes e das leis. Por um lado, o manuseio e consumo do álcool foi considerado lucrativo, valioso e curativo. Por outro lado, maléfico ao indivíduo, à saúde e à moralidade, sobretudo na vida daqueles considerados marginais, quilombolas e clandestinos (SCARANO, 1975).

A cachaça, por exemplo, fazia parte da composição básica da alimentação das camadas menos favorecidas, independente do gênero e da condição legal dos indivíduos (livres ou escravos). Embora tenha sido apreciada pelos efeitos próprios das bebidas “espirituosas”, não se deve desprezar o nível calórico existente nas bebidas alcoólicas e a importância que esse aspecto apresentava em dietas pobres e insatisfatórias como a dos escravos.” (SALES, 2011, p. 23-24)

Sob uma nova perspectiva relativa ao contato posterior entre os europeus, os africanos e os ameríndios e, conseqüentemente, a instalação do sistema colonial na América portuguesa, beber exageradamente ainda configurava um desvio de natureza religiosa: um pecado. Esta constatação muito se deve ao processo de domesticação da embriaguez na Europa moderna. Aquele que era considerado o “beberrão” corriqueiro e que não se atentasse às regras de ordem civilizacional, era mal visto dentro da comunidade cristã. A perda do autocontrole individual configurou-se como um impeditivo direto no alcance pleno da salvação da alma. Por isso, a experiência da condição de embriaguez possui relações estreitas com dependência e punição (SANTOS, 2022).

O indivíduo embriagado, destarte, foi objeto de estudo para a Medicina oitocentista acerca das bebidas alcoólicas, principalmente na área da psiquiatria (em um notório desenvolvimento) na segunda metade do século XIX e início do XX, por motivos de que a alcoolização foi frequentemente aproximada à loucura, devendo ser classificada para controle, isolamento e exame dos indivíduos acometidos pelo vício e delírio. O caso emblemático é o de Lima Barreto (1881- 1922). A associação entre loucura e alcoolização atribuiu uma discussão moral e social latente em suas produções literárias. No seu inacabado e último romance denominado “O cemitério dos vivos”, além da narrativa singular, é possível notar suas críticas à construção da psiquiatria sobre o alcoolismo no alvorecer do século XX, para além das denúncias contra a instrumentalização policial e ordenação moral dos indivíduos. Como um homem negro, Lima ainda sofreu discriminação pela questão de sua cor. Marco Antonio Arantes, ao escrever sobre a associação da loucura e alcoolismo em Lima Barreto ainda afirma que o “alcoolismo era estigmatizado como doença capaz de levar as pessoas à loucura” e tinha “estreita ligação com a qualidade de vida das pessoas no meio urbano, o que talvez explique a alta taxa de alcoolismo entre os negros nas primeiras décadas do século XX, reconhecidos como cidadãos de segunda classe” (2008, p. 6-8).

A psiquiatria, portanto, se ancorou em um referencial de intervenção eugenista e higienista como impeditivo da propagação da raça. O uso desenfreado do álcool era causa

determinante na degeneração humana e a alienação mental (FOUCAULT, 2002) nas condutas cotidianas (CARNEIRO, 2005). O papel da ebriedade no decorrer do século XIX foi revivido como categoria principal para definir o caráter das multidões introduzidas na sociedade oitocentista, ainda sob influência das formulações conservadoras sobre as rupturas sociais do final do século XVIII e as noções de racialização (AZEVEDO, 2005).

2. A COR EMBEBIDA DE CACHAÇA: O CONCEITO DE “RAÇA”

Todo branco, quando morre,
Jesus Cristo é quem levou.
Mas o negro quando morre
Foi cachaça quem matou
(GOULART, 1971, p. 71)

O trecho acima pertence a José Alípio Goulart (1915-1971), autor ativo no cenário literário brasileiro em 1956 e Conselheiro no Conselho Nacional do Serviço Social Rural. No fragmento, fica explícito a relação entre os quesitos da cor e o consumo etílico. Em outras palavras, a fama de bêbado foi associada à cor de pele, principalmente no decorrer dos oitocentos e com uma ênfase maior na segunda metade do século, no momento em que se propagava teorias psiquiátricas de deterioração da “raça” pelos exageros alcoólicos. Inclusive, estimuladas pela propagação do darwinismo social e a teoria da mestiçagem, como Lilia Schwarcz aponta no trecho a seguir:

O Brasil já possuía uma ciência das raças, gestada desde 1860, sob influência da obra de Paul Broca, eminente anatomista e antropólogo francês - conforme periodização e referenciais em Castro Faria (1952). Até 1877 são trabalhos esparsos, realizados no âmbito das escolas de medicina, versando sobre as origens das raças humanas e temas próximos. Em 1877 foi instituído o primeiro curso de Antropologia Física no Museu Nacional - lecionado por João Batista de Lacerda. A partir daí, os estudos sobre raças se tornaram mais sistematizados, tanto nos Museus como na Medicina Legal - os pesquisadores interessados, principalmente, na morfologia e classificação de tipos indígenas e de mestiços. Essa ciência tinha como premissa a desigualdade das raças e construiu hierarquias baseadas na superioridade da "raça branca" na inferioridade das "raças de cor" e nos "prejuízos" da mestiçagem embaralhada (termo pelo qual alguns intérpretes da formação racial brasileira se referiam à massa de "trabalhadores nacionais"). Os antropólogos seguiam o rigor metodológico e estático preconizado por Broca, que sistematizou a Antropometria e estava convencido da inferioridade dos não brancos como muitos outros cientistas da sua época preocupados com a elaboração de rigorosas hierarquias raciais (1993, p. 48).

Além da cor, outros elementos suscitaram debates em torno da análise das classificações raciais e das “inferioridades” que delas partiam, em teoria. À vista disso, as características físicas foram relacionadas a uma busca das origens étnicas. Mary Catherine Karasch já havia destacado o interesse de viajantes em definir a “raça” dos negros importados no Brasil. Como a autora evidenciou em sua obra, esses artistas estrangeiros descreveram as características físicas, como tatuagem, corte de cabelo, fisionomia do rosto e outros aspectos que poderiam indicar as suas origens (KARASH, 2000). Johann Moritz Rugendas (1808-1858) e Jean Baptiste Debret (1768-1848) foram dois artistas que retrataram a população negra em suas obras, sob uma perspectiva um tanto estereotipada. Ambos foram integrantes de missões artísticas estrangeiras no Brasil com o objetivo de documentar os aspectos da natureza, do homem e da sociedade brasileira na primeira metade do século XIX, caracterizada como escravista e patriarcal. Em quase todas suas obras, dedicaram-se ao registro dos encargos desempenhados pela população negra. Também é possível analisar nos relatos as representações do momento da travessia da África para as Américas e a diversidade de povos africanos trazidos à força ao Brasil.

Sobretudo em relação ao comportamento dos homens na sociedade brasileira, Rugendas na obra denominada “Viagem pitoresca através do Brasil”, registrou que os homens brancos “Raramente se encontram bêbados, mesmo entre os brasileiros da mais baixa categoria; [...]”. Todavia, em relação aos africanos escravizados ilegalmente e ameríndios, “tais excessos são mais frequentes [...]” (1949, p. 137). Richard Burton também afirma que entre cativos e trabalhadores libertos e livres é bem difícil encontrar aqueles que não excedam no consumo das bebidas alcoólicas (1975). Maria Cristina Cortez (1998) relata em “Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1888)” o expressivo consumo de bebidas pelos grupos escravizados e a frequência do “[...] consumo abundante de bebidas alcoólicas pelos trabalhadores escravos, senão diariamente pelo menos nos dias de folga” (p. 120). A pele negra passou a ser cúmplice das incapacidades morais e psicológicas pela ingestão corriqueira da cachaça.

O conceito de “raça” intercorre em um sentido taxonômico para designar grupos de pessoas diferentes pelo fenótipo. A partir das características biológicas e até mesmo geográficas, eram definidas as capacidades morais, psicológicas e intelectuais dos seres humanos, hierarquizando as potencialidades dos sujeitos. “Raça” como categoria política era incessantemente usada para justificar as desigualdades e as manifestações dos grupos

racializados nos espaços institucionais, políticos, culturais e econômicos. Tais relações de poder contribuíram relevantemente para a hegemonia de determinados grupos e para a manutenção dos interesses pessoais em detrimento dos interesses públicos. Isso significa que haviam padrões de acomodação de condutas que foram gradativamente naturalizados. Regina Célia Lima Xavier relata que no decorrer do século XIX, a cor deixava de ser a condição de liberdade. Todavia, “As classificações pseudocientíficas dos séculos XVIII e XIX vieram a legitimar, portanto, um racismo já existente [...]” e ainda afirma que é necessário “investigar como estas perspectivas classificatórias se formaram e se legitimaram, considerando como os indivíduos procederam a partir destas distinções, de forma diversa, no tempo” (2009, p. 3).

Segundo Sílvio de Almeida, a discriminação racial é fundamentada nas relações de poder que determinados grupos detêm e, como consequência direta, tiram vantagens dos privilégios que lhes são ofertados (ALMEIDA, 2020). O domínio exercido por esses grupos é legitimado através de princípios discriminatórios pautados na concepção de “raça”, a qual estabelece as normas culturais e sociais e as transformam em uma perspectiva única de civilização da sociedade (ELIAS, 1994). A ideologia racial foi crucial para o processo de modernização dos países e a percepção de cor foi um dos elementos mais importantes no processo de classificação racial. Xavier em “Raça, civilização e cidadania na virada do século XIX e início do século XX” comenta como a sociedade escravista “[...] não pode ser percebida de maneira simplificada opondo-se senhores e escravos ou pretos e brancos, pois, os critérios classificatórios flutuaram bastante naquele período e foram utilizados de forma ambígua” (2009, p.1) Pode-se considerar, no entanto, que a cor e a condição social estavam associadas, embora a relação entre ambas não deva ser considerada, na concepção da autora, de forma mecânica.

A respeito dos reflexos da sociedade colonial no século XIX, a dinâmica social contava com diversas possibilidades de classificação e a compreensão de seus significados remete, necessariamente, para a análise de contextos específicos. Xavier chama a atenção para o fato destes elementos classificatórios serem constitutivos da hierarquia social do Antigo Regime, diferente, portanto, do racismo vigente no período posterior, quando a cor era associada à origem e ponto crucial para o estabelecimento de critérios hierárquicos e “científicos” sobre a questão racial e a miscigenação. “Para o período imperial, estudos recentes têm descortinado perspectivas analíticas semelhantes.” (2009, p. 1). Logo, a linguagem racial não pode ser estudada e compreendida distante do contexto político a qual pertence. Todavia, é necessária uma análise capaz de historicizar tais termos classificatórios de seres humanos, evitando

naturalizá-los. No que concerne aos discursos moralistas da segunda metade do século XIX, o antialcoolismo tornou-se mais sólido.

3. “PAI CONTRA MÃE” E A MÁSCARA DE FLANDRES

É necessário enfatizar a presença de correntes intelectuais fortalecidas pela negação das propriedades nutricionais do álcool, principalmente pelos fisiologistas Perrin, Ludger e Duroy, devido à combustão não instantânea da bebida no organismo (CASTRO, 1873). Ambos fisiologistas acentuaram que a ingestão retarda a nutrição do corpo, agravando os elementos celulares dos órgãos e diminuindo a força muscular, além de não combater a fadiga e provocar uma tara hereditária acentuada. Sendo assim, o consumo etílico por parte dos africanos e seus descendentes em situação de cativo foi visto de forma bastante ambígua pelas elites. Por vezes criticado quando posto como incentivo à rebeldia e, de forma semelhante, visto com benevolência e consolo para o cativo, uma espécie de antídoto contra rebeliões. Tal ambiguidade causou efeitos na dinâmica escravocrata.

De acordo com a historiadora Leila Mezan Alengrant, no artigo intitulado "aguardente de cana e outras aguardentes: por uma história da produção e do consumo de licores na América portuguesa", o crédito naquilo entendido como tendência à embriaguez ou vício de bebida, por parte dos cativos, é notável nos crimes registrados na documentação policial fluminense no início do século XIX (FERREIRA, 2011). Os crimes variaram entre provocação de desordem social e bebedeiras fora de hora. Para a autora, a "bebida, ou a embriaguez dos afrodescendentes, parece ser, nesses casos, mais umas das responsáveis pelas prisões e ameaças que a comunidade de origem africana despertava entre a população branca" (2009, p. 87). Houve, nesse caso, a criação de punições para o vício alcoólico, mencionadas, também, no conto "Pai Contra mãe" (1906) de Machado de Assis. Inserido na fase realista do autor, o conto foi publicado no livro "Relíquias da Casa Velha" (1906) e narrado em terceira pessoa. Embora escrito no contexto pós-abolicionista, já no início do século XX republicano, a história retrata o recorte fluminense dos tempos do Império.

Em relação à estrutura da obra, ela pode ser dividida em três partes. A primeira contém relatos do narrador a respeito dos aspectos presentes nas práticas de escravidão, reforçando o lado cruel desse sistema. Na segunda parte são apresentados ao leitor as personagens "Cândido" e "Ana", casal que vive em meio aos conflitos sociais da pobreza. Por fim, a terceira parte retoma, de forma sintética, os aspectos da dinâmica escravidão, enfatizado pela captura da

africana em condição de escravidão chamada “Arminda” e a ênfase na perda de seu filho, no momento de sua captura. Logo no início da obra, o narrador, situado em seu tempo presente, no início do século XX, demonstra o recente passado escravista brasileiro, introduzindo uma das reflexões críticas mais potentes sobre alguns instrumentos utilizados nas práticas de punição contra cativos. Trata-se, então, de “alguns ofícios e aparelhos” manuseados pelos senhores de escravos para manter a ordem social vigente no período.

A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais. Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha de flandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dois para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. Com o vício de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dois pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade certas. Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel. Os funileiros as tinham penduradas, à venda, na porta das lojas. Mas não cuidemos de máscaras (ASSIS, 2008, p. 631).

O narrador faz menção ao “ferro ao pescoço”, ao “ferro ao pé” e à “máscara de folha de flandres” como aparelhos a que recorriam os proprietários para controlar os africanos capturados e impedir uma possível nova fuga. Sem esconder o teor ironicamente crítico de sua reflexão sobre os aparelhos da escravidão, o narrador evidencia que “a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel”. Grada Kilomba no capítulo denominado “A Máscara: Colonialismo, Memória, Trauma e Descolonização” descreve o instrumento de tortura colonial como “um símbolo das políticas coloniais e de medidas brancas sádicas para silenciar a voz do sujeito negro durante a escravização: Por que a boca do sujeito negro deve ser amarrada? E o que o sujeito branco teria de ouvir?” (2019, p. 30)

Composta de folhas de flandres – material laminado estanhado de ferro e aço –, a máscara foi utilizada como objeto de tortura no período de escravização para impedir o acesso às bebidas alcoólicas por parte das pessoas em condição de cativo. Além disso, servia como ferramenta de obstáculo para ingestão de alimentos sólidos ou terra, como medida de resistência. Assim dizendo, foi um objeto feito para impedir qualquer acesso à boca.

Kilomba assevera que

Tal máscara foi uma parte do projeto colonial europeu por mais de trezentos anos. Ela era composta por um pedaço de metal colocado no interior da boca do sujeito negro, instalado entre a língua e o maxilar e fixado por detrás da

cabeça por duas cordas, uma em torno do queixo e a outra em torno do nariz e da testa. Oficialmente, a máscara era usada pelos senhores brancos para evitar que africanas/os escravizadas/os comessem cana-de-açúcar ou cacau enquanto trabalhavam nas plantações, mas sua principal função era implementar um senso de mudez e de medo, visto que a boca era um lugar de silenciamento e de tortura. Neste sentido, a máscara representa o colonialismo como um todo (2019, p. 33).

A autora também ressalta um aspecto específico do cenário escravista, uma metáfora que ela denomina de “metáfora de posse”, uma relação social de domínio e submissão, como é explicado no seguinte excerto:

Nesse cenário específico, a boca também é uma metáfora para a posse. Fantasia-se que o sujeito negro quer possuir algo que pertence ao senhor branco: os frutos, a cana-de-açúcar e os grãos de cacau. Ela ou ele querem comê-los, devorá-los, desapropriando assim o senhor de seus bens. embora a plantação e seus frutos, de fato, pertençam "moralmente" à/ao colonizada/o, o colonizador interpreta esse fato perversamente, invertendo-o numa narrativa que lê tal fato como roubo. "Estamos levando o que é Delas/es" torna-se "Elas/es estão tomando o que é Nosso." Estamos lidando aqui com um processo de negação, no qual o senhor nega seu projeto de colonização e o impõe à/ao colonizada/o (KILOMBA, 2019, p. 34).

No conto, logo após a passagem de explicação sobre a crueldade da máscara de flandres, o narrador ainda faz uma complementação: “Há meio século, os escravos fugiam com frequência. Eram muitos, e nem todos gostavam da escravidão. Sucedia ocasionalmente apanharem pancada, e nem todos gostavam de apanhar pancada” (ASSIS, 2008, p. 632). O recurso da ironia, típica machadiana, reforça as atrocidades aplicadas nos africanos em cativeiro, refutando, de muitos modos, a afirmação de isenção machadiana frente ao sistema escravista (FRANÇA NETO, 2008). Ao destacar alguns dos aspectos da produção literária afro-brasileira, Leda Martins incita a reflexão sobre os aparelhos de tortura escravistas descritos no conto:

A alusão a esses aparatos introduz uma narrativa minimalista, em cuja fábula dois dramas se interligam: o de uma escrava fugida, Arminda, prestes a dar à luz, e o de seu persecutor, um caçador de escravos, na iminência de perder o próprio filho, bebê ainda, por carência financeira. No fim breve, a escrava aborta e seu persecutor, salvo pela recompensa da captura, rejubila-se com o filho entre os braços: “Cândido Neves, beijando o filho, entre lágrimas verdadeiras, abençoava a fuga e não se lhe dava do aborto. – Nem todas as crianças vingam, bateu-lhe o coração”. Talhados pelo estilete da escrita de Machado, a máscara de flandres, que silenciava o escravo, e o ferro ao pescoço, que lhe tolhia os movimentos, metonimicamente configuram as perversas relações de força e de poder entre senhores e escravos, sob as quais

sucumbe tanto a vida do recém-nascido, como os mais nobres sentimentos, sentidos e experiência do humano. Referida pela sua literalidade de objeto desprovido de qualificativos, a máscara vaza nosso olhar, por feito da magistral escritura, da descrição minimalista, quase óssea, que a faz colarse à retina do leitor, num efeito de transferência dramático, aterrorizante e aterrador, ponte para uma sagaz e irônica reflexão do autor sobre a condição humana, assujeitada pela tortura, pela dor e pelo silêncio (2007, p. 56).

Longe de esgotar o debate bibliográfico e a resposta às questões pontuadas, interessamos refletir sobre os gostos amargos da escravidão brasileira. Mesmo sendo constatada teórico e cientificamente insuficiente nos séculos passados, a escravidão e seus mecanismos de organização e hierarquia social, a partir da questão racial, deixaram marcas no senso de compreensão da população brasileira.

A associação do consumo de aguardente de cana, como causa da rebeldia por parte dos escravos, foi um assunto bastante discutido na vigência do sistema escravista. Não se pode negar que ela esteve relacionada a contextos de resistências, contudo não podemos credenciar que tenha sido a causa desencadeadora das mesmas. A embriaguez dos escravos acompanhadas muitas vezes das brigas, das cantorias, da prostituição era uma das principais queixas da população às autoridades policiais, sendo compreendida como elemento propiciador das desordens, estando o escravo e o taberneiro sujeitos a prisão, além de multas aplicadas aos proprietários das tabernas, exigia-se o fechamento desses estabelecimentos mais cedo, assim que a noite ia chegando (SALES, 2011, p. 28).

Na análise do conto machadiano "Pai contra mãe", confere destaque, dessa maneira, a um elemento importante para a organização do sistema escravista, a punição. A obra, alinhada à boa parte da literatura desenvolvida nos finais dos oitocentos, faz uma retratação do âmago da escravidão, especificamente das práticas que desumanizaram a população negra de origem africana em território brasileiro. Maus-tratos, ameaças e castigos físicos são pontos centrais da narrativa.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel dos senhores, portanto, deveria seguir o preceito de “educar” os africanos escravizados por meio do castigo exemplar, entre eles, as punições físicas: chicotadas, palmatórias e instrumentos que impediam a fala e alimentação do cativo. Tanto os ferros colocados na região do pescoço como a máscara de flandres são ferramentas de punição e

representação do sucesso das capturas e enclausuras contra cativos rebeldes ou fugitivos. Percebe-se um discurso aparentemente historiográfico e isso se deve a descrição do narrador sobre um recorte específico, no qual havia um grande registro de escravizados fugitivos. O conto não se limita a retratar em segundo plano o sistema escravista, mas enfatiza as cruéis punições e os instrumentos de tortura, em específico, a máscara de flandres – aplicada com vigor contra aqueles com vício alcoólico. Nessa perspectiva, o castigo consistia numa manifestação do domínio senhorial sob a população cativa do século XIX. Devido à complexidade da relação racial, principalmente no período imperial, muitos estudos se concentram em tratar das possibilidades de negociação de liberdade e conquista da cidadania entre africanos escravizados ilegalmente e suas descendências.

O alcoolismo entre os cativos manteve estreita correlação com a concepção de degenerescência impregnada nos preceitos da Medicina desde o início do século XIX, reconhecida na diversidade de trabalhos que tratavam das doenças classificadas como degenerativas, desde à cirrose hepática até as doenças classificadas no domínio psiquiátrico. A Psiquiatra, sendo assim, encontrou um sólido referencial para ancorar sua intervenção de cunho higienista e eugenista sobre a sociedade, de modo a impedir a propagação da degeneração da “raça”, pois, conforme a ideia vigente, os efeitos da transmissão hereditária tenderiam a acentuar os traços da tara, dos vícios e estados mórbidos adquiridos pelos predecessores nas gerações subsequentes. Por conseguinte, o sistema escravagista criou situações discriminatórias e cruéis; marginalizou pessoas pelo quesito da cor e usurpou suas liberdades, deixando evidente, assim, que a igualdade racial brasileira esteve e ainda permanece distante de sua realização.

FONTES

ASSIS, Machado de. Relíquias de Casa Velha. In. **Obras Completas**. Volume 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1962.

ASSIS, Machado de. **Relíquias de Casa Velha**. Rio de Janeiro. Livraria Garnier, 1990.

*Disponível online em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000245.pdf>

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALENGRANTI, Leila Mezan. Aguardente de cana e outras aguardentes: por uma história da produção e do consumo de licores na América portuguesa. In: VENANCIO, Renato Pinto; CARNEIRO, Henrique (Orgs). **Álcool e Drogas na história do Brasil**. São Paulo: Alameda, Belo Horizonte: Editora PUCMinas, p. 87, 2005.)

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Ed. Jandaíra - Coleção Feminismo Plurais (Selo Sueli Carneiro), 2020.

ARANTES, Marco Antonio. Para mim, Paraty - Alcoolismo e loucura em Lima Barreto. SMAD, **Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.** (Ed. port.), Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, fev. 2008. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180669762008000100010&lng=pt&nrm=iso . Acesso em 28 set. 2022.

AVELAR, L. E. B. Aspectos da cultura de consumo de álcool dos grupos escravizados. **Revista Ingesta**, [S. 1.], v. 1, n. 2, p. 137, 2019. DOI: 10.11606/issn.2596-3147.v1i2p137. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistaingesta/article/view/164601>.

Acesso em: 26 set. 2022.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. A recusa da "raça": anti-racismo e cidadania no Brasil dos anos 1830. **Horizontes Antropológicos** [online]. 2005, v. 11, n. 24 [Acessado 19 Setembro 2022] , pp. 297-320. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-71832005000200013>>. Epub 15 Dez

2005. ISSN 1806-9983. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832005000200013>.

BARATA, Cônego Carmo. O alcoolismo na história de Pernambuco antigo. **Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano**. Janeiro de 1933 a dezembro de 1935. Vol.XXXIII. Nº. 155-158, p. 193-199.).

BARRETO, Lima. **O cemitério dos vivos**. São Paulo: Brasiliense, 1961. (Volume XV).

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material e Capitalismo, séculos XV- XVIII**. Volume. I: As estruturas do cotidiano. Rio de Janeiro: Edições Cosmos, 1970, p.191.

BURTON, Richard. **Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho**. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1976.

CARNEIRO, Henrique. **Pequena Enciclopédia da História das Drogas e Bebidas**: história e curiosidades sobre as mais variadas drogas e bebidas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

_____. **A fabricação do vício**, texto apresentado na conferência: “**A construção do vício como doença: o consumo de drogas e a medicina**”, no século XIII Encontro Regional de História (ANPUH-MG), em 15/07/2002, em Belo Horizonte. Disponível em:< www.neip.info>. Acesso em

12/04/2010.

_____. **Bebidas alcoólicas e outras drogas na época moderna**. Economia e embriaguez do século XVI ao XVIII. Disponível em: <http://www.historiadoreletronico.com.br/faces/03120801.htm> . Acesso em:

23/10/2009

CASCUDO, Câmara. **Prelúdio da cachaça**: etnografia, história e sociologia da aguardente no Brasil. Natal: Coleção Canaveira, 1962.

CASTRO, Manoel Ferreira de. **O alcoolismo**. Dissertação apresentada na Escola Médico-Cirúrgica do Porto, 1902 e SAMPAIO, Antônio Augusto da Costa. Do álcool: sua acção physiologica e seu emprego no tratamento das doenças agudas e no curativo das feridas. Dissertação apresentada a Escola Médico-Cirúrgica do Porto, 1873.

CHALHOUB, S. **Machado de Assis historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CORTEZ, Maria Cristina. **Sonhos africanos, vivências ladinas**: escravos e forros em São Paulo (1850-1888). São Paulo: Hucitec, 1998.

Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos/Organização: Lilia Moritz Schwarcz e Flávio dos Santos Gomes (Orgs.) - 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras. 2018.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. V. 1, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

ENGEL, Magali Gouveia, A loucura, o Hospício e a Psiquiatria em Lima Barreto. In: Chalhoub, Sidney; Marques, Vera Regina Beltrão; Sampaio, Gabriela dos Reis; Galvão Sobrinho, Carlos Roberto. In: **Artes e ofícios de curar no Brasil**: capítulos de história social. Campinas, Unicamp, 2003.P. 57-98.

FIDELIS DIAS, I. Usos de abusos de bebidas alcoólicas segundo os povos indígenas do Uaçá, In LABATE, B. et al, **Drogas e Cultura**: novas perspectivas. Salvador: Ed. EDUFBA, 2008. pp.199-217.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. A linguagem da embriaguez: Cachaça e álcool no vocabulário político das rebeliões na América Portuguesa. **Revista de História (São Paulo)** [online]. 2017, n. 176 [Acessado 28 Setembro 2022] , a03416. Disponível em:

**Gosto amargo da escravidão:
Vício da embriaguez de escravizados
no conto *Pai contra Mãe* (1906) de Machado de Assis**

MARIA ISABELA DA SILVA GOMES

<<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2017.114859>>. Epub 09 Fev 2017. ISSN 2316-9141. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2017.114859>.

FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (Orgs.) **História da alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2002. (Coleção Tópicos).

FRANÇA NETO, João Irineu de. **A representação da escravidão nos Contos de Machado de Assis**. 2008. 122 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

GLEDSON, John. **Machado de Assis**: ficção e história. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação. Episódios de Racismo Cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KINOSHITA, Roberto Tykanori. Projeto terapêutico singular. In: UFSC/Universidade Aberta do SUS (UNASUS). **Álcool e outras drogas - da coerção à coesão**. Módulo: recursos e estratégias do cuidado. Florianópolis: UFSC, 2014.

Lima Barreto, ver em BARRETO, Lima. **Cemitério dos Vivos**. São Paulo (SP): Brasiliense; 1956.

LOMBROSO, César. **O homem delinquente**. Porto Alegre: Rivardo Lens, 2001.

MALHEIRO, Perdígão. **A escravidão no Brasil**: ensaio histórico, jurídico, social, Petrópolis, Vozes/inl, 1976, vol. ii, pp. 95-96.

MATTOS, Hebe. Prefácio. In: FERREIRA, Ricardo Alexandre. **Crimes em comum**: escravidão e liberdade sob a pena do Estado Imperial brasileiro (1830-1888). São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MARTINS, Leda Maria. A fina lâmina da palavra. O eixo e a roda. V. 15. Belo Horizonte, 2007. **Revista Artémis.** Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/index>

RAMOS, A. C. Anatomia do crime: o perfil dos delitos cometidos por cativos no contexto de intensificação do tráfico interno (Pelotas, 1850-1884). **Revista Aedos**, [S. l.], v. 9, n. 20, p. 138–163, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/73268>. Acesso em: 28 set. 2022.

RUGENDAS, João Maurício. **Viagem pitoresca através do Brasil**. São Paulo: Manins, 1949.

SANTOS, Bartira. Lombroso no Direito Penal: O destino d'O Homem Delinquente e os perigos de uma ciência sem consciência. **Revista Publica Direito**. 2014.

SANTOS, V. Técnicas de tortura: punições e castigos de escravos no Brasil escravista. **Enciclopédia Biosfera**, [S. l.], v. 9, n. 16, 2013. Disponível em: <https://conhecer.org.br/ojs/index.php/biosfera/article/view/3538>. Acesso em: 20 set. 2022.

SCARANO, Julita. **Devoção e escravidão. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. 1ª ed.- São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.49. 1ª ed.- São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. 5.ed. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

_____. Um mestre na periferia do capitalismo: entrevista. In: SCHWARZ, Roberto. **Sequências brasileiras: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 220-226.

SOARES, Luiz Carlos. “Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX”, in: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8, nº 16, mar/ago 1988, pp. 107-142.

SOUZA, Ricardo Luiz de. Cachaça, vinho, cerveja: da Colônia ao século XX. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 33, janeiro-junho de 2004, p. 56-75.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. 4. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

XAVIER, Regina. C. L. Raça, civilização e cidadania na virada do século XIX e início do século XX. In: **IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Curitiba, 2009.

CENÁRIOS DE TRABALHO DO NEGRO NO BRASIL NO IMEDIATO PÓS-ABOLIÇÃO, LEITURAS HISTORIOGRÁFICAS E SOCIOLÓGICAS.

BLACK WORK SCENARIOS IN BRAZIL IN THE IMMEDIATE POST-ABOLITION,
HISTORIOGRAPHICAL AND SOCIOLOGICAL READINGS.

Yuri Oliveira da Silva¹

RESUMO: As transformações históricas que afetaram os cenários de trabalho da população negra no Brasil compõem o pano de fundo temático no qual esse trabalho está situado. Vamos nos debruçar aqui aos movimentos de leitura e interpretação da História do negro no Brasil do imediato pós-abolição. Para tanto, foi construída uma revisão bibliográfica com importantes representantes de movimentos historiográficos e sociológicos de interpretação da história da população negra brasileira e as mudanças históricas que afetaram o cotidiano de trabalho dos negros após o fim da escravidão. Entre as conclusões, está a importância das contribuições ofertadas pelos debates produzidos pelos intérpretes da história do negro no Brasil. Destacando as abordagens produzidas pela História Social que oportunizaram múltiplos questionamentos e investigações sobre a população negra, devido sua abordagem de mapeamento da experiência dos subalternizados.

Palavras-chave: Pós-abolição; Raça; Mundos do trabalho.

ABSTRACT: The historical transformations that affected the work scenarios of the black population in Brazil compose the thematic background in which this work is situated. Let us look here at the movements of reading and interpreting the history of the negro in Brazil of the immediate post-abolition. To this end, a bibliographic review was constructed with important representative of historiographical and sociological movements of interpretation of the history of the Brazilian black population and the historical changes that affected the daily work of blacks after the end of slavery. Among the conclusions is the importance of the contributions offered by the debates produced by the interpreters of the history of black people in Brazil. Highlighting the approaches produced by Social History that have opportunistic multiple questions and investigations about the black population, due to its approach to mapping the experience of the subalternized.

Keywords: Post-abolition; Race; Worlds of work

1. INTRODUÇÃO

As questões em torno da racialidade da população brasileira, desde o século XIX, são motivadoras de uma série de debates que mobilizaram importantes intelectuais no Brasil. Ao longo dos anos, figuras como Von Martius, Varnhagen, José de Alencar, Silvio Romero, Nina

¹ Mestrando em História Social(UFBA). E-mail: yurioliveira_1@yahoo.com

Rodrigues, Gilberto Freyre, Guerreiro Ramos e outros muitos protagonizaram, ao longo de décadas, importantes interpretações sobre a situação da população de cor no Brasil.

Já a historiografia sobre o negro no Brasil, nas últimas décadas, tem passado por um período de efervescência ainda mais intensa. Incorporando, ao longo do tempo, debates nas mais variadas perspectivas. Talvez como efeito das políticas afirmativas que reservam de vagas nas universidades públicas no Brasil, ou mesmo como conquistas resultantes das mobilizações do Movimento Negro nos últimos anos.

Entre as muitas possíveis explicações para a maior amplitude dos debates e interpretações sobre a História do negro no Brasil, há um possível consenso: o saldo positivo que tais leituras, nas suas variações temáticas, teóricas e de abordagem metodológica, guardam e as reflexões e políticas que oportunizam.

O presente artigo procura traçar parte do atual cenário existente na produção historiográfica sobre a população negra brasileira. Aqui, atenta-se, especialmente, ao período do imediato pós-abolição e a experiência da população liberta. Procura-se demonstrar como movimentos teóricos/historiográficos mobilizaram caminhos interpretativos distintos, o que enriquece de forma particular as narrativas historiadoras atuais.

Recortes mais precisos são necessários. Afinal, mesmo se consideradas apenas as produções contemporâneas na temática, elas já ultrapassariam os limites de um artigo. Por isso, aqui, voltaremos especificamente aos cenários de trabalho dos libertos no imediato pós-abolição, situando alguns debates sobre trabalho entre libertos e, depois, estendendo o olhar para as produções que tomam a Bahia como recorte espacial.

Dessa forma, o artigo procura contribuir com o debate sobre o negro brasileiro com uma narrativa sintética das abordagens interpretativas construídas até então. Perguntando pelas construções narrativas sobre a experiência de trabalho dos libertos no imediato pós-abolição, é construída aqui uma revisão bibliográfica que articula as principais referências que, de alguma forma, abordam essa temática.

2. SOBRE O NEGRO BRASILEIRO, PRIMEIROS INTÉRPRETES

No século XIX, a ampla existência de indígenas e escravizados africanos na sociedade brasileira tornava sua presença nas narrativas sobre a história do Brasil inevitáveis. Nesse processo, Von Martius, Varnhagen e José de Alencar foram figuras que se destacaram na construção de proposições narrativas históricas e literárias que, de alguma forma, incorporaram

essas figuras. Ainda no século XIX, estendendo-se até as primeiras décadas do século XX, surgiram outros intérpretes mais específicos sobre o lugar do negro na sociedade eugenista que se projetava. Entre eles, destacam-se Silvio Romero e Nina Rodrigues.

Segundo Schwarcz (2005), Silvio Romero procura justificar o cenário mestiço que compunha a sociedade brasileira, naquele momento. Ele retoma a “boa mestiçagem” iniciada por Von Martius, através do IHGB, e aponta para um futuro inevitavelmente branco. Seria a seleção natural o argumento de que a sociedade brasileira caminhava inevitavelmente para uma hegemonia da raça mais forte, a raça branca. Já Nina Rodrigues, tinha como principal argumento a existência de diferentes raças, o caráter asselvajado/fetichista da cultura negra no Brasil e a condenação da mestiçagem. É a partir dos modelos ofertados pelo darwinismo social que esses autores sustentam seus argumentos.

Mais tarde, a partir dos anos 1930, uma nova abordagem surge na leitura das relações raciais do Brasil. Protagonizada por Gilberto Freyre que, com a publicação do livro ‘Casa Grande e Senzala’, em 1933, deu início a concepções que argumentavam uma suposta harmonia racial entre as relações criadas no Brasil. No livro, Freyre descreve um cenário patriarcal que, em leituras seguintes, deu a base para o que chamaram de democracia racial.

As proposições freyrianas tomaram corpo e encontraram eco em outros autores. Além disso, o contexto da Segunda Guerra Mundial facilitara o processo. Os horrores vividos pelo Holocausto fizeram com que boa parte do mundo achasse encontrar no Brasil a resposta. A ideia da harmonia racial entre brasileiros foi o que motivou, por exemplo, os estudos do Projeto UNESCO no Brasil (MAIO, 1996), responsável pela mobilização de vários pesquisadores para debater a questão racial brasileira.

2.1 OS DEBATES DA DÉCADA DE 1950

Os investimentos da UNESCO modificaram profundamente a produção dos pesquisadores brasileiros sobre o cenário racial. Às pesquisas mobilizadas podem ser somadas com outras reflexões de sujeitos já inquietos com o cenário sócio racial do período, o que acarretou na formulação de um extenso leque de produções de diversos autores. Nomes como Guerreiro Ramos, Abdias do Nascimento, Arthur Ramos, Florestan Fernandes, Roger Bastide, Charles Wagley e outros tantos envolvidos foram responsáveis por uma extensa produção bibliográfica sobre as relações sociais e raciais no Brasil (MAIO, 1996).

Os debates emergentes da década de 1950 são fundamentais as proposições desse artigo por uma questão: É a partir das pesquisas oportunizadas pela UNESCO, que Florestan Fernandes produziu a pesquisa que resultou na publicação do livro ‘A integração do negro na sociedade de classes’, o mais antigo texto com ampla circulação no Brasil que versa, entre outras coisas, sobre a condição da população negra na realidade de trabalho após o fim da escravidão.

Sobre a Bahia, Charles Wagley foi responsável pela publicação do texto ‘*Class and race in rural Brazil*’, que não teve a mesma circulação que o texto de Fernandes no país, mas também traz algumas contribuições sobre a experiência de trabalho da população negra brasileira, especialmente a do campo.

Um segundo fator de destaque do texto de Fernandes (além da ampla circulação e discussão) é o movimento no qual ele está situado. O livro é resultante de mobilizações que emergiram na década de 1950 com objetivos de questionamento das interpretações praticadas até aquele momento sobre as relações raciais no Brasil. As falas sobre a democracia racial foram, a partir daqueles estudos, denunciadas enquanto mitos, leituras falaciosas sobre as relações raciais praticadas no cotidiano brasileiro.

O mito da democracia racial foi objeto de intensa disputa política nos anos 1960 e 1970. Protagonizada por autores com forte teor marxista, como Fernandes, e outros também atentos a questões sociais e leituras estruturalistas da realidade, como Celso Furtado. Esses autores, especialmente Fernandes, viram na história da escravidão e do pós-abolição os marcadores históricos autorizadores dos regimes de desigualdade que se materializavam no cotidiano social do Brasil da época. Eles oportunizaram essa primeira leitura sobre o cenário sócio racial do Brasil conjugada com as narrativas históricas sobre o negro (GUIMARÃES, 2002).

2.2 FLORESTAN FERNANDES, O NEGRO NA SOCIEDADE DE CLASSES EMERGENTE

O livro ‘A integração do negro na sociedade de classes’, publicado pela primeira vez em 1965, responde as inquietações e debates da década de 1950, como já exposto. Nos primeiros capítulos, através de uma abordagem histórica, o texto se ocupa dos processos de consolidação da abolição e os interesses dominantes nesse contexto.

Fernandes (1978) constrói associações entre o pós-abolição e os processos de urbanização e constituição do capitalismo industrial em São Paulo. Para ele, esse último procedimento

intensificou o regime de exclusão dos negros no Brasil. Pois, impôs novas dinâmicas produtivas e de funcionamento social que não se alinhavam com os métodos já praticados pelos libertos há tempos. Por exemplo, o trabalho artesanal. Os mecanismos artesanais de produção guardam sentidos anti ou pré-capitalistas que, segundo Fernandes, foram abraçados pelos libertos com sentidos de autonomia. O que tendia a ser superado pelas proposições e ritmos do capitalismo industrial.

O sociólogo se ocupa de como a associação entre urbanização e europeização refletiu na morfologia da cidade, alterando por completo os antigos quadros de absorção regular do negro como agente de trabalho. Ele traz levantamentos estatísticos que autorizaram o mapeamento da penetração de grupos não brancos nos cenários sociais.

Há na realidade de trabalho do cenário urbano dinâmicas criadas a partir da imigração europeia que confinaram negros e mulatos em condições de inferioridade no horizonte de trabalho. Associados ao trabalho duro e degradante perderam espaço no artesanato e no comércio para os imigrantes que eram lidos como mais apropriados às possibilidades de ascensão.

Dessa forma, para Fernandes (1978), a imigração funcionara como importante fator de perpetuação da miséria entre negros. Além dela, outros fatores são citados por ele como colaboradores para a manutenção da percepção subalternizada das populações de cor que justificava a condição de marginalidade que viviam.

Fernandes (1978) defende que as modificações decorrentes do processo de consolidação da produção cafeeira, sob regime de trabalho servil, foram responsáveis por uma revolução burguesa em São Paulo que explica a emergência de um empresariado rural paulista. Além de novos métodos de estratificação social que, no entanto, não modificava o lugar social da população negra. Permanência atribuída, principalmente, a imigração, mas por fatores distintos dos já apontados até então.

Segundo Fernandes (1978), estariam os imigrantes europeus melhor adaptados ao que ele chamava de sociedade competitiva, ou seja, aos modos de operação e trabalho do capitalismo urbano industrial. Os hábitos de acumulação do capital, já velho conhecido da maioria dos imigrantes, era novidade para as classes senhoriais brasileiras e, principalmente, para os recém-libertos.

No novo regime que se estabelecia, o qual o trabalho escravo já não era possível e o trabalho livre se concentrava entre imigrantes brancos, os negros e mulatos tiveram sua existência marcada pela anomia. Além disso, o propagado medo de supostas rebeliões implicava em regimes de vigilância e coerção sobre a população não branca, de forma que eram tomados como espécie de “inimigos públicos”. Soma-se a isso a inabilidade com os novos regimes de trabalho e os boicotes da população branca como chaves explicativas do lugar social de subalternidade atribuído aos negros no Brasil do imediato pós-abolição.

No interior da estrutura social de subalternidade experimentada despontaram táticas mobilizadas por alguns negros como forma de sobreviver. O sociólogo argumenta para o intenso deslocamento horizontal (migração) como estratégia dos libertos de desvincularem-se da imagem de subalternidade de escravizado onde viviam. Fernandes aponta ainda que, ao transitar entre espaços urbanos, certos grupos criaram algum nível de adaptação. Uma pequena parcela populacional, a exemplo das mulheres que sobreviviam, principalmente, através do trabalho doméstico, o que, de alguma forma, já fazia parte de um lugar social estabelecido pela herança da escravidão.

As explicações de Fernandes (1978) partem de uma estrutura social. É a partir da estrutura que ele procura explicar os cenários de desigualdade estabelecidos e garantidores da perpetuação das assimetrias sociais, políticas e econômicas na sociedade de classes do capitalismo industrial que se expandia. Mais tarde, como resultado de novos dispositivos teóricos que emergiram nas décadas de 1960 e 1970, a História do Negro no Brasil ganhou uma nova roupagem. Processo oportunizado, entre outros fatores, pela leitura do historiador inglês E. P. Thompson.

3. THOMPSON E A HISTÓRIA SOCIAL DA ESCRAVIDÃO E DO PÓS-ABOLIÇÃO NO BRASIL

A produção de Thompson é permeada por uma série de polêmicas, debates e por oportunizar abordagens teóricas e metodológicas que permitiam inserir “os de baixo” nas narrativas construídas pela historiografia. Thompson, sem abrir mão do materialismo histórico, foi responsável pela ampliação da leitura da luta de classes a partir, também, dos elementos pertencentes à cultura.

As abordagens culturalistas de movimentos históricos atentos às fraturas e desigualdades sociais dão as narrativas thompsonianas um caráter particular. Perspectiva que privilegia a experiência de camponeses e trabalhadores urbanos e, por consequência, a sua agência nos

processos históricos. As pesquisas do historiador inglês apontam para cenários históricos em que os usos costumeiros constituíram múltiplas formas de disputa da realidade social (THOMPSON, 1998).

No Brasil, a leitura de Thompson, além de outros autores como Carlo Ginzburg e antropólogos como Geertz, foi fundamental para a construção de novos olhares sobre a escravidão e a liberdade, muito distintos das proposições estruturalistas de Florestan Fernandes.

A partir dos anos 1980 e 1990, no Brasil, é possível falar na emergência de uma geração de historiadores sociais da escravidão e do pós-abolição, campo de pesquisa que tem se fortalecido ao longo dos anos no Brasil. Entre os eixos explicativos que aproximam esses pesquisadores em um campo temático está em produzir uma narrativa da História da escravidão que atribui protagonismos a escravizados e libertos, compreendendo-os e reivindicando-os enquanto agentes históricos. Desde então, as narrativas historiadoras produzidas por esses sujeitos se atentam as negociações e conflitos que configuraram a História do negro no Brasil (REIS e SILVA, 1989).

Tratando especificamente dos historiadores voltados ao pós-abolição, as abordagens da História Social, no Brasil, foram marcadas primeiro pelas reflexões de Hebe Mattos na sua tese de doutorado ‘Das cores do silêncio’. Muito influenciada por historiadores estadunidenses como Frederick Cooper, Rebeca Scott e Thomas Holt que marcaram o início dos estudos pós-emancipação (COOPER, 2005). Foram eles responsáveis por pesquisas que marcaram uma série de publicações posteriores no Brasil abordando as tensões sobre a raça e o racismo amparadas nas reflexões iniciadas por esses autores.

Em 2005, foi publicado o livro ‘Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação’. Hebe Mattos, prefaciando o livro, conta que os textos traduzidos e publicados naquele ano, já tinham sido debatidos no início da década 1990. O livro foi fundamental para iniciar os estudos, na perspectiva da História Social, em torno das questões do pós-emancipação no Brasil (COOPER, 2005). Desde então, a própria Mattos e outros historiadores como Ana Lugão Rios, Flávio Gomes e Olívia Cunha foram responsáveis por publicações que mostravam que os estudos sobre o pós-abolição no Brasil se consolidavam.

3.1 HISTORIADORES DO PÓS-ABOLIÇÃO NO BRASIL

Ainda hoje, a tese de Mattos é uma das principais referências para o campo da História Social do Pós-Abolição no Brasil. Defendida em 1992, a tese foi publicada pela primeira vez

em 2005 e, desde então, é leitura obrigatória para historiadores que se voltam a esse período histórico.

A historiadora tem como pergunta central os sentidos de liberdade das populações libertas do Sudeste no fim do século XIX. Através de uma longa pesquisa, com o uso exaustivo de fontes, Mattos (1998) mapeia as experiências de negros libertos e, a partir disso, aborda questões centrais das discussões em torno da racialização da sociedade brasileira. Procurando os sentidos da liberdade costumeiramente mobilizados naquele contexto histórico, ela sugere que, entre os libertos, emergiram dinâmicas comportamentais e decisões que procuravam garantir e ressaltar sua condição de não escravo.

Por exemplo, Mattos narra a trajetória de sujeitos que, quando libertos, foram chamados de pardos como artifício de diferenciação entre outros sujeitos ainda escravizados no final do século XIX. Hábitos assim dão sinais de como os sentidos cromáticos guardavam definições, vez em quando, relacionadas a outros elementos que não apenas caracterizações fenotípicas no período.

Mattos procura apontar como ao fim do século XIX e início do XX, procurando garantir a manutenção dos regimes de dominação sobre a população ex-cativas, a classe dominante lhes nega a cidadania como principal estratégia de exclusão. Desde a publicação do 'Além da Escravidão' (COOPER, 2005), o conceito de cidadania tornou-se um mecanismo principal de identificação dos processos de exclusão impostos à população negra no Brasil.

Falando agora da Bahia, Wlamyra Albuquerque (2009) é outra importante historiadora do pós-abolição no Brasil e também se ocupa de como o cerceamento da cidadania está entre os principais caminhos de percepção dos regimes de exclusão dos sujeitos não brancos. Para ela, entre libertos do final do século XIX e início do XX, foi possível um segundo tipo de cidadania, diferente da praticada entre membros da elite soteropolitana. Ela investiga e descreve o que denomina cidadania negra.

Albuquerque (2009) investiga os sentidos sociais e políticos da liberdade e da cidadania experimentados pela população de cor em Salvador no fim do século XIX. As investigações da historiadora demonstraram como o imediato pós-abolição soteropolitano apontou para um movimento de racialização da hierarquia social.

Nas disputas provocadas por esse movimento, ela narra como não só se articulavam mecanismos de repressão dos negros recém-libertos como se mobilizavam garantias jurídicas de negação da cidadania a esses sujeitos, pois se compreendia que eram incapazes de atuar

socialmente. Tudo isso sob um jogo dissimulado de amenização das hierarquias raciais, nos quais foram disputados artifícios jurídicos que garantiam a exclusão de negros e mestiços.

As contribuições de Mattos (1998) e Albuquerque (2005) ultrapassam a produção historiográficas, os dois trabalhos representam um campo temático que, hoje, conta com um amplo número de contribuintes. O amplo número de artigos, dissertações e teses hoje existentes sugerem que o pós-abolição, enquanto campo temático que está consolidado na historiografia brasileira.

A consistência do campo temático traz, como consequência, a ampliação da quantidade de trabalhos produzidos e de perguntas mobilizadoras de investigações. É por conta disso que é possível a esse artigo tratar apenas das produções bibliográficas que discutem, especificamente, o cenário de trabalho dos libertos do imediato pós-abolição a partir da perspectiva da História Social. Isto é, sob o prisma da experiência dos “de baixo”, do protagonismo deles, questionando as narrativas construídas por Florestan Fernandes e outros intérpretes marxistas das décadas de 1960 e 1970.

4. O COTIDIANO DE TRABALHO DOS LIBERTOS

Atento ao período da República Velha, ou do imediato pós-emancipação, Fábio Pacano (2018) analisa o cenário social do período, atento aos processos civilizatórios que se consolidavam na cidade de Piracicaba, em São Paulo, no período. O autor pergunta pelos processos de modernização da cidade e os efeitos das medidas civilizatórias desse contexto sobre as relações de trabalho, as práticas educativas, o acesso a cidade, entre outros.

Pacano (2018), ao observar o cotidiano de trabalho do período e as tensões resultantes dos processos de transformação que estavam ocorrendo, discorre sobre o que ele chama de mercado de trabalho, ou seja, as dinâmicas de trabalho e exploração afetadas pelas mudanças políticas e econômicas. A narrativa do autor se atenta aos processos de substituição de marginalização das populações negras em detrimento da intensificação da imigração europeia para trabalhar nas lavouras brasileiras.

Entretanto, para além de perceber um contexto estrutural de desigualdade do acesso a oportunidades de trabalho, o autor apresenta uma variedade de formas como as dinâmicas de produção/trabalho funcionaram. A busca por trabalhadores, algumas vezes, devido ao ainda escasso número de imigrantes, implicava na empregabilidade de alguns libertos sob dinâmicas de trabalho assalariado.

Além disso, muitos dos libertos que se recusavam a permanecer nos locais de trabalho onde tinham sido escravizados encontravam na migração sazonal e nas cidades as oportunidades de empregar-se a experimentar outra condição dissociada das ideias escravistas ainda vigentes. É importante salientar que tais dinâmicas (de migração) também foram identificadas por Mattos (1998) na sua investigação.

Quando presentes nas cidades, negros e negras disputaram e, segundo Pacano (2018), ocupavam alguns setores de trabalho urbano que exigiam qualificação, o que não exclui ou apaga os processos de intensa violação da trajetória dos sujeitos. Mecanismos distintos de subalternização, econômicos, sociais e morais foram mobilizados para garantir a manutenção de uma estrutura de desigualdade social e racial.

O autor demonstra que, conforme a conjuntura política e econômica modificava as relações de trabalho existentes, negros libertos mobilizavam-se de múltiplas formas para garantir a sobrevivência. Ao voltar-se para as relações do campo, Pacano (2018) descreve com precisão a forma como as relações de trabalho passam a se configurar naquele cenário.

Já sem trabalhadores escravizados e com um às vezes escasso número de migrantes, o colonato foi a principal forma de trabalho praticada nas fazendas de café e açúcar, ou seja, “[...] numa área pré-determinada o colono cultivava a cana sob o compromisso de entregá-la carregada nos vagões ou barcaças.” (PACANO, 2018, p. 152). Entretanto, tratando especificamente do açúcar, as dinâmicas produtivas geravam uma demanda variável de trabalhadores que incorria na criação de um exército de reserva significativo.

Trabalhadores do campo ficavam disponíveis para a plantação, colheita e produção do açúcar nos engenhos. Entretanto, em alguns períodos, o trabalho se restringia a uma pequena parcela da mão de obra com mais qualificação. Por consequência, isso acarretava na geração de um exército reserva que ficavam ociosos quando não estavam trabalhando nas plantações de açúcar.

Neste contexto em que parte considerável dos empregos regia-se pela sazonalidade, era extremamente necessária a existência de uma “reserva de mão de obra” a ser utilizada durante a safra, quando ocorria a maior demanda por trabalhadores. Na entressafra, quando se exigia trabalhadores mais qualificados e em menor quantidade, esse contingente de homens vagava pelas fazendas ou pela cidade, “vadiando” à procura de “biscates”, no sentido de pequenos trabalhos ocasionais. Com a industrialização da produção de açúcar, mesmo considerando suas determinações agrícolas, o espaço catalisador destas novas sociabilidades passa a ser a cidade. (PACANO, 2018, p. 154).

Os intensos regimes de desigualdade e as dificuldades de sobrevivência no campo estavam entre os principais motivos de migração de libertos para as cidades. Todavia os centros urbanos não eram, necessariamente, o lugar onde o acesso a possibilidades empregatícias eram reais e efetivas. Pelo contrário, no burgo, dispositivos materiais de subalternização somavam-se aos morais. Construía os negros “biscateiros” como vadios, inimigos da sociedade que se desenvolvia.

Jornais, fontes policiais e atas do legislativo municipal foram mobilizados para demonstrar como a sociedade de Piracicaba compartilhava de uma concepção constante de subalternidade sobre os negros. A partir disso foram gestadas justificativas morais de inferiorização, marginalização, disciplinarização e controle violento.

Para além da coerção aos “vadios”, há outra possibilidade de experiência de trabalho, especialmente entre as mulheres. Desde o século XIX, ainda durante a vigência do escravismo, o Sudeste já experimentava uma extensa presença feminina nas ruas com o trabalho ambulante de pequeno comércio (DIAS,1995). As análises de Pacano (2018) ratificam a permanência desses hábitos ainda no século XX. O trabalho doméstico foi um facilitador para inclusão das mulheres negras nos cenários de trabalho do pós-abolição.

Os trabalhos de Mattos (1998), Fernandes (1978) e Pacano (2018), por falarem todos do Sudeste escravista aproximam-se muito nas suas colocações. Fernandes (1978) também já havia identificado a maior penetração do trabalho feminino nos cenários urbanos do período, bem como a produção moral de homens negros libertos como inimigos públicos. Também como Pacano (2018), Mattos (1998) já havia registrado um cenário de mobilidade espacial muito intenso entre libertos. Fato interpretado por ela como evidência da tática negra de dissociar-se das imagens constituídas pela escravidão.

Apesar dos três trabalhos compartilharem a defesa do cenário de subalternidade produzida no Sudeste escravista, os textos de Mattos (1998) e Pacano (2018) constroem uma abordagem que, para além de identificar a subalternidade, nos permite espiar as mobilizações táticas de negros libertos entre as possibilidades do período.

Além disso, o esforço de Fernandes (1978) de ratificar a hipótese da falta de instrumentos psicossociais para o negro disputar a sociedade competitiva que se estruturava inibe quaisquer narrativas que atribuam protagonismos as gentes de cor. Tais narrativas corroboram em leituras que, ao atribuir algum nível de anomia a população negra, colaboram

na cristalização do lugar de inferioridade, da impossibilidade de se movimentar no interior dos limites impostos por setores dominantes, forçando-os, questionando-os, criando alternativas.

As criatividades de sujeitos negros de negociar e resistir aos procedimentos de subalternização são fundamentais para o mapeamento da experiência desses sujeitos. Atentando-se, especialmente, a historiografia baiana e as narrativas em torno da trajetória de trabalho dos libertos na Bahia, é possível identificar que negros se esforçaram para a construção de regimes de autonomia, formas de subsistência construídas a partir de mecanismos dispostos na realidade social do período.

4.1 CENÁRIOS DO TRABALHO NO PÓS-ABOLIÇÃO NA BAHIA

Apesar de não necessariamente abordar o “mercado de trabalho” do imediato pós-abolição baiano, a narrativa de Albuquerque (2009) ainda permite vislumbrar algumas perspectivas em torno de episódios que insinuam aceitações, rejeições, exclusões, enfim, processos sociais que mostram os reguladores raciais em torno das condições de trabalho e integração social.

Albuquerque (2009) aborda a chegada de comerciantes africanos (livres, tratavam de negócios ingleses no porto de Salvador). Ela narra que a partir da chegada de dezesseis comerciantes negros, foram mobilizados uma série de medidas políticas e jurídicas para negar àqueles sujeitos o acesso daqueles africanos livres a cidade, ainda que não houvesse mecanismos legais bem definidos para isso.

A historiadora se volta a correspondências entre figuras políticas como forma de mapear os sentidos sócio raciais compartilhados que atravessaram as decisões tomadas. Havia um frequente vínculo comercial entre a Bahia e Lagos (de onde vinham os comerciantes africanos), o que contribuía para que existisse uma identidade transatlântica sobre quem vinha de Lagos, isto é, a inferioridade nagô/iorubá e, por isso, procurava-se impedir que aqueles sujeitos acessassem a cidade enquanto homens livres. A interferência da coroa britânica foi a única forma de resolução do problema com a soltura dos comerciantes.

A partir da leitura de Albuquerque (2009), percebe-se tanto a mobilização de artifícios jurídicos e políticos para interditar as gentes de cor, quanto a forma como pensavam a subalternidade negra influenciava na manutenção de impedimentos para a integração social de negros e negras em Salvador.

Há ainda a possibilidade de pensar especificamente as dinâmicas de trabalho, costume e suas transformações durante o imediato pós-abolição. Voltando-se ao Recôncavo baiano, Walter Fraga Filho (2006) produziu um exaustivo estudo que, através de metodologias próprias da História Social, como a ligação nominativa, conseguiu narrar a experiência de alguns grupos de libertos, demonstrando as experiências desses grupos durante os anos finais do século XIX e início do século XX.

A pesquisa de Fraga (2006), perguntando pela experiência de emancipação, aponta para como o fim da escravidão influenciou na alteração das conformações camponesas nos entornos dos engenhos do Recôncavo. O historiador descreve várias formas de articulação da sobrevivência executada por libertos no período. Houve quem se afastasse da influência do antigo senhor, houve quem permanecesse ligado aos laços familiares e territoriais estabelecidos ao longo do escravismo e, também, aqueles que construíram redes de comércio entre vários pontos do Recôncavo.

O processo de consolidação das comunidades negras camponesas como continuidade das bases colocadas pela estrutura escravista é uma importante evidência das condições de trabalho ofertadas no período. Isso porque, diferente da abordagem de Fernandes (1978), por exemplo, que apontava apenas para processos de subalternização, a narrativa de Fraga torna evidente as reatualizações, disputas, negociações sobre os regimes de desigualdade praticados.

Para além da *brecha camponesa* e do sistema de roças enquanto estruturas de dominação, Fraga (2006) aponta para comunidades de libertos que, ainda que permaneçam aproximados e com relações com seus ex-senhores, reivindicam e disputam cotidianamente a condição de livres. Estão ali comunidades, redes de solidariedade estabelecidas agora sob outro formato de produção, de construção, organização e experimentação do espaço que não mais pertencentes as bases escravistas, ainda que em relação com seus ex-senhores. Fraga procura chamar atenção, ao mesmo tempo, às permanências e rupturas de alguns fatores da escravidão nas relações construídas pelos libertos camponeses.

Também falando do Recôncavo, mas, dessa vez, do Recôncavo Sul da Bahia, Edinéia Souza (2016) também se ocupa rastrear os últimos escravizados e seus descendentes que viveram entre os anos finais do escravismo e as primeiras décadas do século XX. Tal como em Fraga (2006), sentidos de autonomia também circulavam entre libertos do Recôncavo sul.

Mais situada entre os estudos do pós-emancipação, as preocupações de Souza (2016) se aproximam mais na identificação das rupturas que das permanências.

Assim como apontou Rebeca Scott em suas reflexões sobre o pós-emancipação nas Américas, observei que naquela localidade baiana as relações de dependência não correspondiam estritamente à velha divisão entre senhor e escravo, mas se expandiram em direções variadas e com significados próprios, numa lógica informada por uma sociedade que, paulatinamente ia se constituindo por empregados e empregadores, patrões e clientes, fazendeiros e outras categorias de proprietários rurais (SOUZA, 2016, p. 189).

Dessa forma, através dos rastros ofertados pelas experiências de libertos, ela constrói uma narrativa que elenca as complexidades da realidade social que se estabelecia naquela região. Os “mundos do trabalho” abordados por Souza (2016) abrigavam formatos de produção dos mais variados. O rural, o urbano, a roça, a feira livre, o campo e a cidade estavam continuamente interligados pelas mobilidades de escravizados e libertos.

Tal como em Fraga (2006), o acompanhamento das trajetórias daqueles sujeitos apontou para experiências variadas. Houve quem, ocupando funções das mais diversas, permanecesse nos antigos redutos senhoriais e, também, quem arriscasse a possibilidade de se estabelecer nas cidades. Diferentes táticas foram utilizadas para garantir a sobrevivência e alcançar níveis de cidadania.

Tal como em Albuquerque (2009) que apontava para a mal recebida, porém persistente presença negra em espaços de privilégio intelectual, Souza (2016) também identificou trajetórias de sujeitos que, entre testamentos e inventaram, deixaram legados materiais para seus herdeiros. Apesar de pouco comum e o reduzido número de sujeitos africanos com bens testados, os casos levantados serviram para que a historiadora demonstrasse indícios das diversidades e do caráter dinâmico do universo em que circulavam africanos e crioulos no fim da escravidão brasileira.

A partir desse caráter dinâmico e do universo de circulação apontados, a pesquisa de Souza (2016) aponta para cenários sociais de interação, locais de encontros, de fofocas, de diversões, bem como espaços de intersecção entre o rural e o urbano. A construção, pelos libertos, desse espaço de ligação procura atentar-se aos regimes de autonomia e protagonismo histórico desses sujeitos.

Saindo do recôncavo e adentrando aos sertões, logo na entrada do sertão baiano, na cidade de Feira de Santana, a experiência de libertos também foram mapeados. A partir disso, os reajustes do mundo do trabalho também foram descritos, considerando as especificidades produtivas das dinâmicas específicas da região.

Mayara Silva (2018) se volta a região da Feira de Santana, entre os anos 1890 e 1930, para investigar as experiências de descendentes de escravos, libertos e migrantes cientes da nova condição jurídica resultante do fim do escravismo. A historiadora apresenta um cenário de ocupação da terra, naquela região, vinculadas, sobretudo, a pequena lavoura. Para ela, as experiências construídas antes da abolição estavam intimamente relacionadas com a estrutura fundiária observada de pequenas e médias propriedades ocupadas por agregados, rendeiros e meeiros.

Os inventários autorizam a Silva (2018) identificar os perfis de ocupação fundiária da região e, a partir disso, ela aponta como as relações de trabalho encontravam-se atravessadas por heranças escravistas mesmo algumas décadas após o fim do escravismo. Novos laços de dependência se instituíram, a transição ocorrida se efetivava na mudança da condição de senhor/cativo para fazendeiro/agregado. O que não descarta a construção da autonomia deles em busca da sobrevivência. Ela apresenta na possibilidade da mobilidade, no trabalho na terra, entre outros fatores como marcadores da autonomia de lavradores pretos e pobres na Feira, o que abrigava também sentidos raciais.,

As configurações de ocupação da terra influenciaram os modos de fazer das populações negras rurais daquela região. A autonomia sobre a produção rural de subsistência inseriu o sertão baiano também nas formatações de campesinato negro comuns entre escravizados, libertos e quilombolas no Brasil. O sistema de roças, comum no período escravista e, especialmente demonstrado no imediato pós-abolição (GOMES, 2015), autorizava formulações comerciais que ultrapassavam os limites das fazendas.

Dessa forma, o trabalho de Silva (2018) oportuniza a observação de dinâmicas autônomas de sobrevivência a partir do trabalho agrícola e da comercialização de excedentes. Chama atenção para o protagonismo negro na construção da experiência histórica desses sujeitos, alinhando-se com as abordagens teórico metodológicas dos historiadores sociais do imediato pós-abolição.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo retomou o extenso debate há tempos produzido e demandado pela sociedade brasileira em torno da trajetória histórica do negro no Brasil. Foi situado que, ao longo da história, intérpretes diversos produziram leituras distintas sobre a situação da população negra, a partir de abordagens distintas.

Entre os movimentos destacados pelo artigo para abordar a história do negro no Brasil, estava a abordagem marxista da década de 1960/1970. Representada pelo trabalho do sociólogo

Florestan Fernandes, onde se percebeu uma abordagem estruturalista, atenta aos regimes de desigualdade estabelecidos. Fernandes esforçou-se em sustentar a hipótese de que a população negra, mesmo com o desenvolvimento do capitalismo industrial, ficou legada a uma condição de marginalidade por não obter os mecanismos psicossociais de integração ao cenário de trabalho que se consolidava.

A segunda abordagem citada, hoje hegemônica, é a da História Social da Escravidão e do Pós-Abolição. Hoje campo temático amplo e consolidado através de múltiplas pesquisas que tratam de perguntas e temáticas das mais variadas. Aqui foram apresentados trabalhos que se voltam a região de São Paulo e da Bahia, ambas alinhadas com o protagonismo negro na construção da experiência histórica daqueles sujeitos.

Dessa forma, conclui-se ratificando a importância das contribuições ofertadas pelos debates produzidos pelos intérpretes da história do negro no Brasil. Destaca-se, também, como as abordagens produzidas pela História Social oportunizaram múltiplos questionamentos e investigações sobre a população negra, devido sua abordagem de mapeamento da experiência dos subalternizados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Wlamyra. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BALABAN, Marcelo. LIMA, Ivana Stolze. SAMPAIO, Gabriela dos Reis (Org.). **Marcadores da Diferença: raça e racismo na História do Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2019.
- COOPER, Frederick. **Além da Escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- CUNHA, Olívia; GOMES, Flávio. **Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- DIAS, Maria Odila L. S. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2 ed. Ver. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- DOMINGUES, Petrônio. GOMES, Flávio. **Políticas da Raça: Experiência e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca**. São Paulo: Editora Ática, 1978.
- FILHO, Walter Fraga. **Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870 - 1910)**. Campinas, CP: Editora da UNICAMP, 2006.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos: Uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. **Classes, raça e democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio a Universidade de São Paulo/Editora 34, 2002.

MAIO, Marcos Chor (org.) **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

PACANO, Fábio Augusto. **O forjar da modernidade: Piracicaba e a belle époque caipira (1889 – 1930)**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 2018.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SILVA, Mayara Plácido. **„Revolução sem sangue“ na „decantada pátria de Lucas“: Experiência de trabalhadores/as negros/as e migrantes no pós-abolição. Feira de Santana (1890 – 1930)**. Tese (doutorado). Universidade Federal da Bahia (UFBA), Programa de Pós Graduação em História. Salvador, 2017.

SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. **Travessias e tramas: fragmentos da vida de africanos e afro-brasileiros no pós-abolição – (1888 – 1930)**. Salvador: EDUNEB, 2016.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NINGUÉM AQUI É BOM: JUVENTUDE NEGRA E A LUTA POR DIREITOS¹

NOBODY HERE IS GOOD: BLACK YOUTH AND THE FIGHT FOR RIGHTS

Bruna Gabriella Santiago Silva²
Bruno Silva de Oliveira³
Jessicalen Conceição de Oliveira⁴

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo apresentar as ações dos movimentos negros brasileiros contra o genocídio da juventude negra focando, assim, situando o modo de atuação do projeto *Batalha do Pedregal*. A pesquisa utilizou falas dos membros do projeto obtidas por meio de aplicação de questionário *on-line*. Para embasar nossa discussão alguns conceitos serão aqui utilizados: *centro e margem*, discutido por bell hooks (2019) e a concepção do movimento negro, de Nilma Lino Gomes (2018). Por fim compreendemos que as ações do projeto, por meio de intervenções artísticas, poesia marginal e luta pelos direitos básicos como acesso à educação, possibilidades de trabalho e combate ao COVID-19, tem como principal objetivo resistir a invisibilização que é imposta para a população negra e periférica do nosso país.

Palavras-chave: juventude negra; slam; Batalha do Pedregal; racismo.

ABSTRACT: This article aims to present the actions of Brazilian black movements against the genocide of black youth, thus focusing on the mode of action of the *Batalha do Pedregal* project. The research used statements by project members obtained through the application of an online questionnaire. To support our discussion, some concepts will be used here: center and margin, discussed by bell hooks (2019) and the conception of the black movement, by Nilma Lino Gomes (2018). Finally, we understand that the project's actions, through artistic interventions, marginal poetry and the fight for basic rights such as access to education, job possibilities and the fight against COVID-19, have as their main objective to resist the invisibilization that is imposed on the population black and peripheral of our country.

Keywords: black youth; slam; Battle of Pedregal; racism.

¹ O presente artigo é fruto de pesquisas desenvolvidas no ano de 2020, assim, o texto situa o projeto Batalha do Pedregal e seu núcleo de organizadores naquele contexto.

² Doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

³ Mestrando em História pela Universidade Federal de Sergipe – UFS.

⁴ Conselheira da Cultura Afro-brasileira em Campina Grande, Paraíba; Educadora social; Poetisa marginal; Coordenadora geral do projeto social Batalha do Pedregal e do projeto Slam na escola.

A JUVENTUDE NEGRA NO BRASIL: OPRESSÃO E RESISTÊNCIA

O quilombo é um avanço, é produzir ou reproduzir um momento de paz. [...] A resistência. Uma possibilidade nos dias de destruição. (NASCIMENTO, 2018, p. 190).

A *Batalha do Pedregal*⁵ é uma expressão do movimento negro na cidade de Campina Grande – PB composta, em sua maioria, por jovens. A batalha concatena diversas expressões de resistência ao racismo, classismo, lgbtfobia e o sexismo. Esses jovens buscam fazer do espaço de opressão que estão inseridos, um ambiente de resistência. A partir dos dados, podemos construir um panorama sobre a juventude negra no nosso país e seus limites entre vida e morte, ou seja, a trajetória histórica de luta e resistência do movimento negro brasileiro, no qual situamos a organização que tem como principal local de ação o bairro do Pedregal.

Ser um jovem negro no Brasil é ter a certeza de que a vida será mais difícil, isto é, ter direito à vida constitui num grande desafio nesse país. De acordo com o último senso publicado pelo IBGE⁶, o maior índice de violência ocorre sobre os corpos da juventude brasileira. O senso aponta que a maior taxa de homicídios no Brasil incide entre a população jovem de 15 a 29 anos de idade. Por isso, temos uma juventude que vive sobre o signo da morte, contudo ela possui raça e classe, como aponta a pesquisa:

De fato, no Brasil, a taxa de homicídios foi 16,0 entre as pessoas brancas e 43,4 entre as pretas ou pardas a cada 100 mil habitantes em 2017. Em outras palavras, uma pessoa preta ou parda tinha 2,7 vezes mais chances de ser vítima de homicídio intencional do que uma pessoa branca. A série histórica revela ainda que, enquanto a taxa manteve-se estável na população branca entre 2012 e 2017, ela aumentou na população preta ou parda nesse mesmo período, passando de 37,2 para 43,4 homicídios por 100 mil habitantes desse grupo populacional, o que representa cerca de 255 mil mortes por homicídio registradas no Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM, do Ministério da Saúde, em seis anos (IBGE, 2019).

A pesquisa nos mostra que a taxa final dos números de homicídios não seria o único índice em que a juventude negra é afetada diretamente. Ela aponta um panorama geral com dados sobre o mercado de trabalho, educação, condições habitacionais, distribuição de rendimentos e diversos tipos de violências que perpassam esses corpos. Descortina-se, através

⁵ O título do projeto faz referência ao bairro em que atua, Pedregal. Trata-se de um bairro periférico localizado na cidade de Campina Grande, Paraíba.

⁶ Senso do IBGE, 2019. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html>

dos dados e da condição de vida dessa população um século depois da abolição da escravatura, qualquer resquício que ainda possa existir sobre um mito da democracia racial no Brasil⁷.

Em consonância com pensamento de Abdias Nascimento (2016) podemos falar que temos em curso um *genocídio do negro brasileiro*, o qual atua através dos processos de uma extensa reserva de imaginários culturais depreciativos em relação aos corpos negros, atrelando a pretensa busca pelo branqueamento, aculturação, mortes físicas e simbólicas. A negação da vida e do bem viver da população negra não se resume, assim, à morte física, mas, também, à morte social e cultural dessa parcela da sociedade.

Dentro desses aspectos de mortes, sejam elas físicas e/ou simbólicas, os corpos negros são atingidos por violências que buscam exterminá-los e silenciá-los. Grada Kilomba (2019), ao fazer um exame da memória e do trauma, aponta a modernização do colonialismo no processo de silenciar o sujeito negro fazendo uso, como metáfora, a máscara de flanders⁸ para pensar o direito à fala e o cerceamento desta. Assim, o negro tinha sua voz silenciada. O que suscita seu questionamento: o que a população negra tem a falar que os brancos não querem ouvir? (KILOMBA, 2019, p. 34-39).

Assim, podemos compreender o poder da voz, da escrita e o medo de que a população negra articulada seja ouvida. Na sociedade brasileira, a produção de conhecimento negra passa por um processo de genocídio (NASCIMENTO, 2016) que tem em uma de suas expressões o epistemicídio (CARNEIRO, 2005). Abdias Nascimento e Sueli Carneiro estão em diálogo ao apontarem o apagamento e assimilação da produção de conhecimento da população negra como parte integrante do processo de aniquilamento e silenciamento. Epistemicídio seria, portanto, o processo de indigência cultural que ultrapassa a anulação e desqualificação do conhecimento de povos subjugados (CARNEIRO, 2005, p. 97). Ele nega o acesso à educação, deslegitima a capacidade cognitiva, compromete a autoestima, fere a racionalidade do subjugado e prejudica sua capacidade de aprender.

Como reação a essas ações de anulação e desqualificação de produção de saberes e protagonismos da história desse povo é preciso destacar a importância do Movimento Negro.

⁷ O mito da democracia racial faz parte de uma política ideológica que afirma que o Brasil é um país onde o racismo não existiria em decorrência da coabitação as três raças – indígenas, negros e brancos de forma harmônica. Essa teoria foi superada diante de inúmeros esforços dos movimentos negros e indígenas para denunciar o racismo na sociedade brasileira.

⁸ Uma máscara feita com folhas de flanders que impedia o escravizado de comer e falar. Anastácia foi uma mulher negra escravizada e sua imagem, usando a máscara, ficou bastante conhecida. Foi santificada no Brasil e é cultuada como santa e heroína.

Conforme Nilma Lino Gomes (2018), essa importância está no processo de reconstruir identidades, trazer indagações, ressignificar e politizar conceitos sobre si mesmo e sobre a realidade social, sendo assim, um sujeito político produtor e produto de experiências sociais diversas (GOMES, 2018, p. 28).

Assim, esse sujeito político marginalizado desenvolve nas margens um processo radical de resistência. bell hooks (2019) aponta que estar à margem nos permite a criação de um discurso contra hegemônico que não se encontra nas palavras, mas, sim, nos hábitos de existência (HOOKS, 2019, p. 289). Assim, estar à margem é desenvolver esforços para sobrevivência de si e do coletivo. É neste sentido de resistência, mesmo em processo de marginalização, que se desenvolvem os movimentos negros brasileiros.

Segundo Petrônio Domingues, movimento negro “é toda a somatória de esforços dos negros na perspectiva de resolver seus problemas em sociedade, particularmente, os advindos da questão racial” (2020, p. 134). A história de luta e resistência da população negra no Brasil se inicia desde o aporte do primeiro navio negreiro em nossas terras, lutas que se deram nos quilombos, nas *plantations*, nas senzalas e na resistência cotidiana dessa população. Lutas que serviram de base ancestral para o desenvolvimento dos movimentos negros contemporâneos no pós-abolição.

O autor (2007) pontua três fases distintas de formas organizacionais do movimento negro brasileiro que data de 1889 até os anos 2000⁹. Em mais de um século de luta, temos a constante mobilização contra o mito da democracia racial e o reconhecimento do racismo no Brasil, isto é, formas organizacionais e estratégicas dentro de cada temporalidade por acesso à educação, ao mercado de trabalho e acesso jurídico. Podemos concluir junto ao autor que, em comum as três gerações, estão a luta contra o racismo à brasileira¹⁰ e busca pelos direitos fundamentais para a população negra.

Ao pensarmos o movimento negro contemporâneo, vemos seu surgimento no final da década de 1970, no contexto de “abertura política” durante a ditadura militar. Um período em

⁹ O historiador faz a seguinte divisão cronológica: a primeira fase do movimento negro se inicia com o advento da República 1889 – 1937, a segunda fase do Movimento Negro organizado na República de 1945 – 1964, a terceira fase com a abertura política do regime ditatorial marcando de 1978 – 2000.

¹⁰ No Brasil as organizações negras enfrentaram uma árdua luta para denunciar o racismo no Brasil, segundo Petrônio Domingues todas as fases do movimento negro possuem em comum a denúncia sistêmica do mito da democracia racial.

que diversos agentes sociais – trabalhadores, mulheres, LGBTs¹¹ entraram em cena e se rearticulam coletivamente (DOMINGUES, 2020, p. 134). É entre o final da década de 1970 e os anos 2000 que o movimento negro se articula, em âmbito nacional, enquanto MNU¹², e com institutos, ONGs, e coletivos¹³.

A partir dos anos 2000 o autor lança uma hipótese interpretativa de uma possível quarta fase do movimento negro. Essa fase estaria marcada com a entrada na cena cultural do hip-hop que estava surgindo, nas periferias, com uma nova forma de expressão da linguagem. A linguagem rebelde da juventude afro-descendente era utilizada a seu favor na criação de letras e rimas que expressavam protestos, se articulavam com outros setores marginalizados e reafirmavam a identidade negra (DOMINGUES, 2007, p. 119). No entanto, o autor alerta para o fato de ser um processo que ainda estava em curso e aponta a presença de pessoas não negras na cena do hip hop, ainda sendo um movimento desprovido de um programa político e ideológico mais amplo para o combate ao racismo (DOMINGUES, 2007, p. 120).

É juntamente a Petrônio Domingues que propomos um novo olhar que busca abranger essa hipótese para pensarmos o movimento negro na atualidade. As cenas de hip-hop e de rap se confirmam enquanto espaço radical de contestação da ordem social. Se espalham as produções que contestam as desigualdades de raça, classe e gênero. É nesse cenário que surgem as batalhas de Slam¹⁴ as quais crescem por todo Brasil dentro das periferias como um grande grito antirracista, antissexista e anticlassista. Atrelando a ideia de negros em movimento, que também são movimentos negros (GOMES, 2017), situamos a *Batalha do Pedregal*.

A *Batalha do Pedregal* é uma organização social que surge nas praças partir das batalhas de Slam. Sem fins lucrativos, surgiu com o objetivo de entretenimento de jovens da periferia da cidade de Campina Grande, Paraíba. Com a adesão cada vez maior dos moradores do bairro do Pedregal a batalha desenvolve outras atividades voltadas para educação, profissionalização, anti-cárcere da juventude negra e empoderamento dos jovens desta localidade. Idealizada por

¹¹ LBGT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), sigla utilizada para se referir a uma comunidade ou movimento. Comumente em discussão, tem-se siglas mais atualizadas visando enquadrar a diversidade sexual e de gênero.

¹² O MNU - Movimento Negro Unificado foi fundado em 18 de 1978 e marca o retorno de um movimento negro organizado na cena política do país.

¹³ Nesse período temos um importante avanço na constituição de coletivos e Organizações não Governamentais - ONGs como a criação do Coletivo Nzinga, Instituto Geledés, Grupo de Mulheres Negras Dandara do Cerrado, são algumas entre inúmeras organizações.

¹⁴ Batalhas de poesia falada que surgiu nos Estados Unidos na década de 1980, no entanto, no Brasil a inserção do Slam se dá em 2008 por intermédio da slamer Roberta Estrela D'Alva, através do ZAP! Slam (Zona Autônoma da Palavra) na cidade de São Paulo.

jovens periféricos e pretos, a batalha vem cumprindo a função social histórica do movimento negro que é lutar contra todas as formas de genocídio da população negra.

A BATALHA DO PEDREGAL: O GRITO DA/NA PERIFERIA.

Nilma Lino Gomes aponta o potencial educador do movimento negro brasileiro trazendo uma tradução intercultural entre o campo acadêmico e a população negra pobre, que ainda não ocupa esse espaço em grandes percentuais, como uma forma de articular superações do racismo. Aqui também analisamos o caminho inverso. É a partir da atuação da *Batalha do Pedregal* que observamos a prática da intervenção do movimento negro, introduzindo conceitos à comunidade periférica a partir de uma linguagem própria. Como vozes e corpos anônimos “atuam na superação do racismo e na afirmação da identidade, dos valores, do trabalho, da cultura e da vida da população negra” (GOMES, 2018 p. 18). Para a mesma autora, o movimento negro levanta:

discussões sobre o racismo, discriminação racial, desigualdade racial, crítica a democracia, gênero, juventude, ações afirmativas, igualdade racial, africanidades, saúde da população negra, educação para relações étnico-raciais, intolerância religiosa contra as religiões afro-brasileiras, violência, questões quilombolas e antirracismo (GOMES, 2018, p. 17).

Aqui buscamos demonstrar como a *Batalha do Pedregal*, sendo um movimento urbano movido por jovens, intersecciona demandas da comunidade com as questões historicamente levantadas pelos movimentos negros brasileiros. Faz-se importante frisarmos que as discussões entre racismo, gênero, democracia, educação, por exemplo, são debates que veem fazendo parte de uma práxis política negra pela luta por uma democracia efetiva para a população negra¹⁵ atuando no enfrentamento do racismo.

Entendemos, assim, que o racismo brasileiro não está apenas nas ações diretas da estrutura do Estado, ele também atua no cotidiano da nossa sociedade, nas relações sociais dos sujeitos, afetando subjetividades, construindo coletivos. O movimento é um importante ator político que constrói, sistematiza e articula saberes emancipatórios, como acontece na *Batalha do Pedregal*.

Esse projeto social se enquadra nesse processo de vetor para uma educação popular não somente de sua comunidade, como da sociedade desta cidade. Esses jovens organizam eventos

¹⁵ Na obra *Democracia da Abolição* (2009), Angela Davis aponta para o fato de que ainda se faz necessário uma segunda abolição para abolir com os resquícios coloniais da democracia liberal.

que ocorrem no bairro e que se estruturam em cinco momentos: a abertura, feita pela batalha de passinho do brega funk¹⁶; primeira fase da batalha de conhecimento; batalha de slam; rodada final da batalha de conhecimento e o “mic aberto”: um espaço de participação do público em geral para apresentação livre. A batalha do conhecimento, que surge como uma reação ao que era discutido em outras batalhas onde reforçavam momentos de violência e preconceitos, é um grande diferencial desse movimento. Foi criada para introduzir temas como racismo, gordofobia e sexismo, por exemplo, o que estimulou os participantes a estudarem e debaterem as temáticas, construindo uma nova consciência racial e social.

É a partir desse aprimoramento e acréscimos das demandas sociais do bairro que a *Batalha do Pedregal* muda sua atuação vindo a implementar oficinas de autoafirmação de negritudes; projetos de combate à COVID-19; auxílio na arrecadação de cestas básicas e material escolar para membros da comunidade. As atividades desenvolvidas preocupam-se com a formação desses jovens possibilitando o acesso à cursos que trabalham temas como feminismo e trajetória negra no Brasil, Comunidade LGBTQI+ e cultura hacker com o objetivo de apropriação digital da favela.

Para compreendermos a estrutura organizacional da Batalha do Pedregal é importante que saibamos quem são seus organizadores, interesses e motivações, bem como o perfil social. Através do questionário eletrônico¹⁷ aplicado obtivemos respostas de quatro membros sendo eles: Jessicalen Conceição, Yochan Beck, Priscila Gabriela e José Jonathan.

Nascido no Rio de Janeiro, em 13 de outubro de 1987, Yochan Beck, chegou à cidade de Campina Grande há cerca de dois anos. Passou a residir no bairro do Pedregal recentemente, há três meses¹⁸. Atualmente, exerce a função de Coordenador de Atividades do projeto Batalha do Pedregal. Antes de vir a morar no atual bairro residia em um bairro vizinho, o que já lhe permitia o contato com este. Quando questionado sobre como surgiu a ideia do projeto, responde:

Sempre tive interesse em iniciar projetos culturais e educativos na favela, no RJ já tinha criado algumas atividades com jovens, através de uma escolinha de skate. Aqui em Campina senti a necessidade de produzir uma cena cultural, pela escassez dessas atividades nas periferias, e daí nasceu a ideia, produzir uma batalha de rimas na periferia (BECK, 2020).

¹⁶ Batalha de passinho é um momento de dança e competição. O brega funk é um ritmo musical que chama bastante atenção das crianças e da juventude e foi usado pela batalha como possibilidade de atrair esse público.

¹⁷ As transcrições serão feitas de forma literal a partir dos dados coletados.

¹⁸ Residente do bairro desde o ano de 2020.

A ideia de organizar a Batalha do Pedregal parte não somente a partir do momento em que ele tem o contato com o bairro, trata-se de uma iniciativa que já vinha sendo desenvolvida desde sua vivência em favelas do Rio de Janeiro. Um elemento importante que aponta é a escassez de atividades culturais dentro desses espaços a fim de estimular e ouvir os jovens que produzem suas manifestações culturais nas periferias. No documentário *Muito além do que se ver*, Yochan Beck pontua que a batalha de rima existia em outras periferias, mas que ainda não se fazia presente no Pedregal. Algumas questões contribuíram para que essa ideia se formasse, ele aponta que:

Tive experiências bem complicadas enquanto morava na periferia do RJ, perdi minha mãe de uma forma brutal, vi minha irmã, irmãos, primos se envolverem com caminhos errados. A falta de suporte a criança e adolescente, principalmente na favela é um dos maiores obstáculos para se desenvolver e conquistar avanços, na educação, na arte, na vida de modo geral. [...] Eu precisava agir, não conseguiria viver em paz sem me envolver diretamente com a criação de oportunidades culturais, ainda que sejamos apenas uma rede de apoio, pilhei um monte de gente artista, minha companheira principalmente e quando a gente se deu conta, o projeto já tinha sido essencial para algumas pessoas... (BECK, 2020).

As palavras de Yochan Beck são profundas quando expõe sua experiência na periferia onde o apoio e acesso à educação e a cultura são deficitários. As perspectivas de mudanças daqueles que residem nessas regiões acabam por serem fragilizadas. Trata-se de sujeitos que não dispõem dos mesmos acessos que outros grupos sociais com acesso a melhores condições financeiras. Sujeitos que não possuem o mesmo nível de assistência por parte do Estado, ocasionando, portanto, numa desigualdade quando estes se deparam com o mercado de trabalho, por exemplo. É possível observarmos como esse déficit impacta na vida dessas famílias, não só de forma a negar direitos básicos como, também, vindo a estimular que grupos de pessoas dentro das comunidades se organizem em prol de suprir, ou minimizar, as ausências que deveriam ser assistidas pelo Estado.

Para compor a dupla fundadora, Jessica Conceição de Oliveira logo embarcou na ideia de seu companheiro, atualmente sendo responsável pela Coordenação Geral do projeto. Nascida em 21 de abril de 1993 e natural de Abreu e Lima – Pernambuco é filha de comerciantes. Ainda criança trabalhou nas ruas tanto na coleta de material reciclável como na venda de bebidas, junto aos seus pais, em festas que ocorriam na cidade em que residia e cidades circunvizinhas. Também chegou à Campina Grande, Paraíba, há cerca de dois anos e reside no bairro do

Pedregal junto com Yochan Beck. Ao perguntarmos sobre o surgimento e desenvolvimento da ideia, ela nos diz que:

Um dia Beck me disse: seria massa uma batalha de rap aqui no pedrega né, bota tentar? Eu achei massa mas fiquei preocupada com nosso tempo e nosso futuro financeiro, achava que podia tomar muito o nosso tempo e que isso nos afetaria financeiramente. Dito e feito, estamos cada vez mais pobres por não receber pelo projeto e investir muito no mesmo, mas a batalha me afetou tão positivamente em minha alma que nenhum dinheiro é capaz de pagar a gratidão de ter topado. Quando começamos a pensar em como seria a batalha o primeiro objetivo eram as crianças e os adolescentes (OLIVEIRA, 2020)

Ao reforçar a ideia inicial proposta por Yochan Beck, as palavras de Jessicalen Conceição nos chamam atenção para uma outra questão: a situação financeira. Como pontuado anteriormente, a situação nas periferias proporciona organização interna de grupos frente às suas necessidades. Contudo, são grupos de moradores que dispõem de pouco ou nenhum recurso financeiro que permita desenvolver atividades/projetos a partir de demandas locais. Trata-se de um investimento sem retorno capital, pois, o objetivo é instrumentalizar essa população, sobretudo de crianças e jovens, com o acesso e apoio a educação e cultura. A importância de projetos sociais nesses espaços fica muito claro quando relata que:

Depois de um tempo lembrei que eu fiz parte de um projeto social quando criança, fazia teatro e me sentia atriz. Isso falou muito comigo, eu faço hoje o que alguém fez comigo no passado, democratizo os acessos ao debate, a cultura, a arte e isso me move atualmente (OLIVEIRA, 2020).

A ação social não consiste, portanto, em algo paliativo para aquele momento. Ela pode contribuir para o desenvolvimento de práticas futuras, como discorre Jessicalen Conceição, que visem contribuir com a democratização de acessos a questões ligadas à cultura e arte, por exemplo. O interesse em trabalhar com crianças e adolescentes reflete o contato que teve, ainda na infância, com projetos que contribuíram para o desenvolvimento de uma nova perspectiva de si, “fazia teatro e me sentia atriz” (OLIVEIRA, 2020).

Juntamente à Jessicalen Conceição, temos a presença de Saulo Rosa Lima, o qual exerce a função de Vice Coordenador Geral. Nascido no dia 25 de junho de 1971, sendo natural desta cidade e residente do bairro do Pedregal desde 1981, veio tomar conhecimento da existência do projeto a partir do contato em seu local de trabalho, salão de cortar cabelo localizado no mesmo bairro em que reside, a partir de interações com seus clientes.

Outras pessoas vieram a integrar o núcleo organizacional da Batalha do Pedregal, como é o caso de Priscila Gabriela Rocha Silva, Coordenadora de Atividades (auxilia na organização de oficinas, ações sociais e outros). Nascida no dia 06 de dezembro de 1990 e natural da cidade

de Campina Grande – PB. Embora sua residência estando localizada em um bairro vizinho, ela nos conta que seu contato com o Pedregal ocorreu ainda jovem. Ao ser questionada sobre como tomou conhecimento da Batalha do Pedregal, relata que:

Eu conheci a batalha do Pedregal através de Jessica, ela me convidou a participar de uma oficina de autocuidado que a batalha estava promovendo com as crianças e adolescentes do Pedregal a um ano atrás, desde lá comecei a fazer parte da batalha também ajudando em tudo que está ao meu alcance (SILVA, 2020).

E completa sobre o que a teria levado a contribuir com o projeto: “Pela a importância que o projeto tem na comunidade, podemos alcançar as famílias com vários projetos diferentes, assim podendo ser um diferencial na vida deles” (SILVA, 2020). A promoção dessas atividades começa a criar uma rede de sujeitos que se organizam nessas ações que são formas de reivindicação, de contestação de direitos básicos os quais o acesso ainda é deficitário. Priscila Gabriela corrobora com a importância dessas articulações quando relata a possibilidade de “ser um diferencial na vida” (SILVA, 2020) das famílias alcançadas pelo projeto.

Essa também é a perspectiva de José Jonathan Ferreira, o qual ocupa a função de Organizador da Juventude. Natural desta cidade e residente do bairro do Pedregal desde toda sua infância e tendo nascido no dia 09 de outubro de 1996. Quando questionado sobre como tomou conhecimento da Batalha do Pedregal ele relata que “Primeiro eu fui para uma batalha aí Beck teve a ideia de fazer a batalha do Pedregal” (FERREIRA, 2020).

Existe uma interação entre indivíduos que não se limita aos moradores do bairro do Pedregal, o que podemos atestar a partir do núcleo organizacional do projeto. Alguns elementos comuns contribuíram para que essa relação fosse possível, como é a falta de incentivo à cultura/produção cultural e as dificuldades do acesso à educação de qualidade que não se restrinja a conteúdos de base curricular. Percebemos o interesse coletivo, a partir do momento em que enxergam e compreendem os problemas e déficits no meio em que estão inseridos, de se organizarem em prol de ações que busquem contribuir para que mudanças sociais ocorram. Tais ações partem da instrumentalização desses moradores a partir da democratização do acesso a alguns elementos, tais quais o debate, a cultura, e a arte, conforme pontua Jessicalen Conceição.

AQUI É DO PASSINHO AO POETA MARGINAL

Quando a Batalha do Pedregal inicia suas atividades com as batalhas de rima em praças do bairro, começam a surgir a necessidade de ampliar essas iniciativas a fim de incluir outros públicos. Nesse sentido o passinho (dança caracterizada pelo mover da cintura projetando-a para frente de forma consecutiva) acaba por ser englobado quando, na realização de uma dessas atividades de rima, uma criança que estava no local dançando o passinho questiona se não poderia colocar uma música para que ela, e outros, pudessem dançar, o que acaba acontecendo.

A interação que essas atividades passam a ter com a comunidade nos mostra como o passinho, por exemplo, envolve não só os jovens presentes como também famílias, as mães na maioria das vezes. Em um dos relatos presentes no documentário *Muito além do que se ver é dito* que pais passaram a usar de artifícios como “se você não se comportar na escola, não irá para o passinho”, na tentativa de estabelecer uma relação educativa com a cultura da dança.

Essa experiência com o passinho e as poesias foram elementos importantes para a formulação do lema do projeto. A partir de dois jovens, a poetisa Aristéia e o poeta Joelison, que iniciaram participando de atividades do passinho e que atualmente escrevem suas poesias, surgiu a inspiração para o grito “Aqui é do passinho ao poeta marginal, qual é a batalha? Batalha do Pedregal!”. Aqui encontramos duas questões importantes, uma que já reforça o que discutimos anteriormente, que é o envolvimento de crianças e de como esse engajamento tem contribuído com o desenvolvimento em meio a essas interações que abordam diversas questões sociais, nesse sentido promovendo espaço para o exercício da criação de suas artes, a poesia.

A outra questão diz respeito a autoafirmação da marginalidade. São sujeitos colocados às margens e que desse espaço, que não se resume a questão geográfica, mas, também, social e cultural, produzem seus saberes que contestam o centro, lugar que se pretende hegemônico. Esse dialogo estabelecido por eles, marginalizados, com o centro, constitui em espaços de abertura radical, como nos diz bell hooks, a abertura dentro de uma cultura que se coloca como dominante na forma de tática de se manter vivo (HOOKS, 2019, p. 286-287).

Com o crescimento do projeto sua estrutura de atuação também precisou passar por reorganizações. No momento ele atua a partir de três frentes: cultura, social e educação. Na área cultural a atenção é voltada para a produção de artistas da periferia, produzindo portfolios e participando de eventos onde declamam suas poesias. Na área social a atuação tem se concentrado nos agentes de pandemia, ação social que parte da iniciativa da Batalha do Pedregal junto à jovens da comunidade para a produção e distribuição de materiais de higiene (sabão) e máscaras respiratórias.

O *agentes de pandemia*, o qual contou com incentivo do Fundo Baobá, consistia numa organização em que esses jovens saíam pelas ruas do bairro fazendo a entrega desses materiais bem como passando orientações acerca do que seria o covid-19 e quais os cuidados necessários para prevenção. Durante a realização das atividades um pequeno carro de som acompanhava e transmitia uma mensagem gravada pelos próprios jovens do projeto, e uma parte dizia:

Esse é o passinho do corona vírus, esse é o passinho do corona vírus; ele vei tá aí só pra acabar contigo, pega a visão na informação, pega a visão na informação; se tu não tem álcool em gel usa água e sabão, se tu não tem álcool em gel usa água e sabão; lave a mão, com sabão (Batalha do Pedregal – Agentes de Pandemia).

A terceira área é a educação. Nesse espaço uma das atividades desenvolvidas consiste na atuação em escolas da cidade, públicas e privadas, desde 2019 com oficinas pedagógicas de slam e rimas. Através da constatação do déficit dos jovens sobre alguns conteúdos e a não conclusão dos estudos, o projeto tem se articulado, também, em prol do PRÉ-ENCCEJA, onde cursos estão sendo desenvolvidos dentro de diversas áreas (questão racial, gênero e sexualidade, informática e outros), os quais serão disponibilizados gratuitamente aos jovens da comunidade. Ainda para o PRÉ-ENCCEJA, a Batalha do Pedregal tem recolhido doações de material eletrônico (computadores, celulares e outros) usados, em parceria com a FUNESC, os quais irão passar por manutenções e colocados à disposição desses jovens, atualmente no espaço da residência de Jessicalen Conceição e Yochan Beck tida enquanto sede do projeto, para que eles possam ter acesso a partir de suas demandas (cursos online, participação de eventos online, inscrição em editais, elaboração de portfólio e outros).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Maria Beatriz Nascimento (2018) nos fala que o quilombo é um avanço, é também, sapiência, sabedoria e continuidade de vida. O quilombo é também resistência e possibilidade de criar um momento feliz quando o inimigo é poderoso (NASCIMENTO, 2018, p. 190). A historiadora ainda complementa que estando um negro com outro negro, o negro consigo mesmo ou com o branco que não seja opressor, isso já é um quilombo (ibidem). A ideia de estar em quilombo ultrapassa a ideia de uma região geograficamente estabelecida em alguma temporalidade do passado, quilombo é ser e estar, estar entre os aliados e ser uma coletividade.

Desde o pós-abolição a população negra vem se organizando para superar as desigualdades sociais promovidas pelo colonialismo, as organizações são e foram diversas,

desde as irmandades negras, grêmios, associações, bailes, bailes blacks, coletivos, imprensa negra – são expressões de articulações desses movimentos (DOMINGUES, 2007) que, assim como os quilombos, surgem enquanto uma forma de resistência.

Quando falamos dos movimentos negros contemporâneos e situamos a Batalha do Pedregal enquanto uma organização de jovens, pretos, pardos e brancos que buscam lutar contra as desigualdades sociais e contra ao inimigo poderoso, que é o capitalismo com todas as suas ferramentas de opressões racistas, classistas e sexistas, estamos falando de uma forma ancestral de organização e de luta que encontra na coletividade o seu espaço radical de resistência.

A Batalha do Pedregal age na frente de formação, buscando contribuir para mudanças futuras na comunidade promovendo formação e buscando parcerias para empregos e rendas na comunidade. A fábrica de sabão, agora durante as ações do COVID-19, mostra que ação de via de mão dupla entre promover emprego e renda para os jovens que trabalham na pequena fábrica, e ainda sabão para a população mais carente do bairro pode funcionar de forma coletiva, como um quilombo.

As ações por doações alimentícias, de materiais de higiene não cessaram durante esse período, sendo atreladas as batalhas *on-line*, cursos de formação e ainda incipiente tentativa da construção de uma sede que surge na casa de Jessicalen Conceição e Yochan Beck demonstram esforços coletivos para atender as demandas do cotidiano. Não podemos esquecer o trabalho que antecede a pandemia, as oficinas de beleza, os esforços para acesso à internet, à educação, parcerias com cursos profissionalizantes, os eventos na praça, tudo o que busca articular lazer, emprego, educação e renda onde o Estado chega de forma deficitário.

A Batalha do Pedregal, como um projeto ainda recente, tem contado com apoio comunitário, isto é, o que contribui para o planejamento futuro do projeto, dentre elas está a formalização do projeto e a consolidação do PRÉ-ENCCEJA e inauguração do espaço com os equipamentos eletrônicos para que os jovens tenham acesso. Jessicalen Conceição sintetiza toda essa discussão ao afirmar enfaticamente que a batalha tem, antes de tudo, um fator reivindicador dos direitos da comunidade: *ninguém aqui é bom, só estamos cobrando o que nos é de direito, educação, cultura, alimentação e cuidados*. É neste sentido que situamos a Batalha do Pedregal, um quilombo urbano, uma expressão dos movimentos negros, um agente educador da sociedade que busca uma verdadeira democracia para a população negra e pobre da cidade de Campina Grande – PB.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** São Paulo, 2005.

_____. **Mulheres em Movimento.** Estudos Avançados [online]. 2003, pp. 117-132.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro contemporâneo: Uma utopia e várias histórias do tempo presente.** In. Tiago Siqueira Reis... [et al.] Organizadores. Coleção história do tempo presente: volume 3. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

_____. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos.** Tempo [online]. 2007, vol.12, n.23, pp.100-122.

GOMES, Nilma. **O Movimento Negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação.** Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

HOOKS, bell. **Anseios: raça, gênero e políticas culturais.** São Paulo: Elefante, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. **Quilombola e intelectual: possibilidades em dias de destruição.** Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

VÍDEOS

Batalha do Pedregal – Agentes de Pandemia. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gAZ2NqWgWQo>> Acesso em 27 de outubro de 2020.

Muito além do que se ver. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CokZeGRr-Gg&t=23s>> Acesso em 27 de outubro de 2020.

CHILE: UMA VOLTA AO PASSADO? OS PROTESTOS DE 2019-2020 E O BALANÇO HISTÓRICO ENTRE OS GOVERNOS DE PINOCHET E PIÑERA

CHILE: A RETURN TO THE PAST?
THE 2019-2020 PROTESTS AND THE HISTORICAL BALANCE BETWEEN THE
PINOCHET AND PIÑERA GOVERNMENTS

Davi Silva de Carvalho¹

RESUMO: O presente artigo tem a finalidade de apresentar uma abordagem voltada para os protestos no Chile e as suas consequências na sociedade. As mobilizações sociais contra o atual governo de Sebastián Piñera e melhores reivindicações ocorrido no segundo semestre de 2019 até o início de 2020. Inclui também a fala do Presidente em entrevista concedida ao jornal El País e sua confiança na forte economia de mercado. Podendo ser sinal de desconfiança e alarme para a população que almeja melhores condições de vida, principalmente aumento no salário mínimo e o combate as segregações sociais. Destaca-se também uma abordagem calcada no regime neoliberal de Piñera associando-se com o governo Pinochet e suas experiências neoliberais e consequências para a época. Nesse ínterim, o balanço histórico entre passado e presente, bem como interpretações entre os dois governos serão abordados dentro dos limites da teoria.

ABSTRACT: The purpose of this article is to present an approach focused on the protests in Chile and their consequences on society. Social mobilizations against the current government of Sebastián Piñera and better demands that occurred in the second half of 2019 until the beginning of 2020. It also includes the President's speech in an interview with the newspaper El País and his confidence in the strong market economy. It can be a sign of distrust and alarm for the population that wants better living conditions, especially an increase in the minimum wage and combating social segregation. Also noteworthy is an approach based on the neoliberal regime of Piñera, associating with the Pinochet government and its neoliberal experiences and consequences for the time. In the meantime, the historical balance between past and present, as well as interpretations between the two governments will be addressed inside the limits of theory.

Palavras-chave: Chile; Governo Piñera; Neoliberalismo;

Keywords: Chile; Piñera Government; Neoliberalism;

É curioso perceber como a contribuição da globalização e os impasses do neoliberalismo em meio ao governo de direita de Piñera desencadearam sérios distúrbios sociais no País em decorrência das suas ações que não foram favoráveis a sociedade. Ações essas que se configuram como o elevado custo de vida, desigualdade de renda, poucos

¹ Licenciado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Foi Aluno Especial do Programa de Pós- Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS/UFES), onde cursou as disciplinas: Gênero, poder e violência no 2º semestre de 2019 e Tópicos Especiais II: As teorias da dependência, o neoliberalismo e a crise dos governos progressistas na América Latina no 2º semestre de 2020 – (forma remota devido a pandemia do novo coronavírus). E-mail: daviufop96@gmail.com
Revista Horizontes Históricos [online] / São Cristóvão (SE), vol. 5, n. 2, ago./2022 – dez./2022. ISSN 2596-0377.
<https://seer.ufs.br/index.php/HORIZONTES/issue/view/1095>

direitos sociais garantidos, corrupção e abuso de autoridade, além do modelo socioeconômico neoliberal implementado tendo como consequência o aumento do desemprego.

Nesse sentido, o presidente chileno com suas características de governo estabelece seu mandato inserido na lógica da integração econômica impulsionado pela expansão global do capital. Diante dessa lógica, Eduardo Maldonado Filho², em seu texto “Globalização e neoliberalismo: o surgimento do novo ou a volta ao passado?” propõe eixos de reformas econômicas associando com o caso do Chile. Vê-se que:

Segundo os economistas neoliberais, a modernização e o desenvolvimento econômico dos países dependem apenas da capacidade dos governos de reformarem as estruturas econômicas de seus países com vistas a adaptá-los ao mundo globalizado, ou seja, é imprescindível realizar as seguintes reformas econômicas: abrir a economia à concorrência internacional, propiciar ampla liberdade de movimento ao capital, desregular os mercados internos, em especial o mercado de trabalho, e realizar uma ampla privatização das empresas estatais. (FILHO, 1997, p. 23).

Além disso e em razão da capacidade do governo diante das suas medidas, os desencadeamentos dos protestos nas ruas chilenas foram ocasionados pelas ações das políticas neoliberais. Eduardo Filho demonstra os seus resultados, convergindo com o cenário chileno, onde têm-se:

Portanto, pode-se afirmar que os resultados das políticas neoliberais são no chamado capitalismo globalizado de nossos dias, os mesmos do capitalismo do século XIX, a saber: o aumento do desemprego e da pobreza num pólo corresponde ao aumento da riqueza e do excesso de capital no outro pólo; aumento da instabilidade financeira e da especulação; redução dos salários reais e aumento da precariedade do emprego. (FILHO, 1997, p.29).

Diante desse ângulo, infere-se o autoritarismo do governo de Piñera, bem como situações que desagradam os setores populares, ficando cada vez a margem, em razão da prepotência e ganância das medidas neoliberais ao abuso de poder. Assim, percebe-se mesmo em um processo de mudança das pautas políticas, a lógica do poder acaba sendo

² Eduardo Maldonado Filho é professor no Departamento de Economia da UFRGS, com Mestrado e Doutorado pela Graduate Faculty of Political and Social Science, New School for Social Research, New York, USA. Trabalhos e artigos publicados: *Déficit, dívida pública e empresas estatais; Concorrência e preços administrados: uma crítica à teoria do oligopólio; O plano nacional de estabilização da Nova República: uma avaliação crítica; Evolução e transformações recentes do sistema financeiro, entre outros.*

transformada e deturpada. Pablo Sólón³, em seu artigo intitulado, “Algumas reflexões autocríticas e propostas sobre o processo de mudança na Bolívia”, enfatiza o pensamento dialogando com o presente raciocínio. Mesmo sendo um texto voltado para aspectos bolivianos, se aplica na situação do Chile.

Observa-se, que:

Nos primeiros momentos de um processo de mudança, o novo governo geralmente promove — pela via institucional ou insurrecional — a reforma ou a transformação das velhas estruturas de poder do Estado. Essas mudanças, mesmo quando radicais, nunca serão suficientes para evitar que os novos governantes sejam cooptados pela lógica que está presente tanto nas estruturas de poder reacionárias quanto nas estruturas revolucionárias. (SÓLON, 2018, p. 62).

Ainda de acordo com o político boliviano e dialogando com a citação acima, depreende-se:

A lógica do poder é muito similar à lógica do capital. O capital não é senão um processo que existe enquanto gera mais capital; capital que não é investido e não dá lucros é um capital que dá prejuízo ao mercado; o capital, para existir, deve estar em permanente crescimento. Da mesma forma opera a lógica do poder: sem que você perceba, o mais importante para o governo e seus membros passa a ser sua perpetuação no poder e como adquirir mais poder para garantir sua continuidade no poder. (SÓLON, 2018, p.64).

Não se descarta essa perpetuação de poder na situação do Chile, além do que como o pesquisador da UNICAMP, Marcio Pochmann⁴ demonstra em “A mundialização das economias e os desafios dos sindicatos”, situações econômicas associando com a crise do governo chileno causando as ondas de protestos. De acordo com o economista:

A mundialização das economias emerge no curso de políticas neoliberais que atuam contra a produção, o emprego e os sindicatos. Predominam as políticas governamentais favoráveis à valorização financeira do capital, com medidas deflacionistas no nível de preços e redução do tamanho do Estado e revisão do seu papel nas sociedades capitalistas. (POCHMANN, 1997, p. 61).

³ Político Boliviano, diretor da Fundação Solón, ex-diretor executivo do Focus on the Global South, grupo de pesquisa ativista, e ex-embaixador do Estado Plurinacional da Bolívia nas Nações Unidas. Lidera o Observatório Boliviano de Mudanças Climáticas e Desenvolvimento.

⁴ Marcio Pochmann é professor no Instituto de Economia (IE), Pesquisador e Diretor Executivo do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Em entrevista ao jornal El País intitulada – “Sebastián Piñera: “Não soubemos entender o clamor chileno por uma sociedade mais justa” no dia 10 de novembro de 2019 no gabinete do Palácio de La Moneda, o próprio Presidente ressalta a questão da sua economia. Em suas palavras:

O modelo em que acredito, e vou lutar para aperfeiçoá-lo, é a democracia com liberdade de expressão, com separação de poderes, com Estado de direito, com respeito pelas minorias. Acredito numa economia livre, aberta, de mercado, competitiva. Creio também num forte compromisso do Estado em lutar contra a pobreza e oferecer maior igualdade de oportunidades. (PIÑERA, Jornal EL PAÍS, 2019).

Curioso notar a explicação do político chileno sobre a luta contra as desigualdades sociais e maior distribuição de renda, com o intuito de uma sociedade justa e igualitária. Entretanto na questão da economia se aproxima das características da política neoliberal, criando-se certa contradição entre a sociedade e a economia. Não se nega que dependendo do presidente em governar e administrar seu País, a responsabilidade e o comprometimento são de extrema relevância. Todavia com um governo de economia de mercado, os direitos sociais ficam limitados ou até mesmo perdem suas garantias, além do aumento do trabalho informal, em razão das demissões e fechamento das empresas, ocasionando desemprego em massa.

A forma de governo econômico tem consequências positivas e negativas, mas se tratando do caso de um País do Cone Sul e com um presidente favorável a economia livre e competitiva, a tendência é ter mais desvantagens do que vantagens, ocasionando sérios prejuízos a sociedade, a exemplo dos protestos do ano passado. Ao longo da História principalmente entre as décadas de 30 e 40 do século XX, governos autoritários e totalitários, principalmente de Adolf Hitler na Alemanha houve a adoção de uma economia planificada.

Nessa ocasião se explica devido a condição alemã ao qual o País se encontrava em consequência da Primeira Guerra Mundial, principalmente com elevados gastos com indústria bélica. A situação estava caótica, muita fome, desemprego, dívidas externas, então nessa condição a economia planificada foi ideal para “concertar” o País e se livrar da situação que estava passando, mesmo que futuramente iria ser abalada novamente nos próximos anos, se reconstruindo e reorganizando posteriormente da Guerra fria.

O que se aplica nessa explicação é que não necessariamente a forma de governo ou partido político expressa o seu conteúdo, principalmente nas questões econômicas. Vale destacar, em razão da situação alemã, a qual se encontrava, a economia de mercado não seria tão ideal e eficaz, mesmo correlacionando com o tipo de governo, no caso autoritário, opressor e de extrema direita. Curioso notar nessas experiências temporais e compreendendo suas historicidades que os modelos econômicos adotados sejam planejados ou de mercado variam muito das características dos governos. Ou seja, podem ter compatibilidades e incompatibilidades.

No modelo de Sebastián Piñera pode dar certo ou não, podendo-se ser difícil de saber o que necessariamente está sendo associado com o livre comércio e abertura do capital estrangeiro com o compromisso da igualdade de direitos e oportunidade entre os povos chilenos. Nesse dualismo de sociedade e governo na perspectiva da entrevista com o presidente do Chile, Eduardo Filho em seu texto já citado anteriormente estabelece um ponto chave interessante concatenando-se com a situação, vejamos:

Mas cabe registrar que essa proposta aceita, implicitamente, a hipótese neoliberal de que o capitalismo não possui barreiras internas ao processo de acumulação de capital – existem apenas barreiras externas sobre as quais o Estado pode (e deve) agir para criar as vantagens competitivas para as empresas nacionais na “guerra econômica” que ocorre nos mercados internacionais. Ou seja, o fator essencial para o sucesso econômico de uma nação estaria na capacidade de suas empresas em reduzir os custos de produção e de circulação das mercadorias. A garantia da manutenção do nível de emprego tanto ao nível microeconômico quanto macroeconômico dependeria, fundamentalmente, da capacidade das empresas nacionais de se manterem competitivas nos mercados internacionais. No entanto, os trabalhadores – agora elevados, evidentemente que apenas ao nível do discurso, à condição de parceiros dos capitalistas – também devem dar a sua cota de contribuição para o aumento da competitividade das empresas: eles devem aceitar a redução dos salários diretos e indiretos. Em outras palavras, a “guerra econômica” das nações no mercado internacional requer não só que os trabalhadores de cada País trabalhem mais e ganhem menos, mas também que haja uma redução (ou mesmo eliminação, se possível) do sistema de seguridade social que, ao onerar as empresas, acaba por reduzir a competitividade das mesmas. A prioridade da ação governamental não pode mais ser, como advogava a socialdemocracia tradicional, o da implementação de políticas macroeconômicas de preservação do pleno emprego e de um amplo sistema de seguridade social, mas sim o implementar as reformas que permitam o livre funcionamento das forças de mercado e o de ajudar as empresas a obterem vantagens competitivas. (FILHO, 1997, p.31).

Fica claro na citação, aspectos que são compatíveis com a fala de Piñera na entrevista atrelando-se com as características da economia de seu governo e da maneira como acredita da forma a ser conduzida. Além do mais, o desencadeamento do tipo da economia com os eixos do raciocínio de Eduardo Filho. Observa-se a discussão que está se fazendo presente não somente sobre a afirmação de Sebastián Piñera, mas sim como o líder político e as medidas impostas sobre a população desencadearam revoltas não só na capital, mas em cidades próximas de Santiago.

Dentro desse ângulo, indaga-se o descontentamento do povo, além da “insistência” do referido presidente em crer que a economia de acordo com seus limites de pensamento poderia ser talvez, crucial ou eficaz para o Chile. Aplica-se com isso a ideia da liberdade, porém vale ressaltar a questão das más liberdades demonstradas por David Harvey⁵ em seu livro, *O Neoliberalismo – História e Implicações*, cap. 2, onde aborda, tendo como eixo do seu pensamento a contribuição de Polanyi:

A idéia de liberdade "degenera assim em mera defesa do livre empreendimento", que significa "a plenitude da liberdade para aqueles que não precisam de melhoria em sua renda, seu tempo livre e sua segurança, e um mero verniz de liberdade para o povo, que pode tentar em vão usar seus direitos democráticos para proteger-se do poder dos que detêm a propriedade". Mas se, como é sempre o caso, "não é possível uma sociedade sem poder e compulsão, nem um mundo em que a força não tenha função", a única maneira de manter essa visão utópica liberal está na força; na violência e no autoritarismo. Para Polanyi, o utopismo liberal ou neoliberal está fadado à frustração pelo autoritarismo ou mesmo pelo fascismo declarado. Perdem-se as boas liberdades e as más liberdades assumem o controle.
(HARVEY, 2008, p.24)

É importante tematizar a ênfase da “perda” de controle do poder, mas precisamente as más liberdades assumindo o controle, atrelando-se na lógica do governo de Piñera, bem como dialogando com Pablo Sólon na temática da transformação do poder quando o líder político acaba sendo transformado pelo jogo de interesses. Assim, depreende-se sua autoridade não só na repressão policial em assumir o controle das forças armadas nas ruas, mas também, o caos social, político e econômico em decorrência das suas medidas que não foram aprovadas pela população. Mesmo que o líder chileno queira realizar uma política de bom governo com suas igualdades entre os povos e o atendimento aos setores mais

⁵ Teórico britânico formado pela Universidade de Cambridge com importantes estudos em Geografia, História e Análises Econômicas.

vulneráveis, sua percepção econômica pode ser um indicativo ou um alarme para os setores mais progressistas de cunho social que são contra a sua política.

Além das suas medidas severas em razão das grandes ondas de protestos no Chile, as reivindicações foram muitas pelos manifestantes. Ressalta-se que os grupos apoiadores de uma nova constituição política, bem como uma revisão da atual conjuntura solicitando o reconhecimento da população, principalmente indígena estava em pauta dos objetivos das manifestações que foram crescendo e fortalecendo ainda mais. Embora, é importante frisar que muitos estavam envolvidos nas manifestações não atuaram de forma pacífica com reconhecimento da legitimidade e das solicitações frente ao governo de Sebastián Piñera.

Nessa perspectiva, o princípio de autonomia da população chilena estava em “equidade” com o governo no tocante aspecto das suas idas para as ruas, a fim de protestarem contra o que estava acontecendo no governo, mais precisamente causando desconforto para todos. Assim, vale demonstrar que muitos manifestantes acabam contrariando as suas pautas das reivindicações sociais, políticas e econômicas, deixando-se levar pelo vandalismo, causando escândalos em seus protestos. Em seu texto, “O que são os movimentos antissistêmicos?”, Carlos Antonio Aguirre Rojas⁶ apresenta segundo sua linha de pensamento, ideias próximas da presente discussão. Observa-se:

A questão se torna ainda mais complexa quando olhamos para todas essas facetas da rebelião social de maneira dinâmica, introduzindo a grande pergunta sobre quais são as razões e as dialéticas concretas que levam, desde o gesto rebelde individual, de um pequeno grupo que se afirma inicialmente somente como uma forma de resistência passiva, ou como um modo encoberto e subterrâneo de insubordinação – que vai se transformando em uma forma mais aberta de descontentamento – ao pequeno tumulto coletivo, que então começa a crescer, convertendo-se primeiro em um movimento mais vasto que se multiplica e diversifica suas formas de luta e de manifestação para ser capaz de gerar, mais adiante, uma rebelião de alcances mais amplos, que luta, retrocede, avança e retoma seu impulso para alcançar uma escala regional e, às vezes, nacional. (ROJAS, 2013, p.5).

Dentro dessa configuração, é digno destacar a própria questão da transformação do poder em meio ao cenário conturbado, o qual se encontrava o País Chileno, mais precisamente, privilegiando de um lado os manifestantes, contrários as severas restrições imposto pelo Estado de emergência, além dos obstáculos causados pelas medidas do

⁶ Cientista Social Mexicano com Doutorado em Economia pela Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM).

Presidente e o uso da força policial. Desse modo é patente enfatizar a luta diante de um País digno, mas que mesmo frente as manifestações, muitos acabam deixando se levar pelo poder e ganância. E as transformações são efetivadas de maneira errônea ou até mesmo não se concretizam, em si.

Com isso, é curioso observar a própria experiência de tempo e o seu aprendizado ao longo da História, pois o Chile já vivenciou processos semelhantes ao que está ocorrendo no tempo presente. A consciência histórica está latente nesse processo, observando o governo Pinochet, suas características e forma de governar, o que para muitos desagradaram e atualmente poderia ser uma forma de passado inserido no presente de maneira velada ou explícita. De acordo com Eduardo Filho e suas observações sobre o Chile de Pinochet, o autor acadêmico demonstra:

O Chile de Pinochet, a partir de 1975, se transformou num laboratório de experimentação das políticas neoliberais. Os resultados obtidos têm sido apregoados como um grande sucesso. Por isso, as agências internacionais e o governo americano têm “incentivado” os países do Terceiro Mundo a seguirem o exemplo chileno. No início de 1990, quando o primeiro presidente eleito assumiu o governo após 17 anos de ditadura militar, os indicadores macroeconômicos eram, quando comparados com os demais países subdesenvolvidos – e desconsiderarmos o desempenho econômico da década de 1980 – bastante positivos. No entanto, uma análise mais cuidadosa mostra que o experimento neoliberal fracassou no Chile. De fato, durante a profunda recessão de 1982-1984, em grande parte consequência do neoliberalismo, o governo Pinochet foi forçado a estatizar (novamente) o sistema bancário e a quebra de muitas empresas industriais forçou o governo a implementar um programa de ajuda a essas empresas. Uma análise imparcial dos resultados obtidos durante o experimento neoliberal chileno mostra as seguintes conclusões:

- a) O celebrado crescimento econômico do final dos anos 80 deve ser examinado levando-se em conta as duas recessões catastróficas de 1975 e 1982. Apenas em 1989 (portanto, 14 anos depois da adoção das políticas neoliberais) é que o PIB per capita voltou a atingir o nível de 1970.
- b) O grau de pobreza aumentou significativamente: passando de 20% em 1970 para 41% em 1990.
- c) Ocorreu um aumento significativo da concentração da renda, principalmente à custa da classe média: os 10% mais ricos aumentaram sua participação no total da renda nacional de 37% para 47% durante esse período.
- d) A dívida externa passou de US\$ 5 bilhões para US\$ 21 bilhões, constituindo-se num dos maiores endividamentos per capita do mundo.
- e) O resultado da total flexibilidade do mercado de trabalho foi o seguinte: as condições de trabalho que atualmente prevalecem no Chile relembram aquelas que vigiam no capitalismo do século XIX da Inglaterra. (FILHO, 1997, p. 29).

Essas apresentações realizadas sobre o regime chileno de Pinochet, depreende-se uma associação entre o passado e o tempo presente no tocante aos líderes políticos e seus resultados políticos diante das suas administrações governamentais. Percebe-se que durante todo o processo das mobilizações sociais, muitos participantes fizeram uso do nome de Pinochet complementando com a ditadura do Chile e suas repressões. Vê-se uma certa “divisão de grupos” nos protestos, onde fica demonstrado quem estava realizando um balanço histórico, no sentido de comparar os dois governos, permitindo a livre interpretação de que o País estava passando por um momento autoritário e opressor, minimizando a participação pública e a liberdade de expressão e opiniões.

Por outro lado, têm-se os que estavam descontentes com o próprio governo de Piñera, talvez não associando de maneira direta com a ditadura chilena, seja por que não presenciaram o período ditatorial, mas como estavam incomodados com a atual estrutura. Partindo do início do aumento das tarifas dos metrô, além das privatizações, permitindo a economia competitiva, deixando o mercado autorregulável.

Com essas características, gerando insatisfação da população buscando seu lugar de fala e reivindicando um governo melhor ou a mudança do mesmo. A implementação do Estado de emergência reforçou o aumento dos protestos. Nesse aspecto a analista política e professora da Universidade de Santiago, Lucía Dammert em sua contribuição na matéria do jornal El País, “Explosão social no Chile reflete mal-estar com desigualdade e lembra atos do Brasil de 2013” propõe:

Os protestos que eclodiram no Chile são “um fenômeno que foi incubado por muito tempo”. “Para começar, é protagonizado por uma nova geração de chilenos, de menos de 30 anos, que não conheceram a ditadura, abertos a expressar suas angústias e que, sem esperança, sentem que não têm nada a perder, razão pela qual suas reivindicações podem facilmente chegar à violência”. Dammert destaca, por sua vez, “a relação carnal” entre a elite política e a econômica, que as impede de ver o que está acontecendo nos setores intermediários. “Existe uma conexão maior para cima do que para baixo”, diz a especialista em segurança, referindo-se a todos os mandatos mais recentes (do mandato de Michelle Bachelet, em 2006, em diante). “A este cenário se junta uma polícia que agiu com falta de profissionalismo e a indolência das atuais autoridades. (DAMMERT, Jornal EL PAÍS, 2019).

Com isso, fica perceptível como muitos dos membros das mobilizações ocasionaram rebeldias, reproduzindo suas reivindicações por meio da política do ódio, frente

a polícia armada também indo na contramão dos manifestantes que estavam utilizando os protestos para realizarem badernas nas ruas chilenas. Entretanto, não é uma crítica ao movimento dos mais exaltados em busca dos seus direitos e garantias já mencionados no início do trabalho. Todavia como ressalta Rojas, demonstrando como o descontentamento de muitos ocasionam propagações de pequenos tumultos coletivos e se diversificando, a fim de chegar em uma rebelião de maiores alcances.

Nesse ínterim, destaca-se as grandes destruições, principalmente das estações de metrô, bombardeamentos nas ruas e ataques confrontando o uso da força com a segurança pública, em razão dos danos ao patrimônio público. O pensamento de Dammert ajuda a perceber como ela mesma aborda “incubado”, ou seja, a qualquer hora poderia vir à tona protestos contra o atual governo. Talvez era algo que estava presente, mas não ativo, partindo do raciocínio de aguardarem os estabelecimentos das medidas mais rigorosas e foi o que ocorreu. Destaca-se também como o peso chileno, moeda local, teve uma variação grande, prejudicando a economia do referido País, em questão.

Foram múltiplos processos que desencadearam o ocorrido, as aflições eram grandes, além das prospectivas como propõe Dammert, a respeito do fenômeno dos protestos estarem incubados por um bom tempo. As próprias críticas a respeito, observa-se também de acordo com Raúl Zibechi e Decio Machado, no livro, “Os Limites do Progressismo – Sobre a impossibilidade de mudar o mundo de cima para baixo”, cap.3, onde na perspectiva dos autores e dialogando com as insatisfações do governo neoliberal de Piñera, têm-se:

Este modelo de Estado, para além do seu tamanho, cumpre um papel fundamental expropriatório para transferir riqueza social desde a sociedade em geral até o capital (privatizações, acesso a recursos naturais, política fiscal regressiva, geração de dívida pública, concessão e isenções fiscais; estabelece uma estrutura de relações entre capital e trabalho que beneficia o primeiro; e desde a superestrutura articula as pautas que viabilizam política e ideologicamente sua reprodução.
(MACHADO; ZIBECCHI, 2017, p.74).

Todas essas abordagens giram em torno não somente dos protestos ocorridos, mas também do pensamento de Sebastián Piñera e sua forma de aplicação das políticas neoliberais, ocasionando descontentamento. Ainda nessa perspectiva, observa-se também a ausência de diálogo entre o povo e o governo, negligenciando a democracia, pois onde houveram restrições que deixaram a população descontente, acabou-se ocasionando o caos e a barbárie no Chile. Talvez se não fosse a pandemia, causada em decorrência do

coronavírus (COVID 19), os protestos poderiam continuar de uma maneira semelhante ou ainda pior, se desmembrando e exultando, causando sérios problemas para a sociedade civil.

Não se descarta que muitos manifestantes foram presos em razão de estarem possivelmente se aproveitando da situação social e política para fazerem badernas e destruições, não se concentrando nas propostas e finalidades das mobilizações. Pelo simples fato de estarem exaltados, ocasionaram maiores rebeliões fruto do impulsionamento misturado com as insatisfações, assim a polícia teve que se fazer presente reprimindo os mais rebeldes. Obviamente, pelo fato de estarem realizando e tentando que não avançasse como avançou em uma escala mais violenta, não deixaram de exercerem seu profissionalismo diante das pessoas que ali estavam ocupando o espaço e possivelmente atrapalhando os demais.

Curioso indagar-se sobre essa questão e o controle do governo em relação a possível possibilidade, caso não estaríamos vivenciando esses tempos difíceis e confusos em virtude do coronavírus. Agora pode ser a forma de repensar e raciocinar melhor não somente os que almejavam seus objetivos com o protesto, em si, bem como o próprio Presidente da República com suas lideranças políticas. São momentos conturbados não só pelo fato do que o País vivenciou e está vivenciando, mas também todo o processo e sua articulação na tentativa de realizarem melhores revisões e buscando soluções emergenciais, em questão.

Diante dessa ótica, torna-se necessário instruir e dialogar com o governo de forma mais ordenada, mesmo que as tentativas são muitas e as respostas são poucas, não se pode desistir dos objetivos das lutas. Entretanto não cabe utilizar da mesma para realizarem muitos barulhos e poucos resultados efetivos. Assim é necessário, o consenso e maiores participações sociais com o intuito de promoverem convergências entre o povo e o governo, por mais difícil que seja é fundamental realizarem a articulação. Tentativas na esperança que dias melhores há por vir e a tranquilidade possa voltar a viver no Chile, independente do cenário de coronavírus, mas que as esferas sociais, políticas e econômicas conciliem com a finalidade de melhoria das condições de vida da população chilena.

REFERÊNCIAS

FILHO, Eduardo. Globalização e neoliberalismo: o surgimento do novo ou a volta ao passado?. In: CARRION, Raul K. M.; VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. (Org.).

Globalização, neoliberalismo, privatizações: quem decide este jogo? Porto Alegre, Ed. Universidade, UFRGS, 1997.

GONZÁLEZ, Enric; MONTES, Rocío. **Sebastián Piñera: “Não soubemos entender o clamor chileno por uma sociedade mais justa”**. Santiago, nov. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/09/internacional/1573313845_751195.html. Acesso em: 15 dez. 2020.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. Tradução Adail Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

MONTES, Rocío. **Explosão social no Chile reflete mal-estar com desigualdade e lembra atos do Brasil de 2013**. Santiago, out. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/20/internacional/1571531965_776078.html Acesso em: 15 dez. 2020.

POCHMANN, Marcio. A mundialização das economias e os desafios dos sindicatos. In: CARRION, Raul K. M.; VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. (Org.). **Globalização, neoliberalismo, privatizações: quem decide este jogo?** Porto Alegre, Ed. Universidade, UFRGS, 1997.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. **O que são os movimentos antissistêmicos?** História em reflexão, Dourados, v.7, n.13, jan./jun. 2013.

SOLÓN, Pablo. Algumas reflexões, autocríticas e propostas sobre o processo de mudança na Bolívia. In: LEITE, José Correa; UEMURA, Janaína; SIQUEIRA, Filomena (Org.). **O eclipse do progressismo: a esquerda latino-americana em debate**. Tradução Sandro Ruggeri Dulcet. São Paulo: Elefante, 2018.

ZIBECHI, Raúl; MACHADO, Decio. Novas elites sob o progressismo. In: ZIBECHI, Raúl; MACHADO, Decio. **Os limites do progressismo: sobre a impossibilidade de mudar o mundo de cima para baixo**. Tradução Carlos Alvarenga. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017. p.67-104.